

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

**PENSAR
O
BRASIL**



**Coletânea de Resenhas de Livros de
Intérpretes do Brasil no Século XXI**

© Blog Cultura & Cidadania – 2019

Fernando Nogueira da Costa

COSTA, Fernando Nogueira da
Pensar o Brasil: Coletânea de Resenhas de Livros de
Intérpretes do Século XXI.
Campinas, SP: Blog Cultura & Cidadania, 2019.
203p.

1 Economia Brasileira. 2. História Econômica.
3. Abordagem Multidisciplinar. I. Título.

330
C837p

Sumário

PREFÁCIO	5
PREÂMBULO: HISTÓRIA DA RIQUEZA NO BRASIL	8
ABORDAGEM ECONÔMICA	17
MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM TEM PREJUÍZO	17
PARA ALÉM DA POLÍTICA ECONÔMICA	22
VALSA BRASILEIRA: DO BOOM AO CAOS ECONÔMICO.....	29
COMPLEXIDADE ECONÔMICA	31
CRISE, ESTADO E ECONOMIA BRASILEIRA	43
DINHEIRO, DINHEIRO	47
ECONOMIA PARA POUCOS: IMPACTOS SOCIAIS DA AUSTERIDADE E ALTERNATIVAS PARA O BRASIL	51
TAXA DE CÂMBIO E POLÍTICA CAMBIAL NO BRASIL	59
BNDES: ENTRE O DESENVOLVIMENTISMO E O NEOLIBERALISMO (1982-2004).....	66
REINVENTANDO O CAPITALISMO DE ESTADO	70
BILHÕES E LÁGRIMAS: A ECONOMIA BRASILEIRA E SEUS ATORES	75
ASCENSÃO E QUEDA DO IMPÉRIO X	79
HISTÓRIA DO FUTURO - O HORIZONTE DO BRASIL NO SÉCULO XXI.....	85
BRASIL, RAÍZES DO ATRASO: PATERNALISMO X PRODUTIVIDADE	87
COMPLACÊNCIA: ENTENDA POR QUE O BRASIL CRESCE MENOS DO QUE PODE.....	92
DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL	99
ABORDAGEM SOCIOLÓGICA	103
NOVA CLASSE MÉDIA? O TRABALHO NA BASE DA PIRÂMIDE SOCIAL BRASILEIRA.....	105
A NOVA CLASSE MÉDIA: O LADO BRILHANTE DA BASE DA PIRÂMIDE	108
A RALÉ BRASILEIRA: QUEM É, COMO VIVE.....	112
A ELITE DO ATRASO: DA ESCRAVIDÃO À LAVA JATO	119
ABORDAGEM POLÍTICA	125
O FANTASMA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA	125
REPRESENTANTES DE QUEM?	129
CRISE E REINVENÇÃO DA POLÍTICA NO BRASIL	135
A MOSCA AZUL	142
CHOQUE DE DEMOCRACIA - RAZÕES DA REVOLTA	145
A DEMOCRACIA IMPEDIDA: O BRASIL NO SÉCULO XXI	147
BRASIL EM MOVIMENTO: DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO AO SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO	150
BRASIL EM MOVIMENTO: HISTÓRIA DO FUTURO EM CONSTRUÇÃO	153
ABORDAGEM COMPORTAMENTAL	157
A CONCILIAÇÃO E OUTRAS ESTRATÉGIAS	157
O QUE FAZ O BRASIL, BRASIL?	160
FÉ EM DEUS E PÉ NA TÁBUA.....	164
O BRASIL É BOM.....	167
O BRASIL NO MUNDO	172
POR QUE O BRASIL É UM PAÍS ATRASADO?	178
TODOS CONTRA TODOS: O ÓDIO NOSSO DE CADA DIA	183
COMO CONVERSAR COM UM FASCISTA	186
O QUARTO PODER: UMA OUTRA HISTÓRIA	191
CULTURA E DEMOCRACIA: O DISCURSO COMPETENTE E OUTRAS FALAS	196
A TOLICE DA INTELIGÊNCIA BRASILEIRA: COMO O PAÍS SE DEIXA MANIPULAR PELA ELITE	201
TRÓPICOS UTÓPICOS: UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA DA CRISE CIVILIZATÓRIA.....	205
BIBLIOGRAFIA	211
SOBRE O AUTOR	215

Prefácio

As Ciências Sociais estudam as normas de convivência do homem e dos modos da sua organização social. Abrange Ciências do Direito, Sociologia, Política e Economia. O senso comum é um *conhecimento assistemático*. Não possui uma organização prévia ou investigação de estudos para se chegar a uma conclusão.

A Ciência, no entanto, é tida como um *conhecimento sistemático*. Ela é organizada a partir de um conjunto de teorias, estudos e observações coerentes e comunicantes entre si. Todas as suas preposições, teorias e hipóteses são comprovadas (ou não) através de uma série de experiências e análises lógico-rationais.

O senso comum se caracteriza por conhecimentos empíricos acumulados ao longo da vida e passados de geração em geração. É um saber não baseado em métodos ou conclusões científicas, mas sim no modo comum e espontâneo de assimilar informações e conhecimentos úteis no cotidiano através de uma herança cultural.

Através do senso comum um ser humano aprende como lidar com a ameaça e a segurança, o que pode e o que não pode comer, o que é justo e o que é injusto, o bem e o mal, e outras normas de vida. Elas vão direcionar o seu modo de agir e pensar, as suas atitudes e decisões, caso ele não tenha uma educação científica.

O passo seguinte ao da Ciência Abstrata se dá em direção à Ciência Aplicada. Com base no conhecimento empírico sabemos uma determinada ação provocar uma reação, sem, contudo, sabermos qual seria o mecanismo estabelecido da ação à reação. Exemplo disso foi, durante séculos, a experiência de ao se largar um objeto, ele entrar em queda livre até encontrar algo para o sustentar, mesmo antes de ser conhecida a Teoria da Gravitação.

Sendo o conhecimento empírico adquirido de forma ingênua, através da mera observação e com base em deduções simples, ele é por vezes passível de erro. Para ser reconhecido como um conhecimento científico, este deve ser baseado em observações e experimentações. Estas servem para atestar a veracidade ou falsidade de determinada teoria.

Uma das principais características do conhecimento científico é a sistematização. Consiste em um saber ordenado, ou seja, formado a partir de um conjunto de ideias formadoras de uma teoria.

Outro fator a caracterizar o conhecimento científico é o princípio da verificação. Determinada ideia ou teoria deve ser verificada e comprovada, em todos os lugares e todos os tempos, para fazer parte do conhecimento científico até ser falseada.

O conhecimento científico também é falível, isso significa não ser definitivo. Determinada ideia ou teoria pode ser falseada e substituída por outra, a partir de novas comprovações e experimentações científicas.

Entre outras características inerentes ao conhecimento científico, destaca-se o fato de ser racional, objetivo, factual, analítico, comunicável, acumulativo, explicativo. Adotamos esses requisitos, entre outros fatores, relacionados à investigação metódica.

Até quando alcançamos o nível menos abstrato da arte das decisões práticas. Arte é um termo cuja etimologia latina significa técnica/habilidade. A definição de arte varia de acordo com a época e a cultura, por ser arte rupestre, artesanato, religiosa, mas também arte da ciência e da tecnologia.

Atualmente, a arte é considerada uma criação humana com valores estéticos, como beleza, equilíbrio, harmonia. Representam um conjunto de procedimentos utilizados para realizar obras. Antes, a arte, a religião e a ciência andavam juntas na figura.

Originalmente, a arte poderia ser entendida como o produto ou processo em que o conhecimento era usado para realizar determinadas habilidades. A arte é um reflexo do ser humano e muitas vezes representa a sua condição social e essência de ser pensante.

A Arte da Economia se refere à habilidade de tomar decisões práticas, seja econômico-financeiras individuais, seja de políticas macroeconômicas. Tem como pré-requisitos o conhecimento acumulado de teorias econômicas puras e um conhecimento multidisciplinar para a devida aplicação dessas teorias, reincorporando áreas antes abstraídas.

O método de organização adotado neste livro sai da abordagem econômica para agregar outras Ciências Afins à Ciência Econômica, como a Sociologia, a Política e a Psicologia Comportamental. *Compilação* é a reunião,

coleção de trechos de autores diversos, visto pejorativamente como um livro sem originalidade, por ser mero recolhimento de textos de outros autores. No entanto, resolvi socializar esse conhecimento dos intérpretes do Brasil no século XXI.

Foi um estudo feito por mim, preparatório e preliminar, para escrever meu livro sobre *Complexidade Brasileira*. Eu desejava conhecer o escrito por outros autores para não os repetir. Ao contrário do dito de maneira pejorativa por críticos “originais”, porém, improdutivos e/ou inéditos, eu buscava originalidade. Compartilho esta coletânea de artigos-resenhas, antes postados no meu *Blog Cidadania & Cultura*, como um incentivo para todos os leitores apreciarem os originais.

Preâmbulo: História da Riqueza no Brasil

Fiquei animado quando me deparei com um livro intitulado “*História da Riqueza no Brasil*” (Caldeira, Jorge. Rio de Janeiro: Estação Brasil; 2017). Enfim, pensei, alguém publicou algo substantivo na minha área de pesquisa. Vou “colocar meus olhos” nele.

Ledo engano. O título do livro promete pesquisa sobre “riqueza brasileira”, mas o texto em nenhuma passagem fala de, por exemplo, concentração de riqueza no nosso País. Sequer diz algo sobre a distribuição de renda.

O entendimento de o que é riqueza para um economista parece diferir de o que é para o historiador. Em Economia, riqueza é um conceito de estoque ou patrimônio líquido. Na Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014), segundo a evolução do Índice de Gini, estimado para a sociedade brasileira, houve pequena diminuição da desigualdade da distribuição do fluxo de renda do trabalho. No entanto, teria havido elevação da desigualdade da riqueza, ou seja, da apropriação de ativos sob as diversas formas de manutenção da riqueza: imóveis, automóveis, investimentos financeiros (ações, debêntures, títulos, etc.), quadros, cavalos de raça, enfim, tudo com um mercado secundário organizado com cotações. Assim, propicia liquidez para realização do ganho de capital pela “regra de ouro do comércio”: tendo comprado barato, vender caro.

O historiador, no caso, parece identificar riqueza só como uma qualidade de o que - o País, por exemplo - ou de quem é rico: os empreendedores. Mas ele não chega a focalizar ou medir a opulência, a abundância de bens, de fortuna. Também não faz nenhum inventário dos bens materiais de valor para mostrar quanto cada casta possuiu de riquezas ao longo da história brasileira. Coloca apenas como pano-de-fundo a fertilidade, a fecundidade ou a riqueza do solo pátrio. Cita *en passant* a ostentação, o luxo, o fausto da a riqueza dos templos religiosos construídos em *Terrae Brasilis*.

De fato, Jorge Caldeira parece entender riqueza como cópia, fartura, abundância de qualquer coisa, tipo riqueza de imaginação. Especialista em história de empreendedores, ele pesquisa a história do Brasil seguindo um modelo de causalidade social. Esta é dependente da trajetória, isto é, a história só importa para explicar o presente. Pressupõe que as livres forças do

mercado - ao fim e ao cabo - levarão sempre a uma ordem equilibrada de maneira espontânea. Em Economia Política, adota apenas a ideia-chave de “A Fabula das Abelhas”, ou “Vícios Privados, Benefícios Públicos”, inventada por Bernard de Mandeville e fonte de inspiração para Adam Smith

Por qual motivo queremos buscar uma causa única para tudo, reduzindo nosso conhecimento sobre o mundo diversificado? A mente humana abomina complexidade com múltiplos componentes heterogêneos interagindo e propiciando a emergência de um sistema complexo. Nosso desafio é tornar esse inteligível, transformando complexidade em simplicidade ao destacar os nódulos principais das redes de relacionamento entre esses diversos componentes.

Na pesquisa das cadeias causais, os historiadores muitas vezes não descobrem, quando não abandonam, os eventos-chaves inesperados capazes de afetar a dinâmica dos acontecimentos. O “cisne negro” é uma raridade, segundo Nassim Taleb, visto como dado espúrio de uma amostra estatística sem contemplar a priori sua possibilidade. Mas exerce um impacto extremo. A posteriori, alguns historiadores fazem sua previsibilidade retrospectiva - e não prospectiva como seria de se esperar. Agem como fossem capazes de prever todos os eventos históricos! Fazem previsão reversa, ou seja, do passado!

A falácia narrativa surge porque nós gostamos de contar e escutar histórias, gostamos de resumir e gostamos de simplificar, ou seja, de reduzir a dimensão das questões. Nossa predileção é por narrativa histórica curta ou compactada. Esta o nosso cérebro limitado consegue absorver e/ou memorizar. Porém, essa narrativa ilusória pode alcançar sucesso de público, mas sofre crítica.

Temos uma capacidade limitada de olhar para sequências de fatos sem costurar uma explicação nelas, ou, equivalentemente, forçar uma ligação lógica, uma seta de relacionamento causal, sobre elas. É necessário um esforço sobre-humano para se ver fatos (e lembrar-se deles) enquanto se abstém de julgamentos e resiste-se a explicações. Abster de julgar vai contra nossa natureza. Por isso, Caldeira conta a história do desgoverno do Brasil a partir da linha-de-chegada, justificando o presente desgovernado por tudo vindo antes: mais de 500 anos de história.

Usualmente, história é usada como o guia para o futuro incerto ou imprevisível. Caldeira, porém, usa o presente como guia para o passado desconhecido.

Ele faz previsão sobre o passado, dada a ausência de fontes não oficiais e/ou religiosas em um país de iletrados - a taxa de alfabetização passou de estimados 2% no fim do Brasil-Colônia para 17,4% no fim do Império -, e a lusitana Política do Segredo: a censura obscurantista para “não divulgação da potencial riqueza brasileira”. “As consequências de tantas restrições ao acesso à escrita desde esse período [colonial] foram catastróficas em termos de documentação a respeito da vida e do comportamento das pessoas. Hoje tudo precisa ser minerado na rala documentação oficial: quase não há depoimentos pessoais, comentários, cartas particulares ou desenhos” (p. 122).

Porém, isso não o impede de escrever quase 200 páginas com uma narrativa ficcional sobre o período 1500-1808 ao defender sua hipótese apriorística. “Os moradores do Brasil governavam-se a si mesmos basicamente de duas maneiras. Em primeiro lugar, pelos costumes gerais (como os casamentos de aliança ou o fiado), que regiam uma sociedade multiétnica, empreendedora e capaz de acumular riqueza. A aplicação parcial da lei escrita, das Ordenações do Reino, assegurou o florescimento de instituições favoráveis ao empreendedorismo. Em segundo lugar, os governos locais [paroquiais] atuavam com grande legitimidade e tinham um nível elevado de adaptação a essa sociedade aberta: as câmaras municipais e o clero secular eram as autoridades mais conspícuas e influenciadas pelos costumes” (p. 180).

Ele faz a louvação dessa sociedade informal de empreendedores, incluindo praticamente todos “os moradores” (exceto os escravos, mas contemplando os empreendedores tupi-guaranis) como membros da casta dos mercadores. Esta digladiada contra “os raros letrados [que] tendiam a se identificar com os nobres e os governantes mandados da metrópole, que só viam a realidade local como desvio do modelo teórico do Antigo Regime. Agiam muitas vezes como um grupo estamental, cuja identidade se delineava na exibição de privilégios comuns que os colocavam acima dos demais. Nesse meio vicejava a ação do governo central” (p. 180).

A hipótese a percorrer toda a trajetória do livro é essa: há desnecessidade do governo central porque esse só confisca e atrapalha os negócios florescentes do livre-mercado autorregulado por empreendedores. O título mais adequado para o livro seria a *História Neoliberal do Brasil*. Ou a *Autoconstrução do Mercado no Brasil: dos Tupis aos PhDeuses*.

A epistemologia contemporânea questiona o valor realista da teoria científica e propõe uma tese convencionalista. Assim, a teoria neoliberal deixa de ser uma abstração, mas passa a ser vista como uma descrição do

real. É adotada sem maiores questionamentos como um modelo conceitual para as observações, no caso, da nossa história.

Caldeira escreve cerca de 100 páginas sobre o Império (1808-1889) para defender sua tese: “os grandes processos nacionais dependiam muito pouco do governo como um todo” (p. 292), e as contrapõe com 210 páginas sobre a Primeira República (1889-1930) para enfatizar: “o padrão de crescimento da economia brasileira mudou com a República. Comparada com o passado imperial, a economia deixou para trás a estagnação ao iniciar o desenvolvimento capitalista. E, comparado com o mundo, o Brasil deixou a posição de atraso crônico, mostrando uma economia não só vigorosa, mas das que mais cresceu no período” (p. 514). Esquecendo a história dos vencidos, ele louva o liberalismo da Velha República!

Sobram apenas 75 páginas para o período denominado por ele, pejorativamente, “A Era do Muro: Uma Centralização, Dois Resultados”, tratando em um só bloco o período 1930-2017. Rigorosamente, deveria o ter subdividido entre 1930-1980 (Era do Estado Desenvolvimentista), 1980-2002 (Era Neoliberal I), 2003-2014 (Era Social-Desenvolvimentista), 2015-2017 (Era Neoliberal II).

O historiador neoliberal se apressa para dizer: “o muro estatal erguido após 1930” trouxe consigo “com raríssimas e honrosas exceções, os ocupantes do governo central [que] pensaram em si mesmos como os governantes nos tempos coloniais como pessoas muito acima dos demais moradores” (p. 584). Acentua o legislador não ter se lembrado “de que existe o costume, que o cidadão é responsável, que a sociedade tem vida própria” (p. 585). A lei continua a seguir “a doutrina portuguesa do corporativismo” (p. 587). Critica a Constituição vigente que impõe “normas que reservam áreas para ação estatal e pelas garantias constitucionais a pequenos grupos privilegiados - que passam a ter direitos adquiridos garantidos pela lei geral e defensáveis na justiça” (p.588).

No último capítulo, louva o governo FHC por ter compreendido “o processo de globalização se tornou impositivo porque foi carreando para si todos os Estados nacionais, independentemente das opções políticas ou ideológicas locais. Ter um setor privado forte, atuante no mundo inteiro, capaz de competir em escala mundial passou a ser a regra do jogo. Manter o isolamento, os apanágios nacionais, o mercado fechado, as regras idiossincráticas, tornou-se a marca dos perdedores - o caso do Brasil nesse período. A obra de desencalhe desse isolamento prejudicial, inaugurada em 1990 [com Collor] e continuada no mandato popular [FHC?!] seguinte, tinha um ponto fulcral: remover as barreiras que reservavam ao governo central

(...) o domínio monopolista de uma série de atividades econômicas” (pp. 594/5). Os governos petistas, sem o autor apresentar dados comparativos, depois do “desencalhe”, se resumem ao “reencalhe” (sic).

Não à toa, a obra neoliberal do “fernandete” dispõe a orelha para o guru FHC. Este aproveita o espaço para destacar “o fracasso das tentativas de acelerar o crescimento econômico pela vontade política do Estado. Os limites dessas tentativas são vistos, por exemplo, nas referências ao Governo Geisel e às experiências mais recentes dos governos petistas. Elas não trouxeram continuidade ao desenvolvimento econômico e social”. A autoimagem tucana é fantasiosa a ponto de se enxergar assim!

Na Apresentação de Mary del Priore, essa historiadora amiga do Jorge Caldeira afirma: “o livro que o leitor tem nas mãos é um clássico”. Ora, quem define se um livro é um clássico é a geração posterior, se o lê como conhecimento substantivo indo assim além dos falsos adjetivos dos pares, parceiros, cúmplices... Eu, inadvertidamente, comprei o livro sem ler sua orelha e sua apresentação. E reli a conhecida releitura da história do Brasil realizada pelo neoliberalismo: mera condenação de O Governo e louvação de O Mercado.

O livro intitulado “*História da Riqueza no Brasil*” de autoria de Jorge Caldeira traduziria melhor seu conteúdo caso se intitulasse *História do Desgoverno do Brasil* ou a *História Neoliberal do Brasil*. Ou mesmo a *Autoconstrução do Mercado no Brasil: dos Tupis aos PhDeuses*. Desenvolvi esse argumento antes.

Agora, meu objetivo é analisar a metodologia usada por Caldeira na tentativa de provar sua tese de autossuficiência do mercado interno no período 1500-1808 do Brasil colonizado. “A noção de economia de subsistência e a consequente suposição de uma vida econômica restrita aos mínimos vitais foi empregada irrestritamente, no século XX, por economistas e historiadores de todas as tendências para descrever a produção dos povos das Terras Baixas” (p. 24) Esta é a porção a leste dos Andes no continente sul-americano. Quase todos viviam em aldeias autônomas.

O autor alega apenas no século XX começarmos a entender melhor os costumes para contar a história econômica dos governos nativos no atual território do Brasil. Isso ocorreu graças aos estudos dos sistemas de produção econômica e de governo dos indígenas realizados por “importantes intelectuais: antropólogos do porte de Darcy Ribeiro, Roberto da Matta e Eduardo Viveiros de Castro”. Outros indícios permitem aos cientistas contar a história de povos sem escrita.

Para conhecer “os índios antes do Brasil” (título do livro de Carlos Fausto) temos de recorrer às evidências fornecidas pela arqueologia e pela linguística histórica, conhecer as descrições legadas pelos colonizadores e missionários dos séculos XVI e XVII, e estudar as populações indígenas contemporâneas. Os sistemas sociopolíticos e cosmologias atuais guardam alguma semelhança com aqueles existentes na época da conquista? Em matéria de demografia e geografia, as dessemelhanças são notáveis: hoje há possivelmente 1/20 da população indígena de então.

Caldeira observa: “essa documentação [que, durante séculos, os historiadores recorreram para contar a história do Brasil] está fortemente enviesada pelas crenças dos escritores, revelando até mais seus preconceitos do que efetivamente dos costumes que procuravam descrever”. Ora, ele padece do mesmo viés com sua crença neoliberal.

Aquele popular aforismo - “a história é sempre a mesma, os historiadores são diferentes” - expressa uma verdade. Os fatos são interpretados e reinterpretados, ou até mesmo ignorados “ao sabor do freguês”, isto é, em favor da tese a ser defendida.

Por exemplo, mais adiante, Caldeira sequer cita o livro clássico da historiografia brasileira *Cultura e Opulência do Brasil* de autoria de André João Antonil (1649-1716). Ele avalia, detalhadamente, os habitantes e suas riquezas, capazes de serem oferecidas pelo Brasil a Portugal. Preocupa-se em compreender senhores e escravos, agentes centrais da nossa economia e vida colonial. A obra, escrita depois de 25 anos de experiência e observação em solo brasileiro, foi publicada em 1711. Porém, foi em grande parte destruída em cumprimento ao veto e sequestro régio, confisco realizado para evitar exposição das riquezas da colônia à cobiça de outras Nações, responsáveis por saques constantes na costa brasileira. França, Holanda e Inglaterra não poderiam ter o conhecimento desse potencial extrativo. Tornou-se um livro clássico de leitura obrigatória para uma boa formação histórica.

Contra os historiadores clássicos, o autor da “História da Riqueza no Brasil” opta por demarcar seu lugar na historiografia defendendo a hipótese de “a colônia portuguesa nas Américas não ser um espaço subalterno” porque:

1. as atividades econômicas são regidas pelo mercado;
2. a economia apresenta dinamismo próprio;

3. a sociedade é constituída de produtores independentes, tanto pequenos empreendedores como grandes empresários;
4. a escravidão é essencialmente de pequenos proprietários, indistintos do grupo dos produtores independentes;
5. há um domínio financeiro sobre a África (com grandes proprietários, os mais ricos do Brasil, controlando o negócio); e
6. com um ritmo de crescimento maior se comparado ao da metrópole arrecadadora.

A norma da divisão entre todos os herdeiros desde o início da colonização no Brasil teve consequências importantes referentes ao empreendedorismo. Tanto a aplicação da leitura antropológica dos costumes como os resultados da pesquisa mais recentes - sem citar as fontes - levam a Caldeira chegar a conclusões bastante diversas da interpretação tradicional. Ela postulava uma estrutura familiar de modelo patriarcal. As relações de gênero dominantes atribuíam à mulher papéis, tais como na sociedade Tupi-Guarani, capazes de ir muito além da submissão.

A regra essencial da cultura Tupi-Guarani continuou observada no Brasil: homens vindos de fora tinham, pela via do casamento, a possibilidade de serem aceitos em um grupo familiar estabelecido. Assim se formou uma sociedade miscigenada principalmente a partir da descoberta do ouro.

Mesmo com a monetização progressiva da economia antes dominada pelo escambo e o maior poder dos homens com dinheiro ou bens para casar, o fiado esteve presente desde o primeiro momento e sobreviveu. Conviveu com a circulação da prata espanhola, utilizada como moeda e capital nos dois primeiros séculos, e do ouro no século XVIII. Tomadores de mercadorias fiadas se ligam ao ato de empreender, aventurar, arriscar. Fiar vincula os contratantes por um laço de reciprocidade e confiança. Fiar cria uma rede de crédito informal e/ou não-bancária.

Desse efeito de rede entre os diversos componentes informais emerge um sistema complexo: uma economia garantida apenas pelo costume, pela palavra, pelo “fio do bigode”. Esta esteve “ao largo da lei, ao largo do registro escrito, ao largo dos governos, ao largo das análises” (p. 179).

Agindo com astúcia diante de um governo ávido para arrecadar tributos, o colonizado autônomo conduzia seu empreendimento recorrendo à

informalidade e aos costumes desconhecidos pela autoridade régia. Interessava a invisibilidade: o mercado e o lucro gerado permaneciam fora do alcance do governo.

“Os moradores do Brasil governavam-se a si mesmos basicamente de duas maneiras. Em primeiro lugar, pelos costumes gerais (como os casamentos de aliança ou o fiado), que regiam uma sociedade multiétnica, empreendedora e capaz de acumular riqueza. A aplicação parcial da lei escrita, das Ordenações do Reino, assegurou o florescimento de instituições favoráveis ao empreendedorismo. Em segundo lugar, os governos locais [paroquiais] atuavam com grande legitimidade e tinham um nível elevado de adaptação a essa sociedade aberta: as câmaras municipais e o clero secular eram as autoridades mais conspícuas e influenciadas pelos costumes” (p. 180). Para ele, empreendedores eram populares, pois “havia no Brasil um grau de soberania popular maior do que na metrópole” (p.169).

No fim das contas, conclui Caldeira, o governo-geral não atrapalhava demais o crescimento da economia pelas vias informais. “Leis civis como as relativas ao estatuto da terra, a forma de herança ou os direitos da mulher, substancialmente alteradas pelo costume, também favoreciam os empreendedores e o mercado, na comparação com o ambiente metropolitano ou mesmo europeu. Costumes da população como alianças matrimoniais ou o fiado garantiam efetivamente o desenvolvimento diferencial da colônia” (p. 181).

A documentação rala era fortemente marcada por visão de mundo de a desigualdade ser eterna e natural, portanto, a riqueza fluía para senhores e nobres. Tal visão não permitia explicar o crescimento econômico superior da colônia em relação à metrópole sem haver exportação (e conseqüente tributação) que o justificasse. Ficou a impressão da falta de dinamismo econômico, quando a autoridade central não se importava com ele, mas o crescimento acontecia com o apoio de governos locais (câmaras de vereadores com analfabetos como eleitos e eleitores) e costumes diversos.

Na dependência de trajetória histórica da economia brasileira, deduz Caldeira, “os grandes processos nacionais dependiam muito pouco do governo como um todo” (p. 292). Em termos sociais, frutificou a miscigenação iniciada com a aliança oferecida pelos Tupis. Em 1890, o Censo registrou 44% de brancos, 32% de pardos, 14% de negros, 9% de índios. Uma única língua era falada e entendida em todo o território (quase ½ da América do Sul), não fragmentado como o da América espanhola, mas com apenas 641 municípios, em sua maioria litorâneos. Cerca de 82,6% da população era analfabeta. Ela

triplicou de tamanho entre 1819, quando existiam 4,4 milhões de habitantes, e 1890, ano no qual foram contados 14,3 milhões de habitantes.

Porém, o século XIX como um todo, quando predominou uma Monarquia semi-parlamentarista, aliás, com o atual governo temeroso almeja, foi um período de estagnação da economia brasileira e de aceleração da economia mundial. O Império brasileiro não se integrou à essa expansão internacional e o mercado interno não foi mais suficiente para dar dinamismo econômico.

Depois dos decretos liberalizantes de Rui Barbosa em 1890, o governo republicano renunciou ao papel de interventor vigilante na vida econômica e criou as condições legais para os empresários poderem atuar com liberdade. “Bastou esse ato para que os empresários se libertassem do confinamento de sua atividade à casa (isto é, seus negócios pessoais) e oferecessem os produtos de suas empresas (agora Pessoas Jurídicas legalizadas) no mercado (agora uma instituição capaz de funcionar com apoio da lei). A mudança fez toda a diferença para os industriais e financiadores do sistema de crédito que atuavam na direção do capitalismo” (p. 517).

Esta é a tese pretendida ser defendida por Caldeira: “muito mais desenvolvimento com menos poder central”. Daí justifica seu entusiasmo com a Primeira República, quando “toda a sofisticada tentativa de uma política governamental visando acelerar o crescimento econômico foi concebida no âmbito privado e elaborada inicialmente na sociedade” (p. 520). E seu desalento com a Era do Muro (1930-2017), quando o emprego do governo central como dique nas transações externas permite um crescimento maior em relação à média internacional, em tempos de economia protegida fechada, mas sua manutenção leva a resultados pífios na Era da Globalização.

Ele defende com entusiasmo inaudito o “desencalhe” da Era Neoliberal com a abertura externa de Collor e a privataria tucana. E fica extremamente infeliz com o “reencalhe”, isto é, a mudança do modelo de concessão para o de partilha do petróleo do pré-sal. Como típico neoliberal, não se importa de entregar toda a riqueza brasileira, inclusive a Petrobras, à iniciativa privada, mesmo sendo essa estrangeira. Em tempos de globalização, para ele, não faz mais sentido falar em Nação. Isso é coisa de gente defensora do corporativismo. Acusa-a: “luta para sobreviver no poder” em “uma sociedade dominada por costumes igualitários e globalizados”. Onde?! Aqui-e-agora com a brutal concentração da riqueza brasileira nas mãos da casta dos mercadores?!

Abordagem Econômica

Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo

Os autores Luiz Gonzaga Belluzzo & Gabriel Galípolo do livro intitulado “*Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*” (São Paulo: Editora Contracorrente; 2017) advertem de início: “o propósito desse opúsculo é desenvolver uma avaliação dos processos sociais, econômicos e políticos que alteraram de forma profunda as articulações e a dinâmica das economias capitalistas desde a estagflação de meados dos anos 70 do século passado. Esse processo de transformação foi naturalmente acompanhado de mudanças nas subjetividades dos ‘agentes’ que tomam as decisões e dos ‘pacientes’ que sofrem suas consequências. Na cadência desse movimento, a narrativa predominante na dita Ciência Econômica sofreu um retrocesso conceitual mascarado de avanço científico. Os economistas da corrente principal se refugiam na formalização e na construção de modelos que escondem a inadequação e a pobreza da ontologia do econômico, ou seja, da estrutura de relações estabelecidas entre ‘agentes’ e ‘pacientes’ numa economia voltada para a acumulação monetária e marcada por diferenças de riqueza e poder.”

É uma amostra do texto profusamente adjetivado com esse eixo central - a dominância financeira - apresentado como o “bode-expiatório” das mazelas relacionadas ao câmbio, indústria, política fiscal, Estado Social, dívida pública e inflação. Estes temas e mais “as notícias de O Mercado ou O Mercado de notícias” são os discutidos referentes à força do *Soft Power* no Brasil no capítulo VI. Nos seis outros capítulos, os coautores debatem com a literatura estrangeira a respeito principalmente da economia norte-americana.

No capítulo sobre o Brasil, além do abuso de adjetivos, exageram na descrição quantitativa com dados datados e bastante conhecidos pelos especialistas. Em livros, obras analíticas mais permanentes depositadas em bibliotecas, temos de tomar cuidado com isso: evitar tabelas e gráficos com estatísticas. Logo ficam defasadas.

O *insight* mais interessante, provocado pelo “opúsculo” (na palavra dos coautores), está em sua Introdução, infelizmente não desenvolvido como método de análise no corpo do livro. Se aceitam a ideia de tratar a economia como um Sistema Complexo e colocam toda a ênfase nas “malditas” Finanças, teria sido uma boa ideia tratar todos seus temas como reveladores da trama com participações voluntárias dos agentes econômicos: um sistema financeiro internacional envolvendo a tudo e a todos de forma inescapável.

O desafio metodológico sugerido seria fazer a análise em diversas escalas. Poderiam ter demonstrado a relação entre a configuração emergente ou as dimensões de um mapeamento sistêmico e o tema por eles representado ou analisado a cada passo.

Reconhecem e citam. “A economia é um sistema complexo. Autor do livro *Decoding Complexity: uncovering Patterns of Economic Complexity*, James Glattfelder escreve no preâmbulo: ‘A característica dos sistemas complexos é que o Todo exhibe propriedades que não podem ser deduzidas das Partes individuais. Em suma, a Teoria da Complexidade trata de investigar como o comportamento macro decorre da interação entre os elementos do sistema’.

Isto significa ser crucial a identificação dos elementos interagentes do sistema econômico. Sobretudo, são decisivos os supostos definidores da natureza das relações entre esses elementos.

A metafísica e a epistemologia da corrente dominante ocultam uma ontologia do econômico. Ela postula certa concepção do modo de ser, uma visão da estrutura e das conexões da sociedade mercantil capitalista. Para este paradigma, a sociedade onde se desenvolve a ação econômica é constituída mediante *a agregação dos indivíduos*, articulados entre si por nexos externos e não necessários.

De acordo com Roy Bhaskar, se a concepção é atomística, então todas as causas devem ser *extrínsecas*. E se os sistemas não dispõem de uma *estrutura intrínseca*, isto é, esgotam-se nas propriedades atribuídas aos indivíduos componentes, toda a ação deve se desenvolver pelo *contato*. Os indivíduos “atomizados” não são afetados pela ação e, portanto, ela deve se resumir à comunicação das propriedades a eles atribuídas.

Bhaskar está se referindo ao paradigma da Física clássica (newtoniana), mas a sua definição é imediatamente aplicável aos fundamentos da concepção neoclássica da sociedade econômica. Ela é formada por indivíduos racionais e maximizadores, partículas definidoras da natureza da ação utilitarista. Elas jamais alteram o seu comportamento na interação com as outras partículas carregadas de “racionalidade”.

Os fundamentos da teoria econômica dominante definem coerentemente o mercado como um ambiente comunicativo. Sua função é a de promover de modo mais eficiente possível a circulação da informação relevante.

Na expressão metafísica, reivindica o caráter passivo e inerte da matéria e a causação é vista como um processo linear e unidirecional, externo

e inconsistente com *a geração do novo*, ou seja, com a emergência caracterizadora da dinâmica dos sistemas complexos.

Na versão epistemológica, reduto preferido do positivismo, os fenômenos são apresentados como qualidades simples e independentes, apreendidas através da experiência sensível. Nesse caso, a causalidade é vista como *a concomitância regular de eventos*. Ela se expressa sob a forma de *leis naturais*, depois de processada pelo sujeito do conhecimento.

A “economia científica” concentrada na construção de modelos formais ou na utilização de técnicas econométricas para demonstrar relações de determinação entre variáveis a partir de supostos teóricos discutíveis. Na contramão da trajetória de outros saberes, a Economia é insensível às mudanças de paradigma científico. Estas afetam as demais ciências e tornam obsoletas ou imprestáveis certas categorias do entendimento.

O aparecimento dos satélites e da computação digital impulsionou ainda mais a confiança na transformação dos modelos de previsão em instrumentos tão precisos quanto a equação descritiva da queda dos corpos. Em um modelo puramente determinista, dado um ponto de partida, as condições meteorológicas se desenvolveriam da mesma maneira, a cada vez. Alterado ligeiramente o ponto de partida, o tempo evoluiria de uma maneira diferente.

No entanto, ao longo das simulações, descobriu-se pequenas alterações nas condições iniciais poderem tornar qualquer previsão sem qualquer valor. Os erros e incertezas interagem, se multiplicam e formam processos cumulativos. *Efeito borboleta* é um termo referente à dependência sensível às condições iniciais dentro da Teoria do Caos. Segundo a metáfora popular, usada para apresentar a teoria elaborada em 1963 por Edward Lorenz, o bater de asas de uma simples borboleta poderia influenciar o curso natural das coisas e, assim, talvez provocar um tufão do outro lado do mundo.

Tanto na ciência quanto na vida, uma cadeia de acontecimentos pode ter um ponto de ruptura em sua trajetória ou uma inovação disruptiva. Ele vai aumentando com pequenas mudanças. Mas o *caos* significa esses pontos de crise poderem aparecer por toda parte. Em sistemas complexos, como os de previsão econômica, a dependência sensível das condições iniciais é a consequência inevitável da maneira pela qual as pequenas escalas se combinam com as grandes.

Na Física do século XX, a Termodinâmica, a Física dos Quanta e a Teoria da Relatividade vêm confirmando: os caminhos na Natureza não podem ser previstos com exatidão. As pequenas diferenças, as flutuações insignificantes

podem ser produzidas em circunstâncias apropriadas, invadir todo o sistema e engendrar um novo regime de funcionamento.

Para Ilya Prigogine, autor de *As Leis do Caos* (São Paulo; Editora Unesp; 2002), ao contrário do achado pelo senso comum, *caos* não sugere desordem ou imprevisibilidade. É possível incluir o “caos” nas Leis da Natureza, caso “generalizemos essa noção para nela incluirmos as noções de probabilidade e de irreversibilidade”.

Antes, o sobrenatural explicaria o presente conter o futuro assim como o passado. Sob essa ótica, o estudioso conhecedor das Leis da Natureza aproximava-se, progressivamente, desse conhecimento divino.

A noção de instabilidade obriga-nos a abandonar a descrição de situações individuais, como trajetórias ou funções de onda, para adotarmos descrições estatísticas. No plano estatístico podemos evidenciar o aparecimento de uma *simetria temporal quebrada*.

A formulação tradicional das Leis da Natureza contrapunha as leis fundamentais atemporais às descrições fenomenológicas, incluindo *a seta (ou irreversibilidade) do tempo*. A reconsideração do “caos” leva também a uma nova coerência, a uma Ciência não baseada apenas em *Leis*, mas também levando em consideração os *Eventos ou Acasos*. Assim, não está condenada a negar o surgimento do novo. Essa negação é uma recusa da sua própria atividade criativa.

Hoje, conhecemos diversas classes de sistemas instáveis, seja operando em tempos discretos, seja os dinâmicos, quando o tempo age de modo contínuo. Atualmente, a descrição fundamental aceita pela Física se faz em termos de *sistemas instáveis*.

O caos é sempre a consequência de fatores de instabilidade. O pêndulo, na ausência de atrito, é um sistema estável, mas o mais interessante para a Física são os sistemas instáveis. Neles, uma pequena perturbação amplifica-se, e trajetórias inicialmente próximas divergem.

Nas Ciências Naturais, o ideal tradicional era alcançar a certeza associada a uma descrição determinista. Ao contrário, as noções de incerteza, de escolha e de risco dominam as Ciências Humanas, quer se trate de Economia, quer de Sociologia.

É o modo de descrever o curso do tempo a distinção crucial entre as duas culturas. Antes, imaginava-se elas se distinguirem pela complexidade: a Física ocupar-se-ia então dos chamados *fenômenos simples*, e as Ciências

Humanas, dos *fenômenos complexos*. Mas, hoje, a diversidade entre fenômenos simples e complexos tem-se reduzido.

É possível estabelecer modelos simples para descrever, de modo esquemático, problemas considerados tradicionalmente complexos. São os casos do funcionamento do cérebro ou do comportamento das sociedades, seja de insetos, seja de humanos.

A Física Clássica baseava-se no estudo da gravitação e do eletromagnetismo. A Física Moderna acrescentou a ela *outros tipos de interação*. Um dos seus problemas é o da *unificação das interações*. Os físicos têm o desejo de descobrir uma única Lei a partir da qual seja possível derivar todas as outras. É possível tal façanha por parte dos economistas? Existe tal coisa: uma única Lei do Movimento do Capitalismo?

A *unificação das interações* está muito longe de ser o único problema ainda a ser resolvido hoje. Desde o século XIX, o surgimento de ciências baseadas em paradigmas diversos abriu outras perspectivas metodológicas. A Biologia darwiniana e a Termodinâmica são Ciências da Evolução.

O darwinismo insistia no surgimento de novidades, novas espécies, novos modos de adaptação e novos nichos ecológicos, enquanto a visão termodinâmica só falava do nivelamento e da morte térmica. O Universo teria começado a se formar em um nível muito baixo de *entropia*, correspondente a uma “ordem” inicial, para chegar, depois de um período suficientemente longo, à *morte térmica*. Mas qual é essa ordem inicial? O único fator previsível do Universo é a sua morte?

Quando se afasta da armadilha mental do Equilíbrio Atemporal, não há retorno. É irreversível o rumo multidisciplinar da Ciência Econômica ao tratar de dependência de trajetórias caóticas com o objetivo de entender toda a complexidade do seu objeto de estudo: a sociedade humana e seu meio-ambiente econômico. Os agentes econômicos interagem entre si e com o meio-ambiente, afetando este de maneira dinâmica. Suas inovações levam à ruptura com a rotina em uma destruição criativa de meio-ambiente, seja o institucional, seja o natural.

Belluzzo & Galípolo afirmam: “a modelística macroeconômica contemporânea não foi capaz de realizar a delicada operação sugerida por Keynes de ‘integrar o *particular* quando se refere ao *geral* e tocar o *abstrato* e o *concreto* com o mesmo voo do pensamento’.”

É possível reivindicar uma complexidade ainda maior nos processos de conhecimento das ditas Ciências Sociais. Segundo Habermas, além de estarem

submetidas à confirmação empírica (ou à rejeição), as teorias da sociedade devem estar sujeitas à demonstração de serem “reflexivamente aceitáveis”.

A investigação deve compreender não apenas as instituições e práticas sociais, mas também incluir as convicções adotadas pelos agentes sobre sua própria sociedade - investigar não apenas a realidade social, mas os saberes dos pretensos conhecedores dela. “Uma teoria social é uma teoria a respeito das convicções dos agentes sobre a sua sociedade, sendo ela mesma uma destas convicções. Os assim chamados cientistas sociais, sobretudo os economistas, costumam descuidar dos *fundamentos cognitivos* implícitos em seus procedimentos.”

Concluem Belluzzo & Galípolo a Introdução do livro, apresentando o foco de suas análises: as “fricções” engendradas pelas variáveis monetárias e financeiras. “A historicidade imposta pelo tempo nos leva à consideração das *decisões cruciais dos indivíduos que detêm o controle da riqueza*. Respondendo às circunstâncias existentes, eles estão obrigados a enfrentar a incerteza para projetar o futuro. Essas trajetórias condensam as decisões passadas dos agentes heterogêneos e, não raro, viram de ponta-cabeça os resultados pretendidos. Nem tudo pode dar certo.”

Para Além da Política Econômica

A narrativa neoliberal da história econômica recente peca pela memória seletiva. Tem um viés de auto atribuição. Sucesso é visto como resultado do desempenho de seus pares ideólogos e fracasso é atribuído aos adeptos de outras ideologias. Por exemplo, o lastimável final do governo FHC foi interpretado como causado pelo temor em relação ao futuro com Lula em 2003. Quando não é possível esse autoengano, atribui os danos às circunstâncias incontroláveis desastrosas: crise da Ásia-Rússia-Argentina e crise hídrica para o “apagão” de 2001.

A Falácia da Conjunção propicia uma compreensão intuitiva para histórias “consistentes” ou “plausíveis”, contadas de maneira convincente, impressionante e repetitiva pela mídia, mesmo não sendo verdadeiras. Nessa “pré-visão” apriorística do passado, a glória maior é o Plano Real de julho de 1994. É imaginado seu prosseguimento quase eterno, seja com o regime de banda cambial e sobrevalorização da moeda, seja com a mudança em 1999 para o intocável tripé da política econômica.

Assim, o “acerto” do Lula teria sido a manutenção desse tripé, embora os neoliberais omitam a adoção de outra composição dos instrumentos: juro e meta do superávit elevados, a moeda nacional apreciada e a política de crédito resgatada. O resto foi simplesmente “sorte”: *o boom de commodities*.

À maior crise mundial desde a de 1929 não é dada nenhuma importância, diferentemente das crises localizadas nos anos 90.

Já a *bolha de commodities* ter se desinflado desde setembro de 2011 e uma seca ter perdurado de 2012 até 2016 não são vistos como atenuantes para a acusação contra a Dilma. Ela ousou alterar, em contexto distinto, o tripé macroeconômico e compensar a inflação de alimentos com o controle de preços administrados. Baixar a maior taxa de juros mundial, depreciar a moeda nacional e competir os bancos públicos com os bancos privados são considerados pecados mortais, sujeitos ao golpe pelas “pedaladas fiscais”.

Contra essa narrativa parcial, Ricardo Carneiro, Paulo Baltar e Fernando Sarti publicaram um livro digital (São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018) com uma coletânea de ensaios cujos autores fazem uma análise mais profunda do movimento recente da economia brasileira: *Para Além da Política Econômica*. Demonstrando a demanda por livros críticos à análise midiática hegemônica, milhares de downloads gratuitos foram realizados no site da Editora Unesp e Portal do Instituto de Economia da UNICAMP.

Contra aquele critério único de julgamento focado em manutenção (ou não) do suposto legado da política econômica de FHC, Ricardo Carneiro se contrapõe: “a trajetória da economia brasileira durante o período 2011-2016 só pode ser explicada a partir da interação de três elementos: o estrutural, o cíclico e a política econômica”.

O arrefecimento do ciclo de 2003-2010 impunha a necessidade de se buscar um novo modelo de crescimento para superar os limites do padrão anterior. Para reverter a especialização regressiva, priorizou a ampliação da infraestrutura, em parte utilizada além de sua capacidade, em parte sucateada por anos de baixo investimento. A força motriz principal seria, nesse caso, o investimento autônomo, distinto do induzido por exportação e consumo, e apoiado diretamente por ações do Estado.

O arranjo político para sustentar esse novo modelo rompeu com aquele da ampla conciliação das classes, observado nos governos Lula, quando foi possível acomodar muitos interesses. Seria crucial fazer certas escolhas e negociar, claramente, com os segmentos integrantes de uma nova aliança interclassista.

Ao fazer grandes obras sem endividamento com bancos privados nacionais e estrangeiros, mas sim com crédito dos públicos e investimentos dos fundos de pensão patrocinados, o governo Dilma excluía o capital financeiro e suas ramificações externas. Pretendia se apoiar nos industriais e nas grandes incorporadoras para reindustrializar o país e ampliar sua infraestrutura. Ao enfatizar a nova classe média e os trabalhadores,

focalizando políticas sociais ativas, não deu importância política devida à classe média tradicional, exceto à tecnoburocracia estatal.

Dada a elevada abertura financeira da economia brasileira, Ricardo Carneiro resalta também a relevância do ciclo de liquidez global como condicionante do ciclo doméstico. Essa influência foi exacerbada e mais instabilizada por conta das políticas de combate à crise nos países centrais.

Quanto à inserção brasileira na economia globalizada, a formação das cadeias globais de valor e a inserção assimétrica do Brasil reduziram o investimento industrial na fase de desaceleração do ciclo. Isso foi intensificado por conta do aparecimento da capacidade ociosa generalizada nos países avançados e, em particular, na China.

A avaliação dos acertos e equívocos da política econômica teria de levar em conta os condicionantes postos pela desaceleração cíclica. O aspecto principal foi o esgotamento do dinamismo advindo da expansão do consumo. Bateu-se em limites à melhoria da distribuição da renda advinda do aumento do salário mínimo e de transferências de recursos públicos sem mudanças tributárias significativas.

É discutível se o crédito não se manteve no ritmo anterior por causa do grau de alavancagem financeira de bancos públicos e das empresas não-financeiras ou por esgotamento da capacidade de endividamento das famílias. O temor pela elevação do desemprego após 2014 justifica mais o temor delas em tomar crédito.

A ampliação da infraestrutura e a exploração do pré-sal constituíram as prioridades escolhidas quando foi necessário mudar o modelo de crescimento. Porém, a proposta desenvolvimentista fundada, de um lado, na diversificação produtiva e fortalecimento dos setores empresariais nacionais e, de outro, no aumento do protagonismo do Estado, não encontrou apoio suficiente na elite socioeconômica e política.

Constatou-se não haver mais uma classe empresarial cujos interesses estejam atrelados ao desenvolvimento do país. Os industriais optam pela elevação da *financeirização* e associação internacional. A classe média de alta renda tem um perfil de consumo predominantemente globalizado. Ela define sua preferência política baseada em critérios de maximização do consumo ou atendimento da opção rentista em curto prazo.

Alguns equívocos na operação da política econômica do governo Dilma Rousseff são registrados por Ricardo Carneiro. Eles terminaram por agravar o quadro estrutural e cíclico apontado. Houve baixa capacidade de negociação dentro e fora da coalizão, inclusive junto ao Congresso. Face à quebra de

oferta de alimentos pela seca e decorrente choque inflacionário, reagiu-se com oscilações bruscas no manejo de preços macroeconômicos, tanto juro e câmbio, quanto de preços administrados. Demorou muito a deslançar uma ampliação da infraestrutura com concessões de serviços de utilidade pública, particularmente, em energia e transporte. Usou (e abusou) do BNDES e da Petrobras além da conta (fiscal e ética).

O “estelionato eleitoral” de 2015, com a escolha de ministro da Fazenda para implementar programa neoliberal de ajuste fiscal e choque tarifário, também colaborou para deixar a impressão de os equívocos de política econômica terem sido os únicos responsáveis pelo fracasso desse experimento social-desenvolvimentista. Mas, como os diversos autores estruturalistas conseguiram demonstrar, essa é uma visão incompleta e superficial.

Fernando Sarti e Celio Hiratuka enfatizam a constituição de uma rede internacionalizada de produção e fornecimento ter promovido um intenso deslocamento da produção industrial dos países avançados em direção a, sobretudo, os países do Leste Asiático. Eles denominam este processo de “*chinalização industrial*”.

Essa internacionalização da produção reforçou as vantagens de diferenciação e de custo advindas das economias de escala e escopo. As maiores escalas e os menores custos proporcionaram preços industriais decrescentes com impactos significativos sobre a rentabilidade e os investimentos das atividades industriais.

O cenário econômico adverso ao desenvolvimento industrial local e as estratégias defensivas das empresas industriais instaladas no Brasil, no período pós-crise internacional, favoreceram um padrão de inserção externa assimétrica e subordinada nas cadeias globais de produção. O aprofundamento da internacionalização produtiva, reforçado pelos intensos fluxos de investimento externo, ampliou a desnacionalização da base produtiva e a transferência do controle de decisões estratégicas de produção, comercialização e investimento para o exterior.

O resultado foi o aprofundamento da especialização regressiva da estrutura produtiva acompanhada da elevação do conteúdo importado e do coeficiente de importações. Não houve a contrapartida de um aumento proporcional do coeficiente de exportações manufatureiras e, pior, dos investimentos industriais na economia brasileira.

Esse quadro desfavorável foi agravado pela forte redução da rentabilidade industrial em função de redução global dos preços industriais, contração da escala de vendas domésticas, pressões de custos salariais e das

despesas financeiras. Houve perda de participação do valor agregado manufatureiro brasileiro em relação ao global e ao dos países emergentes industriais.

Com a recessão da economia e da indústria, ganharam vulto posturas defensivas das empresas, como a alocação de recursos em ativos mais líquidos e de retorno mais rápido. Neste sentido, a participação da receita financeira em relação à receita total subiu quando a taxa de juros voltou a se elevar em abril de 2013.

Porém, a partir de 2014, os balanços das empresas industriais se fragilizaram, porque uma maior parcela da receita corrente passou a ficar comprometida com o pagamento de despesas contratuais como impostos e despesas financeiras. O crescimento dos salários não foi acompanhado de reduções correspondentes em custos cambiais (embora muitas empresas se valessem das desonerações fiscais), e ficou acima do aumento de produtividade. Daí registrou-se uma significativa perda de competitividade em quase todos os setores industriais, exceto o intensivo em recursos naturais, em particular, o setor de alimentos.

Bruno De Conti e Nicholas Blikstad destacam o papel-chave da capacidade ociosa na indústria chinesa para reversão cíclica. Da perspectiva da economia mundial, o alto grau de capacidade ociosa em um contexto de economias integradas impõe um amortecimento à produção industrial e, notadamente, aos investimentos em outros países. Os efeitos (diretos e indiretos) do dinamismo chinês sobre a economia brasileira resultam dos principais vetores originários dos impactos: o comércio exterior e o Investimento direto estrangeiro (IDE).

Os “efeitos China” sobre o comércio exterior brasileiro são aumento das exportações de *commodities* e queda nas exportações de manufaturados. Quanto ao caráter geopolítico do IDE, os setores priorizados são nitidamente aqueles ligados a recursos naturais, infraestrutura e, sobretudo, energia. O papel do Brasil na divisão internacional do trabalho vem se efetivando como sendo “a fazenda do mundo”, enquanto a China se torna “a fábrica do mundo”.

Pedro Paulo Zahluth Bastos e Celio Hiratuka destacam a convivência de apreciação cambial com abertura comercial ter resultado em uma “doença brasileira”: o fato de as unidades produtivas locais se adaptarem estruturalmente à divisão internacional do trabalho industrial, construída desde a década de 1980, com a redistribuição da indústria em cadeias produtivas regionais ou globais. Passaram a importar bens de capital, partes,

peças e componentes especializados para montagem industrial dos bens finais no Brasil. Virou uma indústria “montadora ou maquiadora”.

Segundo Paulo Eduardo Baltar, Jacqueline Souen e Guilherme Campos, diferentemente da narrativa neoliberal da Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014), ficaram na memória popular as principais tendências do mercado de trabalho no período de crescimento com inclusão social. O emprego formal cresceu além do número total de pessoas ocupadas. A taxa de desemprego diminuiu não tanto pelo vigor do aumento do número de pessoas ocupadas, mas sim devido à diminuição no ritmo de crescimento da população economicamente ativa (PEA), provocado principalmente pela redução na taxa de participação das pessoas na atividade econômica e aumento de anos de escolaridade.

A dinâmica demográfica e, principalmente, o adiamento da entrada na atividade econômica foi alterando a estrutura etária da PEA, reduzindo a proporção dos mais jovens, com implicações importantes para o mercado de trabalho. O aumento do valor do salário mínimo e os ganhos reais das negociações das categorias profissionais elevaram o poder de compra da renda do trabalho e reduziram a dispersão.

Na geração de emprego e renda desse período destacou-se, então, a formalização da atividade econômica e dos contratos de trabalho. As razões para essa formalização vão desde o crescimento mais forte e continuado da economia, passando pelo maior cuidado das autoridades do governo social-desenvolvimentista para com essa formalização - visando aumentar a arrecadação de impostos e contribuições sociais para lograr as metas de superávit primário -, até um tratamento tributário e contributivo diferenciado para os pequenos negócios (Simples), com o objetivo de estimular sua formalização.

A recuperação da indústria pressupõe a existência de vetores de crescimento da demanda. Com relação às exportações, dependente da demanda externa, a inserção mais virtuosa nas cadeias regionais ou globais de valor dependerá, de um lado, da estratégia adotada pelas filiais de empresas estrangeiras presentes em quase todos os setores industriais e, de outro, de um maior grau de ousadia e capacidade de assumir riscos para investir em recursos produtivos e ativos intangíveis por parte das fragilizadas empresas nacionais. Isso possibilitaria aprofundar o ainda tímido processo de acúmulo de capacitações e internacionalização produtiva e comercial.

As filiais de empresas transnacionais têm adotado as decisões estratégicas sobre quanto produzir e investir e onde importar ou para onde exportar, fazendo a gestão dos diferenciais de capacidade ociosa e de custo.

Assim, além do fortalecimento das relações do Brasil com América Latina, África e países do BRICS, e do avanço do acordo de integração econômica entre Mercosul e União Europeia, a política cambial terá de cumprir um papel-chave para uma inserção comercial mais virtuosa.

Outro vetor importante de demanda é a recuperação do consumo. São condições básicas para a reconstrução de um mercado de massa: a redução do nível de desemprego, girando em torno do patamar de 13% da PEA, o retorno de uma política de reajuste real do salário mínimo, a redução das taxas de juros e dos *spreads* para patamares civilizados e condizentes com a prática internacional, e a montagem de um novo ciclo de crédito.

Diante de um quadro de recessão, a recuperação industrial se inicia pela ocupação da capacidade ociosa, portanto não é de esperar uma recuperação dos investimentos industriais tão cedo. Nesse caso, os investimentos “autônomos” em relação à expectativa de demanda, realizados em razão de política pública em infraestrutura (logística, energia, telecomunicações e saneamento) e na própria construção civil residencial e pesada assumem um papel estratégico na expansão da taxa de investimento geral e da demanda por bens industriais, sobretudo da indústria pesada.

A recuperação de um ou mais vetores de demanda constitui-se em condição necessária, porém não suficiente, para o desenvolvimento industrial brasileiro. O vazamento de parte substancial da demanda por bens industriais para as importações nas últimas duas décadas, e com maior intensidade depois do início da crise internacional, impediu a recuperação da produção e do investimento industrial e uma trajetória mais estável e sustentada de crescimento. É fundamental gerar demanda, mas também o é capturar essa demanda para o desenvolvimento industrial e tecnológico.

Assim como o *processo de “chinalização industrial”* impôs um novo patamar de economias de escala e de escopo, e, portanto, de competitividade, para uma gama ampla de setores industriais, um novo *cluster de inovações* promoverá mudanças estruturais de competitividade. A baixa taxa de investimento industrial afastou a indústria brasileira da fronteira tecnológica.

O desenvolvimento e a difusão de *tecnologias disruptivas* (Indústria 4.0) no Brasil poderão ser dificultados pelo fato do país sequer ter internalizado de forma adequada os setores da terceira revolução tecnológica: tecnologias de informação e comunicação (TIC), além de outras áreas tecnológicas importantes como biotecnologia, nanotecnologia etc. São esperados fortes impactos pela difusão dessas novas tecnologias sobre as estruturas produtivas dos países em desenvolvimento. Daí a necessidade de um novo tipo de política

industrial com favorecimento fiscal ou crédito muito seletivo e condicionante à inovação tecnológica.

Valsa brasileira: do boom ao caos econômico

Laura Carvalho, professora da FEA-USP e colunista da Folha de São Paulo, publicou, no ano de 2018, o livro “*Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*” pela Editora Todavia. Aprecio sua análise da economia brasileira baseada em fatos e dados, e não em ideologia neoliberal. Os editores já estão percebendo o cansaço dos leitores em ler tanto na mídia quanto nos livros a mesma ladainha com pregação contra o Estado demonizado. Isto quando não se apresentam como *direitopatas* ou *esquerdofóbicos*, exalando o anacrônico *anticomunismo* da era da Guerra Fria, repaginado como *antipetismo*.

Laura Carvalho enfrenta todas as polêmicas, existentes entre economistas e jornalistas, a respeito da Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014) e da volta da Velha Matriz Neoliberal (2015-2018).

Sua pergunta-chave é: “Como a economia de um país continental evoluiu, em apenas sete anos, da euforia de um cenário de crescimento bem acima da média das últimas décadas, com vigorosa geração de empregos formais e alguma redução das desigualdades, para uma das maiores crises de sua história?”

Responde: “Para alguns, tudo não passou de uma ilusão. A economia brasileira só cresceu de forma mais acelerada porque foi favorecida, entre 2003 e 2011, pela alta nos preços das *commodities* que exportamos: petróleo, minério de ferro e soja. Desde então, voltamos ao desemprego alto, à ampliação das desigualdades e ao baixo crescimento que caracterizavam o país desde as chamadas décadas perdidas. De acordo com essa visão [pedetistas/novo-desenvolvimentistas], o Brasil deu sorte por quatro ou cinco anos, mas o azar voltou a prevalecer.

Para outros [tucanos/neoliberais], o que houve foi uma sucessão de erros. O maior crescimento nos anos 2000 seria mera consequência das condições macroeconômicas criadas no fim da década de 1990, após a estabilização dos preços e a adoção do famoso tripé macroeconômico composto pelo regime de metas de inflação, pelas metas de superávit primário e pela taxa de câmbio flutuante. A utilização exagerada do Estado como promotor da distribuição de renda e do crescimento econômico é que teria levado ao colapso. A solução para a crise estaria, portanto, na volta e no aprofundamento do modelo adotado nos anos 1990.

Há ainda os [petistas/social-desenvolvimentistas] que consideram que não foi nem uma coisa, nem outra. A crise econômica seria essencialmente política, causada pela propaganda negativa da imprensa, pela má-fé do Congresso ou até mesmo por um boicote do empresariado financeiro. Nesse caso, não seriam os erros do governo Lula ou Dilma Rousseff os responsáveis pela crise, mas, ao contrário, seus acertos, pelo incômodo que provocaram nas elites econômicas e financeiras do país.”

Laura Carvalho salienta, corretamente: “Uma crise dessas proporções não pode ter uma única causa. Entre os fatores que explicam o crescimento inclusivo que o país experimentou durante os anos 2000, há um pouco de sorte e alguns acertos. Da mesma forma, entre os fatores que explicam a desaceleração econômica e a crise que se segue, há um pouco de azar e erros significativos.

A compreensão do vaivém da economia brasileira na última década pede diagnósticos que descartem o Fla-Flu político e as comparações simplistas entre economia internacional e economia doméstica. Se combinar crescimento econômico, estabilidade de preços e da dívida pública, redução das desigualdades e sustentabilidade ambiental dependesse apenas da fidelidade a um receituário simples e já velho conhecido de todos, países ricos e pobres ao redor do mundo não enfrentariam tantas contradições e dificuldades até hoje.

Entre 2004 e 2010, o Brasil conseguiu obter, junto com as taxas mais altas de crescimento, uma redução das desigualdades sociais e regionais, o aumento sustentado dos salários, a elevação do nível de emprego formal, a melhoria das contas públicas e externas, tudo isso mantendo a taxa de inflação sob controle. O investimento cresceu em média 6,7% ao ano no período, superando até mesmo o crescimento do consumo, que foi de 4,5% anuais.

O que a análise dos dados e eventos parece sugerir é que o modelo de crescimento que vigorou no Brasil nos anos 2000 precisava superar obstáculos importantes para se sustentar ao longo do tempo, mas não estava, de antemão, condenado ao esgotamento. Em vez da superação dos desafios, optou-se pela adoção de uma política econômica, em boa parte, equivocada.”

Sua hipótese é: “Não foi o excesso de intervencionismo que nos trouxe de volta para o túnel infinito da austeridade, mas sim o tipo de desenvolvimentismo que orientou a política econômica desde 2011.”

O Estado havia sido decisivo na expansão do mercado interno brasileiro entre 2006 e 2010, através de políticas de transferência de renda e aumento do salário mínimo, junto com a ampliação dos investimentos em

infraestrutura física e social. No entanto, no final do segundo mandato do presidente Lula, crescia a visão de que tal estratégia de crescimento, erroneamente interpretada como “liderada pelo consumo”, era insustentável. Empresários do setor industrial e boa parte dos economistas defendiam medidas que reduzissem os custos das empresas nacionais e elevassem sua competitividade diante da concorrência estrangeira.

A presidente Dilma atende a tais demandas constantes da Agenda FIESP:

1. reduz a taxa de juros,
2. desvaloriza o real e
3. subsidia a lucratividade dos empresários por meio de desonerações tributárias, controle de tarifas energéticas e crédito a juros mais baixos.

Essas medidas, de alto custo e pouco eficazes no estímulo ao crescimento, têm impacto negativo sobre as receitas do governo e dificultam a estabilização da dívida pública. O fim da história nós conhecemos bem: manobras fiscais, um impeachment vendido como solução para a crise e, desde então, um país dedicado a jogar fora, junto com a água suja do banho, o bebê e a bacia.”

A valsa brasileira apresentada por Laura Carvalho começa com a análise dos pilares que sustentaram o “Milagrinho” dos anos 2006-10, quando o país deu um passo à frente. Ainda que houvesse limites à continuidade de tal processo, a adoção da Agenda Fiesp entre 2011 e 2014 - o conjunto de medidas desenhadas para beneficiar o setor industrial, frequentemente chamado de “Nova Matriz Econômica”, mas denominada por ela mais adequadamente como Agenda FIESP - representou um passo ao lado. A dança evolui para o grande passo atrás dos anos 2015-6, voltado para o desmonte acelerado do frágil Estado de bem-estar social brasileiro.

Complexidade Econômica

Paulo Gala, professor da FGV-EESP desde 2002, reúne vários posts de seu site “Economia Essencial para entender o Brasil e o Mundo” em seu livro “*Complexidade Econômica: Uma Nova Perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações*” (Rio de Janeiro: Contraponto-CICEF; 2017).

Ele narra sua filiação, em maio de 2010, a um grupo de economistas de tradição keynesiana e estruturalista, liderados pelo ex-ministro e professor emérito da Fundação Getulio Vargas, Luiz Carlos Bresser-Pereira. Ele se reuniu

em São Paulo para discutir teses de uma estratégia nacional de desenvolvimento capaz de encurtar o caminho para o desenvolvimento econômico. As teses desenvolvem o argumento apresentado no livro *Competição e Globalização* publicado por Bresser-Pereira em 2010.

A reunião fez parte do projeto de governança financeira e desenvolvimento econômico financiado pela Fundação Ford. O projeto tem como pano de fundo o fracasso do Consenso de Washington (liberalização, privatização e ajuste fiscal) em promover o desenvolvimento econômico na América Latina. A grande crise financeira de 2008 mostrou ao mundo os limites e perigos envolvidos na globalização e na desregulamentação financeira. A reunião foi feita na esteira de uma das maiores crises financeiras da história, onde ficou evidente o impacto negativo da abertura desenfreada de mercados financeiros em diversas economias ao redor do globo.

O objetivo geral do encontro foi avaliar como uma estratégia de desenvolvimento poderia promover crescimento e estabilidade. O objetivo mais específico foi discutir as teses que fundamentam uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento.

A versão final abaixo resume as teses aprovadas pelos participantes originais da reunião. São teses para articular os caminhos possíveis para criação de complexidade econômica de uma perspectiva de análise macroeconômica e do papel do Estado no processo. O desenvolvimento econômico é um processo estrutural de plena utilização de todos os recursos domésticos capaz de levar de maneira sustentável a economia à máxima taxa de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

O primeiro objetivo é promover o pleno emprego do trabalho. Este processo envolve não apenas o aumento da produtividade em cada setor, mas também a contínua transferência de trabalhadores para indústrias. Estas produzem bens e serviços de maior valor agregado e pagam maiores salários.

O Mercado é o lugar privilegiado desse processo, mas O Estado tem um papel estratégico em prover o arcabouço institucional de modo a sustentar essa dinâmica. Isso inclui a promoção de estruturas e instituições financeiras capazes de canalizar os recursos domésticos para o desenvolvimento de setores produtores de alto valor agregado. Esse arcabouço institucional deve também incluir medidas para:

1. evitar desequilíbrios estruturais e
2. promover a competitividade internacional.

No contexto da globalização, o desenvolvimento econômico requer uma *estratégia nacional de desenvolvimento* com:

1. captura oportunidades globais;
2. economias de escala e fontes múltiplas de aprendizado tecnológico;
3. redução de barreiras para inovação decorrentes de regimes de propriedade intelectual excessivamente rígidos;
4. estabilidade financeira;
5. oportunidades de investimento para investidores privados.

Apesar do lado da oferta e de políticas industriais estratégicas serem relevantes para o processo de desenvolvimento econômico, o lado da demanda abriga os maiores gargalos para o crescimento. Desde Keynes reconhece-se a oferta ser incapaz de criar automaticamente sua própria demanda.

Entretanto, em países emergentes existem duas tendências adicionais limitadoras da demanda e o investimento:

1. a tendência de os salários crescerem abaixo da taxa de crescimento da produtividade e
2. a tendência à sobrevalorização da taxa de cambio nominal e real.

A tendência para os salários crescerem mais lentamente se comparada ao ritmo da produtividade se deve a:

1. a existência de mão de obra abundante e
2. a economia política dos mercados de trabalho.

Essa tendência de $W < Y/N$ tem como consequência:

1. limitar a demanda doméstica;
2. reforçar a concentração de renda;
3. afetar negativamente o crescimento da produtividade no longo prazo.

Sugere-se para neutralizar essa tendência de subvalorização do trabalho:

1. um piso de salário mínimo;

2. transferência de renda para os pobres; e,
3. principalmente, a garantia do governo de emprego a uma taxa mínima de salário.

A alternativa - uma sobrevalorização crônica da moeda doméstica para aumentar o poder de compra - não é uma estratégia sustentável.

A tendência à sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio em países em desenvolvimento se deve:

- tanto a dependência da poupança externa na forma de fluxos de capital;
- quanto à doença holandesa no contexto de um mercado de capitais excessivamente aberto e sem a apropriada regulação.

Essa tendência implica a taxa de câmbio em países em desenvolvimento:

1. não ser somente volátil,
2. mas contribuir para recorrentes crises monetárias e recorrentes bolhas nos mercados financeiros.

Também implica oportunidades de investimentos orientados para exportação serem cronicamente insuficientes. A sobrevalorização cambial torna até mesmo as empresas domésticas mais eficientes não competitivas em um ambiente internacional.

A “doença holandesa” pode ser caracterizada como uma permanente sobrevalorização da moeda doméstica, devido às rendas ricardianas originadas na exportação de *commodities* e recursos naturais. Ela impede o florescimento de outras indústrias de bens comercializáveis. Isso ocorre porque ela produz um equilíbrio de conta corrente não compatível com uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Esta seria uma taxa capaz de permitir as indústrias de bens comercializáveis utilizarem o estado da arte em tecnologia e se tornarem competitivas no mercado global.

O desenvolvimento econômico deve ser financiado primordialmente com poupança doméstica. Para atingir tal objetivo, a exigência da utilização de recursos domésticos, especialmente trabalho, é necessária para a concessão de crédito pelas instituições financeiras públicas.

A tentativa de utilização de poupança externa via déficits em conta corrente geralmente:

1. não aumenta a taxa de investimento (como defendido pela visão neoclássica) e
2. aumenta o endividamento, reforçando a instabilidade financeira.

Estratégias de crescimento baseadas em poupança externa:

1. causam fragilidade financeira;
2. colocam governos na posição de reféns dos mercados financeiros e
3. terminam, em geral, em crises cambiais e de balanço de pagamentos.

Para garantir um arcabouço apropriado para o desenvolvimento econômico o governo deve assegurar:

1. uma relação de longo prazo estável entre a dívida pública e o PIB e
2. uma taxa real de câmbio capaz de neutralizar os efeitos adversos da “doença holandesa” no setor manufatureiro doméstico.

Para atingir o desenvolvimento de longo prazo a política econômica deve:

1. perseguir o pleno emprego como seu objetivo principal, e
2. ao mesmo tempo, garantir estabilidade de preços e financeira.

Essas proposições não pretendem ser uma receita completa para o desenvolvimento econômico. Ao contrário, elas pretendem ser um conjunto de propostas para uma reflexão sobre o complexo processo de desenvolvimento econômico. Essas propostas devem ser ajustadas tendo em vista contextos domésticos produtivos, sociais e políticos específicos.

Paulo Gala lança a pergunta-chave “por que o Brasil não deu certo?”. Sua resposta é: devido à regressão de sua complexidade produtiva.

O Brasil de hoje é um país de complexidade econômica bem menor do que era nos anos 90, segundo o *Atlas da Complexidade Econômica*, criado por R. Hausmann e C. Hidalgo, em uma parceria entre o Media Lab do MIT e a Kennedy School de Harvard (<http://atlas.media.mit.edu/>). A metodologia criada para a construção dos índices de complexidade econômica culminou nesse Atlas. Reúne extenso material sobre uma infinidade de produtos e países ao longo das últimas décadas: 772 produtos e 144 países em 2012.

Como medir a “complexidade econômica” de um país? Hausmann, Hidalgo et alii criaram um método de extraordinária simplicidade e

comparabilidade entre países. A partir da análise da pauta exportadora de um determinado país são capazes de medir de forma indireta a sofisticação tecnológica de seu tecido produtivo.

Os dois conceitos básicos para se medir se um país é complexo economicamente são:

1. a ubiquidade e
2. a diversidade de produtos encontrados na sua pauta exportadora.

Se uma determinada economia é capaz de produzir *bens não ubíquos*, raros e complexos, há indicação dele ter um sofisticado tecido produtivo. Há, lógico, um problema de escassez relativa, especialmente de produtos naturais como diamantes e urânio, por exemplo.

Os bens não ubíquos devem ser divididos entre:

1. aqueles com alto conteúdo tecnológico e de difícil produção (aviões) e
2. aqueles altamente escassos na natureza, por exemplo, o nióbio, portanto, há uma não ubiquidade natural.

Para controlar esse problema de recursos naturais escassos na medição de complexidade os autores usam uma técnica engenhosa: comparam a ubiquidade do produto feito em determinado país com a diversidade de produtos capazes de serem exportados por esse país. Por exemplo, Botsuana e Serra Leoa produzem e exportam algo raro e, portanto, *não ubíquo*, diamantes brutos. Por outro lado, têm uma pauta exportadora extremamente limitada e não diversificada. São casos de não ubiquidade sem complexidade.

No extremo oposto, há equipamentos médicos de processamento de imagem. Praticamente só Japão, Alemanha e Estados Unidos conseguem fabricar, certamente um produto não ubíquo. Só que nesse caso a pauta exportadora de Japão, EUA e Alemanha são extremamente diversificadas, indicando esses países serem altamente capazes de fazer várias coisas. Em outras palavras, não ubiquidade com diversidade significa “complexidade econômica”.

Por outro lado, um país com uma pauta muito diversificada, mas com *bens ubíquos* (peixes, tecidos, carnes, minérios, etc.) não apresenta grande complexidade econômica; ele produz o que todos produzem. Diversidade sem não ubiquidade significa falta de complexidade econômica. O truque dos autores nessas medidas de complexidade é usar a diversidade para controlar a ubiquidade e vice-versa.

Nessa linha de raciocínio, os autores seguem classificando diversos países e chegam a correlações impressionantes entre níveis de renda per capita e complexidade econômica. Esse indicador pode ser tomado como uma proxy do desenvolvimento econômico relativo entre países. Por isso, Japão, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido e Suécia estão sempre entre os 10 primeiros países no ranking dos últimos 10 anos.

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico pode ser tratado como o domínio de técnicas de produção mais sofisticadas. Em geral, levam a produção de maior valor adicionado por trabalhador. O indicador de complexidade econômica acaba capturando isso de forma bastante engenhosa a partir de medidas de ubiquidade e diversidade da pauta exportadora dos diversos países.

E o Brasil como fica nessa história? Paulo Gala argumenta com base em gráfico do Atlas da Complexidade. “Ele mostra a notável evolução da complexidade brasileira no período do início dos anos 60 até o início dos 90 e o também incrível retrocesso observado depois dos anos 2000”.

Ainda na esteira dos grandes movimentos criados na era Vargas e depois na era JK, o milagre e o II PND, apesar de todos seus problemas, coroaram o salto tecnológico e de complexidade da economia brasileira do período desenvolvimentista. A Petrobras, CSN, BNDES e tantos outros marcos do Brasil foram criados nessa fase.

O Plano de Metas de JK lançou as bases de infraestrutura rodoviária, ferroviária e energética usada até hoje. A construção de Brasília iniciou a integração da região central do país com o arco litorâneo das cidades da época colonial. A exploração do planalto central e hoje a agricultura de ponta no centro-oeste se devem a esses passos ousados dados nessa época.

Paulo Gala, nessa recapitulação, se esquece das inovações propiciadas pela Embrapa e por programas de financiamento da modernização de máquinas e equipamentos agrícolas como o Moderfrota do BNDES.

Prefere lembrar de ter sido “um período de excessos, com endividamento público, emissão monetária inflacionária e desequilíbrios internos e externos. Nos anos 60, as importantes reformas institucionais (modernização da lei trabalhista, reforma do sistema financeiro, criação da correção monetária, do SFH, etc.) lançaram as bases para o crescimento do país na próxima década”.

As exportações cresceram a um ritmo explosivo, o crédito se ampliou fortemente, as manufaturas brasileiras começam a conquistar mercados no mundo e, finalmente, o Brasil melhorou seu perfil exportador com excessiva

dependência em café e bens agrícolas. Para isso, Paulo Gala salienta a importância dada às exportações de manufaturas nos 70 e da política de minidesvalorizações cambiais do ministro Delfim Netto.

Após o primeiro choque do petróleo, os militares lançaram o segundo PND. Logrou ainda produzir crescimento em período de instabilidade. Itaipu, rodovia dos Bandeirantes, polos petroquímicos, foram obras dessa época nos anos 1970. Em seu raciocínio, sem o conceito de “dependência de trajetória caótica”, afirma: “os desequilíbrios causados pelo II PND foram ainda maiores do que na era pós-JK. Grande parte dos investimentos foi apoiada em estatais com dívida externa. Pagamos a conta nos anos 80”.

“O segundo choque do petróleo e o aumento de juros da Era Volcker deixaram o Brasil em situação muito problemática. Passamos toda a década de 80 pagando os custos desse ajustamento.”

“O processo de transição política foi complicado e acompanhado de um longuíssimo período de instabilidade econômica. Inflação alta, pacotes, congelamentos, dívida interna e externa fora do controle, o Brasil dos anos 80. Na década de 90, iniciamos uma nova transição econômica. A abertura da economia, o controle da inflação, a privatização, uma melhora fiscal e novos marcos regulatórios preparam o país para um novo ciclo de crescimento.”

Evidentemente, essa síntese é simplória. Em todas as épocas, analisando o passado a partir de um filtro estabelecido no presente, a partir da “fácil sabedoria *ex-post*”, o analista encontrará “o que sobrou” de inovação institucional. No senso comum, o analista o definirá como “modernização conservadora”, um paradoxo em seus próprios termos, tipo “entregar os dedos para não cortarem nossos dedos” ou, literariamente, “façamos a revolução antes deles a fazerem”.

Diz Gala: “o período de 1990 até 1999 ficará na história como uma grande fase de ajustamento com crescimento baixo, mas importantes reformas institucionais da economia brasileira. O paralelo aqui com os anos 60 é evidente”. Desse modo, ele não distingue o desenvolvimentismo de direita do neoliberalismo também de direita.

Em sua avaliação parcial, influenciada pela visão predominante entre os participantes do mercado financeiro em São Paulo, ele diz: “finalmente voltamos a crescer no início dos anos 2000, só que dessa vez o ciclo foi puxado por consumo, construção civil e *boom de commodities*. Nos últimos 10 anos os empresários brasileiros se especializaram em produzir *commodities*, bens agrícolas, serviços não sofisticados e prédios”.

Indignado, ele se pergunta: “*Quais foram os negócios que mais prosperam no país da última década?* Shopping centers, construção de prédios comerciais e residenciais, lojas de varejo de todo tipo: cabelereiros, restaurantes, vestuário, concessionárias de automóveis, etc. Grandes obras de infraestrutura, petróleo, etanol, café e minério de ferro. Esses negócios prosperaram graças ao *boom* de crédito, redução do desemprego, transferências de renda pelo estado e elevados preços de *commodities* em dólar no mercado mundial por conta da descomunal expansão da economia chinesa.”

Percebe “o complexo de vira-lata”? Os empreendimentos populares são esnobados. Os grandes empreendimentos estatais em infraestrutura energética e mobilidade urbana são denigrados por terem sido financiados, basicamente, por bancos públicos e fundos de pensão paraestatais. O “evento histórico” - a emergência da China “comunista” - não é tomado como exemplo estratégico de um capitalismo de Estado para a elevação da riqueza da Nação.

Não se deve partir para o auto compadecimento. “O preço dos serviços domésticos também aumentou fortemente, contribuindo para a apreciação do câmbio real. Essa combinação de alta de preços de serviços, alta de preço de *commodities* em dólares e apreciação cambial aumentou muito a rentabilidade das atividades de importação em geral, serviços, varejo, construção civil e produção de *commodities*. A produção doméstica de manufaturas e bens industriais perdeu muita rentabilidade e regrediu em relação aos patamares observados nos anos 90”. E daí? O mundo real não seguiu a regra antevista pelos novos-desenvolvimentistas e este se entristecem dizendo ser pecado ele fugir a seus dogmas?! Como a história não reverte, cabe investigar esse novo mundo.

“Até 2007, a indústria brasileira conseguiu ainda acompanhar o *boom* de demanda, aumentando a produção, ainda na esteira da desvalorização cambial de 2002 [pela especulação contra a eleição do Lula]. A partir da crise de 2008, a indústria brasileira sucumbiu à concorrência internacional, aos aumentos de custo de produção em reais, principalmente salários, e a forte apreciação do câmbio nominal e real”. Sim, não só, mas toda a indústria ocidental. Verificou, afinal, a perda de competitividade industrial já antes registrada pela competitividade da indústria chinesa incentivada pelo capitalismo de Estado de lá.

Aí vem a lamúria costumeira dos dissidentes da elite brasileira. “A expansão de PIB observada após 2008 foi toda baseada em serviços não sofisticados e construção civil, sintoma típico de ‘doença holandesa’. A demanda por bens industriais foi totalmente suprida por importações. Sem

estímulos para produzir domesticamente o empresário industrial brasileiro passou a ser importador, montador ou simplesmente encerrou seu negócio.” Ah, é? E o povo brasileiro? Ele se lamuria ou está em busca desse tempo perdido?

As reformas iniciadas nos anos 90 com abertura comercial, privatizações e estabilização da inflação não produziram os resultados esperados. Não houve aumento sustentado de nossa renda per capita. Não houve aumento da complexidade da economia brasileira em contraposição ao que se viu no sudeste asiático e leste europeu.

Em 1995, nosso índice estava em 0,67693, posição 29 de um ranking com 125 países. Em 2012 despencamos para 56° num ranking de 144 países com índice próximo de 0 (gráfico abaixo).

Uma rápida inspeção em nossa pauta exportadora nesses dois anos ajuda a entender intuitivamente o que aconteceu. Em 1995, nosso principal produto de exportação era minério de ferro com 5,25% da pauta e, logo em seguida café, com 4,96% (bens ubíquos) e as principais categorias de exportação se dividiam em maquinaria (15,07%), mineração (9,97%) e óleos e vegetais (8,51%). Em 2012, o ferro passou a representar 13,08% da pauta, soja 8,19%, e petróleo 8,99%. De novo, eram *bens ubíquos*. As principais categorias foram mineração (19,11%), óleos e vegetais (13,83%) e maquinaria (12,96%).

Em uma análise mais detalhada de bens e categorias, há uma clara mudança no sentido de redução de complexidade da pauta exportadora brasileira. Para Paulo Gala, isso significa forte evidência de retrocesso da complexidade tecnológica do tecido produtivo brasileiro. No jargão do *Atlas da Complexidade*, passamos a produzir mais bens produzidos por muitos países, classificados como ubíquos. A economia brasileira se tornou mais comum com uma pauta exportadora de baixa complexidade.

Paulo Gala denuncia. “Houve enorme perda de complexidade produtiva da economia brasileira. A produtividade total da economia caiu e vai continuar caindo até que as manufaturas domésticas se recuperem. O quadro para o futuro é alarmante, pois graças ao que se conhece como *histerese* (em Física e Economia) a reconstrução do tecido produtivo brasileiro será lenta e dolorosa. A grande desvalorização cambial observada em 2015 não produziu, imediatamente, a reconstrução do setor de bens transacionáveis não *commodities* brasileiros”.

A variável crucial dos novos-desenvolvimentistas é a taxa de câmbio. Se ela subir, até por motivo especulação, eles têm um orgasmo. Vice-versa, eles... desanimam!

O peso excessivo colocado nessa variável de curto prazo não se coaduna com uma abordagem neoestruturalista como é a da complexidade. Paulo Gala enfatiza a diversificação setorial. “A grande maioria dos empregos gerados no Brasil dos últimos anos foi em setores com baixa produtividade intrínseca: construção civil, serviços não sofisticados em geral (lojas, restaurantes, cabelereiros, serviços médicos, *call centers*, telecom, etc.), serviços de transporte (motoristas de ônibus, caminhões, pilotos de avião), entre outros”.

O grande diferencial de produtividade entre países está justamente no setor de bens transacionáveis, especialmente nos empregos industriais, longe dos chamados serviços não sofisticados. Até mesmo na construção civil, mesmo com auxílio de máquinas mais sofisticadas, a produtividade entre trabalhadores dos diversos países não é muito distinta.

A altíssima produtividade dos países ricos ocorre, então, em outros setores não usuários de mão-de-obra barata com baixa qualificação, com destaque para os serviços sofisticados e indústria. O *boom* de crédito, *commodities* e consumo observado no Brasil nos últimos anos estimulou justamente os setores com baixos ganhos potenciais de produtividade e desestimulou os setores potencialmente ricos em economias de escala e retornos crescentes: as manufaturas complexas.

Houve desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora, com avanço das *commodities*. Em 2014, por exemplo, cinco produtos responderam por quase 50% das exportações brasileiras: ferro, soja, açúcar, petróleo e carnes. Em 2017, a participação dos produtos básicos no total das exportações brasileiras atingiu 46,4%, o maior percentual dos últimos três anos. Já a dos manufaturados foi em 2017 a menor dos últimos três anos: 36,9% do total. Não regrediu à pauta de exportação idêntica do passado.

Até mesmo os serviços sofisticados estão regredindo, pois são altamente dependentes das manufaturas ou da agroindústria. O agronegócio per se também precisa se sofisticar para gerar produtividade.

O processamento de *commodities*, o maquinário e mecanização da produção agrícola contribuem obviamente para o aumento de produtividade dos trabalhadores. Mas a geração de empregos na agropecuária tem sido muito baixa.

Em resumo, segundo Paulo Gala, “o Brasil trilhou nos últimos anos um caminho de regressão tecnológica e diminuição da sofisticação de seu tecido produtivo”. Acabou por resultar em importante estagnação da produtividade geral da economia. Foi um caminho contrário a aquele seguido nos anos 70. A economia global se alterou.

O setor de serviços como um todo passou de 60% do PIB para 70% do PIB nos últimos dez anos. Como mostra o importante estudo da UnB, “*Produtividade no Setor de Serviços*” no Brasil, o setor concentra hoje 74% da força de trabalho no país e foi responsável por 83 em cada 100 novos postos formais de trabalho gerados nos últimos anos.

Os novos-desenvolvimentistas defendem os interesses dos industriais paulistas. Criticam até mesmo o período diagnosticado, equivocadamente, como de pleno emprego. “Junto com a destruição dos empregos industriais no país, surgiu uma ampla oferta de vagas nos setores de serviços, especialmente de baixa sofisticação, graças ao *boom* imobiliário e de consumo. O resultado geral desse movimento, somado ao pleno emprego no mercado de trabalho, causou enorme aumento de salários, sem contrapartida de melhora na produtividade. O custo unitário de produção [do trabalho] aumentou muito no país, pressionando a lucratividade da indústria, desestimulando produção e novos investimentos”.

Como resolver esse problema nos próximos anos? Dado que os salários nominais não vão cair, só existem dois caminhos: desvalorização cambial e aumento de produtividade.

A desvalorização já está ocorrendo pela via de mercado. O aumento de produtividade poderá vir pelo aumento do investimento em infraestrutura e pela sofisticação tecnológica do tecido produtivo brasileiro (aumento da complexidade econômica): novos mercados e novos produtos, especialmente de natureza industrial.

Em um mundo ultracompetitivo como o atual não será tarefa fácil. Talvez com uma onda de pesados investimentos em infraestrutura e câmbio bem mais desvalorizado seja possível. Sem esse caminho o crescimento deve ficar estagnado por aqui.

Esses resultados mostram, conforme já discutido, algo já amplamente debatido no Brasil com diversos outros nomes: *desindustrialização*, *doença holandesa* e *reprimarização da pauta exportadora*.

A enorme perda de espaço da indústria brasileira no PIB nos últimos 20 anos significa algo muito simples sob a perspectiva desse livro de autoria de Paulo Gala, “Complexidade Econômica: Uma nova perspectiva para entender a antiga questão da Riqueza das Nações”. Houve uma *regressão de nossa complexidade econômica*.

Crise, Estado e Economia Brasileira

José Roberto Rodrigues Afonso publicou no livro *Crise, Estado e Economia Brasileira* (Rio de Janeiro: Agir Editora, 2011) uma versão adaptada e atualizada da tese de doutorado, sob título “Política Fiscal no Brasil no Contexto da Crise”, apresentada ao Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP), para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, área de concentração Economia Social e do Trabalho. Foi escrita sob orientação do meu colega do Mestrado, o Professor Dr. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, tendo sido defendida e aceita em 16 de dezembro de 2010, por comissão julgadora formada também pelos Professores Doutores José Carlos Braga, Pedro Luiz de Barros, Antônio Kandir e Roberto Macedo.

Ele registra: “não teria sido possível realizar o doutorado sem o inestimável apoio dos Senadores Francisco Dornelles e Tasso Jereissati”. Este livro reúne reflexões de pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos anos, muitas realizadas em parcerias com Geraldo Biasoto Júnior, Sérgio Gobetti, entre outros. Contou com apoio de colegas como Fabio Giambiagi e Mansueto de Almeida.

Mas o destaque em seus agradecimentos o caracteriza como conhecido economista “serrista”: “José Serra foi e será sempre o maior de todos os professores com quem eu tive a oportunidade ímpar e a honra de aprender: nunca me deu uma aula ou uma palestra na academia, mas me ensinou na escola da vida pública, desde a obsessão pela precisão técnica até a coragem para as lutas realmente progressistas, que se fazem com atos em lugar de discursos.”

Uma demonstração sumária de o tamanho do gasto social não ser, por si só, garantia de maior bem-estar social é, quando cotejados indicadores de países da América Latina, o Brasil aparecer na liderança da região, tanto da maior carga de tributo e de gastos públicos em áreas sociais, quanto da concentração de renda. Está próximo ao da Bolívia e o triplo do observado nos países latinos menos desiguais.

Para José Roberto Afonso, no último capítulo do livro “*Crise, Estado e Economia Brasileira*”, não há uma razão certa e simples de causa e efeito, ou seja, arrecadar mais e gastar mais no social não é garantia imediata de menor desigualdade. A experiência brasileira aponta ser preciso uma avaliação mais completa e precisa dos problemas e uma estratégia mais sofisticada para o enfrentamento da questão.

Um dos pontos a reclamar maior reflexão envolve o próprio pacto fiscal sugerido. Cabe atentar mais para o padrão de financiamento e de gasto na área social. O que seria solução pode ser parte do problema, ou seja, estar

piorando a desigualdade: isto ocorre quando se tributa os mais pobres em proporção superior da sua renda, se comparada com a renda tributada dos mais ricos, ou quando o gasto público acaba beneficiando proporcionalmente mais aos de maior renda em vez daqueles de menor renda. Assim, quantidade de recursos públicos não é tudo. Cada vez mais se precisa cuidar também da qualidade da tributação e, também, do gasto público.

Uma visão julgada progressista dessas questões reclama uma agenda de reformas de instituições fiscais, orçamentárias e tributárias. É necessária para equacionar esse descompasso entre políticas econômicas e sociais.

Quanto às instituições fiscais, na visão de um de seus criadores - José Roberto Afonso - , a pauta passa pela consolidação da LRF (Lei da Responsabilidade Fiscal): seja completando sua regulação (falta padronizar contas e impor limites ao endividamento federal), seja reforçando a disciplina (como no caso da compensação para gastos permanentes). É a reforma com mais reflexos no curto prazo, pois permitiria adotar novos indicadores. Aos poucos construiriam uma nova convenção em torno da política fiscal.

Ao lado do superávit primário e da dívida líquida (e não em substituição a tais conceitos e fontes), é premente fixar metas e, por conseguinte, ampliar a divulgação e passar a acompanhar formalmente o desempenho dos indicadores de resultado nominal e da dívida bruta. Observar os fluxos apurados “acima da linha”, a partir da consolidação dos relatórios contábeis dos governos, e o estoque do passivo medido por metodologia comparável com as experiências internacionais. Isso foi recomendado por Afonso em sua tese de doutoramento defendida em 2010 no Instituto de Economia da UNICAMP.

A responsabilidade orçamentária continua sendo uma frente de batalha aberta. A definição da receita nos orçamentos precisa ser mais transparente para evitar “a criação de espuma” em vez de arrecadação efetiva. A grande maioria das emendas parlamentares traduz pleitos pertinentes de diferentes estados e municípios, mas precisam ser formuladas com mais rigor técnico e econômico e liberadas sem discricionariedade política.

Para garantir a credibilidade da contabilidade pública, é preciso antes de tudo acabar com truques como o cancelamento de empenhos de despesas essenciais no final do mandato. Isto impõe ao governo sucessor um orçamento desequilibrado.

A responsabilidade na gestão pública exige uma nova postura em relação aos gastos, pois o novo cenário macroeconômico não permitirá seguir aumentando a carga tributária de forma permanente. Os governos, como as famílias, também precisam se guiar pelo princípio de *fazer mais com os*

mesmos recursos. Isto implica em fomento aos investimentos em modernização da gestão. Muito já se avançou no lado da arrecadação, por exemplo, hoje quase todas as declarações de imposto de renda são entregues por meio digital. O avanço precisa ser estendido para o lado do gasto.

A reforma tributária é certamente a mais conhecida, a mais tentada e a mais irrealizável. Uma sugestão é mudar radicalmente a ótica para sua abordagem. Se todos já sabem a carga tributária ter aumentado muito nos anos 90s, poucos se atentam tal incremento ter sido maior para os mais pobres do que para os mais ricos. Aumentou ainda mais a distância entre eles por causa da *estrutura tributária regressiva*.

A complexidade da cobrança e a falta de transparência também são fatores-chaves também para manter a desigualdade social. Elas não prejudicam só empresas brasileiras ao suportarem a maior carga indireta de obrigações no mundo.

Mais do que a quantidade, a qualidade da tributação é o maior desafio para uma reforma. É preciso mudar a forma como os tributos são cobrados e um bom caminho seria uma opção radical pela simplificação.

Para começar, os compradores devem ser informados do imposto pago em uma compra mesmo por estimativa. Deve ser adotado um só cadastro nacional de indivíduos e empresas e integrado às fiscalizações de todos os governos. Por exemplo, seria possível saber no ato se um comprador de um automóvel de luxo declarou para a Secretaria da Receita Federal um patrimônio líquido abaixo do seu valor. A reforma constitucional precisaria se ocupar da fusão de impostos e contribuições para cada base, se possível, ficar sujeita a uma só incidência.

A conclusão da tese de doutoramento de Afonso foi a resposta fiscal do governo brasileiro à crise ter passado mais pela renúncia da receita em vez de aumento dos investimentos, com um pacote de estímulo reconhecidamente tímido, ao contrário dos outros grandes emergentes. O crédito foi decisivo aqui, tanto para a súbita parada na economia, quanto para a posterior recuperação. Neste caso, o vínculo com a política fiscal passou pelo recurso aos bancos públicos.

Esses bancos tiveram papel decisivo na ampliação da oferta de crédito, mas essa expansão foi apoiada em captações extraordinárias dos bancos federais junto ao Tesouro Nacional. Este, por sua vez, se financiou elevando o seu endividamento - e cumprindo, ainda não sendo assumido, o preceito keynesiano básico para combater a uma crise antes dela virar crise de confiança.

A expansão permanente do gasto e o uso intenso dos esquemas de crédito intrasetor público mesmo depois que a crise se transformou em crescimento acelerado no Brasil levaram à uma deterioração da confiança nos indicadores de superávit primário e dívida líquida.

Por trás das adversidades da crise e das controversas conjunturais, Afonso defende ter remanescido sem soluções questões estruturais da economia brasileira, como as complexas inter-relações entre a política fiscal e a monetária, cambial e creditícia. Estas são mais singulares se comparadas às de outros países, a começar pelas contas monetárias misturadas com as fiscais.

Outro problema é a baixa taxa de investimento governamental, sobretudo em infraestrutura. Os planos na Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014) não mudaram profundamente tal realidade.

Este livro de José Roberto Afonso, *“Crise, Estado e Economia Brasileira”*, respondeu às questões levantadas em torno do enfrentamento estatal da crise global em uma economia periférica.

Primeiro, resgatou o pensamento original do economista britânico John Maynard Keynes. Ele se notabilizou por buscar saídas para a grande depressão mundial dos anos 30 e nem sempre seus fiéis lhe foram fiéis.

Segundo, mostrou governos de países por todo o mundo terem recorrido à política fiscal em reação à crise global. Eles o fizeram, em geral, de forma intensa e com mudanças de paradigmas políticos e práticos.

Terceiro, apontou a resposta à crise no Brasil ter sido peculiar: a reação fiscal foi tímida. Ainda assim comprometeu a credibilidade de convenções (como do superávit primário e da dívida líquida), tendo sido o crédito decisivo.

Quarto, demonstrou a forma de reação via crédito público ter vindo a acrescentar mais um componente as relações já complexas e intrincadas características de o fisco, a moeda, os juros e o câmbio no Brasil.

Sexto, concluiu pela premência de se elevar a taxa de investimento público, das mais baixas da história e do mundo, e pela necessidade de se adotar uma nova e ousada agenda de reformas institucionais, que consolidem a responsabilidade fiscal, refundem o orçamento público e repensem o sistema tributário.

Como não há saída fiscal fácil e rápida para repor o cenário do passado, é defendido por ele o Brasil adotar uma agenda de reformas, ao menos em três distintas instituições:

1. as fiscais,
2. as orçamentárias e
3. as tributárias.

Ainda só produzindo efeitos no longo prazo, a intenção é firmar expectativas de o País estar no caminho da sustentabilidade fiscal. Assim pode mudar e melhorar a gestão no curto e médio prazo da política econômica.

Dinheiro, Dinheiro

O livro de autoria de João Sayad, “*Dinheiro, Dinheiro: Inflação, Desemprego, Crises Financeiras e Bancos*” (São Paulo: Portfolio Penguin - Editora Schwarz S.A.; 2015), se coloca no 45º. capítulo a mesma pergunta colocada por mim em um tópico do livro a ser lançado pela Editora Contexto - *Métodos de Análise Econômica*: “Por que as taxas de juros reais no Brasil estão entre as mais altas do mundo?”. Examinou abaixo as semelhanças e as diferenças entre sua análise e a minha. Vou enumerá-las para facilitar a comparação.

Eu analisei as seguintes hipóteses:

- Hipótese 1: a taxa real básica de juros no Brasil é tão elevada por causa da dívida pública.
- Hipótese 2: a taxa real básica de juros no Brasil é tão elevada por causa do histórico de alta e volátil taxa de inflação.
- Hipótese 3: a taxa real básica de juros no Brasil é tão elevada por causa da esterilização do impacto monetário da ampliação das reservas cambiais em situação de escassez de poupança.
- Hipótese 4: a taxa real básica de juros no Brasil é tão elevada por causa da fragilidade das instituições políticas e econômicas brasileiras.
- Hipótese 5: a taxa real básica de juros no Brasil é tão elevada por causa da overdose necessária para sobrepor-se ao sistema de crédito brasileiro.

Hipótese 6: a taxa real básica de juros no Brasil é tão elevada por causa da necessidade de regular a expectativa dos investidores quanto à taxa de câmbio.

Hipótese 7: a taxa real básica de juros no Brasil é tão elevada por causa da impossibilidade real de realinhamento estável dos preços relativos básicos TJKCW (Tributo-Juro-Capital-Câmbio-Salário) justificar o COPOM atuar em um processo contínuo favorável à concentração da riqueza financeira.

Intercalarei meus comentários entre colchetes ao dito por João Sayad no livro “Dinheiro, Dinheiro” resumido em seguida.

A inflação gera problemas e custos para a economia. O custo da estabilidade do valor da moeda pode ser medido facilmente pelas despesas com juros sobre a dívida pública.

1. Juros muito altos durante a primeira fase do Real [moeda real?], necessários para manter a taxa cambial sobrevalorizada.
2. Juros muito altos na segunda fase [Plano Real?!], com o regime de metas de inflação e câmbio flutuante, de 1999 até 2011.

Se a taxa cambial for a âncora do programa de estabilidade, o Banco Central mantém reservas, captadas porque os juros domésticos foram fixados acima dos juros internacionais. São aplicadas a juros internacionais.

Depois dos anos 1980, a taxa de inflação do mundo inteiro se reduziu. A do Brasil diminuiu depois de 1994. Não há cálculos mostrando se o diferencial de taxas de inflação brasileira e de outros países do mundo se reduziu.

I - A primeira resposta à pergunta anterior está nas colunas dos jornais: porque o déficit público é muito alto e a dívida pública também é alta e crescente. Se a dívida pública é crescente, a base monetária é crescente.

[O que?! Se a dívida pública é colocada no mercado financeiro, seja em lançamento primário, seja em lastro de operações compromissadas (*overnight* ou mais longas), os meios de pagamento (e sua base monetária) são recolhidos da circulação ativa.]

Para que esse excesso de liquidez não cause inflação, são necessários juros altos, a fim de restringir o crédito e a liquidez da economia.

[Sayad adota aqui a velha e ultrapassada Teoria Quantitativa da Moeda.]

Mas o déficit público brasileiro, medido como proporção do PIB, não é alto, ainda que atualmente (em 2013 e 2014) as previsões sejam de crescimento. As taxas de juros reais são muito altas há muito tempo. E a dívida pública [líquida] era estável ou decrescente até 2011. Portanto, a justificativa não satisfaz plenamente.

II - Porque o sistema jurídico brasileiro não é rápido nem eficaz para garantir os direitos dos credores. Os juros pagos pelo país em mercados internacionais e em contratos feitos sob leis internacionais (americanas ou europeias) são mais baixos do que os juros domésticos. Mesmo quando são dívidas expressas em reais e não em dólares. Pode ser.

[Não pode ser. Porque a taxa de juro nominal (e também a real) caíram depois de meados de 2003 e o sistema jurídico brasileiro não se alterou.]

III - Porque foram fixadas em níveis de 10% ao ano acima da taxa de inflação por um longo período. A mudança é desejável, mas os efeitos de curto prazo são inflacionários (elevação da taxa de câmbio), e a transição pode ser longa. Pode ser também.

[Raciocínio Circular: ou a conclusão aparece de forma óbvia como premissa, ou é uma repetição da premissa com palavras diferentes. No caso: a taxa de juro é alta porque a taxa de juro real foi elevada. Ora, ela foi elevada por causa da taxa de inflação alta.]

IV - Porque os bancos e o setor financeiro pressionam por taxas altas com eficácia, temerosos de que taxas mais baixas afetem a taxa de inflação e o valor dos ativos financeiros. Talvez essa seja a consideração mais importante – a ameaça da inflação sobre o valor real dos créditos financeiros.

[Raciocínio válido apenas para a parte prefixada da carteira de ativos, inclusive a de títulos de dívida pública prefixados. Apenas aí está o risco de “marcação a mercado” com a elevação dos juros correntes afetar o valor de mercado dos ativos prefixados. Os pós-fixados não têm esse risco.]

V - Porque a economia não tem elasticidade suficiente para recompor a oferta diante de mudanças de preços relativos. Sobe o preço da soja no mercado internacional, a oferta aumenta. Aumentam os preços dos alimentos, que pressionam os salários muito baixos, que precisam ser reajustados. Aumenta o preço do aço e não conseguimos importar mais aço rapidamente e a custos razoáveis. Os custos de transporte e a infraestrutura precária provocam variações de preços relativos mais altas do que as que ocorrem nos Estados Unidos, na Europa ou no Japão. E essas variações de preços relativos, em uma economia com grande participação dos setores com preços nominais

rígidos – salários, tarifas públicas, preços industriais – causam mais inflação aqui do que em outros países mais desenvolvidos.

A inflação é estrutural e a estabilidade de preços exige a economia trabalhar com menos crédito e mais folga na produção, ou seja, mais desemprego, mais capacidade ociosa. As taxas de juros precisam ser mais altas para manter uma taxa de inflação mais baixa e convergente com a taxa internacional. É a explicação “estruturalista”.

[De fato, o crescimento da economia brasileira se caracterizou por um *stop-and-go* talvez pela adoção da hipótese de baixo produto potencial por parte dos próceres do Banco Central do Brasil: qualquer decolagem é abortada e o voo-da-galinha fica curto. Porém, o argumento da inflação importada não corresponde aos fatos. Após 2012, a seca resultou em inflação de alimentos e de preços administrados em energia elétrica. Passada a estiagem, em 2017, o IPCA despencou.]

VI - Outra explicação. O Banco Central se financia através do papel-moeda em circulação. Tesouro e Banco Central considerados conjuntamente devem [?!] ao setor privado o saldo do papel-moeda em circulação mais a dívida pública nas mãos do setor privado. São dívidas resgatadas por elas mesmas: o papel-moeda em circulação é pago em reais (papel-moeda em circulação) e a dívida pública também.

A diferença entre os dois tipos de dívida é:

1. a liquidez imediata do papel-moeda em circulação e
2. a liquidez um pouco menor da dívida pública (depende do prazo e da forma de remuneração: juros prefixados, juros variáveis ou correção monetária mais juros prefixados). Mas a dívida pública é bastante líquida também.

Assim, Sayad diz o Banco Central e o Tesouro estarem se financiando com dois tipos de crédito:

1. um não rende juros (o papel-moeda em circulação) e
2. outro rende juros (a dívida pública).

Ambos são muito líquidos quando comparados a todos os outros ativos financeiros da economia.

Os juros altos pagos sobre a dívida pública parecem uma exigência do mercado para se proteger contra a inflação sempre ameaçadora. Os juros

altos podem, portanto, ser o resultado da longa experiência inflacionária e da indexação marcantes de maneira permanente do regime monetário brasileiro.

[Levantei hipótese similar: juros altos viraram um comportamento, um costume, enfim, uma instituição brasileira em benefício da concentração da riqueza em castas rentistas. A justificativa simplória seria “a memória inflacionária” produzida pela adoção da indexação com correção monetária por trinta anos (1964-1994). Mas essa memória persiste por quase ¼ de século?! Só se dissipa com a Grande Depressão e a grande queda da inflação de alimentos e preços administrados em 2017?]

VIII - Os jornais afirmam os juros altos serem o resultado do tamanho excessivo da dívida pública brasileira. Mas, mesmo com a dívida líquida e a bruta bem menores, as taxas de juros continuaram entre as maiores do mundo em termos reais.”

[Quanto a essa constatação, João Sayad, no livro “*Dinheiro, Dinheiro*”, tem inteira razão!]

[Economia para Poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil](#)

Administrador de empresa cuida de sua árvore. Economista cuida da floresta. Com a exigência de uma visão holista, o conhecimento específico deste profissional é a macroeconomia, daquele é a microeconomia. Holismo é a abordagem, no campo das Ciências Humanas e Naturais, cuja prioridade é o entendimento integral dos fenômenos, em oposição ao procedimento analítico de tomar isoladamente seus componentes. Por exemplo, a abordagem sociológica parte da sociedade global e não do indivíduo.

Ecosistema se refere ao sistema onde se vive, o conjunto de características físicas, químicas e biológicas influentes na existência de uma espécie animal, inclusive a dos humanos, ou vegetal. É uma unidade natural constituída de parte não viva - água, gases atmosféricos, sais minerais e radiação solar - e de parcela viva: plantas e animais, incluindo os microrganismos. Todas elas interagem ou se relacionam entre si, formando um sistema dinâmico, sustentável ou não dependendo de seus atratores.

Os agroecossistemas atuam em conjunto com uma população agrícola. A alteração de um único elemento pode causar modificações em todo o sistema se ocorrer a perda do equilíbrio preexistente. O conjunto de todos os ecossistemas do mundo formam a biosfera. Por isso, a mistura de agricultura e meio ambiente, para se colocar como prioritária a primeira, não terminará em boa causa, muito antes pelo contrário.

Estudar a economia como um sistema complexo é uma necessidade contemporânea na boa formação de economistas. Ele emerge a partir das interações entre seus múltiplos componentes. Submerge quando um nóculo-chave na rede de relacionamentos afeta todos os demais por sua fratura a partir de uma atitude governamental de omissão. A privatização da gestão do Estado, isto é, agir nele com a lógica mercantil ou financeira de empresas, pode provocar um desastre econômico, social e ecológico.

A tragédia dos bens comuns ocorre quando indivíduos, agindo de forma independente e racionalmente de acordo com seus próprios interesses, se comportam em contrariedade aos melhores interesses de uma comunidade. Daí, esgotam algum recurso comum. O livre acesso e a demanda irrestrita a um recurso finito terminam por condenar estruturalmente o recurso por conta de sua superexploração.

Indivíduos interessados apenas em seu próprio bem-estar irão encontrar formas de cooperar? O autocontrole coletivo serve tanto aos interesses do indivíduo quanto aos do grupo. A Tragédia dos Comuns deduz apenas duas possibilidades para enfrentar um problema comunitário: privatizar ou estatizar. Esquece-se de uma terceira: regular.

A solução de privatizar é o racionamento capitalista: controle do acesso através do preço de acesso a um bem comum. Enriquece o proprietário, empobrece a comunidade. A solução de estatizar gera o racionamento socialista: organiza uma fila onde quem chegar primeiro leva vantagem antes da escassez. A solução de regular as flutuações da demanda, de modo flexível, é mais sábia para o Estado de Bem-Estar Social.

Pedro Rossi, Esther Dweck e Ana Luiza Matos de Oliveira organizaram um livro, *“Economia para Poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil”* (São Paulo: Autonomia Literária; 2018), no qual articularam o tema da gestão orçamentária pública com a agenda dos direitos sociais. Tratam o complexo tema em suas múltiplas dimensões. Os quinze capítulos do livro analisam os impactos sociais da política fiscal, tendo em vista a consolidação de uma agenda permanente de austeridade fiscal imposta pela aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95).

A abordagem escolhida é pouco comum na literatura especializada. Usualmente, separa a dimensão macroeconômica - orçamento público, regime e política fiscal - e a dimensão social - políticas setoriais, financiamento de programas específicos. A visão holista dos autores é necessária, porque os objetivos da política econômica deveriam estar fundamentalmente relacionados para coordenar a alocação de capital nas esferas produtivas e distributivas da sociedade de modo a melhorar a vida de todos. A política

fiscal, em especial, transforma e é transformada pela sociedade em um processo de retroalimentação. Portanto, sua análise não pode ser apartada da dimensão social.

“Não há história sem rosto” em cobertura jornalística. O individualismo metodológico dos jornalistas não se importa com o fato de sucesso empresarial depender muito mais da situação econômica geral e do desempenho do setor. Esse é o Viés de Atribuição.

Pior é o Viés de Auto-atribuição: o sucesso visto como resultado natural do próprio desempenho e o fracasso atribuído aos outros ou às circunstâncias desastrosas. No caso brasileiro, tradicionalmente, os empreendedores imaginam terem conquistado sua fortuna por conta própria e denigrem o Estado como só mal lhes causasse pela tributação de seus ganhos.

Eles abstraem suas interações com os demais membros da sociedade e o uso da infraestrutura, tanto logística (rodovias, hidrovias, portos, aeroportos, mobilidade urbana, etc.), quanto social (saúde, educação, segurança pública, etc.), quando dispensam o papel crucial do Estado. Não medem as consequências de sua ausência.

A palavra “austeridade” tem origens na Filosofia Moral. O termo contém uma carga moral para exaltar o comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência, à sobriedade e à repressão de comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários. Transpõe, sem mediações, essas supostas virtudes “religiosas” do indivíduo ao atribuir características humanas ao governo, isto é, à esfera pública.

Analogamente, os defensores da “Escola Sem Partido” confundem a educação escolar com a familiar, e, por isso, também os espaços público e privado. Contrariam o princípio da laicidade do Estado, necessário por causa de múltiplas religiões e diversos deuses adorados pelos indivíduos. Não se pode permitir a prevalência de visões morais ou religiosas particulares no espaço público.

A defesa da austeridade fiscal, diante de uma desaceleração econômica e de um aumento da dívida pública, prega o governo realizar um ajuste fiscal, com corte de gastos públicos em detrimento de aumento de impostos. Esse ajuste, supostamente, teria efeitos positivos sobre o crescimento econômico ao melhorar a confiança dos empreendedores na economia.

Ao mostrar “responsabilidade” em relação às contas públicas, o governo ganharia credibilidade junto aos agentes econômicos e, diante da

melhora nas expectativas, a economia passaria por uma recuperação decorrente do aumento do investimento dos empresários, do consumo das famílias e da atração de capitais externos. A austeridade teria, portanto, a capacidade de reequilibrar a economia, reduzir a dívida pública e retomar o crescimento econômico.

Observem diversos erros de análise. De cara, há um reducionismo psicológico ao tratar todas as interconexões sociais como fossem resultantes de decisões cruciais do estado de confiança do empresário. Credibilidade, expectativas, subjetividade, entre outras dimensões psíquicas ganharam um peso desproporcional no imaginário dos adeptos do individualismo metodológico em vez de ritmo de vendas, ociosidade e endividamento.

Se os neoliberais ultrapassaram o geocentrismo, não demonstram ter superado o antropocentrismo. Colocam a figura do ser humano, no caso um empresário desumano, como o “centro do mundo”, relevando a importância da humanidade em comparação com os demais componentes do Universo. Sob esse ponto de vista, os empreendedores, erguidos acima dos outros seres humanos, seriam responsáveis por todas as suas ações, sejam elas culturais, sociais, filosóficas ou históricas.

Outro erro de análise é o pensamento estático. Os “austeros” adotam como pressuposto o setor público e o setor privado disputarem dados (ou finitos) recursos. Logo, uma redução do gasto público abriria espaço para o investimento privado. A cada real adicional gasto pelo governo seria um real a menos gasto pelo setor privado. A disponibilidade fiscal pode construir rodovias em vez de escolas, mas não pode criar os dois. Como também pressupõem a maior eficiência do gasto privado, a contração do gasto público com corte de tributos geraria um gasto privado proporcionalmente maior.

Evidentemente, essa disputa por recursos financeiros entre o setor privado e o setor público depende do ciclo econômico, ou seja, das flutuações da renda e arrecadação fiscal. Na fase de crescimento, o governo pode cortar seus gastos quando houver excesso de demanda em relação à capacidade produtiva da economia. Na crise, há capacidade ociosa, um aumento do gasto público multiplica renda e emprego.

Com o ambiente recessivo, há uma contínua piora do quadro fiscal. Se é eleito, inconsequentemente, um programa de austeridade, agrava o círculo vicioso de mais cortes de gastos, piora ainda mais a arrecadação fiscal em um processo muito bem descrito pelo livro de Rossi, Dweck e Oliveira (2018) como “ajuste fiscal autodestrutivo”. Levanta todos os impactos sociais da austeridade sobre o marco civilizatório, a saúde pública, a educação básica e a superior, a política ambiental, a cultura, a segurança pública da federação,

a habitação social e a urbanização das favelas, a agricultura familiar e a questão fundiária, e, enfim, os direitos humanos.

O pressuposto teórico para o sucesso das políticas de austeridade é o aumento da confiança dos agentes privados. Esta, por sua vez, seria causadora de crescimento econômico. Na retórica austera, a busca pela confiança de O Mercado é tudo.

Essa crença de austeridade gerar confiança é baseada em outra fé: o governo é refém de um “vigilante invisível da dívida”. Este ser sobrenatural, O Mercado, o pune em caso de mau comportamento ou lhe recompensa por bom comportamento.

Os países europeus mais submissos à austeridade menos cresceram. O estado de confiança não é causa de desempenho econômico, mas efeito, ou seja, um estado d’alma leve quando há crescimento imaginado ser por mérito próprio. E há perda de confiança no Estado ao se mergulhar na recessão por ele cortar suas encomendas.

Nenhum empresário investe só porque o governo fez ajuste fiscal. Ele toma decisões de investimento apenas quando há demanda potencial por seus produtos. Esta é constatada pelo ritmo de vendas e a consequente elevação do faturamento. Ou então se há perspectivas de lucro com o lançamento de um novo produto, isso quando não se resolve aumentar a escala dos negócios e a rentabilidade sobre o capital próprio com uma alavancagem financeira, ou seja, empréstimos de capital de terceiros.

A contração do gasto público, em fase de depressão, não aumenta a demanda, ao contrário, essa contração reduz ainda mais a demanda agregada. Em uma grave depressão, quando todos os componentes da demanda privada - o consumo das famílias, o investimento e a exportação líquida - estão desacelerando. Se o governo contrair a demanda pública, obviamente, a crise se agrava.

Na retórica da austeridade, é muito comum a comparação do orçamento público ao orçamento doméstico. Nessa comparação, supostamente como uma família, o governo não deve gastar mais em relação ao ganho. Diante de uma perspectiva de desemprego do chefe-de-família e de um grau de endividamento já com difícil rolagem dos empréstimos, uma família passa por sacrifícios até superar a má fase quase por graça divina recompensadora quando a economia retoma o crescimento. No caso do déficit público, é comum a análise de os excessos de gastos sociais, de aumento de salários dos servidores públicos, de intervencionismo estatal na economia de mercado, etc., acabarem cobrando os sacrifícios necessários à redenção.

Como na fábula bíblica, os excessos serão punidos e os sacrifícios, recompensados com a chegada ao paraíso.

Há um argumento moral da ética protestante, mas fora do espírito do capitalismo: os anos de excessos devem ser remediados com abstinência e sacrifícios. A austeridade é a penitência. Um equívoco histórico está aí, só quando não havia sistema bancário fazia sentido a parcimônia para juntar recursos próprios e investir. Em uma economia de endividamento bancário, a poupança pessoal generalizada leva ao sofisma da composição conhecido como Paradoxo da Parcimônia: quando todos poupam mais, todos acabam poupando menos, devido à queda das vendas e, conseqüentemente, da renda a ser poupada.

Essa comparação entre o orçamento público e o familiar não é apenas parcial e simplória, mas essencialmente equivocada por desconsiderar três fatores essenciais.

O primeiro é o governo, diferentemente das famílias, ter a capacidade de definir o seu orçamento referente à arrecadação e às despesas fiscais. Por exemplo, pode tributar pessoas ricas ou importações de bens de luxo em vez de deixar de financiar a educação ou a saúde pública. Uma família não pode definir o quanto ganha, mas o Estado pode submeter ao Congresso Nacional uma proposta orçamentária sobre quem deve pagar tributos e quem necessita receber assistência social, quanto cada qual deve pagar de impostos e quanto a população deve receber de benefícios coletivos.

Um segundo fator diferencia o governo das famílias. Quando ele gasta, parte da renda multiplicada retorna sob a forma de impostos. Ao acelerar o crescimento econômico com políticas de estímulo, o governo estará aumentando também a sua receita fiscal. O gasto público promove a ocupação da capacidade ociosa, reduz o desemprego e gera crescimento da renda. Portanto, em momentos de crise econômica, o gasto público torna-se ainda mais essencial.

Por fim, o terceiro fator se refere ao endividamento: as famílias não emitem títulos de dívida em sua própria moeda e não determinam a taxa de juros das dívidas assumidas. Já o governo tem poder de mercado para definir tudo isso.

Portanto, a metáfora de político demagogo, quando compara o orçamento público ao orçamento doméstico ou anuncia fazer a gestão pública como a dona-de-casa cuida das finanças do lar, é do tipo “me engana que eu gosto”. Só quem nunca estudou Economia se deixa enganar por tal comparação. Ela dissimula e desvirtua as verdadeiras responsabilidades da

política fiscal em suas tarefas de induzir o crescimento, distribuir renda e amortecer os impactos dos ciclos econômicos na vida da população.

A administração pública do orçamento geral da União não somente não segue a lógica da gestão do orçamento doméstico, como também deve seguir a lógica oposta. O valor agregado é realizado a partir de um somatório dos gastos das famílias, empresas e governo. Quando um destes se contrai, menos emprego é criado e menos renda é gerada. Quando famílias e empresas contraem o gasto privado, o governo deve ampliar o gasto público de forma a contrapor ao seu efeito contracionista.

Pedro Rossi, Esther Dweck e Flávio Arantes, no primeiro capítulo do livro, escrevem sobre a *Economia Política da Austeridade*. Afirmam a austeridade ser hoje um culto em decadência na Europa e a pesquisa acadêmica em seu favor ter sido descreditada. Mesmo instituições conservadoras como o FMI reconhecem o ônus social e o desastre econômico agravados pelos cortes de gasto público. A austeridade é, portanto, uma ideia equivocada do ponto de vista social e contraproducente do ponto de vista do crescimento econômico e, em aparente paradoxo, do equilíbrio fiscal.

Porém, dizem a austeridade não ser irracional sob o ponto de vista individualista, autocentrado e não altruísta de empresário voltado apenas para o próprio negócio em curto prazo. Na verdade, ela é apenas a tentativa de imposição desses interesses privados sem um conhecimento específico do risco sistêmico devido a essa postura.

O Estado, no entanto, possui uma autonomia relativa em relação os interesses particulares de capitalistas. A integração ideológica exige ele levar em conta, em certa medida, os interesses materiais das classes dominadas e exploradas. Os interesses limitados dos capitalistas individuais podem ser, assim, “sacrificados” em nome do interesse da classe dominante em seu conjunto: a reprodução do sistema capitalista.

Então, uma afirmação pode ser imaginada correta em relação a um capitalista individual, mas pode não se aplicar à classe capitalista como um todo - e vice-versa. Michal Kalecki explorou esse aparente paradoxo. Por exemplo, o aumento do consumo de todos os capitalistas eleva seus lucros, contradizendo o senso comum de quanto mais é consumido menos é poupado. Se alguns capitalistas gastam dinheiro em investimento ou em bens de consumo, esse dinheiro vai, em forma de lucro, para outros capitalistas.

Os capitalistas como classe ganham exatamente tanto quanto investem ou consomem. Eles, como um todo, determinam seus próprios lucros, são “donos de seu destino”. Mas isso não é, absolutamente, verdade como

indivíduos, isto é, em particular. Nenhum deles consegue decidir a respeito de quanto serão suas vendas e seus lucros.

O conhecimento sistêmico permite entender: o vantajoso para um empresário individual não necessariamente é benéfico a todos os empresários. Se um empresário reduzir os salários pagos, ele poderá reduzir custos e preços e, daí, expandir sua venda e produção. Mas se todos os empresários fizerem a mesma coisa, o resultado será a queda da demanda agregada e, portanto, da venda e da produção.

Ao considerar a classe capitalista como um todo unificado não haveria a possibilidade de reprodução ampliada do capital em geral, em longo prazo. Essa classe se frustraria pela não existência de mercado para o excedente produzido. Haveria um problema de demanda efetiva na dinâmica do sistema capitalista a ser preenchido pelos chamados “mercados externos” aos gastos privados dos próprios capitalistas, sob a forma de despesa governamental e saldo no comércio exterior.

Sob outra ótica, está ficando claro com a 4ª Revolução Industrial os empreendimentos privados não serem suficientes para empregar toda a força do trabalho em busca de ocupações para receber renda. O Estado necessita cuidar da população “excedente”.

Aparentemente, a austeridade seria uma política de classe ou uma resposta dos governos à “vontade de O Mercado” e das elites econômicas à custa de direitos sociais da população. Os capitalistas imaginam se beneficiar das políticas de austeridade em três frentes:

- (i) ao gerar recessão e desemprego, reduzem-se pressões salariais e aumenta-se lucratividade, tendo como efeito o aumento da desigualdade de renda;
- (ii) o corte de gastos e a redução das obrigações sociais supostamente permitiria futuros corte de impostos das empresas e das elites econômicas; e
- (iii) a redução da quantidade e da qualidade dos serviços públicos, além do corte de direitos na Previdência Social, aumentaria a demanda de parte da população por serviços privados em setores como educação, saúde e administração de ativos de terceiros em Entidades Abertas de Previdência Privada, o que aumenta os espaços de acumulação.

A austeridade é também um dos três pilares centrais do neoliberalismo, juntamente com a liberalização dos mercados, em especial o de trabalho e o financeiro, e as privatizações. A racionalidade dessa política é, portanto, a

defesa de interesses específicos. Acaba sendo um veículo para corroer a democracia e fortalecer o poder de grandes corporações junto ao sistema político-partidário.

Pedro Rossi, Esther Dweck e Flávio Arantes concluem: “essa perspectiva traz luz para a realidade brasileira, na qual as políticas de austeridade acontecem em um período de extrema instabilidade política e de aumento das tensões de classes. Nesse contexto, a austeridade contrapõe as vítimas dos cortes - principalmente a parcela mais pobre da população - aos perpetradores dessas políticas - as elites econômicas e um governo subserviente. No Brasil, a austeridade impõe o que foi a ambição de décadas de segmentos políticos mais conservadores: revogar o contrato social da Constituição Federal de 1988 e aprofundar as reformas neoliberais”.

Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil

Pedro Rossi, um colega da nova geração de professores do IE-UNICAMP, lançou seu primeiro livro, *Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil*, pela FGV Editora. Para um professor universitário, ter seu livro lançado por editora de outras Universidades ou Faculdades é motivo de orgulho. Significa que o reconhecimento profissional vai além dos seus colegas-amigos mais próximos.

O livro demonstra sua capacidade de síntese de assunto entre os mais complexos encontrados no conhecimento profissional dos economistas. Na Parte I, trata da taxa de câmbio em seus aspectos teóricos, históricos e conceituais. Na Parte II, refere-se ao sistema monetário internacional e as taxas de câmbio. Na Parte III, apresenta a taxa de câmbio e a política cambial no Brasil.

Na verdade, todo o livro de Pedro Rossi é fora-do-comum em sua capacidade de síntese de temas intrincados como *derivativos, cupom cambial e especulação*. Apresenta os diferentes mercados: primário, interbancário, derivativos e *offshore* de reais. Mostra o significado do preço do dólar futuro e a relação entre arbitragem e o cupom cambial. Revela a motivação dos agentes no mercado futuro de câmbio. Focaliza, especialmente, o circuito especulação-arbitragem.

No Capítulo 1, quando Pedro Rossi trata dos aspectos gerais da taxa de câmbio, ele a define com o preço de uma moeda - um equivalente geral de um espaço econômico e referência de uma estrutura de preços relativos - em relação a outra moeda. Nesse sentido, o câmbio é o elemento que permite comparar estruturas de preços relativos de espaços monetários distintos.

No que se refere à competitividade, o movimento da taxa de câmbio tem efeito análogo a uma combinação de políticas tarifárias, por exemplo, uma desvalorização da moeda nacional equivale a um aumento generalizado das tarifas de importação somado à redução das tarifas de exportação.

A desvalorização cambial não deve ser entendida como uma simples geradora de pressão inflacionária, mas como uma fonte de alteração de preços relativos no âmbito de uma economia nacional que aumenta os preços dos bens comercializáveis em relação aos preços de serviços e aos preços monitorados. O efeito inflacionário direto é restrito a um dos grupos de preços, a saber, os preços livres de bens agrícolas e industriais.

Em princípio, a desvalorização cambial é um impulso para um aumento relativo do lucro dos setores produtores de bens em relação ao setor que vende serviços. Evidentemente, neste ponto Rossi teria de advertir: via elevação dos custos, por exemplo, de transportes, por causa da alta dos preços da matéria prima importada (petróleo) dos combustíveis, essa desvalorização pode se espalhar por toda a economia.

Então, Rossi alerta para a medição do efeito da taxa de câmbio sobre a estrutura produtiva depende da temporalidade da análise. No curto prazo, os efeitos são ambíguos uma vez que há uma enorme rigidez na estrutura produtiva.

Um longo período de apreciação da moeda nacional pode quebrar cadeias produtivas e desindustrializar. Porém, a desvalorização cambial não necessariamente remonta essas cadeias e reconstrói o caminho da industrialização.

A desvalorização cambial pode ser virtuosa a ponto de, por um lado, preservar o poder de compra dos salários e, por outro lado, evitar que o dinamismo econômico provocado pelo processo distributivo seja consumido pelo aumento das importações. Quanto a isso, é válido o questionamento: se é assim tão bom, porque não fizeram antes?!

Provavelmente, como essa medida “virtuosa” não é unilateral, ela poderia desencadear uma reação ou “guerra cambial” com os parceiros comerciais. O comércio é, no mínimo, bilateral...

Os economistas não conseguem se livrar do conceito de “poupança”. Lembro que o jargão profissional chama de déficit no balanço de transações correntes de “poupança externa” e a contrapõe, equivocadamente, à “poupança doméstica”, um resíduo contábil *ex-post* entre fluxos de renda e de consumo que não seria objeto de decisões individuais diretamente ligadas a esse resultado.

Rossi utiliza-se desse jargão convencional para afirmar: “o *nível de poupança doméstica* não é restrição para uma desvalorização cambial. Pelo contrário, uma desvalorização cambial pode tornar um país ‘*exportador líquido de poupança*’ por meio de um aumento de competitividade do setor exportador que torne o resultado das transações correntes positivo”. Novamente, depende de “combinar com os russos”...

Mas a tentativa canhestra de manipular os preços relativos básicos - câmbio, juros, tarifas, tributos, salários -, no sentido de beneficiar o lucro, é a receita novo-desenvolvimentista para o “aprendiz de feiticeiro”.

No fundo, a velha abordagem do Fundo Monetário Internacional (FMI) com o Modelo da Absorção domina ainda “corações e mentes” da maioria dos economistas. A absorção (**A**) é a parte da renda nacional (**RN**) que é *absorvida pelos gastos internos*: $A = C + I + G$. Se o produto interno bruto é $PIB = RN - RLRM$, na qual **RLRM** é a renda líquida recebida do resto do mundo, $RN = C + I + G + X - M + RLRM$. Logo, $RN = A + BTC$ e $BTC = RN - A$.

Se houver *superávit* no balanço de transações correntes ($BTC > 0$), a absorção estará *menor* do que a renda nacional ($A < RN$), então a chamada “poupança nacional” estará positiva, com o país demonstrando *capacidade de financiamento*. Se houver *déficit* no balanço de transações correntes ($BTC < 0$), a absorção estará *maior* do que a renda nacional ($A > RN$), o país terá *necessidade de financiamento*, ou seja, de usar “poupança externa”, para gastar mais do que sua renda.

Podemos continuar a manipulação das contas nacionais, definindo:

$RN = C + S + TL$ onde **S** é poupança e **TL** são os impostos líquidos de subvenção. Substituindo, $BTC = RN - A = C + S + TL - C - I - G \therefore BTC = (S - I) + (TL - G)$.

A dedução do **enfoque pela absorção** é que o déficit do balanço de transações correntes ($BTC < 0$) é um efeito do excesso do investimento privado sobre a poupança privada ($[S - I] < 0$) e/ou do déficit fiscal ($[TL - G] < 0$). Em outras palavras, o excesso de gastos (ou insuficiência de poupança), correspondente ao déficit externo, é devido às escolhas privadas e/ou à política fiscal.

Pior, *coeteris paribus* (**RN** dada ou pleno emprego), os seguidores dessa abordagem deduzem uma política fiscal expansionista (via déficit fiscal) provocar um déficit do balanço de transações correntes. Vice-versa, uma política fiscal restritiva (com superávit fiscal) resulta em superávit do balanço de transações correntes. Viva o austericídio!

Pelo menos, o mal é menor quando os novos-desenvolvimentistas adotam a mão-visível de O Estado, para manipular preços, e não a mão-invisível de O Mercado, para manipular quantidades via depressão. Todos os economistas parecem buscar o nirvana, isto é, o “equilíbrio geral” *a la tradição walrasiana*. Nas religiões indianas, o nirvana é o estado permanente e definitivo de beatitude, felicidade e conhecimento, meta suprema do homem religioso, obtida através de disciplina ascética e meditação. No budismo, é a extinção definitiva do sofrimento humano alcançada por meio da supressão do desejo e da consciência individual...

O desafio para os economistas é aprender a pensar a economia como um Sistema Complexo. Para tanto, é útil a Teoria do Caos para perceber a dependência de trajetória caótica levar ao progressivo afastamento das condições iniciais. Na realidade, a economia constitui um sistema cujo estado inicial não se sabe bem qual é...

Nele, *as decisões ex-ante são vistas ex-post*, isto é, a partir do “ponto de chegada” atual composto de fatos transcorridos em um processo socioeconômico e político ainda em andamento. Esta imprecisão dos dados iniciais irá se refletir na qualidade da previsão capazes de serem feitas por economistas sobre o estado futuro desse Sistema Complexo econômico. Não há como prever convergência para o pressuposto equilíbrio geral com a manipulação dos preços relativos básicos.

O padrão de flutuação cambial, segundo Pedro Rossi, em seu livro *Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil*, é uma opção política decorrente de:

1. uma institucionalidade politicamente construída e
2. um determinado modelo de atuação da política cambial a ser aprimorado.

A economia brasileira tem duas especificidades importantes para o entendimento da dinâmica cambial:

1. o alto patamar da taxa de juro estimula as operações de *carry trade*: tomar dinheiro onde o juros tem maior disparidade face ao juro interno e aqui aplicar; esses investimentos provocam a apreciação da moeda nacional nos períodos de alta do ciclo de liquidez internacional, mas também provocam o efeito inverso na reversão do ciclo, quando as operações de *carry trade* são desmontadas;
2. a institucionalidade do mercado de câmbio brasileiro se mostra permeável à especulação financeira, dada a abertura financeira e a liquidez no mercado de derivativos.

Uma característica fundamental do mercado de câmbio brasileiro é a assimetria de liquidez entre a negociação de reais à vista, nos mercados primário e interbancário, e de derivativos, essencialmente o mercado de dólar futuro da BM&F.

Um dos principais motivos para essa assimetria de liquidez é uma assimetria regulatória entre esses mesmos mercados. A formação de posições no mercado de câmbio à vista é restrita a instituições bancárias e corretoras especializadas. Elas devem ter autorização do Conselho Monetário Nacional e suas operações formalizadas em contratos de câmbio e registradas no SISBACEN.

Já no mercado futuro da BM&F qualquer agente pode formar posições abertas em dólar futuro se for cadastrado no sistema dessa instituição. As menores exigências regulatórias e a facilidade de acesso condicionam a atuação dos agentes do mercado de câmbio e atraem investidores estrangeiros para a negociação da moeda brasileira no mercado futuro.

No mercado de dólar futuro brasileiro não há negociação de dólares. Negocia-se o valor em reais da variação de uma determinada quantidade de dólares em relação à moeda brasileira. Como as operações são liquidadas em reais, não há contratos de câmbio, tampouco movimentação de divisas. Portanto, a legislação cambial, condicionante da negociação de divisas no mercado à vista, não se aplica a esse mercado.

Por conta dessa assimetria de liquidez, a taxa de câmbio se forma primeiro no mercado futuro e é transmitida por arbitragem - compra onde está barato para venda onde está caro - para o mercado à vista. Essa é uma visão difundida entre os operadores de mesa de câmbio do mercado brasileiro.

Este fato é tomado como “intuitivo” porque a liquidez se concentra nesse mercado e por conta de o mercado tomar a taxa futura como referência para a cotação dos demais mercados. O mercado futuro tem precedência temporal sobre a cotação da taxa de câmbio à vista com defasagem em torno de 10 minutos.

O mercado futuro está ligado ao mercado à vista por relações de arbitragem. Os preços futuros, além de riscos e expectativas, expressam essas condições de arbitragem. O termômetro para arbitragem entre o mercado futuro e à vista é o *cupom cambial*: expectativa de rentabilidade pela diferença entre o juro externo e o juro interno, considerando o dólar esperado entre a entrada e a saída do capital = $(i - i^*) + \hat{e}$.

A definição de *cupom cambial*, apresentada por Pedro Rossi, difere dessa utilizada em Manuais de Finanças, onde se refere à paridade entre juros e à expectativa de depreciação da moeda nacional. Para Rossi, o *cupom cambial* é a taxa de juro remuneradora das aplicações em dólares *onshore*. Como a legislação brasileira não permite depósitos em moeda estrangeira, a *taxa de cupom cambial* é o resultado de uma operação estruturada com dois elementos:

1. uma aplicação em ativo cotado em real com rendimentos em juros básicos (CDI) e
2. um hedge cambial.

Essa variável pode ser definida com a taxa de juro em dólar no mercado brasileiro. O *cupom cambial* aumenta quando o preço em dólar futuro se aproxima do preço do dólar à vista e se reduz quando eles se distanciam. A intuição por detrás disso está no seguinte fato: quando há um excesso de oferta de dólar no mercado futuro, o hedge cambial fica mais barato e, assim, as aplicações em dólar *onshore*, com cobertura cambial, ficam mais bem remuneradas.

O circuito especulação-arbitragem se inicia com um excesso de oferta ou demanda no mercado futuro e, a partir daí, dá origem à arbitragem entre os mercados. No caso de um excesso de oferta de dólares futuros, por exemplo, o cupom cambial aumenta, tornando as aplicações em dólar *onshore* convidativas quando comparadas às taxas de captação *offshore*.

Isso abre espaço para arbitradores assumirem a ponta comprada do mercado futuro e, ao mesmo tempo, tomam recursos no exterior para vender dólares no mercado doméstico. Com isso, o agente fica *comprado em dólar futuro* - aposta na alta da cotação - e *vendido em dólar à vista* - aposta na baixa da cotação -, o que equivale a estar “aplicado” em cupom cambial. Por conseguinte, o excesso de oferta de dólares por parte dos arbitradores tende a apreciar a taxa de câmbio à vista.

No Brasil, a arbitragem é realizada fundamentalmente pelos bancos. Eles são autorizados pelo CMN a atuar no mercado interbancário de câmbio. Essa se realiza por meio das operações de “linha interbancária internacional”. São as únicas operações de câmbio entre residentes e não residentes não exigentes de contrato de câmbio, logo não constam no fluxo cambial. Essa captação de recursos tampouco está sujeita aos controles de capitais porventura incidentes sobre os agentes primários. Nesse sentido, os bancos, guiados pelo mercado futuro, representam uma fonte relativamente autônoma de oferta e demanda de divisas para o mercado primário.

Na institucionalidade adotada no mercado de câmbio brasileiro, segundo Pedro Rossi, a atuação do Banco Central restrita ao mercado à vista pode ser pouco eficaz. Por um lado, ela afeta a cotação do câmbio à vista ao absorver ou prover liquidez no mercado. Por outro, ela não afeta diretamente o circuito especulação-arbitragem. Dependendo da intensidade, pode perdurar mesmo com intervenções sistemáticas do Banco Central.

Então, a especulação de venda (ou compra) de dólares futuros aumenta (ou diminui) o cupom cambial e incentiva a arbitragem dos bancos. Estes vendem (ou compram) dólar no mercado interno e ao mesmo tempo compram (ou vendem) dólar futuro, fazendo a contraparte do especulador. Eles assumem uma posição em dólar comprada no mercado futuro e vendida no mercado à vista.

As intervenções do Banco Central, nesse contexto, fazem a contraparte dos bancos no mercado à vista. Então, podem não impedir um ciclo especulativo de apreciação ou depreciação da moeda brasileira. Além disso, a intervenção pode incentivar mais “entrada” ou “saída” de dólar por conta de seu impacto sobre o cupom cambial.

A atuação com *swaps* cambiais pode ter a vantagem de afetar diretamente o mercado onde se forma a taxa de câmbio e se origina a especulação. Esse instrumento influi na formação da taxa futura e, assim, evita a contaminação da taxa de câmbio à vista.

Essa atuação pode afetar o circuito especulação-arbitragem quando o Banco Central faz a contraparte do especulador, tirando o arbitrador da operação. Isso evitaria a variação da posição dos bancos. Ao absorver ou prover liquidez em dólar futuro, o Banco Central também ameniza a variação do cupom cambial.

Contudo, os leilões de *swaps* podem conviver passivamente com a especulação cambial. Nos momentos críticos, de forte formação de posições especulativas, podem não ter o efeito desejado sobre a taxa de câmbio.

No Brasil, particularmente nos ciclos de apreciação cambial anterior (2003-2008) e posterior (2009-2012) à crise financeira de 2008, o Banco Central foi parte integrante do circuito especulação-arbitragem. Ele não agiu diretamente sobre as causas da apreciação cambial da moeda nacional, apesar de amenizar seus efeitos. Naquela altura, dadas as especificidades do mercado de câmbio brasileiro, a política cambial exigia uma abrangência maior para conter os ciclos de apreciação.

Até 2011, a política cambial se restringiu à regulação dos fluxos de capital e às intervenções nos mercados à vista e de derivativos, com os *swaps* reversos e tradicionais. Em janeiro de 2011, o Banco Central:

1. atuou sobre a estrutura regulatória do mercado interbancário e
2. impôs custos às posições vendidas dos bancos.

Essa regulação teve efeito direto sobre o circuito especulação-arbitragem. Aumentou o custo de captação dos bancos pelas linhas interbancárias e modificou a formação do preço do dólar futuro, aumentando o cupom cambial e onerando também a especulação no mercado futuro.

Em julho de 2011, o governo direcionou a política cambial para a regulação do mercado de derivativos. Ficou possibilitada a imposição de depósitos sobre os valores nominais dos contratos, fixar limites, prazos e outras condições sobre as negociações dos contratos.

A capacidade de a política cambial administrar a taxa de câmbio se mostrou relevante no segundo semestre de 2012, em particular entre 4 de julho e 12 de novembro de 2012, quando a taxa de câmbio flutuou dentro do intervalo entre R\$ 2,00 / U\$ e R\$ 2,05 / U\$. Constituiu sua menor volatilidade desde o abandono do regime de banda cambiais em janeiro de 1999.

Porém, a eficiência desse aparato regulatório foi restrita a conter a especulação pela apreciação da moeda nacional. Nada dificultou a montagem do circuito especulação-arbitragem na direção inversa, no sentido de depreciação do real, estruturado a partir de posições compradas em dólar futuro. Isso ocorreu quando o ciclo de liquidez internacional passou a contribuir para a depreciação da moeda brasileira.

A despeito dessa experiência de regulação do mercado de câmbio, segundo Pedro Rossi, “permanecem no Brasil as características estruturais que condicionam os ciclos especulativos do passado, em particular uma forte assimetria de liquidez entre o mercado à vista e o mercado de derivativos que torna a institucionalidade do mercado brasileiro particularmente permeável à atividade especulativa”.

[BNDES: Entre o Desenvolvimentismo e o Neoliberalismo \(1982-2004\)](#)

Instituições são as restrições criadas para dar forma às interações humanas. Restrições são as “regras do jogo”. As informais são os códigos, os

costumes e as tradições sociais. As formais são as regras consolidadas na lei e na política de cada País.

Instituições emergem através do aumento do número de adeptos de uma determinada regra. Expressam conformidade com um hábito socialmente difundido.

Instituições financeiras oficiais são formais. As brasileiras precedem, temporalmente, à cada geração nascida na segunda metade do século XX. O BNDES, por exemplo, foi criado em 1952, durante o segundo governo Vargas de caráter desenvolvimentista.

Como os empreendedores brasileiros receberam, por meio das instituições financeiras públicas, informações e incentivos, eles poderiam ser tomados como existentes previamente a elas? Suas formas de pensar e suas motivações seriam ideias inatas?

O holismo metodológico dos desenvolvimentistas supõe o conjunto social influenciar as condições de comportamento ou funcionamento de suas partes. O individualismo metodológico dos neoliberais pressupõe o sistema social, e as suas alterações, resultarem das ações dos indivíduos, pois somente estes têm objetivos e interesses.

Esses distintos princípios metodológicos nortearam as gestões de uma instituição financeira chave para o desenvolvimento socioeconômico nacional conforme registra o livro *“BNDES: Entre o Desenvolvimentismo e o Neoliberalismo (1982-2004)”*. O Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF), no âmbito do projeto Instituições do Desenvolvimento Brasileiro, desenvolveu a pesquisa sob o mesmo título. Foi coordenada pela Gloria Maria Moraes da Costa. Ela compôs sua equipe com Hildete Pereira de Melo e Victor Leonardo de Araújo.

Seguiu a metodologia aplicada em pesquisa anterior do mesmo projeto, denominada *“O papel do BNDE na industrialização do Brasil: Os anos dourados do desenvolvimentismo (1952-1982)”*, publicada (e já esgotada), sob coordenação da professora Maria da Conceição Tavares. Foi realizada com base em documentos do próprio BNDES e em literatura especializada, além de seguir os preceitos de história oral, recolhendo depoimentos de treze ex-dirigentes e funcionários de carreira do Banco.

Essas entrevistas, além de contribuírem para a memória empresarial (e institucional brasileira), permitem a seguinte “leitura”: BNDES sempre esteve embebido da história política nacional. Lá, assim como no Planalto Central, parece também reinar um regime presidencialista semi-parlamentarista. Chamo essa mistura de Tropicalização Antropofágica Miscigenada.

Cada presidente, seja desenvolvimentista, seja neoliberal, parece ter tido “carta-branca” para implementar a estratégia bem entendida por seus ideólogos. Cada qual pensava fazer o melhor para a instituição e/ou para o Brasil sem se submeter a nenhum planejamento central. Nesse sentido, a gestão seria “presidencialista” ao ditar os rumos: “o que fazer”. Porém, havia “o parlamento”, isto é, os competentes técnicos concursados e estáveis. Eles sabiam “como fazer”. Seriam os “operadores”. Aqueles seriam os “estrategistas”. Uns, “motores-de-arranque”; outros, “máquina”. Dessas interações nunca emergiu um moto-perpétuo.

A máquina é uma corporação permanente, cujos componentes sabem se defender, mutuamente, em função das alternâncias de poder e as consequentes oscilações ideológicas. Todo servidor público concursado sabe o que pensar - e algumas vezes diz: “você passa, eu fico”. Embora haja as fases de “geladeira” de cada corrente de pensamento, os colegas dão guarita permitindo a transferência temporária para outros órgãos, em especial, no caso dos “benedenses”, IPEA ou universidades federais. No caso dos “economiários” da Matriz da Caixa, no Distrito Federal, para Secretaria do Tesouro Nacional ou órgãos brasilienses. Na Caixa, ironicamente, denomina-se SPE - Sociedade Protetora dos Economiários.

Levando em conta o risco de corporativismo, isto é, o predomínio de lógicas de ação prevalentes na defesa dos interesses particulares de uma determinada categoria profissional, evita-se a autogestão. Os agrupamentos exagerados na defesa dos próprios interesses profissionais necessitam terem suas corporações fiscalizadas pelo Estado.

Isto não significa preconizar a ideia de total controle das corporações pelo Estado. Há uma interessante relação (conflitiva ou não) entre o preposto da sociedade, ou mais exato, do governo de ocasião, e o corpo funcional das instituições públicas nacionais. De acordo com o espírito público do servidor, este muitas vezes resiste à “política de terra arrasada” daquele gestor indicado pela nova nomenclatura no Poder Executivo.

A pesquisa da Glorinha, Hildete e Victor Leonardo capta essa dinâmica ocorrida entre 1982 e 2004 no BNDES. Seus marcos balizadores foram a adesão ou não à ideia de privatização. Depois de um texto corrido com fatos e dados, detalhados em cerca de 230 páginas, são apresentadas treze entrevistas com destacados gestores do período em mais 250 páginas.

O livro está dividido em seis capítulos. O primeiro se inicia no ano de 1982, quando três subsidiárias do BNDES são fundidas para originar a BNDESPAR, e termina no ano de 1986. O período compreende um momento crítico da economia brasileira, conhecido como o da crise da dívida externa.

Nele, o BNDES começa a assumir funções distintas das historicamente exercidas, buscando contribuir para as necessidades de ajuste de curto prazo. O esgotamento do modelo de substituição de importações vai ficando claro e se começa a esboçar o modelo da integração competitiva da economia brasileira.

O segundo capítulo compreende o período marcado pelo surgimento das dificuldades econômico-financeiras, entre os anos de 1987-89. Elas ensejarão as primeiras privatizações. Após a queda do Ministro da Fazenda “novo-desenvolvimentista”, Bresser-Pereira, na época favorável a algumas privatizações, pode-se registrar o início da Era Neoliberal. De fato, ela se inicia em 1988 com a Constituinte e a ascensão do Ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega pró livre-mercado.

Os dois primeiros capítulos são os únicos nos quais se optou por um corte não coincidente com os mandatos presidenciais. A equipe de pesquisa entendeu as privatizações constituírem um marco-chave na história do Banco. Nos dois capítulos seguintes, os cortes coincidem com os mandatos presidenciais: o terceiro capítulo engloba a atuação do Banco no período 1990-4, abrangendo o governo Collor e o do seu sucessor, Itamar Franco. O quarto capítulo abarca os oito anos de mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, quando se completou a Era Neoliberal.

Ao longo desses catorzes anos, o BNDES foi se envolvendo com o programa de privatizações, já formalizado como Programa Nacional de Desestatização (PND). O registro histórico da implementação desse Programa é fundamental para entender as inflexões sofridas com a adesão do Brasil ao ideário neoliberal.

O quinto capítulo trata do biênio 2003-04, já no governo Lula, quando o economista e professor nacional-desenvolvimentista da UFRJ, Carlos Lessa, foi designado para a presidência do Banco. Esse é o único capítulo cuja demarcação se refere a um mandato de presidente do Banco. Não foi sem motivo.

Os anos iniciais do mandato de Lula foram marcados por uma pesada disputa interna entre desenvolvimentistas, nos seus diversos matizes, e neoliberais. Lessa foi um dos protagonistas dessa disputa, tentando fazer do Banco uma trincheira desenvolvimentista. Sua gestão foi marcante sob o aspecto nacionalista.

Infelizmente, esta pesquisa não abarcou toda a Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014), em especial a gestão (2007-2016) do professor da UNICAMP, Luciano Coutinho, cuja atuação anticíclica foi bem-sucedida.

No capítulo 6 foram apresentadas considerações finais à guisa de conclusão. Mas, para os especialistas com a memória recente ainda presente, as motivações dos diversos atores estão reveladas nas entrevistas. Do lado desenvolvimentista, o nacionalismo, a cadeia produtiva, o emprego e a desigualdade regional; do lado neoliberal, as externalidades, os riscos, os custos e o lucro do Banco.

Elas podem ser agrupadas de acordo com as ideologias e as funções de cada entrevistado. De um lado, o nacional-desenvolvimentismo de Carlos Lessa e Darc Costa, assessorado pelo “operador da máquina funcional”, Ernani Torres. De outro lado, o neoliberalismo de Pêrsio Arida e Luiz Carlos Mendonça de Barros, assessorados, respectivamente, por Elena Landau e José Pio Borges de Castro Filho, este vice de Mendonça de Barros e depois sucessor na presidência de André Lara-Resende.

Entre esses formuladores, há representantes da nomenclatura do PMDB/PSDB como Márcio Fortes e Regis Bonelli. Os funcionários concursados do BNDES - Ernani Torres, Fernando Perrone, Licínio Velasco Jr, Marco Antônio Araújo Lima e Paulo Faveret -, ocuparam postos de direção ou de superintendentes. Caracteristicamente, dão entrevistas mais autobiográficas em vez de emitirem avaliações sobre as diferentes estratégias. Evitam emitir juízos de valor, mantendo as características protetoras de suas carreiras de técnicos a servirem distintos governos.

Da mesma forma, os pesquisadores não emitem, neste livro, juízo de valor a respeito do dito por seus entrevistados, confrontando-os com fatos e dados de seus desempenhos. Não apresentam uma análise ideológica, embora evidentemente tenham seu lado. O outro lado (neoliberal) não faz uma análise tão honesta intelectualmente e imparcial politicamente ao tratar da Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014).

Reinventando o Capitalismo de Estado

Aldo Musacchio é professor associado de administração de empresas da Harvard Business School e Faculty Research Fellow do National Bureau of Economic Research. Sergio G. Lazzarini é professor de organização e estratégia do INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa. Ambos publicaram o livro “*Reinventando o capitalismo de Estado*” em 2014 pela Harvard University Press e Portfolio-Penguin, uma divisão da Editora Schwarcz S.A.

Sua leitura é indispensável para conhecimento da complexidade brasileira fora do lugar-comum expresso pelo “complexo de vira-lata”. Embora seja visível o *parti pris* pelos autores: a posição, atitude, opinião ou opção decidida ou assumida antecipada ou de maneira preconcebida é a

neoliberal. Mas são pesquisadores responsáveis ao levantar fatos e dados para sua narrativa.

É possível quem não compartilha de suas opiniões tirar outras conclusões a partir de suas evidências empíricas. Por exemplo, apesar de todos seus problemas, graças ao capitalismo de Estado a economia brasileira está no ranking das maiores emergentes. Devemos enfrentar as mazelas, mas não desmanchar o capitalismo de Estado, simplesmente, porque não temos iniciativa particular para iniciar empreendimentos estratégicos. O lucro em curto prazo não é o melhor guia para nosso futuro, isto é, para atender às necessidades sociais e à de infraestrutura e logística em escala nacional.

O gerúndio do título - “reinventando” - deve ser entendido no sentido de aprimoramento e não de destruição com a privatização de todas as empresas estatais. Rigorosamente, caberia a “destruição criadora”: o processo de inovação em uma economia de mercado, quando novos produtos destroem empresas ultrapassadas e antigos modelos de negócios.

Para Schumpeter, as inovações de empreendedores (privados ou públicos) são a força motriz do crescimento econômico sustentado em longo prazo. Assessores irresponsáveis de candidatos presidenciais imbecilizados por ideologia neoliberal rasteira imaginam destruir empresas bem estabelecidas, reduzindo desta forma “o monopólio do poder”. Ora, leiam a história da complexidade brasileira!

Aldo Musacchio e Sergio G. Lazzarini em “*Reinventando o capitalismo de Estado*” partem de questões-chave. “Os governos devem usar bancos de desenvolvimento, como o BNDES, para apoiar empresas privadas? Os governos devem apoiar empresas privadas, tornando-se acionistas minoritários? Quais são as implicações desses investimentos para as empresas e para os países?”

Neste livro, estudam a ascensão de novas formas de propriedade nas quais o Estado trabalha associado com os investidores privados em novos arranjos de governança. Definem o *capitalismo de Estado* como a influência difusa do governo na economia, seja mediante participação acionária minoritária ou majoritária nas empresas, seja por meio do fornecimento de crédito subsidiado e/ou de outros privilégios a negócios privados.

As novas variedades de capitalismo de Estado diferem dos modelos mais tradicionais, quando os governos são proprietários e gestores de empresas estatais como extensões da burocracia pública. Denominam esse modelo tradicional de *Leviatã como empreendedor*.

Identificam, além desse, dois novos modelos de capitalismo de Estado.

1. No *modelo Leviatã como investidor majoritário*, o Estado ainda é o acionista controlador, mas as empresas estatais apresentam características de governança diferentes que possibilitam a participação de investidores privados.
2. No *modelo Leviatã como investidor minoritário*, o capitalismo de Estado adota forma mais híbrida, quando o Estado renuncia ao controle de suas empresas em favor de investidores privados, mas continua presente, com participações acionárias minoritárias, por meio de fundos de pensão, de fundos soberanos e do próprio governo.

Neste último modelo, também incluem a autorização de empréstimos a empresas privadas por bancos de desenvolvimento e outras instituições financeiras estatais. Na opinião dos autores, portanto, o surgimento de “campeões nacionais”, como a JBS, cuja expansão se baseou em capital subsidiado pelo governo do país de origem, é manifestação do modelo do Leviatã como investidor minoritário.

Nos grandes mercados, como Rússia e Brasil, as empresas controladas pelo governo, ou quando o Estado tem participação significativa, dominam as negociações e respondem por algo entre 30% a 40% da capitalização de mercado. Na China, em empresas quando o governo é acionista controlador respondem por mais de 60% da capitalização do mercado de ações.

Além disso, em suas análises de empresas estatais em numerosos países emergentes, o *modelo do Leviatã como investidor minoritário* é predominante, abrangendo cerca de metade das empresas quando o governo tem participação acionária. As demais são estatais com participação acionária majoritária do Estado.

As estatais, tipicamente, estão entre as maiores companhias abertas dos mercados de ações dos países em desenvolvimento. De fato, as grandes estatais também são algumas das empresas mais lucrativas do mundo.

Muitos observadores, formados na cartilha do modelo idealizado (e único) do capitalismo liberal norte-americano, veem com apreensão o surgimento de novas formas de capitalismo de Estado. Denuncia esse capitalismo, vigente na maioria dos países, como “um sistema em que o Estado atua no papel de principal ator econômico e usa os mercados basicamente para ganhos políticos”.

Os fundadores e CEOs de algumas das maiores empresas privadas do mundo, identificam o capitalismo de Estado e seu apoio a “campeões nacionais” como uma das dez mais importantes ameaças ao “capitalismo de mercado”. Os gestores de empresas privadas multinacionais não raro se

queixam de enfrentar concorrentes com forte apoio ou subsídio dos governos locais.

Nem todos os investidores e formuladores de políticas expressam a mesma apreensão, simplesmente, porque trabalham com “o que é” e não com “o que deveria ser” de acordo com a ideologia neoliberal. O capitalismo de Estado é parte do mundo real, quer queira ou não. Daí é necessário aprofundar o conhecimento a respeito dele.

O livro “*Reinventando o Capitalismo de Estado*” expõe três argumentos gerais.

Primeiro, Aldo Musacchio e Sergio G. Lazzarini sustentam os governos terem aprendido a necessidade de esquemas de propriedade e de regimes de governança mais sustentáveis para as empresas estatais. A narrativa histórica sustenta, em consequência da crise de fins dos anos 1970 e princípios dos 1980, o modelo de propriedade e gestão das estatais pelo governo ter se tornado muito ineficiente e convertido em ônus para as finanças públicas.

Os governos reestruturaram seus portfólios de empresas, privatizaram aquelas sem razão política para operar e mudaram a estrutura societária de muitas nas quais realmente queriam manter participação. Por exemplo, empresas estratégicas, com altas rendas oriundas de petróleo, minérios e serviços de utilidade pública.

Alguns Estados, entretanto, concluíram: a fim de desenvolver modelos mais sustentáveis para essas empresas, precisavam envolver o setor privado no monitoramento e financiamento das estatais, assim como no compartilhamento dos prejuízos desses empreendimentos. Isso significava o Estado dividir a gestão e as rendas.

Segundo, em vez de debater “o que é melhor, se a propriedade estatal ou a privada”, os coautores sugerem haver grande heterogeneidade em cada modelo. Parte do argumento é a amplitude das variações não permitir generalizações.

Admitem, contudo, as empresas estatais mal gerenciadas estarem sujeitas a interferências políticas. Entretanto, encontraram muitas estatais nas quais, depois de mudanças em suas práticas de governança, os governos atuam como *investidores*, não como *gestores*.

Também são muitos os casos de propriedade estatal minoritária com capacidade de efetivamente ajudarem as empresas a desenvolver novos projetos lucrativos. Isto ao lado de outros de apoio injustificável a “campeões nacionais” com ligações políticas.

Em síntese, qualquer tentativa genérica de afirmar se a propriedade estatal é boa ou má não capta necessariamente os matizes e as modulações das formas organizacionais emergentes da reinvenção do capitalismo de Estado documentada neste livro. Os coautores empreenderam basicamente um esforço de descoberta, nas estatais, das fontes de heterogeneidade no nível da empresa.

Terceiro, Aldo Musacchio e Sergio G. Lazzarini argumentam os novos modelos de propriedade estatal, denominados *Leviatã* como investidor majoritário e *Leviatã* como investidor minoritário, serem mais ou menos eficazes em decorrência de numerosas condições esmiuçadas ao longo do livro e resumidas na conclusão. Por exemplo, se a privatização total de uma estatal não for possível, o governo pode – e deve – pelo menos melhorar os mecanismos de proteção da governança para mitigar problemas de agência e de intervenção política.

Os coautores sustentam os novos modelos de propriedade estatal serem mais eficazes quando se associam a arranjos de governança impeditivos de práticas abusivas pelos acionistas controladores. Isso ocorre não só quando o governo é investidor majoritário, mas também quando é investidor minoritário e os acionistas privados são capazes de desviar fundos da empresa.

Assim, na opinião de Aldo Musacchio e Sergio G. Lazzarini, ao adotar o modelo no qual o *Leviatã* é investidor minoritário, os governos devem mirar empresas privadas com boa governança e severas restrições financeiras. Com o passar do tempo, quando se desenvolvem os mercados de capitais locais, o Estado deve sair progressivamente da empresa, restringindo a participação estatal a casos de o financiamento de projetos com grandes externalidades positivas ser muito arriscado ou árduo demais para ser executado por capitais privados.

Esta é uma visão neoliberal mais lúcida, porém não deixa de ser equivocada por acreditar em etapas progressivas do capitalismo de Estado da periferia em direção ao “modelo” de capitalismo de Livre-Mercado (sic) do centro. Enxerga a fase atual, pós-privatização dos anos 90, quando surgiram variedades de Capitalismo de Estado como fase de transição. É possível colocar a questão: haverá convergência mundial, de maneira homogênea, para o modelo norte-americano ou para o modelo chinês?

Em outros termos, o aspecto contrafactual da defesa do *modelo do Leviatã como investidor majoritário* é, sem freios e contrapesos contra os abusos do governo como acionista controlador, até mesmo empresas estatais listadas em Bolsas de Valores, com participação acionária privada minoritária, podem acabar tornando-se as estatais ineficientes do passado. Isto ocorrerá

com preços controlados, endividamento excessivo e necessidades infundáveis de cobertura de seus prejuízos com recursos públicos. Se o governo retirar as rendas e transgredir a parceria com o setor privado, é muito possível ele assustar os investidores e regredir à situação da década de 1980.

Já o aspecto contrafactual da sustentação do *modelo do Leviatã como investidor minoritário* é mais complexo. Argumentam: os investimentos ou empréstimos do governo em empresas com oportunidades de investimento, mas sem controle financeiro, não compensarão o custo de oportunidade dos fundos públicos.

O governo, portanto, estaria em melhores condições usando seus recursos de investimento para apoiar empresas com controle financeiro e capacidades latentes, em vez de grandes grupos ou “campeões nacionais”, capazes de financiar os próprios projetos por meio de seus mecanismos de capitalização. Além disso, quando os mercados financeiros são mais desenvolvidos, os investimentos do governo em capital próprio talvez sejam necessários apenas no caso de empresas com projetos complexos, arriscados ou muito difíceis de ser financiados por intermediários financeiros privados.

Aldo Musacchio e Sergio G. Lazzarini, no livro “*Reinventando o capitalismo de Estado*”, salientam: “estamos muito conscientes de nosso trabalho poder padecer de problemas de viés de seleção e nossos resultados devem ser interpretados com cuidado, uma vez não estarmos tratando de causalidade no sentido mais estrito.”

Bilhões e Lágrimas: A Economia Brasileira e Seus Atores

A leitura do livro “*Bilhões e Lágrimas: A Economia Brasileira e Seus Atores*” de autoria de Consuelo Dieguez é recomendável, seja para o mal - as reportagens recentes já mostram a parcialidade contra o Governo Social-Desenvolvimentista -, seja para o bem - as reportagens anteriores “contam história que nunca tinham sido contadas”. A autora conta-as de maneira totalmente diferente. Revela o lado avesso dos perfilados. Descreve seus maiores e menores sentimentos. Observa cada detalhe, cada gesto, cada frase dita ao acaso. Usa de toda sensibilidade para buscar um pouco de alma de cada um dos personagens reportados, entender suas razões, sua forma de ver o mundo, as circunstâncias que o levaram a se comportar de uma ou outra forma e as consequências de suas atitudes para suas vidas. Mais importante: contextualiza os relatos pessoais de forma a, por meio deles, se pode compreender uma parte da história atual do Brasil.

Sem chamar a atenção da opinião pública através da mídia, mesmo porque esta só se importava em estimular “a oposição moralista” e não se

atentava para o projeto ideológico social-desenvolvimentista, o governo Lula começou a mudar o projeto de desestatização desenhado não, como afirma Dieguez, “ainda no governo Itamar Franco”, mas sim no Governo Collor, e assumido gulosamente no governo FHC. No entanto, “foi a partir do perfil de Sérgio Rosa [presidente da Previ, o maior fundo de pensão brasileiro] que nos demos conta do surgimento de um novo capitalismo, que classificaríamos de *capitalismo de Estado*. Boa parte dessas empresas passaria a ser utilizada para atender às políticas de desenvolvimento idealizadas pela cúpula do governo petista”.

Como escrevi em TDIE, *Capitalismo de Estado Neocorporativista no Brasil*, publicado em junho de 2012, concordo com essa análise. Quando “caiu a ficha” da imprensa, economistas e empresários neoliberais, os ataques ao Governo Dilma ficaram muito mais virulentos. A tática de alarmismo se falseava face aos indicadores macroeconômicos - taxa de inflação, taxa de desemprego, taxa de crescimento -, todos estavam sob controle. A inflação inercial em torno de 6% ao ano era perfeitamente aceitável face à memória inflacionária brasileira.

Daniel Dantas, conselheiro do Collor, membro do tucanato foi quem mais se beneficiou da “privataria”. Ele sempre tivera boas relações com o Poder, na Era Neoliberal. Viu-se, no governo petista, “metido na maior disputa societária da história do capitalismo brasileiro”. O alvo da contenda era o controle de companhias de telecomunicações, saneamento e transporte.

Seus oponentes foram a trinca de maiores fundos de pensão brasileiros: Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal). Estes se articularam, no governo Lula, apoiados pela cúpula do Poder. Desde a privatização das teles, no governo FHC, Dantas, embora minoritário, mantinha-se no controle das companhias e vivia em conflito com os sócios majoritários. Mas foi só no governo petista quando os fundos de pensão conseguiram desalojá-lo de todas as empresas e afastá-lo dos negócios estratégicos para o País.

Dieguez narra - com compaixão em relação à “iniciativa particular” - o confronto entre o banqueiro obcecado por Poder empresarial e o aparelho de Estado brasileiro. Dois anos após vencer a disputa com Dantas, a Previ, junto com outros fundos de pensão, havia aumentado muito sua participação em várias empresas privadas de diversos setores, fazendo jus ao montante de seus ativos. Somados eram cerca de 50% a mais do que a soma das fortunas dos 65 bilionários brasileiros.

A tomada das teles fora só o começo de uma estratégia desenhada pelo governo petista para o Estado, por meio dos fundos de pensão patrocinados

pelas empresas estatais, regulasse os setores considerados estratégicos na economia brasileira. Esses fundos aumentaram sua participação em várias empresas, exigindo assentos nos Conselhos de Administração. Algumas delas, como as de petroquímica e a Vale, antes privatizadas nos governos neoliberais anteriores, voltaram, indiretamente, ao controle do Estado.

O capital de origem trabalhista passou a se associar aos grandes empreendimentos. Quando a Sadia quebrou, em 2008, resultado de sua gestão temerária com abuso em operações com derivativos, os donos da empresa (famílias Fontana e Furlan) tentaram se socorrer junto ao BNDES como haviam feito com sucesso no passado várias outras empresas, utilizando-o como fosse um “hospital empresarial”. Dessa feita, o governo petista recusou, impondo uma “solução de mercado” com a fusão da Sadia com a Perdigão, que já era controlada pelos fundos de pensão, criando a maior empresa de alimentos da América Latina: *a Brazil Foods*.

Consuelo Dieguez conta a história do capitalismo brasileiro a partir do governo Lula através dos perfis de seus principais atores. Ela confessa: “foi só olhando para trás que tomamos consciência de que havíamos revelado como se dera o expressivo aumento da participação do Estado na economia”.

No entanto, com o enfoque neoliberal da revista Piauí, aprendidos por João Moreira Salles e por ela na PUC-Rio, ela não percebe o fenômeno sob o ponto de vista trabalhista. O conceito originário da Ciência Política europeia - *neocorporativismo* - teria a auxiliado a aprofundar sua análise.

De início, a intenção da pauta da revista era apenas o interesse de esmiuçar cada nova história individualmente, ou seja, destacando o individualismo tão caro à ideologia do “*self-made-man*” e promovido pelo falso “discurso da competência”. Mas aos poucos seus redatores foram se dando conta da ação do Governo Social-Desenvolvimentista por trás de todas essas operações.

Começando a entender a realidade do capitalismo brasileiro, os neoliberais perceberam nada do acontecido até então ter sido um mero acaso ou ato de voluntarismo dos fundos de pensão. Todas essas iniciativas contavam com o apoio estratégico do BNDES, sob o comando do ex-professor do IE-UNICAMP, Luciano Coutinho. Ele era um dos principais mentores do projeto de Capitalismo de Estado Neocorporativista. Este associava capitais de origem privada nacional e estrangeira, estatal e trabalhista, para dar competitividade internacional às grandes empresas brasileiras, trazendo divisas para o País. Os fundos de pensão, junto com o BNDESPAR, passaram a ser o braço financeiro desse novo modelo de gestão empresarial.

Os neoliberais custaram a entender as mudanças processadas na forma de o Estado brasileiro intervir e regular nas estratégias empresarias, livrando-se da falácia ideológica do “livre mercado”. O BNDES decidiu apostar em algumas megas empresas, adjetivadas pelos críticos neoliberais como “campeãs nacionais”. Elas tinham mais condições de enfrentar a competição internacional, não só emprestando recursos, como também se associando para dividir riscos.

A crítica neoliberal era: “o Banco de Desenvolvimento passou a apoiar, basicamente, setores produtores de *commodities* em vez de incentivar empresas de tecnologia de ponta”. Curiosamente, nessa crítica pretensamente “desenvolvimentista”, os defensores do livre mercado não perceberam a aposta profunda em investimentos em educação (e “tecnologia de ponta”) só teria condições de ser feita com o Fundo Social de Riqueza Soberana a ser gerado com a extração e exportação de petróleo de águas profundas na camada do pré-sal. Isso ocorreria na próxima década caso não houvesse o retrocesso político.

O País alcançou autonomia relativa em financiamento, haja visto o financiamento da construção da terceira maior hidrelétrica do mundo (Belo Monte) sem endividamento externo similar ao comprometido na construção de Itaipu. Boa parte dos investimentos da Petrobras foi sendo financiada internamente. Porém, autonomia tecnológica na indústria de transformação, ao contrário da indústria extrativa, aérea (Embraer) e da agricultura no cerrado (Embrapa) exigiria um longo processo de se colocar foco e recursos nessa prioridade. Enquanto não se atingisse essa fase, a política industrial, por exemplo, via o novo regime automotivo, teria de atrair empresas estrangeiras para produzirem no Brasil e transferirem o domínio de tecnologia.

O fato, não reconhecido pela descarada má vontade da imprensa brasileira com o governo social-desenvolvimentista, é a atuação anticíclica dos bancos públicos brasileiros, especialmente do BNDES e da Caixa (com o MCMV), no período pós-crise mundial de 2008, ter evitado a economia brasileira entrar em depressão. Obviamente, a política de austeridade, clamada pelos pretensos “defensores da moeda nacional”, sendo esse o único valor que lhes importa, foi abandonada nessa fase anti-recessionista.

Contraditoriamente, os neoliberais choram “lágrimas de crocodilo” por o governo petista ter permitido “uma solução de mercado” quando a Varig, a maior empresa de aviação da América Latina, cuja operação claudicava graças à má gestão de seus administradores, ter quebrado. “Sem uma companhia aérea de peso, o Brasil vem perdendo bilhões de dólares ao ano com remessa

de divisas das companhias aéreas estrangeiras que passaram a transportar a maioria dos brasileiros em viagens ao exterior” (Dieguez; 2014: 19).

Prossegue na crítica em defesa do *capitalismo sem risco*. “Se omitiu na aviação civil, o governo não poderia ter sido mais intervencionista quando tratou de discutir o setor de petróleo”. Em outubro de 2007, geólogos da Petrobras confirmaram a existência de petróleo na camada de pré-sal do Espírito Santo a Santa Catarina. Em fevereiro de 2008, a revista Piauí decidiu investigar melhor essas descobertas. “Demo-nos conta de que era algo muito mais espetacular do que fora noticiado pela imprensa”.

No entanto, a terceira reportagem da série sobre o pré-sal, publicada em setembro de 2013, já em véspera de campanha eleitoral contra o governo Dilma, não era tão animadora. Pasmem, mas os neoliberais decidiram denunciar o impacto negativo sobre a cadeia do combustível com a decisão do governo de alterar o modelo de exploração vigorante até então - de concessão de contratos de risco para partilha em casos de exploração sem risco!

Dieguez, enfim, declara: “nesse conjunto de reportagens publicadas entre 2006 e 2013 fomos, aos poucos, fazendo as conexões que nos permitiriam compreender *o novo modelo de capitalismo desenhado pelo governo petista desde 2003*. Nada aconteceu por acaso. Por trás dos embates, das falências, das fusões, das mudanças de legislação, existia um projeto de governo de colocar de novo o Estado no papel de protagonista; não de forma ostensiva como no regime militar, mas, sutilmente, por meio das operações dos fundos de pensão e do BNDES. Talvez sejam necessários outros dez anos para saber aonde tudo isso nos levará” (2014: 21).

Estou de acordo com ela, seriam necessários outros dez anos sem retrocesso político para constatar, após o bicentenário da Independência do Brasil, a Nação ter o potencial de alcançar, de fato, autonomia financeira e tecnológica, além de melhor qualidade de vida de seu Povo. Quem viver, verá...

Ascensão e Queda do império X

Sergio Leo, autor do livro “*Ascensão e queda do império X: Eike Batista e as jogadas, as trapaças e os bastidores da história da fortuna de mais de US\$ 34 bilhões que virou pó*” (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014), conta os passos dados para uma história de sucesso e derrota desde seus primeiros esforços para ganhar dinheiro aos vinte anos, vendendo seguros na Alemanha, até sua escalada ao posto de maior bilionário do Brasil e sétimo do mundo, no comando do grupo EBX. Em outubro de 2013, seria decretada a recuperação

judicial da principal estrela do grupo EBX, a empresa OGX, afundada em dívidas e previsões fracassadas de produção.

Nunca um empresário na América Latina caiu de tão alto em tão pouco tempo. Em outubro de 2010, o valor das cinco empresas do grupo X negociadas na bolsa de valores ultrapassaria R\$ 95 bilhões. Desse total, mais de R\$ 72 bilhões eram ações da OGX, a empresa de petróleo criada por Eike três anos antes, com capital de grandes investidores privados.

O empresário era classificado como o maior bilionário do Brasil e um dos dez maiores do mundo. Era o auge de um grupo empresarial iniciado na década de 1980, quando Eike, após iniciativas de sucesso na exploração de minas de ouro no Brasil, foi convidado a se associar a uma mineradora de porte modesto no Canadá, a *Treasure Valley Explorations Ltd.* Ele a dirigiu e renomeou em 1986 como *TVX Mining Corp.* e, depois, *TVX Gold Inc.*

TVX era o símbolo da Treasure Valley na bolsa canadense. Eike atribuiu à sigla um significado próprio, incorporado a suas futuras empresas: o “X” representava o símbolo da multiplicação, segundo explicou o Batista empresário em seu best-seller autobiográfico e em infindáveis entrevistas. Acrescentar “X” ao nome dos empreendimentos não era apenas superstição, mas também uma jogada de *marketing*, esporte em que o empresário se mostrou campeão.

“Para muitos, Eike é fruto e caroço de uma euforia especulativa. Ela anestesiou o espírito crítico de analistas de investimento e contagiou fundos estrangeiros e pequenos poupadores nacionais. Após a implosão do grupo EBX, espalharam-se, por Twitter, Facebook e fóruns de discussão, relatos de milhares de investidores desiludidos com o ilusionista com capacidade de os convencer a apostar economias e expectativas em um projeto de potência econômica convertido rapidamente em delírio arruinado.

Até hoje, porém, há quem o veja como um visionário. Um dos raros empresários brasileiros com disposição para começar do zero, mesmo sem ajuda do Estado para dar os primeiros passos. Alguém com pecados gerenciais e excesso de audácia, mas responsável por projetos ambiciosos que terão impacto perene e positivo na infraestrutura do país. O Brasil, dizia o maestro Tom Jobim, não é para amadores. As empresas EBX, plataforma gigantesca e efêmera do homem capaz de alcançar a maior fortuna individual da história do país, também desafiam até hoje explicações simplificadas.

Com sua capacidade de convencer as pessoas, seu estilo com mistura de ostentação, entusiasmo, simpatia e simplicidade no discurso, sempre elogioso ao enorme potencial da economia brasileira, o mineiro Eike Batista, de Governador Valadares, tornou-se um ídolo na cidade escolhida para viver, o

Rio de Janeiro, onde ganhou o título de cidadão honorário em 2006. Há muito tempo acostumados com a perda de importância da antiga capital federal para São Paulo, o maior centro empresarial do país, os cariocas viram nele “seu” empresário, com estilo totalmente distinto do comportamento em geral reservado e cauteloso dos executivos paulistas.

Eike mobilizou também a imaginação popular ao aparecer como um milionário triunfante por seus próprios esforços, graças a lances arriscados e visão estratégica. Ganhou apoio entusiasmado do então presidente, o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Também não teve dificuldades em conquistar amizades na oposição, como quando obteve do então governador de Minas Gerais, Aécio Neves, apoio legal para obrigar proprietários de terra a dar passagem a um duto de transporte de minérios, entre as montanhas mineiras e o litoral fluminense.

Era quem o governo precisava: um empresário bem-sucedido, com coragem para iniciar grandes projetos de investimento a partir do zero, e sempre disposto a elogiar a política econômica. Parecia ser um modelo concebido na medida para os empreendedores brasileiros. Eles começavam a se multiplicar com o aparecimento de uma nova classe média. O estereótipo detectado era de um empresário vencedor por seu próprio esforço, sem vergonha de ser rico e com lições de sucesso a compartilhar.

Era uma prova de o mesmo governo capaz de tirar quarenta milhões da pobreza gerar também o caldo de cultura dos verdadeiros empreendedores. Foi a delícia dos colunistas na imprensa: uma celebridade exuberante e disposta a alimentar histórias picantes ou sensacionais, muito bem-vindas nas redações em busca de novidades de impacto.

O rosto visível do grupo EBX era um bilionário *comme il faut*: poliglota, na época casado com uma das mulheres mais desejadas do país, Luma de Oliveira, ex-modelo da Playboy, celebridade famosa e provocante, rainha de bateria de escola de samba. Ela atravessou a avenida, no desfile de Carnaval, com roupas minúsculas e uma coleira cravejada de brilhantes com as letras “E”, “I”, “K” e “E” em maiúsculas reluzentes. Eike era acompanhado pela aura de vitorioso e arrojado – foi recordista e campeão mundial em motonáutica offshore, um dos mais perigosos esportes motorizados – e colecionava excentricidades.”

“Além de empresário atento às tendências econômicas e oportunidades de negócio, Eike era o maior garoto-propaganda de seu empreendimento, em uma época de culto exuberante e irracional às celebridades. O grande grupo empresarial, diferentemente de tantos megaempreendimentos no Brasil, tinha a face risonha e célebre de seu executivo em constante movimento, com

porte atlético, confessado implante no cabelo e retórica encantadora, disposto a se deixar fotografar com sua Mercedes SLR McLaren estacionada na sala de estar, ou ao lado de um dos motores de sua lancha de corridas, exposto sobre o piso de mármore do hall de entrada da própria casa.

Podia existir riqueza igual, mas não tão espetacular. Um magnata associado a grupos empresariais de fama internacional. A personificação do sucesso. Um executivo capaz de conquistar o que quer que desejasse.

Para uma cidade com costume de brindar com indiferença – real ou fingida – a presença de seus artistas e famosos em locais públicos, a relação do Rio de Janeiro com Eike era de reverência carinhosa. Eike não era muito bem-visto nos altos círculos do empresariado paulista, incomodado com sua despuddorada exibição de riqueza e seu histórico misto de sucessos e fracassos. Ele mesmo brincava com essa rivalidade, dizendo lançar projetos “MPI – Mata Paulista de Inveja”, com a qualidade da metrópole rival e a malemolência carioca.

“Como ele mesmo não cansava de falar, vinte anos de trabalho duro, na maior parte dedicados ao setor de mineração, haviam antecedido sua ascensão a celebridade nacional e a fundação do grupo EBX. Filho de um ex-ministro e ex-presidente da maior mineradora do país, a então Vale do Rio Doce, Eliezer Batista, considerado um dos mais notáveis estrategistas do país, Eike, na infância e por muito tempo, manteve distância do pai. Arrastado por sucessivas viagens em sua vida de executivo internacional, deixou a tarefa de criação dos sete filhos à esposa, Jutta Fuhrken.

Mulher exigente, nascida em Hamburgo, na Alemanha, a mãe de Eike criou os filhos praticamente sozinha na Europa. Costumava submetê-los a uma rígida disciplina desde muito novos. Ao chegar ao Rio de Janeiro, matriculou-os em uma escola alemã.

O crescimento e posterior esquitejamento do grupo deixam lições importantes sobre o mercado de valores brasileiro, sobre os riscos do empreendedorismo no Brasil e sobre a qualidade das informações econômicas no país.

Durante a escalada da EBX ao topo do capitalismo nacional, uma avaliação mais detida sobre a carreira de Eike Batista e sobre a real dimensão e estrutura de seus projetos poderia ter freado a súbita e desastrosa ascensão do grupo, reduzido o tamanho de sua queda e poupado milhares de investidores de pesados prejuízos. O tombo espetacular do empresário também teve raízes na recusa do próprio Eike em aceitar conselhos para moderar suas ambições.

Tanto o sucesso quanto o fracasso de Eike carregaram consigo histórias contadas pela metade, baseadas em uma mitologia não raramente estimulada pelo próprio empresário. Elas induziram os observadores a verem coisas não existentes. O mais impressionante é muitas das informações capazes de evitar a bolha da EBX e seu estouro estarem disponíveis. Muitos preferiram não as enxergar, encantados por uma propaganda repleta de informações exageradas e omissões inconcebíveis, manejada pelo empresário-vendedor.”

Sergio Leo, no final do livro “*Ascensão e queda do império X*”, avalia a queda fragorosa do Império X não ter sido resultado da queda em desgraça de um eleito pelos poderosos, como já se viu na história do capitalismo brasileiro. “Ela é um sintoma das fragilidades do sistema financeiro nacional. Este deveria propiciar aos empreendedores fontes de financiamento *ao abrigo dos humores do Estado* [?!], mas segue, em menor escala, sujeito a desvios como o que elevou o sr. X ao topo de um gigantesco castelo de cartas”.

Eike não foi o único a aproveitar o mercado de capitais para financiar seus delírios com a confiança alheia. E também não foi o único a fazer sucesso na bolsa com companhias pré-operacionais, sem fonte de receita e movidas a expectativas de produção futura.

As companhias do Império X, além da ajuda oficial e da espantosa incompetência dos órgãos de fiscalização, beneficiaram-se de um fenômeno pouco divulgado, o da mistura de interesses no setor financeiro. Bancos remunerados de acordo com a valorização das ações de uma empresa são os mesmos avaliadores a recomendarem a compra dessas ações.

Fatores como o pequeno número de empresas e setores econômicos na bolsa de valores brasileira colaboram para formação de um ambiente com os interessados em financiar novas empresas se verem com poucas opções, empurrados a negócios de maior risco. As análises à disposição desses investidores são, em grande parte, fornecidas por instituições no chamado *sell-side*. São formadores da “opinião especializada” (sic) os analistas de mercado dos bancos que lucram vendendo as ações. É um sistema favorável à criação de conflitos de interesses nem sempre explícitos a quem entra nesse ambiente.

Durante a jornada do êxito à desgraça do Império X, as análises otimistas foram um combustível constante. Ela intoxicou pequenos investidores. Os iniciantes se acham *espertos* - e *experts*. Mas não passam de “coxinhas” leitores da revista Veja para se informar! Constituem a turma do “me engana que eu gosto”.

Nem sempre está claro para o investidor se o lançamento de ações é uma chance lucrativa para apoiar um empresário necessitado de dinheiro para

um bom plano de negócios ou uma brecha usada por pessoas atrás de ganhos fáceis, oferecidos em uma janela de oportunidade criada no mercado. Comprar ações de empresas em IPO, desde 2004, foi, na maioria dos casos, um mau negócio, especialmente nos casos das firmas pré-operacionais, como as empresas X.

A ambição e a megalomania de Eike apenas criaram uma vitrine de luxo para os riscos dos sujeitos metidos a investidores. Os louvadores de O Mercado estavam dispostos a acreditar em lendas empresariais sem dar a devida atenção à história e ao comportamento de seus heróis. Esta postura comum também mostra a necessidade urgente de maior transparência e controle sobre a movimentação do mercado de capitais brasileiro, fortalecendo os mecanismos de fiscalização e prevenção de desvios.

Ex-vendedor de seguros na juventude, Eike costumava lustrar a imagem das suas empresas mencionando o aval de especialistas, poderosos, e da própria bolsa de valores. Esta aceitou inscrever as empresas X no chamado Novo Mercado, com regras mais estritas de transparência e de governança. As regras foram insuficientes, e a transparência X revelou ter a qualidade da borra de petróleo encontrada no enganoso poço de Vesúvio, na bacia de Campos.

O homem admirado fracassou na tentativa de criar uma “mini-Petrobras” e uma “mini-Vale”. Deixou, com o fiasco, a lição de, sem mudanças na maneira como se financiam as ousadias dos capitalistas brasileiros, o país não está livre de surgirem, no futuro, outros “mini-Eikes”. Serão capazes de danos gigantescos às economias de mini-investidores desmemoriados.

E Eike, como fica? A Bloomberg, no começo de 2012 o situava como o oitavo bilionário do mundo. Em novembro de 2013 expulsou-o da lista dos cem mais ricos. Anunciou, após o Ano-Novo, ele ter batido mais um recorde no competitivo mundo das grandes corporações: foi quem mais perdeu dinheiro em 2013, com a queima de estimados US\$ 12 bilhões durante o ano. Chegou a 2014 com patrimônio líquido negativo, mais dívidas a pagar se comparado a sua liquidez e/ou suas propriedades. O recorde anterior pertencia a... Eike Batista. Teve perdas de US\$ 10,1 bilhões em 2012.

“A pouca transparência em alguns dos negócios do empresário, como a exata dimensão de suas obrigações com o fundo Mubadala e a real situação de suas empresas de capital fechado, tornam a estimativa da Bloomberg um exercício impreciso. Eike segue como acionista importante na Eneva, na Prumo, na OGP e nas companhias que ainda carregam no nome a marca X de suas ambições, a OSX, a MMX e a CCX. Sua fortuna bilionária, assim como as

ambições de se tornar o maior bilionário do mundo e de ‘matar paulista de inveja’ foram reduzidas a pó. Está nas mãos do mercado, e dos credores, o ponto final dessa história. Ou o começo de um novo capítulo.”

Assim concluiu Sergio Leo seu livro “*Ascensão e queda do império X*”, publicado em 2014. Em 3 de julho de 2018, o Jornal Nacional da Rede Globo noticiou: o empresário Eike Batista foi condenado a 30 anos de prisão por pagar propina ao ex-governador Sérgio Cabral.

Amigos próximos, mas *comme il faut* uma amizade de interesses. Assim a Justiça descreve a relação entre o ex-governador Sérgio Cabral e o ex-megaempresário Eike Batista. O Ministério Público afirma: Eike pagou propina de R\$ 52 milhões para garantir às empresas dele serem beneficiadas pelo governo Cabral. Os procuradores dizem terem sido US\$ 16,5 milhões a Sérgio Cabral no exterior e mais R\$ 1 milhão usando o escritório de advocacia da ex-primeira-dama.

Eike Batista chegou a ficar preso, mas foi solto pelo Supremo Tribunal Federal. Apesar disso, o juiz Marcelo Bretas condenou o empresário a 30 anos de prisão por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Flávio Godinho, braço direito e sócio de Eike, também foi condenado pelos mesmos crimes. O ex-vice-presidente do Flamengo teve pena de 22 anos. Sem a apressada perseguição política ao ex-presidente Lula, os dois só poderão ser presos se a sentença for confirmada em segunda instância. Aguardam, aguardam...

História do Futuro - o Horizonte do Brasil No Século XXI

Mirian Leitão no livro “*História do Futuro - o Horizonte do Brasil No Século XXI*” (Rio de Janeiro: Intrínseca; 2015), publicado em 2015, estava em *plena campanha antipetista e golpista*. “O governo culpou a crise externa e o fato de o mundo não estar completamente restabelecido do abalo de 2008. Não foi essa a causa. O determinante foi a política econômica à qual o primeiro mandato tentou dar ares de ciência, definindo-a como ‘*a nova matriz macroeconômica*’. Essa suposta teoria teve morte rápida por falência múltipla das premissas.”

Os jornalistas antipetistas e golpistas na época cuidavam de endemoniar a doutrina contra a ideologia neoliberal dos economistas ortodoxos. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, em um afã de (mau) marqueteiro, denominou “nova matriz macroeconômica” em contraponto à velha “matriz neoliberal” representada pelo tripé de instrumentos de política econômica. Se os jornalistas econômicos no Brasil fossem bem formados, eles saberiam qualquer mudança no grau de uso ou direção de um e na combinação dos quatro instrumentos de política econômica usuais - política

monetária, política fiscal, política cambial e de controle de entrada/saída de capital -, representar uma nova política econômica.

Por exemplo, a política de crédito adotada logo no primeiro governo Lula não foi adotada durante todo o governo FHC. O superávit primário foi elevado. A moeda nacional foi apreciada. Depois da explosão da bolha de commodities, em setembro de 2011, o governo Dilma forçou a queda da taxa de juros através da competição dos bancos públicos com os privados através de menor spread e da coordenação do Banco Central com a equipe econômica do Ministério da Fazenda. Depreciou gradualmente a moeda nacional. Errou ao conceder desoneração fiscal apenas com a contrapartida de manutenção de empregados e sem o compromisso de criar novos empregos com investimentos.

O problema da Mirian Leitão e outros colunistas tucanos é a realidade falsear o mito da manutenção do tripé macroeconômico durante todo o período Pallocci. Nisso (e na “sorte” de Lula com o *boom* de *commodities*) estava a explicação simplória do irritante sucesso petista.

Mirian tem recaídas na verdade dos fatos para, logo depois, esquecê-los. “O Brasil é um país muito melhor hoje, por ação de governos de partidos diferentes, do que ao fim do regime autoritário. Como outros profissionais, os economistas se dividem em correntes que se rotulam. No Brasil dos últimos anos, *o embate foi entre supostos neoliberais e desenvolvimentistas*. Nenhum dos rótulos é bom para explicar o que pensam os dois grupos. E há mais matizes entre os pensadores. Não há muitos liberais no Brasil [só neoliberais], no conceito exato da palavra, e desenvolvimento todo mundo quer.”

O que é isso?! Que mau argumento! É como qualquer um dizer: controle de inflação todo mundo quer. Essas metas não distinguem as correntes de pensamento.

“Em 2015, outro grupo se instalou, comandado pelo ministro Joaquim Levy, que integrara a primeira equipe do PT, em 2003 [e antes o governo FHC e antes ainda o FMI]. Foi a hora de corrigir os erros dos que se definem como “desenvolvimentistas”, mas cuja melhor definição seria ‘gastadores’ [diagnóstico próprio à economia doméstica]. A conta que o grupo deixou ficou pesada. O mais exato sobre as diferenças entre as ideias econômicas é dizer que há soluções melhores e piores para os problemas. *No primeiro governo Dilma (2011-2014), prevaleceram ideias erradas*, tanto que o resultado foi um mar de números ruins, taxa de inflação alta e economia estagnada.”

Mirian Leitão só analisa a política econômica em curto prazo, não faz uma abordagem estruturalista nem cíclica. Por seu rancor pessoal e raiva

partidária, não entrega o que promete no título *“História do Futuro - o Horizonte do Brasil No Século XXI”*.

Brasil, raízes do atraso: paternalismo x produtividade

Fabio Giambiagi aproveitou freneticamente da onda surgida durante a Era Desenvolvimentista (2003-2014) de atender à demanda por uma literatura política e econômica de teor direitista. Os derrotados nas quatro últimas eleições presidenciais, depois das duas primeiras derrotas seguidas (2002 e 2006), vendo o sucesso de políticas sociais ativas em conjunto com uma política de crédito para incentivar a demanda agregada, em vez de se perguntarem “onde errei”, invertem a questão para “onde meus adversários erram”. Deveriam refletir sim sobre “o que meus adversários fazem e eu não fiz na Era Neoliberal (1988-2002)”.

Fabio Giambiagi, no livro *“Brasil, raízes do atraso: paternalismo x produtividade - As Dez Vacas Sagradas que acorrentam o país”* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2007), comete a Falácia da Auto Atribuição: sucesso é meu, fracasso é dos outros. É um mau argumento para defender suas hipóteses neoliberais sobre as pressupostas raízes do atraso brasileiro. Curiosamente, para ele, essas raízes não são históricas, herdadas da extinção tardia da escravidão sem jamais ser realizada uma reforma agrária para os ex-escravos obterem um lugar para cuidar da sobrevivência por conta própria. Pelo contrário, ele trata todas as conquistas sociais posteriores, supostamente “doadas por populismo” getulista e lulista, como as raízes do atraso!

Este pressuposto “atraso”, no entanto, levou o Brasil ser considerado um dos quatro maiores países emergentes com futuro promissor até o novo golpe político para implantar as ideias neoliberais incapazes de ganhar uma eleição democrática limpa sem impedimento de candidato popular. O “atraso” contemporâneo está acontecendo a olhos vistos desde o golpe de 2016. Ocorre de uma maneira distinta do retrocesso histórico do país de seus pais, a Argentina, um dos mais ricos no início do século XX.

“O Brasil tem colhido o que plantou: um país é resultado das suas escolhas – e, em 1988, nós fizemos as escolhas erradas. Mais de um membro daquela Assembleia Nacional Constituinte declarou anos depois que a Constituição teria assumido um perfil bem diferente se ela tivesse sido escrita em 1990, após a queda do Muro de Berlim. Como foi escrita antes desse episódio histórico, porém, ela foi uma espécie de ‘canto do cisne’ do dirigismo distributivista. O país está pagando um preço – e caro – por isso. O livro, nesse sentido, é um apelo por mudanças.”

Este argumento é típico do golpismo antidemocrático imperativo em mentes esnobes de iluminares. “Mais de um membro daquela Assembleia Nacional Constituinte” não reconhece então a legitimidade democrática de sua eleição?! Se suas ideias neoliberais não foram contempladas após vinte anos de ditadura militar o autor taxa a Constituição brasileira como anacrônica?! Ora, qual Constituição é atualizada ao sabor da volatilidade do debate ideológico conjuntural?

“O Brasil precisa mudar. Para isso, é preciso enfrentar alguns de nossos tabus. De forma intelectualmente provocativa, dei a eles aqui o nome de ‘vacas sagradas’. Escolhi dez delas, sabendo em sã consciência que o número verdadeiro é maior.”

A tradição de divinizar as vacas nasceu com o hinduísmo cerca de 1500 a.C.. Nos séculos seguintes, foram criadas leis elevando gradualmente o status religioso bovino. No sistema de castas ainda vigente na sociedade indiana, a vaca é considerada mais “pura” até do que os brâmanes: indivíduos pertencentes à casta mais elevada, dos sacerdotes. Por isso, não pode ser morta nem ferida e tem passe livre para circular pelas ruas sem ser incomodada.

Em mecanismo de auto validação ilusória, Giambiagi convidou o ex-ministro Máilson da Nóbrega, consultor de bancos e outras instituições de O Mercado para prefaciar seu livro. Como é de praxe dos “ex”, ele critica o não conseguido ser realizado por ele quando estava no cargo. “A cultura prevalecente ainda é esperar tudo do Estado. Muitos pensam ganhar dinheiro sem grande esforço ou até sem esforço nenhum. Câmbio generoso, TJLP ‘desenvolvimentista’, proteção contra a ‘ameaça’ chinesa e outras generosidades são, em sua essência, irmãs gêmeas das demandas em torno de uma boa aposentadoria sem correspondência nas contribuições ou de uma sinecura no governo.”

Resume. “Giambiagi se esmerou em minar dez “vacas sagradas” que o imaginário aceita como verdades inequívocas (e não são). Elites políticas, sindicais, empresariais e intelectuais se aferram a ideias sem correspondência na realidade. Por isso, é difícil atacar privilégios e remover barreiras à ampliação do potencial de crescimento. Temas como o aumento do salário mínimo, os privilégios da Previdência, a rigidez anacrônica da legislação trabalhista, as demandas por protecionismo e juros camaradas fluem com extrema competência, provando a improcedência de certos raciocínios.”

Como constataremos com a leitura dessa pregação neoliberal, os dez mandamentos do seu credo a respeito dos pecados em *Terrae Brasilis* em vez de fornecerem um roteiro para viabilizar um choque de capitalismo com

democracia foram oportunisticamente usados pela equipe econômica do governo golpista para implantar com alianças fisiológicas no Congresso Nacional um “saco de maldades” contra o povo brasileiro. Ou nas inesquecíveis palavras do usurpador do Poder Executivo à sua base de apoio \$\$ \$ de empresários conservadores: “eu não me importo de tomar as medidas impopulares almejadas por vocês”. Resultado: depois do corte de gastos sociais e de direitos trabalhistas, se tornou o governo mais impopular da história brasileira! E ele pouco se importa com seu candidato sucessor não tenha conseguido sequer 1% de apoio eleitoral e seu partido MDB tenha eleito menos da metade de sua bancada habitual...

Confira o programa neoliberal de medidas impopulares (“matar vacas sagradas”):

1. As vacas sagradas (I): o salário mínimo não é mínimo.
2. As vacas sagradas (II): a Previdência Social imprevidente.
3. As vacas sagradas (III): o assistencialismo exacerbado.
4. As vacas sagradas (IV): os direitos dos incluídos.
5. As vacas sagradas (V): a vinculação preguiçosa de gastos orçamentários.
6. As vacas sagradas (VI): a TJLP esquizofrênica.
7. As vacas sagradas (VII): as transferências temporárias infinitas.
8. As vacas sagradas (VIII): a taxaçoão do capital financeiro, esse inimigo.
9. As vacas sagradas (IX): o protecionismo concedido à indústria nascente, mantido quando ela passa a ser adulta.
10. As vacas sagradas (X): o viés anticapitalista sob as asas do Estado.

Esta última se trata da bandeira-de-luta síntese de Giambiagi: combater a “forte influência do espírito anticapitalista que vigora em parte expressiva da opinião pública nacional e de como isso prejudica o dinamismo da economia.”

“A tendência, muito presente na sociedade brasileira, de se proteger sob as asas do Estado remonta à tradição ibérica, observada nas origens portuguesas do Brasil e também nas raízes espanholas de diversos países da América Latina, de conseguir alguma forma de concessão ou favor do rei ou vice-rei, ou de qualquer outro representante na colônia.

Tal tendência manifesta-se nas mais diversas formas e nos diferentes grupos da sociedade. Se os setores econômica e politicamente mais fortes pediam a outorga de cartórios ou a garantia de alguma reserva de mercado, nas classes médias a máxima aspiração para milhares de famílias era conseguir o apadrinhamento para a obtenção de um emprego público. A novidade surgida no Brasil nas últimas décadas – e isso não deixa de ser uma socialização da prática – é que, refletindo a pressão de uma democracia de massas, os pobres e os despossuídos também estão sendo partícipes dessas práticas.”

A versão moderna desse comportamento, segundo Giambiagi, em sua versão popular, é a figura de quem fica “encostado no INSS”, de quem passa a receber um benefício assistencial do Loas ou se torna beneficiário do Bolsa-Família. Por mais méritos que possam existir no apoio aos marginalizados, o neoliberal acha se tratar da adaptação de dois velhos hábitos nacionais, antigamente restritos às classes mais favorecidas:

- i) conseguir algum benefício do Estado; e
- ii) ter uma renda, sem ter feito antes um esforço para isso.

“Enquanto a ética anglo-saxã prevalecente até hoje nos Estados Unidos cultua a tradução do *self-made man* e representa a construção de uma sociedade a partir da vigência do rígido princípio do *rule of Law*, a tradição cultural do Brasil parece ser a oposta: a de privilegiar a obtenção de recursos públicos, sem levar em conta quaisquer outras considerações.”

Ai, como o coitado é infeliz por o *States* não ser aqui...

Ele denuncia: “no Brasil impera a filosofia de que o lucro é muitas vezes algo suspeito. Enquanto nos Estados Unidos os altos lucros das empresas são sempre recebidos com beneplácito, no Brasil é de suspeição o verniz com o qual muitas vezes o noticiário sobre os lucros empresariais é apresentado na mídia.”

Defende a TV Globo e o sistema financeiro nacional, um é palanque habitual para divulgar suas ideias, outro é financiador de suas palestras. “Não por acaso, dois dos maiores símbolos do sucesso do capitalismo brasileiro – a rede Globo, que representa um padrão de excelência que é um benchmark no setor; e o setor financeiro, provavelmente um dos mais modernos no universo das economias emergentes de todo o mundo – foram, historicamente, ícones da rejeição de parcelas importantes da esquerda brasileira.”

A contrapartida do esquerdismo infantil não deve ser o direitismo senil. Mas esta é a atitude adotada pelo autor.

“Nota-se uma dificuldade de entender o funcionamento do capitalismo e certa atitude negativa para com a iniciativa privada, em todas as instâncias da vida brasileira. (...) é o Poder Judiciário se auto-atribuindo um papel normativo para melhorar a distribuição de renda. Não é exatamente o que no resto do mundo se entende como um “bom ambiente de negócios”...”

Em defesa da privatização das empresas estatais argumenta com a crítica à ela! “A tradição do abrigo estatal, a suspeição quanto às atividades privadas e o espírito contrário ao lucro convergiram no Brasil, como não poderia deixar de ser, na crítica às privatizações dos anos 90. (...) “a grande maioria dos brasileiros opõe-se à privatização de ícones como o Banco do Brasil ou a Petrobras. (...) No fundo, o ataque à privatização nada mais é do que a manifestação de desconfiança diante do que é privado.”

Ele se apresenta como defensor dos Estados Unidos por tudo de bom para ele ser bom também para o Brasil! “Se alguém deseja ter a proteção do Estado, suspeita das empresas lucrativas, opõe-se à figura do lucro como algo quase pecaminoso e ataca a iniciativa privada, nada mais natural, por extensão, que dirija as suas baterias contra o que é a Meca do capitalismo: os Estados Unidos. Por conta do mesmo espírito anticapitalista ao qual já fizemos alusão, existe no Brasil uma forte prevenção contra os Estados Unidos.”

O individualista apela, então, para a defesa da ideologia binária norte-americana do “vencedor ou perdedor”. “Novamente, é útil aqui a comparação da atitude – esta é a palavra-chave – vigente no cidadão comum nos Estados Unidos e no Brasil. Os Estados Unidos têm ‘a cultura do vencedor’. Na sociedade norte-americana, todos procuram ser *winner*s. Mais do que em outras sociedades e em nítido contraste com o Brasil, o sucesso pessoal e profissional é valorizado como o grande objetivo na vida de qualquer indivíduo. Evidentemente, nem todos atingem o estrelato, a fortuna ou o poder, mas todos são igualmente estimulados, cada qual em sua esfera de atuação, a tentar ir o mais longe possível. O ideal cultural é, ao chegar à idade madura, poder olhar para trás e dizer que se ‘venceu na vida’. O reverso é verdadeiro: a pior pecha que pode atirar em um norte-americano é a de que se trata de um perdedor, um *loser*. À luz do padrão cultural do país, o perdedor não é apenas alguém que ficou em desvantagem. É um indivíduo, acima de tudo, responsável pelo seu próprio fracasso”.

“No Brasil, ao contrário, o sucesso gera com frequência suspeita e desconfiança. (...) Lá [nos Estados Unidos], glorifica-se o sucesso e despreza-se o frustrado. Aqui [no Brasil], de modo geral, suspeita-se do sucesso e cultua-se a frustração. Vigora no país o que alguém apropriadamente uma vez denominou de “cultura do coitado”.

“No Brasil estamos desenvolvendo hábitos que levam o cidadão comum a associar o seu bem-estar ao fato de estar ou não no círculo de beneficiados pelo recebimento de algum fluxo de recursos públicos. Não há melhor receita para desestimular a criatividade humana.”

“O Brasil cresceu – e muito – no passado, utilizando políticas que hoje são consideradas não recomendadas e sem atentar tanto para pontos que agora se consideram vitais. Como foi possível isso? A explicação é que eram outras épocas.”

Fabio Giambiagi resume sua hipótese não tão original no livro “*Brasil: Raízes do Atraso*”: “O ponto aqui defendido é que o Brasil precisa se assumir como país capitalista e desenvolver uma cultura em que a educação seja vista como fundamental pelo cidadão comum, em que a inovação seja estimulada e o esforço seja reconhecido.”

“Há dois problemas, porém. O primeiro é que uma fração importante da população está alheia a esse espírito. O segundo é que a estrutura de incentivos está completamente errada. O país deveria premiar o êxito e induzir a população a seguir esses exemplos. Na prática, o que temos feito implica exatamente o oposto: o lado moderno do Brasil vem sendo sufocado, e estamos desenvolvendo uma cultura do assistencialismo, em que o excluído aspira a ganhar o Bolsa-Família, a classe média aspira a passar num concurso público para ter o salário garantido por 30 anos, e os ricos se acostumaram a aplicar no mercado financeiro ganhando juros reais de 10% a.a.”

No neoliberalismo há apenas uma “vaca sagrada”, a chamada “ditadura do caixa vazio”: através de privatizações, redução de impostos sobre os ricos e contenção das dívidas públicas, drenar o Estado de Bem-Estar Social e evitar ele gastar dinheiro com o bem comum.

Complacência: Entenda por que o Brasil cresce menos do que pode

O debate sobre produtividade dos trabalhadores brasileiros, uma obsessão neoclássica, demonstra bem a diferença entre, de um lado, os economistas ortodoxos com seu individualismo metodológico, e, de outro, os heterodoxos com seu holismo metodológico. Se quiser, troque, respectivamente, por neoliberais e desenvolvimentistas.

Para estes, as teorias sociais devem ser baseadas nos comportamentos de grupos irreduzíveis de indivíduos, opondo-se ao “individualismo metodológico”. Para aqueles as teorias sociais devem ser baseadas em comportamentos individuais.

O Princípio do Holismo Metodológico procura compreender os fenômenos na sua totalidade como possuidor de funções próprias. A tendência da natureza e dos conjuntos sociais é, a partir da evolução criativa, “formar um todo que é distinto da soma de suas partes”. Em contraposição, o Princípio do Individualismo Metodológico só considera adequadas as explicações sobre os fenômenos macrossociais, políticos ou econômicos se colocadas em termos de crenças, atitudes e decisões dos indivíduos.

Fábio Giambiagi e Alexandre Schwartzman, “*Complacência: Entenda por que o Brasil cresce menos do que pode*” (Rio de Janeiro: Elsevier/Campus; 2014), colunistas da “grande” imprensa brasileira e notórios combatentes antipetistas com base no credo neoliberal, fornecem uma amostra da visão de “tudo no mundo deve ser visto a partir do próprio umbigo”. Não percebem como o ego de cada qual deturpa ou não permite a visão do movimento sistêmico e complexo, isto é, com múltiplos componentes, visível a cada escala de análise.

Apresentam um raciocínio vicioso, aparentemente correto, mas concebido com a intenção de induzir em erro. A premissa tem o propósito de estabelecer uma da argumentação com base em um raciocínio circular. A conclusão deles - o Brasil cresce abaixo do seu potencial - aparece de forma óbvia como premissa. É apenas uma repetição da premissa com palavras diferentes.

Cometem uma petição de princípio. No raciocínio circular deles, a conclusão é tomada, implícita ou explicitamente, em uma ou mais das premissas. Têm a intenção de produzir uma ilusão da verdade, apresentando uma estrutura aparentemente lógica, mas, abaixo dessa superfície, adotam relações incorretas e propositalmente falsas.

A discussão argumentativa deles supostamente demonstra a verdade. Contudo, possui em sua essência características ilógicas. Todo discurso tendencioso, no caso o neoliberal, a intenção reside na ideia do erro proposto ardilosamente por quem o exprime. A ação intelectual deles é realizada com a intenção de ludibriar, enganar.

Se não, vejamos. Começam a parolagem com apelo à opinião de uma autoridade irrelevante apenas porque é emitida por um banco. A ideia é presumida como verdadeira somente porque foi originada em um lugar distante (EUA) e em outra língua (inglês). Isto é visto como espécie de “prova social”. Porém, simplesmente por muitas pessoas acreditarem em uma ideia, não prova ela ser verdadeira.

“Em trabalho relativamente recente (*Brazil: confronting the productivity challenge*, janeiro de 2013), o Boston Consulting Group (BCG)

decompôs o crescimento de diversos países nos 10 anos 2001/2011 em dois grandes componentes: i) o crescimento do emprego; e ii) os ganhos de produtividade, medidos pelo indicador de produto por trabalhador.

Eles próprio reconhecem isso ser nada mais além de uma tautologia. Eles entendem a definição PIB como resultado da multiplicação do número N de trabalhadores empregados pelo indicador de produtividade p representado pela produção por trabalhador ocupado (PIB/N). Dessa definição da produtividade deduzem a equação: $PIB = N \times p$

Esta é uma identidade contábil, ou seja, uma definição. O “pulo-do-gato” está justamente na passagem seguinte, “truque” cometido habitualmente por quantitativistas, por exemplo, na Equação das Trocas elaborada por Fisher a partir da Teoria Quantitativa da Moeda. Transformam uma igualdade contábil em uma função com hipóteses *ad hoc*.

Ad hoc significa “para esta finalidade”, “para isso” ou “para este efeito”. É uma expressão latina, geralmente usada para informar como determinado acontecimento tem caráter temporário e se destina apenas para aquele fim específico. Na ciência, uma hipótese *ad hoc* é geralmente criada com o intuito de tentar provar o não explicado pela proposta de uma nova teoria, evitando ela ser desacreditada. Em Filosofia, as hipóteses *ad hoc* surgem também como argumentos inventados a partir do próprio fato pretendido ser explicado.

No caso, os coautores dizem: “o PIB vai crescer porque aumentou o emprego e/ou porque aumentou a produtividade das pessoas empregadas”. Ora, a produtividade antes tinha sido estimada *ex-post*, isto é, a posteriori dos acontecimentos geradores do PIB. Este pode ter sido estimado por três métodos:

1. ótica da produção (valor agregado = valor da produção - consumo intermediário),
2. ótica da renda (salário + lucro + juro + aluguel), ou
3. ótica da despesa (consumo + investimento + gasto governamental + exportação líquida de importação).

No trabalho do BCG, o crescimento anual do PIB nesses 10 anos tinha sido de 3,7%, em média. A taxa foi inferior à de diversos países, entre eles China e Índia, mas também Coreia, Rússia e Chile. Aí os neoliberais deveriam ter pesquisado a razão do crescimento maior desses países. Não terá sido em razão de política de crédito, política fiscal, política cambial, política de comércio exterior, combinadas de maneira expansionista?

Porém, para os coautores plenos do “complexo de vira-lata” fazerem sua “denúncia”, fazem a inversão lógica: o baixo crescimento da economia brasileira é responsabilidade da baixa produtividade dos trabalhadores brasileiros. Mais uma vez a elite opta por “dar um pau no povo”.

Evitam, com essa escamoteação, fazer a autocrítica à pregação neoliberal do tripé econômico - política monetária e fiscal contracionista com moeda apreciada. Em vez de, simples e diretamente, apresentar o ranking do PIB desses países, optam pela taxa de crescimento da produtividade por homem ocupado, registrada *ex-post* nesse período, nos diversos países: China (9,9); Índia (6,4), Coreia (3,0), Rússia (1,8), México (1,4), Chile (1,2), Brasil (1,0).

O Brasil é o lanterna do grupo, como se vê o “complexo de vira-lata”, colocando a priori a responsabilidade no “povinho brasileiro inculto”. Para essa operação de camuflagem, coautores decompõem o crescimento do PIB entre as contribuições do aumento do emprego e do produto por trabalhador, utilizando taxas médias de três anos “para atenuar a volatilidade do ciclo econômico”. Opa, mas as causas das ascensões e quedas do crescimento é justamente as explicações a serem buscadas: podem ter sido devido ao ciclo econômico (eliminado) e/ou à estrutura produtiva (ignorada).

Pelo contrário, em que a cada ano da tabela consideram-se as taxas do referido ano e dos crescimentos dos dois anos precedentes. Como se vê, as estimativas manipuladas sugerem, até 2008, a expansão da produtividade ter desempenhado papel relevante no crescimento do produto. Não foi nada disso. A política de comércio exterior, a política de crédito, e a política de transferência de renda, a partir do segundo semestre de 2003, e a política de financiamento habitacional, a partir de 2005, explicam o maior ritmo de crescimento até 2008, embora os neoliberais instalados na diretoria do Banco Central do Brasil, como Alexandre Schwartzman entre 2003 e 2006, tenham, via política de juros, imposto um *stop-and-go* ou “voo-da-galinha”.

A partir de então, porém, a contribuição do crescimento da produtividade assume uma tendência decrescente, em linhas gerais, atingindo apenas 0,3% no período mais recente. Ora, quando explodiu a crise mundial em 2008, no ano seguinte houve uma recessão em toda a economia mundial. Em 2010, a brasileira retomou o crescimento. Mas, a partir de setembro de 2011, a bolha de *commodities* desinfla, com queda da cotação do petróleo. O preço vinha em ritmo de queda desde 2011, mas após 2014 e até 2016, ano do golpe de Estado, no entanto, houve uma queda vertiginosa. Ela não teve relação com a crise de 2008, ocorreu porque a oferta do petróleo passou a superar a demanda.

Mas os coautores ignoram todos esses fatores macroeconômicos. Concluem, através do individualismo metodológico, o principal fator de queda no ritmo de expansão do PIB de 2008 para cá ter sido a desaceleração da produtividade dos trabalhadores. Decorrente da queda do PIB, a “contribuição” cai de 2,5% nos três anos terminados em 2008 para os já citados 0,3% no triênio até 2013.

Mesmo no debate entre economistas ultraliberais (Escola Austríaca) e liberais (Escola de Chicago) há controvérsia em usar médias como indicadores. Hayek e Mises pensavam ser a atividade econômica demasiado complexa para ser quantificada com base em médias. Eram indicadores enganosos do modo como os indivíduos fixavam preços. Já Friedman observava a economia como um todo e usava as médias para determinar a causa e o efeito das mudanças econômicas.

Muito embora Fábio Giambiagi e Alexandre Schwartzman reconheçam a medida de produtividade usada por eles seja muito afetada pela flutuação cíclica da economia, dizem: “resta pouca dúvida acerca da desaceleração recente. Devido ao ciclo econômico, a expansão observada ano a ano do produto por trabalhador flutua bastante, mas a medida de tendência, que ‘limpa’ as oscilações cíclicas [necessárias serem consideradas], analogamente ao que fizemos na tabela anterior usando médias de três anos, sugere perda de fôlego consistente da produtividade”.

Aí os ideólogos neoliberais voltam à petição de princípio. Aliás, sonham, mas não conseguem ganhar uma eleição democrática para voltar à Era Neoliberal similar à do governo FHC. Apelaram, de maneira oportunista, para instalar seus quadros após o golpe.

Dizem: “O esgotamento do efeito das reformas adotadas até meados da década passada [governo FHC?!], assim como o próprio aperto do mercado de trabalho [queda da taxa de desemprego durante os governos do Lula II e da Dilma I], são fatores que colaboram para a expansão mais lenta da produtividade. A estrutura distorcida de incentivos, a mudança constante de regras, bem como a falta de competição externa também colaboram no sentido de minar o crescimento do produto por trabalhador”.

Vê como eles abandonam todos os fatores macroeconômicos cíclicos e estruturais para colocar foco apenas em pressupostos fundamentos microeconômicos: incentivos a empresários, ambiente de negócios e concorrência? Os economistas neoclássicos continuam burilando suas explicações sobre um fenômeno não existente, até este chegar ao ponto de todos, com elevada inteligência e sofisticação matemática, se empenharem

em um exercício semelhante ao de demonstrar a possibilidade no mundo real de uma hipótese imaginária: o livre mercado perfeitamente competitivo.

Daí os sabidos pregadores da crença neoliberal propõem, no sentido habitual de liberalizar totalmente a economia brasileira, uma agenda de trabalho pela frente. Dizem ela contemplar um conjunto de itens com vistas a ganhar competitividade, eficiência e produtividade - “palavrinhas-mágicas” habituais na parolagem neoliberal -, entre os quais, com destaque, aparecem os seguintes tópicos:

- flexibilização dos compromissos referentes às regras de aquisição de produtos com elevado conteúdo local;
- redução de alíquotas de importação, particularmente nas áreas de bens intermediários e bens de capital;
- ampliação de acordos comerciais, para elevar tanto exportações como importações; e
- diminuição de impostos específicos que afetam mais intensamente a competitividade da economia, o que requer uma racionalização prévia do gasto público.

“As três primeiras medidas se relacionam com a questão da baixa abertura da economia brasileira. A pouca exposição da indústria nacional à competição externa permite a prática de preços mais elevados de bens produzidos localmente do que aqueles praticados no mercado internacional”. Nada falam de destruição de empregos aqui com o risco de quebras de empresas e fechamento da indústria nacional. Para eles importa apenas, tal como já faz a classe de alta renda, a classe média passar a consumir mercadorias importadas mais baratas. Não se importam com os demais brasileiros sem renda.

Especialmente no caso da Petrobras desejam criar as condições adequadas para sua privatização. Evidentemente, será também uma desnacionalização, para gozo de ganhos de capital por parte de acionistas minoritários, provavelmente, eles incluídos. Novamente, não se importam com a indústria de petróleo brasileira. Não enxergam sequer a amostra visível da situação calamitosa do Rio de Janeiro com o desmanche da Petrobras e da indústria naval.

O argumento simplório reduz tudo a uma questão de preço. “As regras de conteúdo local se aplicam de forma mais clara à Petrobrás. A empresa, em nome da proteção à indústria nacional, acaba sendo obrigada a pagar mais caro pelo equipamento, o que encarece seu investimento e reduz, portanto,

seu retorno. Livre dessa regra, a empresa conseguiria os mesmos resultados com custos menores ou melhores resultados com os mesmos custos.” Esta é a crítica à proteção aos produtores de componentes locais através da política de compras das empresas estatais.

“De forma similar, alíquotas de importação mais altas, em particular no caso de bens intermediários e de capital, encarecem tanto os custos de produção das empresas locais, reduzindo sua competitividade, quanto os custos de investimento, deprimindo o retorno. Em ambos os casos, isto se reflete na (baixa) produtividade.” Defendem a abertura total em um mundo progressivamente mais protecionista.

“Já a ampliação dos acordos comerciais endereça diretamente o fechamento relativo da economia. O aumento da corrente de comércio (exportações e importações) aumentaria o grau de competição na economia, colaborando para a redução das margens, em particular nos setores oligopolizados, aproximando preços domésticos de suas contrapartes internacionais. Adicionalmente, como sugerido pela experiência dos setores mais expostos à competição internacional, estimularia a produtividade, com efeitos positivos sobre o crescimento.” Creem a indústria local ter condições de enfrentamento da competição internacional, senão é melhor fechar suas vagas de trabalho.

“Por fim, a diminuição de impostos específicos - sujeita, é claro, à racionalização prévia dos gastos, para evitar problemas na área fiscal - estimularia a competitividade doméstica, também colaborando no sentido de acelerar o crescimento da produtividade. Um efeito colateral, mais que desejado, seria a simplificação da estrutura tributária, liberando recursos hoje presos a tarefas improdutivas.” Novamente, fazem a pregação da “ditadura do caixa vazio”: através de privatizações, redução de impostos sobre os ricos e contenção das dívidas públicas, drenar o Estado de Bem-Estar Social e evitar ele gastar dinheiro com o bem comum.

Reconhecem: “Não se trata de uma agenda particularmente complexa do ponto de vista técnico, mas, do ponto de vista político, provavelmente enfrentaria oposição considerável. Apenas um governo convicto acerca dos seus impactos positivos teria a disposição de apoiar este tipo de medidas.”

Não à toa, preocupados com manutenção de emprego - e não com a oportunidade de comprar com preços internacionais -, a maioria do eleitorado brasileiro impede os neoliberais tupiniquins ganharem eleições. Percebe eles não passarem de reles entreguistas.

Desigualdades Regionais no Brasil

Encerrando a abordagem econômica no meu estudo da Complexidade Brasileira, sob a ótica de autores contemporâneos, li o livro Alexandre Rands Barros. *“Desigualdades Regionais no Brasil: natureza, causas, origens e solução”*, (Rio de Janeiro: Elsevier, 2012). Seu reducionismo desse fenômeno macrossocial a uma única causa - diferenças entre o capital humano médio das regiões - é método oposto ao adotado por mim: a Economia como Sistema Complexo emerge de interações entre múltiplos componentes com pesos diferenciados e não de uma média uniformizadora.

Por definição, os heterodoxos leem os ortodoxos para os criticar. Faço uma análise crítica no sentido de salientar as qualidades e/ou defeitos do livro, expressando-me através de um texto escrito, e não atacando o autor em uma entrevista. Ressaltar pressupostas imperfeições de uma instituição ou de alguém sem a conhecer pessoalmente é leviano. No caso, cabe falar mal ou depreciar Barros por causa de seu comportamento.

Como eu não conhecia nada escrito por ele, quando me deparei com seu livro, fiquei curioso para conhecer sua pretensa “genialidade”. Fui ler sua visão geral do livro.

Ele afirma ter adotado “uma estratégia diferente da que domina a literatura sobre a questão regional no Brasil até então que comumente se escandaliza com o nível das desigualdades encontradas e imediatamente refuta a Teoria Econômica dominante para recorrer a concepções heterodoxas de pouco rigor teórico.

Um paralelo a essa postura pode ser traçado com a Medicina para que os leitores leigos em Economia possam mais facilmente compreender. Muitas análises da questão regional no Brasil são realizadas de forma semelhante ao que ocorre quando alguém depara com problemas de saúde de alta gravidade e, por sofrer um choque psicológico forte, rejeita recorrer à Medicina tradicional para explicar e resolver o quadro do paciente. Opta logo por métodos alternativos, incluindo interpretações religiosas e medicinas exóticas, como fonte de compreensão e intervenção. Ao longo deste livro, utilizou-se a estratégia de não se assustar com o que se encontrou e basear-se na Teoria Econômica para entender o fenômeno e encontrar as soluções possíveis para reduzir as desigualdades regionais no país.

Os resultados encontrados a partir da Teoria Econômica Ortodoxa foram surpreendentes [?!], pois seus modelos têm a capacidade de explicar bem as desigualdades existentes. As análises empíricas ainda indicam que qualquer necessidade de suposições diferentes daquelas normalmente introduzidas pela teoria dominante desempenha papel secundário na explicação das

disparidades regionais observadas [?!]. Ou seja, as análises apresentadas indicam que não é necessário recorrer às alquimias do passado para se analisar a questão regional no Brasil.” Modesto o rapaz, não?

Arrogante expressa uma característica negativa de um indivíduo carente de humildade, porque se sente superior aos outros. Ser arrogante significa ser altivo, prepotente, ter a convicção de ser expert em vários assuntos e, por isso, não ter interesse em ouvir outras opiniões, principalmente de quem dele discorda.

Em contraponto às “alquimias do passado”, ele pratica o reducionismo. É a tendência consistente em reduzir os fenômenos complexos a um seu componente mais simples e considerar este como mais fundamental que os fenômenos complexos observados.

“As investigações empíricas apresentaram uma sinalização clara: a essência da explicação das disparidades regionais brasileiras está nas diferenças em disponibilidade de capital humano nas diversas regiões, ao menos no que diz respeito ao atraso relativo do Nordeste em relação ao Sul e ao Sudeste. Outras fontes possíveis de desigualdade tiveram papel secundário na composição do problema, apesar de não serem plenamente descartadas. Esse resultado está de acordo com as mais recentes conclusões da Teoria Econômica para explicar as diferenças de desenvolvimento econômico.” Seu individualismo metodológico as reduz a problemas de indivíduos.

Diante de tal resultado, ele se preocupou em entender por que as disparidades em disponibilidade de capital humano existem. Para que esse problema fosse mais facilmente delimitado, optou inicialmente por se questionar “se, tendo ele surgido em algum momento no tempo, haveria uma tendência, a partir da atuação das forças de mercado, para que minguasse”. Ora, O Mercado divino, onisciente e onipotente, deixado sem amarras, não resolve todos os problemas?!

A partir da abordagem teórica, Barros percebeu, “uma vez que surjam desigualdades de disponibilidade de capital humano entre regiões, não há razão alguma para que elas desapareçam pela simples atuação das forças de mercado”.

Mas a lógica intuitiva para tal dedução é simplória, típica de um economista formado apenas com a teoria econômica neoclássica. “A formação de capital humano ocorre a partir de uma estratégia familiar em que o bem-estar dos filhos é também levado em consideração nas decisões de alocação de recursos da família. Famílias com mais recursos investem mais em educação de seus filhos, para que eles possam obter mais renda e bem-estar no futuro. Como as famílias que dispõem de mais capital humano hoje

também terão mais recursos, é normal que invistam mais em educação. Isso se dá tanto pelo sacrifício de renda potencial a ser gerada pelas crianças quando dedicam seu tempo ao estudo quanto por gastos efetivos com educação. Assim, famílias cujos pais são mais educados tendem a ter filhos também mais educados. Por consequência, regiões em que os pais são, em média, mais educados terão também gerações subseqüentes com maior nível de instrução, havendo, assim, uma perpetuação de desigualdades regionais determinadas pela qualificação da população”.

Em poucas palavras, o energúmeno sugere os paulistas sempre terem sido, em média, mais educados. Por isso, teria havido a perpetuação de desigualdades regionais determinadas pela qualificação da população.

O suporte empírico apresentado por ele para essa hipótese de haver a tendência à reprodução das desigualdades em capital humano e, portanto, em renda per capita, foi obtido a partir da análise da série temporal para a proporção do PIB per capita do Nordeste para o brasileiro. Desde 1939, as disparidades são bem-estáveis, mudando temporariamente de patamar, mas sem uma tendência definida. Assim, sendo a origem das disparidades regionais as diferenças em disponibilidade de capital humano, essas parecem ter sido bem-estáveis ao longo desse período.

Com sua quebra da lógica racional, ele apresenta vários maus argumentos.

Primeiro, comete a Falácia da Afirmação do Consequente: por o consequente ser verdadeiro - há uma desigualdade regional brasileira -, não se deve deduzir o antecedente ser também verdadeiro: a causa decisiva da desigualdade regional ser a escolaridade. Se A é verdadeiro, então B também será verdadeiro; mas se B é verdadeiro, A não necessariamente é verdadeiro.

Segundo, faz um Raciocínio Circular: a conclusão aparece de forma óbvia como premissa ou é uma repetição da premissa com palavras diferentes. É Petição de Princípio: no seu raciocínio, a conclusão é tomada, implícita ou explicitamente, em uma ou mais das premissas. Em consequência, volta o famoso “dilema de Tostines”: “Tostines vende mais porque é fresquinho ou é fresquinho porque vende mais?”. São Paulo é mais rico porque é mais educado ou é mais educado porque é mais rico?

Terceiro, adota a Falácia da Composição: como partes de um todo - os Estados do Nordeste - têm um determinado atributo - baixa escolaridade média -, infere então o todo - a desigualdade regional - também deve se justificar por aquele mesmo atributo.

Por fim, recai também na Falácia da Divisão (o inverso da anterior): as partes - todos os Estados - devem ter um atributo pertencente ao todo - a desigualdade escolar da região. No entanto, basta um “cisne negro” para falsear a hipótese: o maior percentual de pessoas de 15 anos ou mais com capacidade de ler e escrever, entre todos os estados, está no estado de Tocantins, na região Centro-Oeste. Simplesmente, porque é uma média com uma população menor de analfabetos.

Entretanto, Barros destaca a partir dos resultados empíricos encontrados e da análise da história econômica do Brasil sob o ponto de vista da teoria neoclássica apenas uma das premissas dessa teoria: a racionalidade dos agentes econômicos. Diz: “os brasileiros e os povos que nos formaram também são seres humanos racionais”.

Percebeu então que “as desigualdades regionais têm suas raízes na formação social das regiões. No momento de colonização forte do Nordeste, não era atrativo para a mão de obra de maior qualificação migrar para o Brasil. Não havia muitas opções de emprego aqui, e as atividades econômicas eram pouco diversificadas. Consequentemente, seriam pequenas as chances de se prosperar e mais elevada a probabilidade de haver perda de qualidade de vida em relação ao que seria possível obter nos países de origem. Por consequência, a escravidão de mão de obra de baixa qualificação para os padrões internacionais da época foi a solução encontrada”.

Barros, no fundo, com sua hipótese de “capital humano” (cultural) adota o mesmo diagnóstico preconceituoso do candidato à vice-presidência da República na chapa de Jair Bolsonaro (PSL) nas eleições 2018, o general da reserva Mourão: o problema do Brasil é ter herdado “a cultura de privilégios dos ibéricos, a indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos”.

Ele continua sua argumentação: “Quando o Sul e o Sudeste foram mais intensamente colonizados, o Brasil já era um país atraente para pessoas com maior qualificação. Algumas cidades, principalmente o Rio de Janeiro, já tinham certo porte. O consumo era mais diversificado do que no início da colonização, e novas atividades econômicas eram não só permitidas, como mais prováveis de prosperar, mesmo que realizadas em pequena escala. O acesso a mercados mais amplos reduzia substancialmente o risco de novas atividades, e a probabilidade de conseguir um novo trabalho, tendo havido perda de um anterior, era bem maior. Assim, a mão de obra mais qualificada reduziu o prêmio pelo risco que ela exigia para migrar para o Brasil, aumentando sua competitividade relativa. Isso trouxe uma mão de obra mais qualificada para essas regiões”. Ele considera a imigração “voluntária” de brancos para o Sul e o Sudeste a raiz fundamental do diferencial de desenvolvimento dessas regiões. É a velha defesa do embraquecimento!

Ele demonstra desconhecimento do tipo de educação no Brasil existente durante os três séculos de colonização em todo o território. Era restrita, inicialmente, a alguns filhos de colonos e a índios aldeados. Até meados do século XVIII, as bases do ensino na Colônia consistiam nos métodos da educação jesuítica. Os missionários eram herdeiros da escolástica tardia, predominante na região da Península Ibérica no início da Idade Moderna. Essa ignorância acabou sendo refletida na cultura dos colonos brasileiros.

No século XIX, durante o Império brasileiro, continuava a predominar uma mentalidade retrógrada, alheia às inovações. A educação era consentida se não ameaçasse a manutenção do poder rural. Nos estados do Sudeste ainda se rejeitava os modelos culturais progressistas em direção ao nascente industrialismo.

Os cepalinos, em meados do século XX, foram contra essa mentalidade conservadora de “vocação agrária” brasileira. E Barros os critica.

Curiosamente, o crítico aos “estatistas” afirma: “essas diferenças de capital humano que foram geradas na formação das regiões perduram até hoje pela sua tendência à perpetuação, se não houver uma ação estratégica do governo no sentido de reduzi-las. A existência de governos de elite no Brasil sempre fez com que eles não investissem em educação pública como instrumento de redução das desigualdades de renda entre indivíduos. Assim, as desigualdades regionais explicam-se pelas diferenças em capital humano encontradas nas diversas regiões brasileiras e perpetuadas por um sistema político que não recorreu à promoção da educação como instrumento de redução das desigualdades entre indivíduos e regiões”.

Ele reconhece a mercantilização do ensino não resolver o problema. Mas, em vez de criticar a carência de iniciativa privada dos mais educados no Brasil, prefere dar um pau no governo *a la* neoliberal.

Abordagem Sociológica

O debate sobre a existência ou não de uma “nova classe média”, no Brasil, não pode ser considerado ultrapassado, anunciado o fim do governo social-desenvolvimentista. Se a resistência democrática passa a ser defensiva na tentativa de evitar a regressão das conquistas de direitos (civis, políticos, sociais e econômicos) do período de mobilidade social, há o reconhecimento implícito que houve algo de novo na sociedade brasileira entre 2003 e 2014. No primeiro ano (2015) do segundo mandato da Presidenta reeleita, democraticamente, o ajuste fiscal neoliberal com tratamento de choque tarifário e sinalização de depressão econômica, a Era Social-desenvolvimentista já estava finda.

Fracasso de uma casta hegemônica, seja por crise econômica, seja por guerra ou revolução, ocorre em simultâneo como uma crise ideológica, onde se parte para “mudanças” a qualquer custo. As ordens sociais desmoronam quando seus governantes acreditam que estão fracassando e, sob pressão, adotam o programa de adversário contra o ideário de sua base de apoio político-eleitoral.

A Era Social-desenvolvimentista (2003-2014) representou, *a la* socialdemocracia europeia, a aliança entre a casta de trabalhadores e a de sábios-criativos, com apoio da casta de “comerciantes-brandos”: empresários e financistas com tolerância política e liberalismo cultural. O apoio da casta dos sábios-tecnocratas oscila de acordo com “o governo de plantão”, pois cada administrador técnico concursado, seja do Poder Executivo, seja do Poder Judiciário, sabe que “os governos passam, mas ele fica”. Os valores predominantes foram solidariedade, coletivismo, regulação e igualitarismo social.

A nova Era Neoliberal se ergueu sobre uma aliança golpista entre as castas dos “comerciantes firmes”, ou seja, empresários nacionais e pequeno-burgueses sob pressão da concorrência internacional que passam a sobrevalorizar disciplina fiscal (corte de gastos e impostos), regras e autoridade, com as castas de governantes oligárquicos (herdeiros de aristocratas e/ou proprietários rurais) e de guerreiros (PF, MP, TCU, etc.). Os valores predominantes serão livre-mercado, competitividade, meritocracia, individualismo, sob o insistente discurso da competência, eficácia, eficiência dos seus pares: autoengano somado à validação ilusória...

Os grupos sociais, vistos como castas, não são só organismos que buscam o interesse próprio e a vantagem econômica. Também constituem encarnações de ideias e estilos de vida, que procuram impor às outras. Quando tentam impor domínio irrestrito de seus valores, as ordens sociais tornam-se menos inclusivas e as alianças das castas excluídas ganham maioria em nova eleição ou partem para o golpe de Estado, seja parlamentarista, seja militar.

Então, se a Presidenta Dilma Rousseff representou a burocratização ou a presunção arrogante típica dos especialistas da casta dos sábios-tecnocratas, o Presidente Lula liderou a casta dos trabalhadores com forte espírito comunitário ou corporativista. Eles excluem “os de fora” em seu culto à personalidade e na indicação política do aparelhamento do Estado. A casta dos guerreiros atíça guerras intermináveis por honra e vingança, e adota discurso de ódio capaz de incentivar a intolerância extremista com os adversários. A casta dos mercadores, deixados livres ou sem travas

institucionais, logo provocam a instabilidade econômica e a elevação das desigualdades sociais.

Com maior distanciamento histórico, cabe analisar erros e acertos daquele período de aumento da Felicidade Interna Bruta. É condição política, para mais adiante, sobre os escombros do esperado fracasso social de mais um ajuste a favor do “livre-mercado”, retomar eleitoralmente essa trajetória democrática, evitando repetir erros do passado.

Para tal empreitada, vale resenhar as ideias-chave dos três últimos presidentes do IPEA, pela ordem, Márcio Pochmann (2007-2012), Marcelo Neri (2012-2014) e Jessé Souza (2015-2016). Eles publicaram livros interpretativos da sociedade brasileira na Era Social-desenvolvimentista, respectivamente, *“Nova Classe Média: O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira”* (São Paulo: Boitempo; 2012), *Nova Classe Trabalhadora, “A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide”* (São Paulo: Saraiva, 2011), *“A Ralé Brasileira: Quem É, Como Vive”* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009).

A análise da corrente de pensamento de cada qual diz a respeito da ideologia plural (e volátil) permeada pelo governo sob hegemonia da casta dos sábios-tecnocratas, após a transição da hegemonia anterior da casta dos trabalhadores. Além da temática de pesquisa comum, todos eles ocuparam o cargo de presidente do IPEA.

[Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira](#)

Márcio Pochmann, em seu livro *“Nova Classe Média: O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira* (São Paulo: Boitempo; 2012), já em seu subtítulo contrapõe-se ao do livro de Marcelo Neri, *“A nova classe média : o lado brilhante da base da pirâmide”* (São Paulo: Saraiva, 2011), publicado no ano anterior.

Em sua apresentação, diz: “causa constrangimento maior, contudo, o viés político difundido pelos monopólios sociais constituídos pelos meios de comunicação e seus ‘oráculos’ midiáticos que terminantemente manipulam o consciente da população em prol de seus próprios desejos mercantis, defendendo consumismo e negando a estrutura de classe na qual o capitalismo molda a sociedade. Também se agrega nesse mesmo contexto a opção política rasteira que certos intelectuais engajados à lógica mercantil se associam com uma retórica de classe de rendimento desprovida de qualquer sentido estrutural, o que nada mais é do que a tradução do caráter meramente propagandista dos imperativos do mercado. Ou, ainda, a partir de rudimentar tratamento estatístico de dados da realidade, definidos por mera

percepção subjetiva, o estabelecimento de orientações de políticas públicas, quando não de opção partidária”.

Pochmann acha “uma análise mais detalhada sobre o recente movimento geral na estrutura social brasileira ainda está por ser realizada, e é nessa perspectiva que o presente livro foi desenvolvido, buscando lançar luzes sobretudo na mobilidade existente na base da pirâmide social brasileira durante este início do século XXI. Isso porque se parte da hipótese central a respeito da inconsistência das atuais definições e identificações sobre a existência de uma nova classe média no país”.

Em síntese: Pochmann entende não se tratar da emergência de uma nova classe - muito menos de uma classe média. Essa é uma orientação alienante, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil.

“O mesmo parece se repetir em outras dimensões geográficas do globo terrestre, sobretudo na periferia do capitalismo, conforme o interesse de instituições multilaterais (como o Banco Mundial, entre outras) em difundir os êxitos da globalização neoliberal. Sobre isso, aliás, começa a surgir mais recentemente uma leitura crítica à superficialidade exposta no tratamento do tema de classe média”.

Pochmann, em seu livro “*Nova classe média?*”, reconhece: na virada para o século XXI, o Brasil conviveu com significativas transformações. Durante os quinze anos que se seguiram ao estabelecimento do Plano Real, em 1994, responsável pelas bases da estabilização monetária, podem ser identificadas, por exemplo, duas tendências diametralmente opostas em relação ao comportamento das rendas do trabalho e da propriedade no Brasil, segundo informações oficiais disponibilizadas pelo IBGE.

Assim, por nove anos seguidos houve a trajetória de queda na participação salarial na renda nacional, acompanhada simultaneamente pela expansão das rendas da propriedade, ou seja, lucros, juros, renda da terra e aluguéis. Entre 1995 e 2004, por exemplo, a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, ao passo que a renda da propriedade cresceu 12,3%.

Uma segunda trajetória ocorreu a partir de 2004. Até 2010, por exemplo, acumularam-se seis anos seguidos de crescimento da participação dos salários na renda nacional, enquanto o peso relativo da propriedade decaiu sucessivamente. Entre 2004 e 2010, o peso dos salários subiu 10,3% e o da renda da propriedade decresceu 12,8%. Com isso, a repartição da renda

nacional entre rendas do trabalho e da propriedade de 2010 voltou a ser praticamente igual àquele observado em 1995, início da estabilização monetária.

Essa importante alteração na relação entre rendas do trabalho e da propriedade durante a primeira década de 2000 encontra-se diretamente influenciada pelo impacto na estrutura produtiva provocado pelo retorno do crescimento econômico, após quase duas décadas de regressão neoliberal. O fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o *fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho*.

De maneira geral, esse movimento de expansão dos empregos de baixa remuneração se mostrou compatível com a absorção do enorme excedente de força de trabalho gerado anteriormente pelo neoliberalismo. Dada a intensidade desse movimento, a condição de país com oferta ilimitada de mão de obra passa a ser questionada, pois começam a aparecer sinais de *escassez relativa de força de trabalho qualificada*, o que somente chegou a ser conhecido na primeira metade da década de 1970 pelos trabalhadores brasileiros.

Mesmo com o contido nível educacional e a limitada experiência profissional, as novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas resgatadas da condição de pobreza, permitem *inegável ascensão social*, embora ainda distante de qualquer configuração que não a da *classe trabalhadora*. Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como *classe média*.

Associam-se, sim, às características gerais das *classes populares*, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. Não há, nesse sentido, qualquer novidade, pois se trata de um fenômeno comum, uma vez que trabalhador não poupa, e sim gasta tudo o que ganha.

Em grande medida, o segmento das classes populares em emergência apresenta-se despolitizado, individualista e aparentemente racional à medida que busca estabelecer a sociabilidade capitalista. A *ausência percebida de movimentos sociais em geral*, identificados por instituições tradicionais como associações de moradores ou de bairro, partidos políticos, entidades

estudantis e sindicais, reforça o caráter predominantemente mercadológico que tanto os intelectuais engajados como a mídia comprometida com o pensamento neoliberal fazem crer. Desejam, assim, além de gerar mais conformismo sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais do país, domesticar e alienar as possibilidades de, pela política, aprofundar as transformações das estruturas do capitalismo brasileiro neste início do século XXI.

O adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da *classe trabalhadora*, equivocadamente identificada como uma nova classe média. Talvez não seja bem um mero equívoco conceitual, mas expressão da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais. A interpretação de classe média (nova) resulta, em consequência, no apelo à reorientação das políticas públicas para a perspectiva fundamentalmente mercantil.

Busca-se o fortalecimento dos planos privados de saúde, educação, assistência e previdência, entre outros. Nesse sentido, não se apresentaria isolada a simultânea ação propagandista desvalorizadora dos serviços públicos como o SUS (Sistema Único de Saúde), a Educação Pública e a Previdência Social.

Percebe-se sinteticamente que a despolitizadora emergência de segmentos novos na base da pirâmide social resulta do despreparo de instituições democráticas atualmente existentes para envolver e canalizar ações de interesses para a classe trabalhadora ampliada. Isto é, o escasso papel estratégico e renovado do sindicalismo, das associações estudantis e de bairros, das comunidades de base, dos partidos políticos, entre outros.

Diferentemente dessa perspectiva, este livro preocupa-se em analisar o avanço das ocupações na base da pirâmide social brasileira e, para tanto, considera algumas das principais dimensões do trabalho que dizem respeito às ocupações de salário de base. A partir dessa visão ampla inicial, o livro de Marcio Pochmann, “*Nova classe média?*”, cuja escrita concluiu-se em setembro de 2011, assenta-se na experiência então recente de cinco ocupações centrais a absorver o trabalho na base da pirâmide social do país.

A Nova Classe Média: O Lado Brilhante da Base da Pirâmide

Marcelo Neri intitulou seu livro de “*A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*” (São Paulo: Saraiva, 2011). O subtítulo é muito expressivo da defesa de sua tese de, de fato, ter havido uma mobilidade social no País. Talvez sua posição contra o ceticismo demonstrado pelos economistas social-desenvolvimentistas tenha lhe angariado simpatia

por parte do próprio governo social-desenvolvimentista, em que pese sua filiação ideológica à escola de pensamento neoliberal.

Sua retórica é adjetivada e apologética. “Buscamos também entender coração e mente dos brasileiros por meio de perguntas diretas aos próprios. Entre mais de 150 países, o brasileiro é o povo mais positivo do planeta com maior nota de felicidade futura. A latência da nova classe média estava clara no *boom* de consumo surgido depois de cada plano de estabilização, a começar pelo Cruzado – objeto de minha tese de mestrado no século passado. O congelamento de ativos do Plano Collor em 1990 tentou contê-lo. O trabalho que a inflação “mais grande” do mundo tinha para refrear impulso, agora é desempenhado por nossa taxa de juros real também recorde. A inflação alta mantinha o lado indiano de nossa Belíndia do lado de lá de sua fronteira”.

Ele escreveu com todas as letras o que o governo da ocasião queria ler. “A nova classe média brasileira é filha da combinação do crescimento com a equidade, que difere de nossa história pregressa e daquilo que ocorre nas últimas décadas em países emergentes e desenvolvidos nos quais a concentração de renda sobe.

O grande momento de um pesquisador empírico não é quando ele confirma o que já sabia, mas quando ele se surpreende com o que não sabia. Sensação comparável a de um garoto que acha uma moeda preciosa jogada na calçada. O que posso dizer bem ao fim da presente pesquisa é que achei não só um pote de moedas preciosas, mas o tal arco-íris.

Mais do que o consumismo e o otimismo, o que caracteriza a nova classe média brasileira – para minha surpresa e talvez para sua – é o lado do produtor, leia-se educação e trabalho. Este é o lado brilhante da base da pirâmide (*the bright side of the base of the pyramid*)”.

Ele afirma sem pudor que “Nova Classe Média foi o apelido que demos à classe C há anos. Chamar a pessoa de classe C soava depreciativo, pior do que classe A ou B, por exemplo. Nova classe média difere em espírito da expressão *nouveau riche*, que acima de tudo discrimina a origem das pessoas.

Nova classe média dá o sentido positivo e prospectivo daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de subir na vida. Aonde você vai chegar é mais importante do que de onde você veio ou onde está. Nova classe média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã. Mais do que assíduos frequentadores de templos de consumo, o que caracteriza a nova classe média brasileira é o lado do produtor. A nova classe

média busca construir seu futuro em bases sólidas que sustentem o novo padrão adquirido.

Crédito ao consumidor e benefícios oficiais fazem parte da cena da classe C, mas como coadjuvantes. O protagonista é o lado do produtor, do empregado formal em particular. A carteira de trabalho é o maior símbolo da ascensão como ato consumado, e o concurso público é seu platônico objeto de desejo. Já o pequeno empreendedor continua relegado a um segundo plano aqui, dadas as dificuldades burocráticas, fiscais, creditícias e de valores. Ao contrário do que reza a lenda, o Brasil não é celeiro de pequenos grandes empreendedores, mas de grandes empreendedores do tipo fordista, desses que, depois de florescer no hostil ambiente de negócios tupiniquim, aspiram competir em seus respectivos segmentos globais.

Há deficiência crônica nas políticas públicas de apoio produtivo, do curso profissionalizante ao crédito produtivo popular, jogando contra o “brasileiro profissão esperança”. O instrumento-chave para liberar o potencial produtivo de nosso trabalhador seria a educação regular, que, embora ainda esteja num nível classe E, tem melhorado na quantidade, na qualidade, e nas prioridades tanto da população (passou de 7a. para 2a. na lista de preocupações do brasileiro) como da elite empresarial. A falta de preocupação com a educação colocava nossa elite econômica no pior dos mundos.

Ser nova classe média também é consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, aí incluindo colégio privado, plano de saúde e o produto prêmio, que é a previdência complementar. Todos podem ser vistos como ativos meio públicos, meio privados, que conferem maior, ou menor, sustentabilidade ao sonho brasileiro de subir na vida.

Em nossa visão, baseada em renda sobre nova classe média, aninhamos expectativas subjetivas das pessoas e seus respectivos estoques de ativos físicos, humanos e sociais. Entretanto, para que a análise tenha consequência, há que se arbitrar um ponto de apoio central que aqui é baseado em renda. Com base na classificação das pessoas em grupos de renda, são incorporadas expectativas e atitudes e a renda permanente é aquela na qual os estoques de ativos são convertidos em fluxos”.

Afirma, claramente, que “o objeto deste livro é a nova classe média brasileira, o público-alvo deste livro também é a nova classe média, lato sensu. Não se trata de explorar o conhecido antropofagismo cultural tupiniquim, mas de fornecer um espelho a cada leitor. Diferentemente da literatura de pobreza que geralmente não é lida pelos próprios pobres, mas por outros, motivados por altruísmo e sentido de justiça social, a ideia de

classe média mexe com todos para além daqueles contidos em suas fronteiras. Aos pobres e remediados como aspiração de destino, as elites, que muitas vezes se enxergam como uma espécie de classe média estrangeira em solo tupiniquim. De fato, se aplicarmos a definição de classe média norte-americana calculada com base em sua distribuição, convertida ao custo de vida brasileiro, chegamos a valores bem superiores.

Outra diferença da nova classe média em relação à pobreza é o aspecto positivo do tema. Não falamos tanto de evitar o pesadelo da miséria humana, mas muito mais em realizar aspirações individuais e de, finalmente, aproveitar as oportunidades como nação. Não há como fugir em um país que anda para frente do novo mundo da ideia de sonho americano.

Ao mirarmos o cidadão comum, por meio de uma linguagem de compreensão mais universal, atingimos a todos: políticos, gestores de políticas e de empresas, formadores de opinião, acadêmicos etc. Não só porque esses atores sociais são, ao fim e ao cabo, cidadãos comuns, mas também porque ver-se lado a lado com o coletivo de brasileiro é diferente de estar na privacidade de seu grupo de referência. A aposta é que essa mudança de referência pode ajudar a escutar as demandas da sociedade na oferta de produtos e serviços, públicos ou privados”.

Neri (2010) mostra o ganho de renda do trabalho per capita real médio no Nordeste durante o período 2003 a 2008 ter sido de 7,3% ao ano, praticamente igualando o crescimento de renda total. Contrariando a ideia de o aumento de renda do brasileiro em geral e do nordestino em particular dever-se apenas ao “assistencialismo oficial”.

Afirma: “complementarmente, destrinchamos a importância de diferentes fontes de renda no avanço dos indicadores sociais do país. Os resultados apontam que, embora tenha havido um aumento forte da renda, derivado de programas sociais e aposentadorias ligadas ao salário-mínimo, a parcela devida ao trabalho fica próxima ao expressivo crescimento de renda de 4,72% dessa fase, entre 2003 e 2009. O incremento médio de 4,61% ao ano da renda trabalhista por brasileiro, que corresponde a 76% da renda média percebida pelo brasileiro, confere sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais”.

Neri diz ter destrinchado a evolução dos indicadores sociais baseados em renda domiciliar per capita tradicionalmente gerados pelo CPS, como pobreza, desigualdade (incluindo os sem renda) e as classes econômicas (A, B, C, D e E), sintetizando o que aconteceu com o bolso dos brasileiros de famílias de diferentes estratos econômicos. Ele analisou os impactos imediatos de diferentes fontes de renda.

Porém, não fala nada a respeito da renda da propriedade do capital (juro e aluguel). Ele diz qual foi a importância relativa dos proventos do trabalho, dos benefícios da previdência ou do Bolsa Família para explicar as origens das alterações dos indicadores baseados nos fluxos de renda (média e desigualdade de renda e classes econômicas), bem como sua maior ou menor sustentabilidade prospectiva, mas não trata da desigualdade mais forte: *a concentração da riqueza*.

Quando Neri se pergunta: como reduzir prospectivamente a desigualdade? Ele responde que “a renda do trabalho explica 66,86% da redução da desigualdade observada entre 2001 e 2008 o que confere algum grau de sustentabilidade à mudança”. Reconhecidamente, houve queda da desigualdade da renda do trabalho, mas ele não trata da elevação da desigualdade da riqueza.

Para economista neoliberal cuja profissão de fé está na meritocracia, “o mais relevante determinante da desigualdade e da pobreza no país é a educação. Pesquisas anteriores mostram que a renda aumenta, de maneira monotônica, com os anos de escolaridade. A média de educação da classe AB é de 12 anos de estudos, contra 4,98 da classe E. Quanto à distribuição da proporção de frequentadores de curso superior para diferentes grupos de renda: na classe AB, 47,67% da população frequenta ou já frequentou algum curso superior, enquanto na classe E esse percentual é de 2,44%.

A Ralé Brasileira: Quem É, Como Vive

Jessé Souza publicou seu livro “*A Ralé Brasileira: Quem É, Como Vive*” em Belo Horizonte, pela Editora UFMG, em 2009. Parece não ter sido lido tanto por Marcelo Neri quanto por Márcio Pochmann, pois estes não analisam esse ponto de vista sociológico weberiano, em uma auto subversão das ideias, e cuidam apenas de confirmar, respectivamente, o liberalismo economicista e o marxismo também economicista. Afinal, o provincianismo intelectual considera apenas as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro produtoras de pensamento inteligente...

A impressão mais compulsivamente repetida por todos os jornais e por todo debate intelectual e político brasileiro contemporâneo, segundo Jessé Souza, é a de todos os problemas sociais e políticos brasileiros já estarem conhecidos e foram devidamente “mapeados”. Que não se perceba nenhuma mudança efetiva no cotidiano de dezenas de milhões de brasileiros condenados a um dia a dia humilhante deve-se ao fato de que a desigualdade brasileira vem de “muito tempo” e que não se pode acabar de uma penada com coisa tão antiga.

As duas teses não poderiam ser mais falsas. Elas também não poderiam estar mais relacionadas. Elas formam o núcleo mesmo da “violência simbólica” – aquele tipo de violência que não “aparece” como violência. Torna possível a naturalização de uma desigualdade social abissal como a brasileira.

Na realidade, a “legitimação da desigualdade” no Brasil contemporâneo permite a sua reprodução cotidiana, indefinidamente, e nada tem a ver com esse passado longínquo. Ela é reproduzida cotidianamente por meios “modernos”, especificamente “simbólicos”, muito diferentes do chicote do senhor de escravos ou do poder pessoal do dono de terra e gente, seja esta gente escrava ou livre, gente negra ou branca. Quando não se fala dessas formas “novas” e “modernas” de se legitimar a dominação cotidiana injusta e se apela a uma suposta e vaga continuidade com o passado distante é porque não se sabe do que se está falando, ainda que não se tenha coragem de admitir.

Quando se sabe pouco sobre assuntos tão importantes, não só não se admite o desconhecimento, como tenta-se também passar a impressão de saber muito. Isso explica cientistas sociais de todos os matizes, políticos de todos os partidos, jornalistas de todos os jornais e canais de TV acreditarem efetivamente a realidade ser transparente, de fácil acesso, e confundirem o tempo todo “quantificação” e o fetiche dos “números” com “interpretação” e “explicação”.

Onde reside, no raciocínio acima, a “cegueira” da percepção economicista do mundo? Reside em literalmente não “ver” o mais importante, que é a transferência de “valores imateriais” na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo. Reside em não perceber que, mesmo nas classes altas, que monopolizam o poder econômico, os filhos só terão a mesma vida privilegiada dos pais se herdarem também o “estilo de vida”, a “naturalidade” para se comportar em reuniões sociais, o que é aprendido desde tenra idade na própria casa com amigos e visitas dos pais, ao aprender o que é “de bom tom”, ao aprender a não serem “over” na demonstração de riqueza como os “novos ricos” e “emergentes” etc.

Algum capital cultural é também necessário para não se confundir com o “rico bronco”, não levado a sério por seus pares, embora esse capital cultural seja, muito frequentemente, mero adorno e culto das aparências. Significa apenas conhecimento de vinhos, roupas, locais “in” em cidades “charmosas” da Europa ou dos Estados Unidos etc.

Apenas o dinheiro enquanto tal não confere, a quem o possui, aquilo que “distingue” o rico entre os ricos. É a herança imaterial, mesmo nesses

casos de frações de classes em que a riqueza material é o fundamento de todo privilégio, na verdade, que vai permitir casamentos vantajosos, amizades duradouras e acesso a relações sociais privilegiadas que irão permitir a reprodução ampliada do próprio capital material.

Na classe média a cegueira da visão redutoramente economicista do mundo é ainda mais visível. Essa classe social, ao contrário da classe alta, se reproduz pela transmissão afetiva, invisível, imperceptível porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das condições que irão permitir aos filhos dessa classe competir, com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural.

O filho ou filha da classe média se acostuma, desde tenra idade, a ver o pai lendo jornal, a mãe lendo um romance, o tio falando inglês fluente, o irmão mais velho que ensina os segredos do computador brincando com jogos.

Essa herança da classe média, imaterial por excelência, é completamente invisível para a visão economicista dominante do mundo. A visão economicista “universaliza” os pressupostos da classe média para todas as “classes inferiores”, como se as condições de vida dessas classes fossem as mesmas. Esse “esquecimento” do social – ou seja, do processo de socialização familiar – permite dizer: o que importa é o “mérito” individual.

Como todas as condições sociais, emocionais, morais e econômicas capaz de criar o indivíduo produtivo e competitivo em todas as esferas da vida simplesmente não são percebidas, o “fracasso” dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser percebido como “culpa” individual.

As raízes familiares da reprodução do privilégio de classe e o abandono social e político secular de classes sociais inteiras, cotidianamente exercido pela sociedade inteira, são tornados invisíveis. Propiciam a “boa consciência do privilégio”, seja econômico (das classes altas), seja cultural (das classes médias), e torná-lo legítimo.

Mesmo o famoso, no passado recente, “gargalo” no crescimento econômico, por ausência de mão de obra treinada, é visto apenas “como problema econômico”. Ninguém se atenta para o fato de reproduzirmos uma classe de despreparados para o trabalho produtivo no capitalismo altamente competitivo de hoje. Equivale a quase 1/3 da população brasileira.

Fragmenta-se o conhecimento, isola-se o que não pode ser isolado, e depois produzem-se estatísticas sobre coisas nunca compreendidas. O círculo do embuste retórico se fecha:

1. o especialista faz gráficos e estatísticas sobre o que não compreendeu, e
2. o leitor ou ouvinte leigo faz de conta que entende o simulacro de conhecimento que lhe é apresentado.

Na verdade, tudo na realidade social é feito para que se esconda o principal: a produção de indivíduos diferencialmente aparelhados para a competição social desde seu “nascimento”. Afinal, a “produção de indivíduos “racionais” e “calculadores”, os tais que são pressupostos em toda análise economicista da realidade, não é um dado “natural”, “caído do céu”, como pensa o *economicismo dominante*. Aliás, é bom se repetir, ele não é “privilégio” de economistas.

No entanto, toda a legitimação do mundo moderno como “ordem justa” depende desse “esquecimento”. A legitimação do mundo moderno como mundo “justo” está fundamentada na “meritocracia”, ou seja, na crença de termos superado as barreiras de sangue e nascimento das sociedades pré-modernas. Aparentemente, hoje só se leva em conta o “desempenho diferencial” dos indivíduos.

Afinal, se alguém é 50 vezes mais produtivo e esforçado que outro, nada mais natural e “justo” que também tenha um salário 50 vezes maior e 50 vezes mais prestígio e reconhecimento. Todas as instituições modernas tomam parte nesse teatro da legitimação da dominação especificamente moderna.

O Mercado “diz”: eu sou “justo”, porque dou a remuneração “justa”, verdadeiramente equivalente ao desempenho. O Estado também “diz” o mesmo: eu faço concursos públicos abertos para todos, e o melhor deve vencer. Nada mais “justo” do que isso.

O que O Mercado, O Estado, Uma “Ciência” e Um Senso Comum dominantes – mas dominados por uma perspectiva conservadora, acrítica e quantitativa – nunca “dizem” é existirem precondições “sociais” para o sucesso supostamente “individual”. Todos escondem o fato de não existir o “talento inato”, o mérito “individual” independentemente do “bilhete premiado” de ter nascido na família certa, ou melhor, na classe social certa.

O indivíduo privilegiado por um aparente “talento inato” é, na verdade, produto de capacidades e habilidades transmitidas de pais para filhos por mecanismos de identificação afetiva por meio de exemplos cotidianos, assegurando a reprodução de privilégios de classe indefinidamente no tempo. Disciplina, capacidade de concentração, pensamento prospectivo, capaz de ensejar o cálculo e a percepção da vida como um afazer “racional”, são capacidades e habilidades da classe média e alta. Possibilitam primeiro o

sucesso escolar de seus filhos e depois o sucesso deles no mercado de trabalho.

O que vai ser chamado de “mérito individual” mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio não é um milagre “caído do céu”, mas é produzido por heranças afetivas de “culturas de classe” distintas, passadas de pais para filhos. A ignorância, ingênua ou dolosa, desse fato fundamental é a causa de todas as ilusões do debate público brasileiro sobre a desigualdade e suas causas e as formas de combatê-la.

Jessé Souza, em seu livro “*A Ralé Brasileira: Quem É, Como Vive*” (2009), argumenta: como a “ralé” se reproduz como mero “corpo”, incapaz, portanto, de atender às demandas de um mercado cada vez mais competitivo baseado no uso do conhecimento útil para ele, ela não se confunde com o antigo “lumpemproletariado” marxista.

O lumpemproletariado podia funcionar como “exército de reserva” porque podia ser empregado em épocas de crescimento econômico ao lado da força de trabalho ativa. O pressuposto dessa possibilidade de substituição é um capitalismo em estágio inicial em que a “incorporação de conhecimento” técnico pelo trabalhador, para que este possa exercer uma atividade útil e produtiva, era mínimo.

Hoje em dia, o capitalismo pressupõe uma alta – comparativamente – incorporação de conhecimento técnico para o exercício de qualquer função produtiva no seu setor mais competitivo. Desse modo, embora a “ralé” inegavelmente disponha de “capacidades” específicas de modo a permitir desempenhar seus subempregos e suas relações comunitárias, essas “capacidades” não são aquelas exigidas pelo mercado moderno em expansão.

Por conta disso, quando o Brasil ainda crescia velozmente, foi anunciado o “gargalo” de pessoas bem treinadas para a ocupação de novos empregos no crescimento econômico brasileiro daqueles anos da Era Social-Desenvolvimentista.

A “ralé” brasileira moderna não se confunde com o simples lumpemproletariado tradicional. Como ela não encontra emprego no setor produtivo, cuja exigência é de uma relativa alta incorporação de conhecimento técnico ou “capital cultural”, ela só pode ser empregada enquanto mero “corpo”, ou seja, como mero dispêndio de energia muscular.

Essa classe é explorada pelas classes média e alta como “corpo” vendido a baixo preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado,

seja ainda na realização literal da metáfora do “corpo” à venda, como na prostituição.

Os privilégios da classe média e alta advindos da exploração do trabalho desvalorizado dessa classe são insofismáveis. Se pensarmos nas empregadas domésticas, temos uma ideia de como a classe média brasileira, por comparação com suas similares europeias, por exemplo, tem o singular privilégio de poder poupar o tempo das repetitivas e cansativas tarefas domésticas. Ele pode ser reinvestido em trabalho produtivo e reconhecido fora de casa.

Como não pensar também nos serviços sexuais de baixo preço – não só de prostitutas, mas de todos os indivíduos em situação de dependência – de uma classe a outras?

Como não pensar também na “naturalização” de serviços de saúde de primeira qualidade para as classes privilegiadas – classes média e alta – e de segunda qualidade para os mais pobres?

O mesmo acontece com a escola, com o acesso à justiça etc. Essa é a nossa verdadeira “luta de classes” intestina, cotidiana, invisível e silenciosa. Ela só ganha as manchetes sob a forma “novelizada” da violência transformada em espetáculo e alimentada pelos interesses comerciais da imprensa.

Como a antiga e anacrônica visão marxista da luta de classes tinha imagens da esfera pública e da revolução política, deixamos de ver a “luta de classes”, cotidiana, mais invisível e menos barulhenta, mas não menos insidiosa. Ela se reproduz sem que ninguém se dê conta, tanto para os algozes quanto, muito especialmente, para suas próprias vítimas.

O atual estágio do debate intelectual e público brasileiro apenas contribui para o desconhecimento sistemático do grande drama histórico da sociedade brasileira desde o início de seu processo de modernização: a continuação da reprodução de uma sociedade capaz de “naturalizar” a desigualdade e produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro.

Isso não é culpa apenas de governos. São os consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos. Elegemos os temas dignos de debate na esfera pública, assim como elegemos a forma de (não) compreendê-los.

No nosso caso, “escolhemos” debatê-los superficialmente e torná-los invisíveis. Este livro de Jessé Souza é uma tentativa de conferir visibilidade ao que não queremos ver.

Essa “classe social”, nunca percebida até então enquanto “classe”, ou seja, nunca percebida como possuindo uma gênese social e um destino comum, sempre foi (in)visível, entre nós, e percebida apenas como “conjuntos de indivíduos”, carentes ou perigosos. Este livro de Jessé Souza é sobre essa “classe de indivíduos” nascidos sem o “bilhete premiado” de pertencerem às classes alta e média.

O privilégio positivo do “talento inato” das classes alta e média é transformado em privilégio negativo de toda uma classe social. Ela se produz e se reproduz como classe de indivíduos com um “estigma inato”. São as pessoas sempre a um passo – ou com os dois pés dentro – da delinquência e do abandono.

Jessé Souza afirma essa classe ser moderna. Não é o “jeitinho brasileiro” de 500 anos atrás sua criadora. É sim a impossibilidade afetiva, emocional, moral e existencial de “incorporação” dos pressupostos indispensáveis à apropriação tanto de capital cultural quanto de capital econômico.

Por conta disso, toda a parte empírica desse livro procura recontar, na dimensão da vida cotidiana, a dimensão onde todos nós efetivamente “vivemos”, o drama existencial e familiar dos tipos sociais mais encontrados na ralé brasileira. Essa é uma “novela” ainda não assistida pelos brasileiros na TV.

Este livro mostra, também, como chegamos a construir uma Ciência Social dominante conservadora, e, mais ainda, a partir dela, um debate público servil ao economicismo hegemônico. Ele mais esconde em vez de revelar nossos conflitos sociais mais importantes.

Ao invés da oposição clássica entre trabalhadores e burgueses, o que temos aqui, em uma sociedade periféricamente moderna como a brasileira, como nosso “conflito central”, tanto social quanto político, capaz de subordinar em importância todos os demais, é a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais. Estas são, ainda que diferencialmente, incluídas. Enquanto a sociedade brasileira não se conscientizar desse desafio, seremos sempre “modernos para inglês ver”, uma modernidade capenga, injusta, mesquinamente econômica e economicista. Devemos deixar de nos avaliar como “economia”, pelo tamanho do nosso PIB, e começarmos a nos avaliar como “sociedade”, pela forma como nos tratamos uns aos outros”.

A Elite do Atraso: Da Escravidão À Lava Jato

“*A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*” (Rio de Janeiro: Leya, 2017), livro de autoria de Jessé Souza, de cara, diagnostica: “A crise brasileira atual é também e antes de tudo uma crise de ideias. Existem ideias velhas que nos legaram o tema da corrupção na política como nosso grande problema nacional”.

Contra o lugar-comum popular afirma: “isso é falso, embora, como em toda mentira e em toda fraude, tenha seu pequeno grão de verdade. Nossa corrupção real, a grande fraude que impossibilita o resgate do Brasil esquecido e humilhado, está em outro lugar e é construída por outras forças. São essas forças, tornadas invisíveis para melhor exercerem o poder real, que o livro pretende desvelar. Essa é a nossa elite do atraso”.

Forças invisíveis?! Forças ocultas tal como na denúncia de Jânio em sua justificativa da renúncia?

Para melhor cumprir seu objetivo, Jessé Souza construiu este livro sob a forma de uma resposta crítica ao clássico *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936. “O livro de Sérgio Buarque é, ainda hoje, a leitura dominante do Brasil, seja na sua modernização em seus epígonos mais famosos, como Raymundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso ou Roberto DaMatta, seja na sua influência ampla e difusa nos intelectuais de direita e de esquerda do Brasil de hoje em dia. É a influência continuada dessa leitura na cabeça das pessoas que nos faz de tolos”.

Jessé Souza argumenta:

1. a Lava Jato se legitima com Sérgio Buarque e seus epígonos;
2. a Rede Globo legitima sua violência simbólica do mesmo modo;
3. ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) se legitimam a partir de suas ideias;
4. intelectuais importantes da esquerda continuam reproduzindo suas supostas evidências e as de seus discípulos.

Sua tese é tamanho sucesso e ubiquidade ser resultado da ação combinada de dois fatores:

1. o primeiro é o fato de Sérgio Buarque haver construído uma narrativa totalizadora - como a das religiões que não podem deixar margem a lacunas e dúvidas - do Brasil e de sua história; e

2. o segundo ponto é o de ter criado a legitimação perfeita para uma dominação oligárquica e antipopular com a aparência de estar fazendo crítica social.

Este último ponto faz Sérgio Buarque tão amado pela direita e pela esquerda.

Tamanha influência ubíqua e convergente lhe motivou a reconstruir, neste livro, uma contraposição a suas ideias, ponto a ponto, nas três questões seminais e desafiante para todo indivíduo ou sociedade:

1. De onde viemos?
2. Quem somos?
3. Para onde (provavelmente) vamos?

A ideia de Jessé Souza é criticar a interpretação dominante não apenas nas suas falhas conceituais, mas também sua interpretação histórica e factual da realidade brasileira. Essa nova reconstrução histórica, por sua vez, permitirá um diagnóstico, a seu ver, muito mais acurado e convincente da própria realidade atual.

Assim, perseguiu três eixos temáticos bem definidos.

O primeiro é tomar a experiência da escravidão, e não a suposta e abstrata continuidade com Portugal e seu “patrimonialismo”, onde não existia a escravidão, como a semente de toda a sociabilidade brasileira. Jessé apresenta as consequências duradouras da escravidão ao perceber como ela cria uma singularidade excludente, perversa, e com tendência a se perpetuar no tempo, precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada.

O segundo foi perceber como a luta das classes por privilégios e distinções logrou construir alianças e preconceitos. Estes esclarecem o padrão histórico repetido nas lutas políticas do Brasil moderno.

Jessé se propõe a evitar compreender as classes de modo superficial e economicista, como o fazem tanto o liberalismo quanto o marxismo. Ao perceber as classes sociais como construção sociocultural, inclusive por sua influência emocional e afetiva na socialização familiar, se esclarece o comportamento real e prático no dia a dia dos brasileiros. Promete: “é possível reconstruir as razões de nossa própria conduta cotidiana, assim como a conduta dos outros que conosco partilham o mundo social, de modo preciso e convincente a partir da reconstrução da herança de classe de cada um”.

A tradição inaugurada por Sérgio Buarque e arrasadoramente influente até hoje não percebe a ação das classes sociais. Criou “o brasileiro genérico”: “o homem cordial” de Sérgio Buarque ou “o homem do jeitinho brasileiro” para um Roberto DaMatta. O conflito entre as classes também é distorcido e tornado irreconhecível, sendo substituído por um falso conflito entre Estado corrupto e patrimonial e mercado virtuoso.

Embora todo o noticiário atual milite contra essa percepção, Jessé se propõe a uma desconstrução dessa ideologia contra Estado e a uma reconstrução explícita de um pensamento novo, para não sermos feitos de tolos indefinidamente. “É por conta dessa inércia provocada pela força de concepções passadas que pensamos os problemas brasileiros sob a chave do patrimonialismo e do populismo, dois espantalhos criados para tornar possível a aliança antipopular que caracteriza o Brasil moderno desde 1930”.

Por fim, o terceiro ponto é o diagnóstico acurado do momento atual. Se os dois pontos anteriores são importantes, sua eficácia deve ser comprovada por um diagnóstico do momento atual mais profundo e mais veraz em vez do “racismo culturalista”. Este é o paradigma criticado.

A tese de Jessé Souza, no livro “*A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato*”, não é apenas a de que as Ciências Sociais no mundo todo ainda estão sob o domínio total do paradigma da teoria da modernização. Sua segunda tese, nesse contexto, é o paradigma culturalista ser, na verdade, uma falsa ruptura com o racismo científico “racial”. E sua terceira tese é as Ciências Sociais dominantes no Brasil repetirem esse mesmo esquema e esse mesmo falso rompimento com o “racismo científico” da cor da pele.

Para responder às três questões essenciais para a compreensão da singularidade de qualquer sociedade - *de onde viemos, quem somos e para onde vamos* -, o culturalismo racista constrói uma fantasia da continuidade cultural com Portugal. Embora seja falsa, ela se baseia em uma tese clássica do senso comum - espécie de sociologia espontânea dos leigos: *imagina a transmissão cultural se dar de modo automático como o código genético*. Se as condições sociais (e a influência do ambiente cultural) forem outras, o código genético não determina comportamento.

Os seres humanos são construídos por influência de instituições. Disposições para o comportamento fundamentais, como a disciplina, o autocontrole, o pensamento prospectivo, são ensinadas por meio de prêmios e castigos institucionais. Não são necessariamente físicos, nem muito menos necessariamente conscientes.

A escola prolonga e aprofunda os mesmos métodos da socialização inicialmente familiar. Depois, no indivíduo adulto, seu sucesso no mercado de

trabalho irá depender do mesmo mecanismo de formatação e disciplina da personalidade em um sentido ainda mais aprofundado. As instituições fundamentais nos amoldam e nos constroem, em certo sentido, seja pelo direcionamento explícito, seja pelo incentivo para a criação de disposições. Estas irão construir o comportamento prático. Isso não se relaciona com o código genético como imagina o senso comum.

Outra questão-chave advém de “as ideias fora-do-lugar”. O Estado lusitano, em sua colônia sul-americana, teria permanecido patrimonialista ao tolerar (e defender) a escravidão na exploração de suas terras por seus colonos. Ao demonizar o Estado como repositório da suposta herança maldita portuguesa, sempre quando o mesmo estiver governado pela esquerda, segundo Jessé, será reverberada seletivamente a acusação moralista já pronta: *Estado patrimonialista e corrupto*.

A noção de *patrimonialismo* esconde os interesses privados realmente predominantes no Estado e promove o rebaixamento geral dos brasileiros necessitados de política assistencialista. Daí os interesses estrangeiros são tratados como produto de uma moralidade superior.

A noção de *populismo*, na ótica uspiana esnobe, evoca a mobilização manipulada das massas urbanas por meio de um líder carismático, em vez do respeito ao Congresso Nacional por populistas de direita como Jânio, Collor e Bolsonaro. É o modo apropriado para a demonização de figuras populares como Getúlio Vargas e Lula como demagogas.

Jessé Souza, no livro “A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato”, com a ajuda preciosa de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, embora parcialmente criticados e reconstruídos, tem o quadro geral tanto de uma nova percepção do Brasil moderno quanto de suas raízes. A escravidão e seus efeitos passam a ser o ponto central - e não mais a pretensa continuidade com Portugal.

O problema central do país deixa de ser a corrupção supostamente herdada de Portugal para se localizar no abandono secular de classes estigmatizadas, humilhadas e perseguidas. As contradições e os conflitos centrais de uma sociedade são sempre relações de dominação entre classes sociais. Isto se não utilizamos do mote da corrupção para esconder a verdade nem reduzirmos as classes à mera dimensão econômica.

Para perceber, no entanto, os conflitos sociais e a dominação social oculta, é necessário o acesso a uma perspectiva capaz de discutir a ideia de classe social. A direita, por um lado, demonizou o marxismo e a noção de luta de classes. A esquerda, por outro lado, banalizou e simplificou o que já era simplista em Marx.

Mas a tese pretendida ser defendida por Jessé é a dinâmica das classes, ou seja, seus interesses e suas lutas, ser a chave para a compreensão de tudo realmente importante na sociedade. Insiste: as classes não se estabelecem como meras relações econômicas.

Para Jessé, a forma mais eficaz e mais comum de se negar a importância do pertencimento de classe social para a vida de todos nós é (não) percebê-la apenas como realidade econômica. Essa é a fraude principal para as pessoas (não) perceberem a importância chave da classe social.

A ideia de se segmentar a população por estratificação de renda e riqueza é a de o comportamento diferencial entre os indivíduos ser explicado pelo tamanho de suas posses e rendimentos. Em vez de apelar, como eu (Fernando Nogueira da Costa) faço, para a ideia de Éthos cultural e moral distintos das castas profissionais, acima do fato de terem eventuais níveis de renda similares, Jessé defende a ideia de classes sociais independentemente de classes de renda e riqueza. Isto ele sumariamente classifica como “economicismo”: a determinação da política a partir da economia, isto é, do comportamento individual a partir de sua renda e/ou riqueza pessoal.

A luta de Jessé é contra essa injustiça da “sorte do berço”. Similarmente, um liberal clássico também defende a igualdade de oportunidades desde a linha-de-partida. Como ninguém escolhe o berço onde nasce, Jessé defende a sociedade se responsabilizar pelas classes esquecidas e abandonadas. Isso fizeram, sem exceção, todas as sociedades minimamente igualitárias. A Europa tornou as condições sociais de todas as classes muito mais homogêneas. A desigualdade social lá não é abissal como aqui.

Quem luta são os indivíduos, mas o que decide a priori as lutas individuais são os pertencimentos diferenciais às classes sociais. O acesso ou o obstáculo típico aos capitais culturais e financeiros facilitadores da vida são predeterminantes dos destinos sociais. O privilégio de uns e a carência de outros são decididos desde o berço.

O *capital cultural* significa basicamente incorporação pelo indivíduo de conhecimento útil ou de prestígio. É capital fundamental para as chances de sucesso de qualquer um no mundo moderno. Ele é tão indispensável para a reprodução do capitalismo quanto o *capital econômico*.

O terceiro capital mais importante é dependente da existência anterior desses dois: o *capital social* de relações pessoais. “O culturalismo vira-lata racista entre nós, de Sérgio Buarque a Roberto DaMatta, vê o *capital social de relações pessoais*, apelidado por eles de ‘jeitinho brasileiro’, como se fosse uma jabuticaba que só existe no Brasil.” Ora, o filho de um poderoso nos EUA e na Europa nasce com uma network de relações herdadas facilitadora de sua

vida de modo decisivo. O “jeitinho” ou o QI (Quem Indica) não é acessível para todos os brasileiros...

Na conclusão de seu livro, “*A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato*”, Jessé Souza advertia a respeito dos riscos da eleição de 2018:

1. o espantinho da criminalização da política só servia para a economia dispensar a mediação da política e por seus lacaios sem voto a se vangloriar de sua impopularidade vendida como cartão de visitas para a elite do atraso, como garantia da obediência cega à elite na rapina da população;
2. o espantinho da criminalização da esquerda e do princípio da igualdade social só servia para a justa raiva e o ressentimento da população, sofredora sem entender os reais motivos do sofrimento, perderem sua expressão política e racional possível.

A mídia irresponsável possibilitou e pavimentou o caminho para a violência neofascista. O ódio fomentado todos os dias ao PT e a Lula produziu, inevitavelmente, o antipetismo e sua violência em estado puro, agressividade burra e covarde. Uma população pobre e à mercê de aproveitadores religiosos teve minadas as poucas bases civilizadas ainda restantes à sociedade brasileira. A mídia cometeu esse crime.

Abordagem Política

O Fantasma da Revolução Brasileira

No Posfácio do livro *“O Fantasma da Revolução Brasileira”* (São Paulo: Editora UNESP; 2ª. Edição Revista e Ampliada; 2005), Marcelo Ridenti salienta o tema da ditadura ter voltado ao debate público pelo menos desde a publicação da saga histórico jornalística de Elio Gaspari (2002a, 2002b, 2003a, 2003b). Torna-se muito oportuno agora, durante uma eleição onde o regime militar poderá se estabelecer, novamente, se sair vitorioso o ex-capitão do exército brasileiro e seu vice-general.

Lentamente, em determinados círculos, foi-se consolidando a interpretação de a ditadura não ter sido tão repressiva, com muitos aspectos a serem valorizados, como se fosse possível tomar a parte sem o todo. Isso ficaria patente em um polêmico editorial da Folha de S.Paulo, de 17 de fevereiro de 2009, quando usou a expressão “ditabranda”.

A obra de Gaspari, por um lado, teria iniciado um período de revisão historiográfica para recuperar a importância da ação política dos militares. Por outro lado, ela fornece provas de o extermínio de opositores armados ter sido uma política de Estado. Polêmicas à parte, Gaspari foi feliz nos títulos da coleção: “ditadura envergonhada”, “ditadura escancarada”, “ditadura encurralada” e “ditadura derrotada”, ou seja, em diferentes fases e com variações institucionais, sempre foi uma ditadura.

Em 1964, um golpe militar e civil - exigido por segmentos expressivos de uma parte sociedade - derrubou um governo constitucional. Este era também apoiado por outros setores sociais significativos. Prisões, intervenção em sindicatos e movimentos populares, cassações, expulsão de funcionários civis e militares de seus cargos, abertura de Inquéritos Policiais Militares, toda sorte de violência e humilhação foi protagonizado pelos vingativos militares contra os adeptos do governo deposto.

Em outubro de 1965, o Ato Institucional nº2 (AI-2) veio ratificar o caráter do regime: além de dar poderes ditatoriais ao Presidente, extinguiu os partidos existentes e determinava eleições indiretas para a Presidência da República. Era pleno governo Castelo Branco, bem antes do AI-5, que fecharia de vez o regime em dezembro de 1968.

Mas havia um paradoxo: a ditadura foi instaurada em nome da democracia, supostamente ameaçada. Nunca se assumiu como ditadura, no máximo como “democracia relativa”.

Manteve-se uma fachada democrática: o Congresso funcionando, apesar da imposição do bipartidarismo, cassações e fechamento de tempos em tempos, Pacote de Abril em 1977 e outros constrangimentos.

Houve o julgamento de prisioneiros políticos ainda que na Justiça Militar e sob leis draconianas - sem contar as torturas e mortes à margem da lei.

Manteve a vigência de uma Constituição, mesmo com os limites daquela de 1967, "reformada" em 1969. É do tipo da desejada agora pelo general-vice-presidente caso o capital vença a eleição de 2018: sem Assembleia Constituinte, nomeia-se uma comissão de "notáveis puxa-sacos" para atender à encomenda e depois submete ao ritual de um referendo, já prejulgado e aprovado pela mídia dominante.

Ao contrário do pensado, inicialmente, por seus adversários, a ditadura não impôs um projeto "arcaico", mas de modernização da sociedade. Não pelo viés do *capitalismo de massas*, sonhado por Celso Furtado e outros nacional-desenvolvimentistas antes do golpe. Houve um processo de modernização autoritária, isto é, os governos militares promoveram o crescimento econômico, só entre 1968 e 1973, embora à custa do cerceamento das liberdades democráticas e com grande concentração de riquezas.

Outro paradoxo: a modernização exigia profissionais capacitados, e muitos deles eram de oposição. Assim houve o amadurecimento, por exemplo, de uma indústria cultural digna desse nome sob a ditadura. Com um braço, incentivava a cultura, censurando-a com o outro. Professores incômodos eram afastados, mas ao mesmo tempo havia financiamento à pesquisa e à tecnologia, até no meio universitário mais hostil ao regime.

A universidade, como todas as instituições, inclusive a imprensa, é repleta de histórias de colaboração com a ditadura e de resistência a ela. Por exemplo, o Ministro da Justiça, em 1969, aposentou compulsoriamente mestres como Florestan Fernandes e Vilanova Artigas. Ele era ex-reitor da USP, Gama e Silva, exercendo o Ministério. O protesto do reitor em exercício, Hélio Lourenço de Oliveira, custou-lhe a aposentadoria, junto com nova leva de docentes, entre eles, Fernando Henrique Cardoso. Muita gente de oposição seguiu na universidade e nem por isso se acovardou.

"A ditadura remete à tradição autoritária das elites, ao positivismo e a toda uma história nacional. Elas lhe deram peculiaridade desenvolvimentista em relação às demais ditaduras no Cone Sul, ainda mais cruéis, até porque enfrentaram maior resistência. Mas foi uma inspiração para as vizinhas, irmanadas em operações repressivas como a Condor. Ou teria sido

coincidência a avalanche ditatorial na América Latina nos anos 1960 e 70, em plena guerra fria? Há, não só no Chile, quem pense Pinochet ter sido um mal necessário. Reconhecer a 'ditadura à brasileira' ter tido ambiguidades e fases distintas, envolvendo um complexo jogo de forças políticas e militares, tendo desempenhado um papel modernizador, não a torna menos ditadura se comparada às de países vizinhos, assassinas de muito mais gente.”

Quanto ao endurecimento da ditadura após o AI-5, são correntes teses opostas à direita e à esquerda. Defensores do regime dizem terem sido levados ao uso da repressão mais dura para responder à ameaça da guerrilha promovida por setores da esquerda. Estes, por sua vez, alegam o fechamento da ditadura ter os levado a pegar em armas para combatê-la. Os dois argumentos parecem problemáticos, servindo aos sujeitos envolvidos para justificar suas próprias ações.

O argumento de parte da esquerda não se sustenta, pois houve organizações expressivas sem pegaram em armas, não só o PCB, tido como reformista, mas também grupos que se consideravam revolucionários, caso da AP e do PORT. Ademais, em 1968, ALN, VPR e Colina já faziam ações armadas, embora só depois do AI-5 tenha ocorrido o chamado por Jacob Gorender de “imersão geral na luta armada” (1987, p.153).

Por sua vez, o argumento à direita não convence, afinal as ações armadas no período eram incipientes e controladas pelo regime militar. Este conseguira desbaratar a chamada guerrilha de Caparaó, em 1967, bem como os principais movimentos de massa de 1968, especialmente o estudantil e o operário. Eles já desarticulados bem antes do “golpe dentro do golpe”, cuja radicalização se explica pela dinâmica interna de poder no interior do regime.

Dito isso, é provável muitos agentes de fato terem visto no inimigo a razão da própria radicalização. As ações de uns levaram a reações de outros, em uma *retroalimentação de violência*, embora desigual, dado o enorme poder da ditadura diante de uma esquerda armada aguerrida, mas pequena, dividida e socialmente pouco expressiva.

Uma das principais fontes da pesquisa de Marcelo Ridenti foram os dados extraídos do *Projeto Brasil: Nunca Mais* (BNM), com base nos processos judiciais movidos pelo regime militar e civil contra seus opositores. Os dados foram devidamente retrabalhados para os propósitos de *O Fantasma da Revolução Brasileira* e lhes permitiu construir quadros estatísticos inéditos sobre as organizações de esquerda.

Os dados por certo têm limites, até porque as informações constantes nos processos judiciais nem sempre primam pela exatidão. Não obstante, procurou-se explorar ao máximo seus alcances. Eles fornecem elementos

quantitativos para mapear a inserção social dos militantes por sexo, idade, ocupação, nível escolar, origem regional e assim por diante. Possivelmente, o livro seja um dos que mais contém dados quantitativos sobre as esquerdas, algo que nem sempre foi valorizado na época, mas lhe parece um ponto forte até hoje.

Organizações de esquerda no Brasil por faixa etária - anos 1960 e 1970

	Grupos organizações	Até 25 anos	26 a 35 anos	36 anos ou mais	Total com idade conhecida
*	ALA	79 (59,9%)	44 (33,3%)	9 (6,8%)	132 (100%)
*	ALN	364 (53,3%)	199 (29,1%)	120 (17,6%)	683 (100%)
	AP	286 (53,0%)	223 (41,3%)	31 (5,7%)	540 (100%)
*	COLINA	45 (61,6%)	24 (32,9%)	4 (5,5%)	73 (100%)
	CORRENTE	51 (54,8%)	30 (32,3%)	12 (32,3%)	93 (100%)
	DI-DF	6 (18,2%)	11 (33,3%)	16 (48,5%)	33 (100%)
	DVP	12 (54,5%)	4 (18,2%)	6 (27,3%)	22 (100%)
	FALN	27 (58,7%)	10 (21,7%)	9 (19,6%)	46 (100%)
*	FLNe	10 (50,0%)	4 (20,0%)	6 (30,0%)	20 (100%)
	G. de 11	6 (6,4%)	31 (33,0%)	57 (60,6%)	94 (100%)
*	MAR	2 (8,3%)	16 (66,7%)	6 (25%)	24 (100%)
	MEL	7 (46,7%)	1 (6,6%)	7 (46,7%)	15 (100%)
*	MNR	2 (11,8%)	12 (70,6%)	3 (17,6%)	17 (100%)
*	MOLIPO	5 (50,0%)	3 (30,0%)	2 (20,0%)	10 (100%)
	MR-21	7 (33,3%)	6 (28,6%)	8 (38,1%)	21 (100%)
*	MR-26	4 (28,6%)	5 (35,7%)	5 (35,7%)	14 (100%)
*	MR-8	167 (67,3%)	73 (29,5%)	8 (3,2%)	248 (100%)
*	MRM	4 (57,1%)	3 (42,9%)	-	7 (100%)
	PCdoB	103 (39,5%)	99 (37,9%)	59 (22,6%)	261 (100%)
	PCB	72 (11,9%)	145 (24,9%)	388 (64,1%)	605 (100%)
*	PCBR	140 (58,6%)	66 (27,6%)	33 (13,8%)	239 (100%)
	PCR	14 (38,9%)	18 (50,0%)	4 (11,1%)	36 (100%)
*	POC	74 (56,9%)	50 (38,5%)	6 (4,6%)	130 (100%)
	POLOP	48 (60,0%)	25 (31,2%)	7 (8,8%)	80 (100%)
	PORT	81 (49,4%)	66 (40,2%)	17 (10,4%)	164 (100%)
*	PRT	6 (18,2%)	22 (66,7%)	5 (15,1%)	33 (100%)
*	RAN	7 (18,4%)	16 (42,1%)	15 (39,5%)	38 (100%)
*	REDE	4 (17,4%)	13 (56,5%)	6 (26,2%)	23 (100%)
*	VAR	149 (54,0%)	90 (32,6%)	37 (13,4%)	276 (100%)
*	VPR	69 (41,1%)	75 (44,6%)	24 (14,3%)	168 (100%)
*	V. Grupos	149 (44,2%)	129 (38,3%)	59 (17,5%)	337 (100%)
	Total esquerda	2.000 (44,6%)	1.513 (33,8%)	969 (21,6%)	4.482 (100%)
	Total geral BNM	2.868 (41,9%)	2.230 (32,5%)	1.754 (25,6%)	6.852 (100%)
*	Total esq. armada	1.276 (51,8%)	841 (34,1%)	348 (14,1%)	2.465 (100%)

“Ciência é medição”. Esses dados propiciam o dimensionamento real da luta armada no Brasil. Foi um verdadeiro massacre, em curto período, por parte de um gigantesco Estado policial contra minúsculos grupos de opositores despreparados, militar e estrategicamente.

Leva-se em conta o total de processados, não necessariamente condenados, pela Justiça Militar por envolvimento com organizações de esquerda. Esse número é superior ao dos envolvidos organicamente em ações armadas. Este teria sido cerca de 800, no cálculo de Elio Gaspari (2002a, p. 352). Já a soma de mortos e desaparecidos por diversas atividades de oposição à ditadura, especialmente a armada, chega a 396, segundo o último e mais completo levantamento (Teles et al., 2009).

Essa obra narra os casos de 237 mortos e mais 159 desaparecidos políticos, em um total de 396 pessoas. Além delas, aborda mais 30 mortes no exílio e outras 10 pouco antes do golpe de 1964, chegando ao total de 436 casos descritos. Ademais, na introdução do livro (2009, p.21-51), encontra-se um relato resumido, mas abrangente de todos os passos, tanto das lutas dos familiares de mortos e desaparecidos como da legislação sobre o tema a partir da anistia de 1979.

Os atingidos pelas arbitrariedades da ditadura militar e civil, entretanto, foram muitos mais, como se pode constatar, por exemplo, pelos números da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça brasileiro, criada em 2001 para indenizar os perseguidos políticos. Até maio de 2007, a Comissão analisou 29.079 pedidos, dos quais 55% foram atendidos, restando ainda outros 28.558 processos para serem analisados, conforme noticiado no jornal Folha de S.Paulo (14/06/2007, p.A14). O balanço final das vítimas da ditadura só poderá ser feito após a abertura de todos os documentos de Estado da época, principalmente os militares.

Os dados tomados do levantamento geral do BNM talvez pequem por pequenas imprecisões. No geral, entretanto, eles mantêm sua validade estatística, pois detalhes não atrapalham o propósito de dar uma visão aproximativa abrangente da composição social dos grupos de esquerda.

Representantes de quem?

Jairo Nicolau, no livro *“Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados”*, avalia: as eleições seriam o momento privilegiado para os eleitores punirem ou recompensarem os representantes (candidatos ou partidos): bons governantes seriam reconduzidos ao poder, enquanto aqueles com desempenho ruim seriam

afastados. Uma das virtudes do regime democrático é se ele assegurar o controle eleitoral sobre os governantes.

O controle eleitoral é baseado em um elemento retrospectivo, de avaliação de quem já está no poder. O cidadão, após apreciar o desempenho de um candidato (ou partido) à frente de determinado cargo, pode recompensá-lo ou puni-lo na eleição seguinte, votando para a sua reeleição ou não.

A ideia do controle eleitoral pareceria adequada para analisarmos as disputas para os cargos executivos no Brasil: é fácil identificar o responsável (presidente, governador e prefeito) pelas políticas implementadas. Neste caso, pode ser uma responsabilização de caráter pessoal (“Não gostei do governo do prefeito X e não voto mais nele”), ou mesmo assumir um caráter partidário, como acontece com o PT: “O governo do PT foi bom porque...” Mas será que ela é apropriada para refletir sobre as escolhas que os eleitores fazem para o Legislativo?

A resposta de Jairo Nicolau é essa ideia não ser apropriada. E uma das razões principais é *a amnésia eleitoral*. Um número significativo de eleitores não se lembra da escolha feita nas eleições anteriores. Como poderá acompanhar o mandato do seu deputado ou partido se não lembra em quem votou? Como poderá punir seu deputado na eleição seguinte se esqueceu como votou na anterior?

O Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) é uma pesquisa acadêmica, realizada desde 2002, que entrevista eleitores nas semanas seguintes às eleições gerais. A ideia é saber como os eleitores votaram e avaliar suas atitudes em relação a uma série de temas ligados à política. Os eleitores foram ouvidos no máximo até 45 dias após a primeira votação.

O fato de cerca de metade dos eleitores já não se lembrar do voto para deputado federal e estadual poucas semanas após o primeiro turno é um sinal da reduzida importância dessa opção para eles.

Se questionarmos os telespectadores perplexos diante da aprovação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016, pelo menos metade deles talvez já não se lembrava de seu voto nas eleições de 2014. Como reclamar da “baixa qualificação” dos representantes sem saber se seu voto foi justamente para um desses deputados?

Um aspecto do processo eleitoral provavelmente contribui para os eleitores não se lembrarem de seus candidatos: *o voto em números*. “O fato de os eleitores serem incentivados a memorizar o número dos candidatos e

das legendas, e não seus respectivos nomes, pode ser mais um elemento para a amnésia eleitoral.”

“Cerca de 40% de eleitores citam algum partido de sua predileção. Destes, em torno da metade prefere o PT, enquanto a outra metade é dispersa pelas demais legendas”, afirma Jairo Nicolau.

Atualizando: o PT atingiu 24% de preferência partidária após o início da disputa eleitoral de 2018, o melhor desempenho da sigla desde maio de 2014, informa pesquisa Datafolha. Naquela ocasião, 23% do eleitorado tinha simpatia pelo partido. O partido cresceu em relação ao levantamento anterior, de junho deste ano, quando foi mencionado por 19%. Empatados em segundo lugar, PSDB e MDB foram citados por apenas 4% dos entrevistados. PDT, PSB e PSOL tiveram 1% dos votos. As demais siglas não pontuaram.

O Datafolha realiza esse modelo de pesquisa desde 1989. Na série histórica, a maior parcela da população sempre declarou não ter preferência partidária. Nesta última sondagem, porém, houve queda nesse grupo. Eram 64% em junho, agora são 52%.

O PT é o partido preferido dos brasileiros desde 1999. Teve seu melhor desempenho em abril de 2012, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando foi mencionado por 31% dos entrevistados.

Segundo pesquisa Ibope divulgada no dia 20/08/18, o PT era o partido preferido de 29% da população brasileira. O índice superava os 27% resultante da soma das preferências por outras 34 legendas registradas no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A dedução, nessa pesquisa, era 44% não ter nenhuma preferência partidária.

Em 2014, entre os simpatizantes do PT, apenas 13% votaram na legenda ou em candidatos petistas. Entre os simpatizantes do PSDB, somente 12% votaram na legenda ou em nomes do partido. O percentual de simpatizantes dos dois partidos com declarações de votos em candidatos de outras legendas é muito maior: 35% dos simpatizantes do PSDB e 33% dos do PT votaram em nomes ou na legenda de outros partidos.

Os números da pesquisa Eseb-2014 mostram, nas eleições para deputado federal em 2014, um número ínfimo de eleitores cuja preferência é por um determinado partido votou nos candidatos desse partido (ou na legenda). Portanto, se os partidos contam na escolha apenas para um número reduzido de eleitores, quais outros aspectos devem ser considerados na decisão do voto para deputado federal?

Infelizmente, não há pesquisas sobre os fatores privilegiados pelos votantes no momento de escolher seus candidatos para o Legislativo. Mas a enorme autonomia dos postulantes aos cargos de deputado federal, deputado estadual e vereador para fazer suas campanhas confere às eleições brasileiras a possibilidade de convivência de diversos tipos de apelo eleitoral.

Basta assistir ao horário eleitoral gratuito para ver como é variado o público a quem os candidatos endereçam seu discurso. Tradicionalmente os ouvimos mobilizar a ideia de *representação territorial*. O propósito é se eleger por determinado município ou área do estado, tornar-se defensor dos interesses dessa área na Câmara dos Deputados “e fazer coisas pelo seu município/região”.

A esses se somam os candidatos de *opinião*, os representantes de *segmentos específicos* (religião, esporte, sindicatos e categorias profissionais) e *celebridades*. Alguns formam *bancadas temáticas*, tipo BBBB.

É um desafio fazer o inventário dos principais motivos capazes de levar os eleitores a escolher determinados candidatos nas eleições para a Câmara dos Deputados. A sugestão de Jairo Nicolau é, além do voto partidário, haver outras seis motivações.

A primeira é decorrente de determinados *atributos pessoais* do candidato (carisma, competência, liderança), revelados na carreira política ou em um campo específico de atuação. Nicolau inclui as celebridades do mundo artístico e esportivo, os comunicadores de rádio e TV. O eleitor vota em um nome justamente por ele portar alguma dessas características especiais.

A segunda motivação está associada ao *território*: “Eu voto no candidato X porque ele vai representar minha cidade, minha região no Legislativo.” O sentimento nativista é forte nas cidades do interior, onde a ideia de eleger alguém conhecedor e, de preferência, morador na região é muito valorizada pelos cidadãos.

A terceira seria fruto de um *voto de identidade*: o eleitor escolhe um candidato que pertence ao mesmo segmento de seu pertencimento. Vota no pastor porque ele é da mesma igreja, no líder do seu sindicato por pertencer à mesma categoria profissional, na liderança comunitária do bairro onde mora.

A quarta é a *proximidade ideológica* do candidato, particularmente por ele partilhar o mesmo campo político (esquerda ou direita) do eleitor. O voto ideológico é uma espécie de voto de identidade, mas restrito aos grandes temas da economia e da política.

A quinta é a *defesa de interesses* de grupos específicos. O eleitor escolhe um candidato porque ele é defensor dos direitos dos animais ou faz um trabalho junto a crianças portadoras da síndrome de Down, por exemplo.

Por fim, haveria a *motivação clientelística*. O eleitor vota no candidato prestador (ou potencial prestador) de algum benefício a ele, à sua família ou ao grupo ao qual ele pertence.

As sete motivações - as seis enumeradas, mais o *voto partidário* - são modelos que expressam alguns aspectos importantes para eleitores e representantes nas eleições brasileiras. Na prática, *elas não são excludentes*: vota-se em um candidato da cidade que também é competente; no líder sindical pertencente ao mesmo campo político; no pastor da mesma igreja e do mesmo partido. O fundamental é compreender os diversos modelos de representação a conviverem na política em nosso país.

Um dos aspectos que chamaram atenção de muitos telespectadores durante a sessão que autorizou a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma na Câmara dos Deputados foi o fato de inúmeros parlamentares mencionarem municípios, regiões e segmentos específicos.

Para os eleitores que escolhem seus representantes pelo vínculo territorial ou por eles pertencerem à sua igreja, não é tão estranho ouvir frases como: “Pela minha cidade, pela maioria do povo do meu estado e por uma esperança para o Brasil, voto sim” ou “Sr. presidente, por minha família, pela família evangélica em todo o Brasil, pelo meu Estado, eu voto sim”. Os deputados não só se veem como representantes de territórios e categorias em Brasília, como sabem esses aspectos serem importantes para os seus eleitores.

Um desafio fundamental para o presidente da República brasileiro é conseguir montar e manter o apoio necessário na Câmara de Deputados e no Senado Federal para aprovar seus projetos. Em decorrência da alta fragmentação partidária, todos os presidentes do atual ciclo democrático tiveram de fazer amplas coalizões no Legislativo para governar.

A distribuição do poder partidário no Congresso é fundamental para garantir que o presidente aprove suas propostas. Mas os eleitores escolheram seus deputados levando isso em conta? O eleitor escolhe para deputado federal um candidato do mesmo partido ou coligação do presidente? Não, os percentuais de votos são muito distintos.

Embora os deputados federais sejam eleitos em campanhas nas quais predomina a ênfase em aspectos territoriais ou de identidade, em Brasília eles se tornam deputados nacionais, saindo dessa abrangência mais local. E têm de enfrentar dois desafios importantes.

O primeiro é se coordenar com os colegas de legenda, em geral eleitos por outros estados. Os partidos não são importantes para a maioria dos eleitores, mas são centrais na distribuição de poder na Câmara dos Deputados.

O segundo desafio é lidar com a legislação e os debates de âmbito nacional, particularmente com as propostas encaminhadas pelo Executivo. O trabalho legislativo *stricto sensu*, realizado nas comissões, nas votações em plenário e na proposição de leis, concentra-se basicamente em temas de abrangência nacional.

A ideia de o partido ser a unidade fundamental da representação política é esmaecida no Brasil por uma série de fatores.

1. Os eleitores votam nos candidatos supondo o sistema premiar os mais votados, mas os votos são agregados em listas.
2. Os eleitores votam na legenda, mas, se o partido está coligado, o voto vai para a “cesta” da coligação, e não para o partido individualmente.
3. O voto em candidatos de um partido em determinada posição no espectro político pode ajudar a eleger um representante de outro partido, às vezes do campo oposto.

Na dimensão eleitoral, os dados da pesquisa Eseb-2014 mostram um número muito reduzido de eleitores (em torno de 4%) é partidário, ou seja, vota em candidatos a deputado federal do partido pelo qual tem simpatia.

Embora sejam eleitos em processo no qual os partidos contam muito pouco, ao chegar em Brasília os deputados encontram um ambiente onde os partidos são peças fundamentais do trabalho legislativo. Na Câmara dos Deputados, o poder é distribuído proporcionalmente ao tamanho da bancada de cada legenda.

Cabe aos líderes partidários a prerrogativa de indicar (e eventualmente substituir) os parlamentares participantes das comissões. As votações em plenário também são coordenadas pelos líderes, porque eles indicam como a bancada deve votar. Os partidos recebem ainda recursos especiais, tais como salas e assessores, para realizar suas atividades.

No Brasil, há partidos fracos na arena eleitoral, mas fortes na arena legislativa. Todavia, em um aspecto em particular as legendas se mostram frágeis na Câmara dos Deputados: elas são incapazes de manter um número significativo de deputados ao longo do mandato. A *migração partidária* é uma

característica da política brasileira. Não é tarefa fácil encontrar políticos sem troca pelo menos uma vez de legenda ao longo de sua carreira.

No Brasil, o grande número de partidos não expressaria nem uma ampla divergência ideológica nem a politização de clivagens sociais, mas seria decorrente de fatores institucionais.

O primeiro deles é a vigência da regra das coligações nas eleições proporcionais, propiciando partidos com números muito reduzidos de votos ingressarem no Legislativo.

O segundo é a legislação partidário-eleitoral. Ela oferece benefícios a legendas com pequeno apoio eleitoral: o acesso à verba do Fundo Partidário e aos meios de comunicação (nas eleições e nos programas partidários) é franqueado mesmo às legendas com reduzido desempenho eleitoral.

Dessa maneira, os políticos têm todo o incentivo para criar novas legendas ou se transferir para as já existentes. As cláusulas de barreiras a essa transferência quase foram inexistentes desde a redemocratização.

É necessário conectar os dois aspectos: *a migração e a fragmentação parlamentar*. As migrações alteram a composição dos partidos durante uma mesma legislatura, mas não se sabe se elas têm contribuído para o Legislativo ficar mais ou menos fragmentado. Um movimento de transferência de políticos dos menores partidos em direção aos maiores contribuiria para reduzir a fragmentação partidária. Por outro lado, a criação de novas legendas necessariamente aumenta a dispersão de poder na Câmara.

Quanto à maior ou à menor equidade na distribuição de cadeiras do Legislativo entre as regiões de um país é afetada por uma série de fatores. O primeiro deles é o método matemático empregado. A segunda razão para a existência de disparidades na representação das regiões é a mobilidade dos habitantes pelo território e as distintas taxas de crescimento demográfico. A terceira razão é a decisão deliberada dos legisladores de favorecer ou incentivar as bancadas de certas regiões, por exemplo, as mais rarefeitas em termos demográficos com um número mínimo de cadeiras.

Crise e Reinvenção da Política no Brasil

No seu último livro *“Crise e reinvenção da política no Brasil”* (São Paulo: Companhia das Letras; 2018), Fernando Henrique Cardoso faz mais jus à sua biografia de cientista político da USP e fundador do CEBRAP. Tenta uma reflexão mais analítica dos problemas políticos brasileiros atuais. “Se o jogo político-partidário muitas vezes é desanimador, há compensações. A

sociedade, movida por dinâmicas socioeconômicas nem sempre visíveis e por novos valores, se movimenta. Esse processo nem sempre é registrado pelo meio político nem provoca mudanças nas instituições. Não deixa, contudo, de ter efeitos a médio e longo prazo. Há motivos, pois, para esperança”.

Tanto a palavra “crise” quanto o qualificativo “nossa” requerem seus esclarecimentos. Quando os processos sociais e econômicos alteram o clima político e criam incertezas, se costuma dizer: há uma “crise”. No caso atual, contudo, a crise é mais geral. Há uma crise da democracia representativa mesmo nos países em que ela se originou: os Estados Unidos.

“Os europeus e os americanos se preocupam com os rumos incertos do eleitorado e das instituições de seus países. (...). Sem falar da América Latina, onde golpes de Estado e populismo são fenômenos mais corriqueiros.”

Nesse livro, ele reconhece: “Em nosso caso, a desmoralização das instituições, dos partidos e de seus líderes se deve principalmente à corrupção que se generalizou e se tornou sistêmica”.

Seu capítulo quinto, “O velho e o novo”, pareceu-me ser o mais interessante. Diz respeito à caracterização ideológica mais particular de seu pensamento neoliberal. “Nele retomamos a distinção entre Estado e Mercado, para salientar que a visão tradicional de favorecer ou um ou outro desses polos é incompleta. Nos tempos atuais teremos que considerar um e outro, assim como dar relevo à noção de ‘público’, que não se confunde com a noção de estatal e vai além dela”.

O capítulo chama a atenção para o novo tipo de relação entre as pessoas. Não se trata de conceber os interesses do indivíduo versus os da sociedade ou dos indivíduos como se todos fossem competidores no mercado, e sim os interesses de pessoas conectadas, seja diretamente, seja por meio da internet.

A relação delas com o coletivo passa a ser outra. As pessoas são portadoras de direitos e, quando não, anseiam por eles. São, em uma palavra, mais próximas do chamado na literatura política de “cidadãos”, embora também atuem fora da *pólis*, como pessoas, e assumam, pelo menos em certas situações, uma dimensão da solidariedade. Clamam cada vez mais por maior dignidade.

O capítulo quinto também desenvolve a noção de “bem comum”, de modo assemelhado ao que os norte-americanos chamam de *common ground*: o terreno, público ou privado, no qual o interesse das pessoas se encontra e em nome do qual um país cria um destino nacional. Não é, contudo, um capítulo

teórico. Ele discute concretamente o interesse comum e a atitude dos partidos em temas como o das privatizações.

E nele FHC nomeia os inimigos da mudança, os adversários da contemporaneidade:

- de um lado, o estatal-corporativismo,
- de outro, o fundamentalismo de mercado.

Ambos são incompatíveis com o mundo contemporâneo. O fundamentalismo reduz o bem comum a O Mercado e concebe a sociedade como um ajuntamento de indivíduos cujo objetivo é maximizar sua capacidade de acumulação e consumo. Já a esquerda antiquada abraça um estatismo e, assim, se isola das vibrações da sociedade contemporânea. Ele a torna aliada das corporações.

Introduziu também nesse capítulo a discussão sobre o que nos pode unir como país. Para essa coesão social, há a necessidade de se criar uma nova agenda. Reafirma a necessidade de valorizar “certa ideia de Brasil”, enraizada no mais profundo de nossa cultura, mas olhando para o futuro. A discussão não é apenas conceitual. Ela se desenvolve colada nas questões reais: Previdência, educação e saúde, segurança e assim por diante. Procura mostrar em cada uma delas os requisitos do “novo”, o caminho já percorrido e as dificuldades a ser enfrentadas.

O ponto importante é se sua proposta de “nova agenda” permitirá a histórica conciliação entre as elites brasileiras no momento conflagradas. Face à ameaça do retorno ao poder por parte da autoritária casta dos guerreiros-militares os próceres da casta dos sábios-intelectuais saberão propor uma agenda capaz de levar à conciliação equilibrada entre a casta dos mercadores e a casta dos trabalhadores organizados? A casta dos governantes-oligárquicos se submeteria a esse pacto social?

Ao assumir a presidência, FHC declarou o Brasil não ser um país pobre, mas sim um país injusto. Hoje, ele diria: “corremos o risco de ficar para trás, porque a fronteira tecnológica do mundo se moveu para a frente e não conseguimos acompanhá-la. Continuamos a ser um país profundamente injusto, a despeito de o investimento público na área social ter aumentado muito nos últimos trinta anos e, como ele, o acesso dos mais pobres aos serviços públicos”.

A esquerda diz que a questão central é reduzir as desigualdades. A direita diz que é aumentar a produtividade. FHC diz: “temos de enfrentar o desafio de realizar uma coisa e outra, simultaneamente. Em alguns casos será

preciso fazer escolhas, em outros há plena convergência. O melhor exemplo é a educação básica de qualidade, mas não o único. Saneamento básico é outro bom exemplo: saúde precária da população tem efeito sobre a produtividade da economia”.

Pergunta: “O que queremos como país, como povo? O que nos une para além da nossa diversidade? Apela: “Precisamos construir e compartilhar uma ideia de Brasil.”

O que nos une? Uma resposta poderia ser a própria diversidade. Ela nos diferencia para melhor num mundo em que prosperam a intolerância e o ódio ao diferente. Nos une a cultura de convivência com a diversidade, da qual a música, talvez, seja o traço mais forte e original.

“A democracia racial não era apenas um mito. Expressava, subconscientemente, o desejo de sermos isentos de discriminações raciais, embora não fôssemos.”

“A imensa diversidade dos nossos gêneros e ritmos musicais é uma afirmação do nosso multiculturalismo. A bossa nova, a música sertaneja, o gospel, o hip hop, tudo isso de certo modo interage e ajuda a integrar o negro, o nordestino, o evangélico, os jovens das favelas e das periferias.

Por certo esse multiculturalismo não desfaz as relações entre os grupos tal como existem na sociedade, na qual o racismo continua presente. Ele não deve, portanto, servir de pretexto para evitar a crítica social, que não pode se deixar iludir por ele.

A diversidade religiosa e a coexistência entre religiões são outra dimensão do nosso modo de ser. Essa é a diferença entre a confiança entre nós próprios e o medo do outro, do estrangeiro, do diferente, que leva ao fechamento e à xenofobia.

Todos nós somos, de um jeito ou de outro, produto da miscigenação ocorrida entre as mais diversas correntes migratórias, internas e externas. O que nos une, entretanto, não deve nos levar ao exagero de nos acharmos melhores do que somos. A diversidade não elimina o preconceito e a discriminação [...].”

Ressalva: “A política de cotas se justifica plenamente como um mecanismo temporário de correção de desigualdades. Por definição, cotas são políticas transitórias. Seu objetivo é promover maior igualdade de oportunidades até se chegar a um ponto no futuro em que não sejam mais necessárias.

A política mais integradora é a universalização da educação. É preciso reconhecer, entretanto, que o Brasil nunca encarou a melhoria da educação como uma meta estratégica, como um esforço nacional prioritário.”

FHC defende, portanto, como parte do pacto a opção estratégica pela educação de qualidade, o que implica pagar melhor de modo a atrair os melhores professores.

“Na prática, para atingir os objetivos propostos de reduzir a desigualdade, ampliar o acesso aos serviços sociais básicos e manter a convivência de acordo com nossos valores culturais, é preciso que as lideranças políticas entendam que o ‘conflito distributivo’ – ou seja, saber quem fica com a parte do leão – ocorre também nas decisões sobre o orçamento. Matéria árida, que precisa ser entendida pelos políticos para que eles possam explicá-la à população.

É preciso mostrar como as desigualdades na sociedade são reiteradas por algumas decisões orçamentárias e fiscais obscuras, assim como é preciso explicar as razões pelas quais a busca da volta a certo equilíbrio fiscal é condição necessária para o governo dispor de meios para colocar em prática suas políticas equalizadoras.”

Esta é a essência do pacto social proposto pelo prócer neoliberal: ajuste fiscal como prioritário - sem falar em aumento da tributação progressiva (os mais ricos pagam mais) -, portanto, como pré-condição de uma intervenção estatal mínima, no caso, em busca da melhoria na educação. É necessário, mas insuficiente.

Teria de especificar o tipo de reforma previdenciária a ser feita: aumento da idade mínima de 65 anos para aposentadoria em troca de redução da jornada de trabalho para quatro dias semanais com 9 horas cada sem redução do salário e demais benefícios trabalhistas. É a divisão meio a meio do ônus e do ganho da extensão da fase ativa na vida dos trabalhadores.

Fernando Henrique Cardoso resume seu sentimento de incompletude de nossa democracia ao dizer: “embora a arquitetura institucional esteja aí, ela precisa de reformas e ainda temos que avançar no essencial, isto é, na alma democrática. Nossa cultura de favores e privilégios, nosso amor à burocracia, à pompa dos poderosos e ricos, de retraimento da responsabilidade pessoal e de atribuição de culpa aos outros, principalmente ao governo e às coletividades, desobrigam o cidadão de fazer sua parte, de sentir-se comprometido”.

O corporativismo renasce e passa do plano político ao social, levando de roldão sindicatos e até igrejas. Ele se encastela nos partidos, mesmo nos

nascidos com o propósito de combatê-lo. É o cupim de nossa democracia. Se à tentação corporativista somarmos os impulsos populistas, que não lhe são incompatíveis, temos a descrição de um sistema político enfermo.

A cultura democrática se baseia no sentimento da igualdade, pelo menos perante a lei.

No plano das instituições político-partidárias e do Congresso Nacional, FHC se pergunta: “que tipo de representação política nos é assegurada e como se dá o equilíbrio entre os poderes?”

Para começar, “temos uma democracia na qual os verdadeiros representados não são os cidadãos, e sim organizações intermediárias (uma prefeitura, uma empresa, uma igreja, um clube de futebol etc.) que chegam mais perto do eleitor e, em alguns casos, financiam as campanhas. Colhem em suas malhas o indivíduo eleitor. É às estruturas intermediárias, os ‘eleitores de fato’, a quem o representante serve, mantendo tênue a relação com a massa do eleitorado, salvo no caso dos poucos parlamentares eleitos por correntes de opinião.

Dos partidos, que dizer? Sob pena de ser injusto, FHC vê que:

1. se acomodaram às práticas [usuais corruptas],
2. desdenham da relação direta com as comunidades,
3. preferem não assumir posições sobre temas controversos na sociedade;
4. abdicam crescentemente da função de fiscalizar o Executivo, que a Constituição lhes garante;
5. abrem, assim, espaço a ações do tipo “rolo compressor” do Executivo;
6. preferem barganhar com ele benefícios para as entidades intermediárias que lhes garantem votos.

“Se é verdade que, por toda parte, em graus variados, os partidos como instituição estão em crise, eles continuam indispensáveis ao funcionamento da democracia representativa. Ainda não se inventou outra instituição capaz de desempenhar simultaneamente as funções representativas e governativas realizadas pelos partidos. Não se pode substituí-los por indivíduos ou por movimentos, embora ambos façam parte do ideário contemporâneo da democracia.”

FHC ressalta: “O movimento *En Marche!*, que levou Emmanuel Macron ao poder na França, representou uma novidade positiva. Já nasceu como

partido em embrião e, graças ao talento e competência de seu líder, compareceu às urnas com um programa que articulava uma visão de futuro para a França.

Porém, o ‘milagre’ da transformação, da noite para o dia, de um quase partido em um partido de governo com sólida maioria no Congresso só foi possível por características peculiares do sistema eleitoral francês. A eleição para a Assembleia Nacional ocorre logo após a presidencial e com voto distrital. Este tende a super-representar a maioria eleitoral na distribuição das cadeiras legislativas.”

Em vista da crise do sistema político-partidário, há quem defenda a ideia de candidaturas independentes ou de listas “cívicas”. FHC não faz uma discussão teórica sobre se vale ou não ou não a pena permitir que candidatos sem filiação partidária postulem cargos eletivos majoritários (presidência, governos estaduais, prefeituras).

A agenda pública, nessas circunstâncias atuais, se encolhe. A discussão fenece nos parlamentos, e as ruas nem sequer são ouvidas.

Neste ponto, o seguinte depoimento com base em sua experiência política ganha relevo.

“A tal ponto chegou a distorção da ideia de representação entre nós que os interesses e os valores se vêm mais ‘espelhados’ no Congresso do que nele representados. Setores organizados da sociedade esperam os resultados das eleições para, post facto, identificar seus representantes.

Há, sim, os que já vêm das urnas representando interesses, mas há também os que são abordados depois. Mais comumente, os candidatos calam sobre suas convicções e interesses durante a campanha eleitoral; repetem o que é agradável ao eleitor distante. Depois de eleitos buscam ou reatam conexões com aqueles cujos valores e interesses lhes são mais afins.

Na ação legislativa, organizam-se em frentes suprapartidárias (da educação, dos donos de hospital, dos planos de saúde, dos bancos, dos ruralistas, “da bala”, e por aí afora) para defender valores ou interesses. Portanto, não é de estranhar a distância crescente entre Congresso e opinião pública, entre elite política e povo. Não há nada ilegítimo em representar interesses setoriais; o problema é quando quase toda a representação política reflete interesses setoriais. Falta quem represente os interesses mais amplos da sociedade.”

Dito em outras palavras, FHC reconhece: esboça-se entre nós, como em outros países, uma *crise da democracia representativa*.

A Mosca Azul

Não é incomum adversários ou ex-membros de governos entre 2003 e 2016 cobrarem uma autocrítica do Partido dos Trabalhadores. Muitas vezes para o próprio benefício pessoal dos trãsfugas, desejam uma expiação pública tal como na era de expurgos estalinistas da URSS.

Acho curiosa essa cobrança da purificação de crimes ou faltas cometidas por meio de uma compensação, como o cumprimento de uma pena ou de algo gerador de sofrimento por parte de um partido. Este é uma instituição com milhares de filiados e simpatizantes, fora eleitores, estimados em 24% do eleitorado total do País. Na pesquisa da Datafolha de agosto de 2018, empatados em segundo lugar, PSDB e MDB foram citados por apenas 4% dos entrevistados como preferências partidárias. PDT, PSB e PSOL tiveram 1% cada. As demais siglas não pontuaram. Cerca de 52% da população declarou não ter preferência partidária. Pelo prognóstico IBOPE, confirmado no resultado do primeiro turno eleitoral de 2018, a preferência partidária pelo PT seria 29%.

Falar em O Partido é tão equivocado como falar em O Mercado ou O Governo. Reunindo diversos componentes interativos, essas instituições emergem como sistemas complexos com múltiplos indivíduos. A criminalização desse todo e/ou a cobrança de autocrítica é um meio usado para uma pretensa reparação pessoal. A penitência, o castigo e a pena fazem parte do ritual religioso da confissão de pecados.

No Antigo Testamento, uma classe de contrições consistia em sacrifícios compensatórios. Sua finalidade era a de reparar os pecados para promover a comunhão com Deus. Para a casta de togas, expiação é o cumprimento da pena imposta à pessoa a quem se imputou a prática de um crime.

Frei Betto, no livro “*A mosca azul*” (Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2014), afirma: “talvez o principal erro do PT, uma vez no governo, tenha sido abandonar o que possuía de mais precioso: a rede de apoio dos movimentos populares. Foram eles que construíram o partido e deram-lhe legitimidade e representação; deles veio a maioria dos eleitos pelo PT; neles e por eles se alinhava a capilaridade que tornava o partido quase onipresente no território nacional e, ao mesmo tempo, imprimia-lhe autoridade política e poder de mobilização jamais encontrados em qualquer outra agremiação partidária brasileira.

Ao falar em movimentos populares, refiro-me àqueles que expressam as demandas dos setores mais pobres da população e atuam para erradicar a estrutura de dominação que sustenta a desigualdade social. Também os

setores dominantes do sistema organizam-se em movimentos sociais, mas não populares, pois não espelham os direitos de justiça dos mais pobres, nem fazem críticas à ordem vigente, e miram, em primeiro lugar, seus interesses corporativos. É o caso de movimentos patronais ou empresariais, comprometidos com uma agenda de conquistas e mudanças que venha a favorecer sobremaneira os seus negócios.”

A acusação a uma instituição partidária emergente a partir de diversas lógicas de ações de seus membros não é do “centralismo democrático”, mas sim a um ente tomado como uniforme quando é extremamente heterogêneo em termos indivíduos filiados. Não à toa possui a característica de *partido de massas* e não de *partido de vanguarda* de feição leninista. Nem todas pessoas ditas de esquerda lidam bem com essa ideia da pluralidade de caracteres, quando um partido é massivo.

Prossegue a crítica do Frei Betto: “o PT vestiu a camisa do governo e despiu a camiseta dos movimentos populares. Sem atinar para a distinção assinalada por Paulo Freire de que a diferença entre a liderança revolucionária e a elite dominadora não reside apenas em seus objetivos, mas no seu modo de atuar distinto. Quanto mais a questão do poder tornou-se vital para os membros do partido, deu-se menos importância ao fortalecimento dos movimentos populares.

Pretendeu-se reequipar a máquina estatal com os quadros do partido [visão parcial quando não destaca o toma-lá-dá-cá de uma coalizão presidencialista]. Não era apenas o partido no governo, era também o governo no partido. Encabeçados pelo PT, governos federal, estaduais e municipais, com raras exceções, não investiram na mobilização dos sindicatos, no aprimoramento dos movimentos populares, no trabalho das ONGs.

Nem os Comitês Gestores do Fome Zero - a mais revolucionária iniciativa do governo Lula em matéria de mobilização social - sobreviveram ao primeiro ano de vida, em 2003. Eram eleitos em assembleias populares, muitas vezes reunindo mais de mil pessoas nas praças das cidades, e cuidavam da fiscalização do cadastro das famílias beneficiárias e do andamento do programa de combate à fome.

Tivessem os petistas no governo conservado uma visão estratégica voltada à mudança social e ao protagonismo do povo organizado, teriam destinado recursos financeiros e políticos aos movimentos populares. Ainda hoje, padecem da falta de apoio para levar adiante suas bandeiras e conquistas. Eles deveriam ter sido o sujeito político, por excelência, do governo Lula.”

Parece o Frei Betto imaginar a vitória eleitoral em regime democrática ter significado de uma revolução soviética. A impessoalidade e o cuidado exigido no trato da coisa pública não permitem governo criar sovietes!

Mas Frei Betto prega: “Os movimentos populares preferem, hoje, a ação direta, desconfiados de que os partidos já não têm como expressar suas aspirações, na medida em que progressivamente abandonaram a referência primordial das causas populares para abraçar, como prioridade, a gravitação em torno das instâncias de poder. Ao contrário dos partidos, os movimentos mantêm estruturas descentralizadas e evitam o vírus da burocratização. Porém não se atrelam a nenhum sistema ideológico coerente. Antes, envolvem-se com suas reivindicações imediatas, com suas agendas corporativas e quedam-se numa visão utópica de sociedade que carece de desenho preciso. Repudiam o atual sistema sem que saibam apresentar, de maneira clara, um projeto consistente do que seria um outro mundo possível”.

No entanto, Frei Betto salienta a diferença entre movimentos sociais de base e partido político, para atuação no Congresso Nacional, seja como sustentáculo de base governista, seja como oposição. “Há que cuidar para não ceder a um novo tipo de maniqueísmo: o que acredita poder substituir o papel dos partidos pela atuação dos movimentos. A crítica aos partidos, tão necessária e pertinente, não deve desembocar na atitude de repúdio a eles. Movimentos populares são, por natureza, setoriais, atrelados a bandeiras específicas e não têm como formular e representar um projeto abrangente de sociedade”.

Ele faz uma crítica pertinente às nomenclaturas partidárias. “É inegável que os partidos estão em crise por manter estruturas autoritárias, por vezes corruptas, ainda que dissimuladas em um ‘democratismo’ consistente em multiplicar o número de filiados para perpetuar a elite dirigente. As disputas internas não abrem espaço ao debate aprofundado de teses políticas e nem à elaboração de projetos históricos. As bases [ou tendências] não participam da formulação de políticas públicas e são induzidas a votar segundo o aceno de seus líderes. As ambições pessoais fragilizam as propostas coletivas e a disputa pelo poder favorece a corrupção através de meios raramente transparentes de captação de recursos às campanhas eleitorais.”

Sua hipótese é a seguinte. “São os movimentos populares que tecem os elos de fortalecimento da sociedade civil e resgatam os vínculos comunitários destruídos pela modernidade capitalista. Não se pode girar ao contrário a roda do tempo e voltar às relações de dom e de troca nessa coletividade dessacralizada e sujeita à ‘mão invisível’ (Adam Smith) do mercado.

Mas devem-se fortalecer os movimentos que articulam representativamente os interesses e as demandas de amplos setores da população. São eles - comunidades pastorais, sindicatos, associações de bairro, entidades estudantis, ONGs, instituições do terceiro setor, movimentos de conquista de terra, moradia e direitos, grupos artísticos - as vias pelas quais a realidade pode ser melhor conhecida e transformada.”

Critica também de maneira pertinente O Mercado e o individualismo egoísta promovido por seus idolatras. “Como a idolatria do mercado é incensada pelo neoliberalismo, a publicidade e a mídia procuram vender a imagem de que a felicidade reside na despolitização, no lazer, na volta aos interesses individuais. A vida tranquila restringe-se às esferas da família, do trabalho e do prazer. Ultrapassar os limites desse círculo de giz é correr o risco de meter-se em dificuldades e sofrimentos, dores de cabeça e perseguições. Abandona-se o cidadão em benefício do indivíduo.”

Choque de Democracia - Razões da Revolta

Marcos Nobre, no livro “*Choque de democracia - Razões da revolta*”, afirma, com as manifestações de rua em junho de 2013, sistema político ficou atônito, perguntando-se com quem deveria negociar. Acossado pelas ruas, saiu em busca de uma organização hierárquica, com lideranças e reivindicações claras, com quem poderia debater, de maneira tecnocrática, planilhas de custos e leis orçamentárias. Não encontrou. Não entendeu, nem podia entender, o que acontecia. Ao longo de vinte anos, esse sistema cuidou tão bem de se blindar contra a força das ruas que não podia mesmo entender como as ruas o tinham invadido com tanta sem cerimônia.

Essa blindagem do sistema político contra a sociedade tem uma história. Sua forma primeira e mais precária foi a unidade forçada contra a ditadura militar (1964-1985), que veio a repercutir de maneira importante na maneira como se deu o processo de redemocratização.”

Nos anos 1980, o partido detentor da liderança absoluta do processo político, o PMDB, impôs como indispensável a união de todas as forças “progressistas” para derrotar o autoritarismo. Com exceção do PT, todos os partidos participaram da eleição indireta de janeiro de 1985, no chamado Colégio Eleitoral, controlado pelas forças da ditadura.

Tancredo Neves foi eleito presidente. Morto em abril do mesmo ano sem ter sido empossado no cargo, deixou no cargo o seu vice, José Sarney, quadro histórico de sustentação da ditadura militar, indicado pelo PFL (em 2007, a sigla mudou o nome para DEM). Mesmo com Sarney na presidência, o “progressismo” continuou a representar a ideologia oficial de uma transição

morna para a democracia, controlada pelo regime ditatorial em crise e pactuada de cima por um sistema político elitista.

A primeira crise enfrentada por essa blindagem se deu durante a Constituinte, quando essa unidade forçada deu de cara com movimentos e organizações sociais, sindicatos e manifestações populares que não cabiam nos canais estreitos da abertura política. Sob o comando do chamado *Centrão*, bloco suprapartidário com maioria de parlamentares do PMDB, o sistema político encontrou uma maneira de neutralizá-los, apostando na ausência de uma pauta unificada e de um partido (ou frente de partidos) que canalizasse as aspirações mudancistas.

Nasceu aí a primeira figura da blindagem do sistema político contra a sociedade. A esse processo de blindagem Marcos Nobre dá o nome de *pemedebismo*, em lembrança do partido que capitaneou a transição para a democracia.

O progressismo também prevaleceu no *impeachment* de Collor. Mas o período pós-*impeachment* deu origem a *uma segunda figura do pemedebismo*, que deixou para trás a ideologia unificadora da união das forças progressistas. A resposta do sistema político ao processo de *impeachment* de Collor não foi uma reforma radical.

Pelo contrário. Fincou-se como verdade indiscutível que Collor tinha caído porque não dispunha de apoio político suficiente no Congresso, porque lhe teria faltado “governabilidade”. Nasceu aí a exigência inquestionável de esmagadoras majorias suprapartidárias que pudessem bloquear movimentos como o do *impeachment*, segundo o modelo do Centrão da Constituinte.

O sistema se preservou sem mudar, fortalecendo sua lógica de travamento de grandes transformações, reprimindo as diferenças sob uma nova unidade forçada. A partir de 1993 foi sendo construído o acordo da governabilidade que blinda o sistema político contra a sociedade, a segunda figura do pemedebismo, só de fato desestabilizada com as revoltas de 2013.

A partir de 1993, os canais de expressão das forças de oposição ao pemedebismo se estreitaram. A força das ruas foi substituída pouco a pouco pelo clamor da opinião pública. E a opinião pública foi substituída pela opinião da mídia. Para obrigar o sistema a mudar, pouco que fosse, era necessário produzir campanhas intensivas de denúncias vocalizadas pela mídia.

As forças de oposição ao pemedebismo cuidavam de traduzir as campanhas midiáticas em termos de ações institucionais:

1. criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs),
2. ações no Supremo Tribunal Federal (STF),
3. mobilizações e manifestações de protesto localizadas e limitadas.

Mudanças só vinham com “escândalos”. Com o tempo, mesmo esse já limitado recurso denunciata de cobrança perdeu força. Liderando as forças de oposição, o PT reorientou sua estratégia e passou a dar prioridade absoluta à conquista do poder federal, à eleição de Lula, em lugar de apostar na mobilização social de massa.

Protestos antipemedebistas se reduziram a mero elemento de tática eleitoral e não mais a tentativas de exigir uma reforma profunda do sistema político. A partir do governo FHC, poucas denúncias de fato prosperaram a ponto de se tornar escândalos e provocar mudanças significativas no sistema. ‘Tava tudo dominado na mídia!

A produção de escândalos passou a depender de enfrentamentos abertos entre forças políticas aliadas. Denúncias só prosperavam e tinham consequências institucionais quando feitas em disputas públicas entre aliados.

Apesar de o PT ter se mantido durante mais de vinte anos como representante por excelência do *antipemedebismo*, o mesmo figurino se repetiu no período Lula (2003-2010), no escândalo do mensalão, em 2005. O líder do PTB na Câmara, Roberto Jefferson, da base aliada do governo Lula, anteriormente, líder do governo FHC, pediu ajuda para ser barrada uma investigação contra um diretor dos Correios, indicado pelo partido, acusado de receber propina.

Ao se convencer de que o governo se recusaria não apenas a barrar a investigação como ainda iria responsabilizar seu partido pela corrupção, Jefferson concedeu uma entrevista em que denunciou um esquema de arrecadação ilegal de fundos e pagamentos a “partidos de alugueis”, inclusive o seu.

O mesmo ocorreu com Eduardo Cunha em 2015: chantageou o governo Dilma para o PT barrar investigação sobre sua corrupção. Não aceita a chantagem, passou a aprovar com ajuda do Centrão pemedebista “pautas-bombas” para inviabilizar o governo. Orquestrou o golpe contra a Dilma.

[A Democracia Impedida: o Brasil no Século XXI](#)

Durante um período relativamente breve de hegemonia, Wanderley Guilherme dos Santos, no livro “*A democracia impedida: o Brasil no século*

XXI” (Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017), diz caber o estudo das condições de estabilidade evolucionária, ou seja, com mudanças recomendadas pela prática do modelo de democracia representativa, assim como os episódios de turbulência e as interrupções ilegais.

Às conhecidas intervenções militares na vida política e às substituições inconstitucionais de governo, WGS acredita ser plausível acrescentar o designado por “golpe parlamentar”, essencialmente distinto de outras violências institucionais, também classificadas pela linguagem natural como golpes parlamentares.

O denominador comum encontra-se na peculiaridade de seus comandantes e aproveitadores não serem militares, mas civis. Entretanto, os golpes civis catalogados pela história admitem executores estranhos aos parlamentos, ou seja, figuras participantes das conspirações, embora não detenham mandatos eletivos, não pertencem ao Parlamento na ocasião do assalto ao poder, nem, eventualmente, em momento algum anterior.

Por “golpe parlamentar”, WGS indica uma substituição fraudulenta de governantes orquestrada e executada por lideranças parlamentares.

A circunspecção da nomenclatura explica-se pela característica essencialmente parlamentar do dispositivo democrático violado. Trata-se do princípio das garantias mútuas, suposto ínsito à condição de que a estabilidade democrática exige a aceitação de derrota por parte dos perdedores. Viu, Aecim?!

A confiança de que o princípio será incondicionalmente obedecido autoriza aos vencedores escolherem companheiros de governo entre os quadros e indicações de seu partido e dos partidos aliados na vitória, sem necessidade de aprovação prévia dos partidos derrotados.

Em golpes parlamentares, é a reação parlamentar dos derrotados violentadora do princípio das garantias mútuas e se dispõe a destituir o grupo político vencedor com apelos controversos à legislação constitucional. Dissonantes em relação a tentativas civis progressas de interdição de governos legítimos pela convocatória de bandeiras esdrúxulas (em geral, a ameaça de comunismo), os golpes parlamentares contemporâneos se valem de argumentos denunciando o governo em exercício por violação comprovável das regras normais de administração.

Com a (falsa) acusação de os vencedores eleitorais terem violentado as regras do exercício do poder, os conspiradores justificam a quebra das regras da competição. Embora sutil, a distinção aponta para uma constelação inédita da mecânica e dos antecedentes dos atuais golpes parlamentares.

Naturalmente, há inúmeras personalidades fora do Congresso interessadas e ativamente envolvidas nas conversações e nos acordos antecedentes da deflagração do golpe. Patrocinam propaganda positiva e apoio irrestrito ao governo usurpador.

Mas todo o processo ocorre dentro do Congresso, conduzido por políticos com mandatos de representação, obedecendo formalmente à letra das leis vigentes no país. O golpe, em sentido de truque esperto, consiste precisamente em valer-se dos mecanismos de operação normal das instituições em favor de objetivos ilegítimos.

A reação imediata da população, em particular da parte contrária ao golpe, revela perplexidade diante da mágica de fazer procedimentos rotineiros da democracia representativa produzirem um resultado - a destituição do governo legitimamente eleito -, sem dúvida alguma, transgressor das regras constitucionalmente consagradas.

Quais são as características genéricas do “golpe parlamentar”?

Quais os protocolos de execução e as condições que favorecem o êxito da manobra?

Quais são as continuidades e diferenças entre o momento antecedente e o desdobramento posterior do golpe parlamentar?

Desde logo, o fenômeno independe da natureza do regime, sem embargo da pressa ou das razões doutrinárias com que se atribui o fascínio golpista às vicissitudes comumente associadas ao regime presidencialista. O mecanismo de substituição de ministros atende perfeitamente, e em prazo hábil, às mudanças de hábitos ou de preferências da população expressas em pesquisas de opinião.

A capacidade do sistema presidencialista de alterar os rumos no curso de um mesmo mandato, aliás, destaca-o em relação ao parlamentarismo, no qual mudanças ministeriais assinalam a próxima queda de gabinete. Isto, por seu turno, leva a mudanças completas na orientação do governo.

Golpes parlamentares indicam uma modalidade de ruptura de governo, sem explícitas alterações legais. Estão expostos todos os governos regularmente eleitos, parlamentaristas ou presidencialistas.

Brasil em Movimento: do Nacional-Desenvolvimentismo ao Social-Desenvolvimentismo

Maria Borba, Natasha Felizi e João Paulo Reys, no livro “*Brasil em movimento - Junho de 2013*”, entrevistaram o Professor Carlos Lessa. Ele disse: “não se consegue afirmar uma nação se você não tiver uma coesão social em torno de um projeto nacional. Não temos coesão nenhuma porque a maior parte da garotada quer ir para Miami.”

Em vez de ver o projeto de desenvolvimento econômico apenas como continuidade com dependência de trajetória (“a história importa”), ele destaca a ruptura. Não há desenvolvimento equilibrado, é impossível. A história parece equilibrada em alguns momentos, mas não é.

Se você projetasse o futuro para depois do século XV, a Península Ibérica seria o centro do mundo, mas ela já começava a entrar em decadência. A Holanda, no final do século XVI, seria o centro do mundo – mas ela já entrava em decadência por causa da hegemonia inglesa. A Inglaterra da segunda metade do século XIX, quando 50% da população do território mundial estava em colônias britânicas, já estava sendo roída pelos Estados Unidos. Não há equilíbrio na história; isso só existe na física newtoniana, que não é aplicável à história. História é dialética, não é lógica formal.

Podemos ficar muito pior ou podemos dar um salto e avançar. “O que está acontecendo agora é uma descontinuidade, sim. Prefiro a manifestação [de junho de 2013] com todos ‘os poréns’, porque ela traz a possibilidade de transformação; enquanto que como está não vai transformar, o Brasil está se degradando, você não tem ideia do retrocesso industrial que atravessamos.

Só tem um jeito, e os europeus já estão descobrindo: eles deram um passo e não deram o outro. Abriram mão da moeda nacional, mas não estabeleceram nenhuma organização política. Toda dívida de qualquer europeu, empresa ou governo (municipal, estadual ou federal) é dívida externa. Tudo é externo porque a moeda não é comandada pelo próprio país, e eles não podem fazer nada, porque o dólar é que dá a base de sustentação do euro. O euro não é nada. A Islândia tentou resolver isso estatizando os bancos. Acho que vai ter uma quebra e uma estatização dos bancos na Europa, mas se isso acontecer lá, o princípio sacrossanto do financeiro, que domina o mundo, vai ser violado. Nós não vamos começar nada, entende? Infelizmente.

A história não se repete. Quando se repete, é como farsa. É um movimento helicoidal cheio de descontinuidades; não tem equilíbrio, continuidade. O Brasil prosperou basicamente porque a China estava com muita fome e empurrou para cima o preço do minério de ferro, do algodão, do

café, do milho e da soja. Embarcamos nessa e fechamos as indústrias, porque os preços caíram.

Para as empresas no Brasil era mais conveniente trazer de fora do que comprar aqui dentro; por isso as cadeias produtivas foram sendo destruídas, interrompidas, e nós paramos de proteger nossa produção industrial. A ênfase foi dada ao comércio exterior, às exportações agropecuárias. O Brasil voltou a ser um Brasil do passado.

O retrocesso começa com o Collor, de maneira absolutamente inequívoca, e se acentua dramaticamente no governo tucano. O governo Lula, que esperávamos que fizesse alguma coisa de diferente, não fez, embarcou nessa história. É um terror.

Sabe o que a gente faz com o couro da vaca? Exporta verde para Hong Kong e Itália, onde se fazem os sapatos que destroem a indústria de sapato do Brasil. Porreta, né? Vendemos minério de ferro pra China e não forçamos eles a nos fornecer carvão metalúrgico. O que esse governo faz é mais globalizador do que o mundo globalizado.

Por isso, quando dá um probleminha em não sei onde, a nossa bolsa de valores oscila mais que qualquer outra bolsa do mundo, porque abriram as pernas para o capital financeiro internacional de uma forma total, completa, absoluta, sem controle nenhum. Estamos segurando o dólar, vendendo 1 a 2 bilhões por semana. Por quanto tempo vamos aguentar isso? O presidente do Banco Central disse que até o ano que vem, só que as reservas brasileiras diminuam drasticamente.

Eles desagradam também os ortodoxos porque eles querem mais. O problema da ortodoxia é que ela nunca se diz culpada, que não adotaram integralmente o que ela recomendou. O discurso deles é confortável para os interesses dominantes, mas a política ortodoxa, não. Por exemplo, nos Estados Unidos, se teriam deixado os bancos americanos quebrar. Corretamente, seguraram toda a rede bancária americana, senão o mundo já tinha quebrado. E os ortodoxos dizem: “Ah, houve intervenção!” Para eles é fácil dizer isso, entende?

Mas, aqui no Brasil, o ortodoxo não tem como dizer nada, porque não está se fazendo nada. Para os bancos, a discussão ortodoxa é confortável desde que, quando eles tenham alguma dificuldade, o governo federal banque! Entende o mecanismo? É por isso que eles dominam o mundo hoje.

Os Estados Unidos têm uma vantagem estratégica porque eles emitem o dólar. Ele é objeto de desejo mundial e um signo de riqueza, mas ao mesmo tempo é dívida americana. Esse negócio de você poder dever e todo mundo

querer pegar a sua dívida é a maior vantagem estratégica que os Estados Unidos têm, não é ter bomba atômica. É claro que isso também é confortável, mas o que dá força para eles é o dólar.

Do outro lado está o yuan [moeda chinesa], mas é dólar, porque está atrelado a ele. A riqueza chinesa está toda em títulos de dívida do Tesouro americano, e o yuan se move junto com o dólar, para cima ou para baixo. Como os chineses não têm sindicato, nem movimento trabalhista, eles combinaram as vantagens de uma economia centralizada com o oportunismo pragmático de economia de mercado – é uma combinação terrível.

Desde Collor até hoje temos uma mesma política econômica com um objetivo nacional horrível: exportar é a solução, integrar-se à globalização. Mas se integrar em quê? No caos?

O poder não é uma entidade abstrata, são os que o exercem. Normalmente se imagina sempre que o poder tá ligado ao ter, ao saber e ao poder de estrito senso político – há 3 dimensões. A elite brasileira é de péssima qualidade, porque ela não dá bola para o povo, lava as mãos, como Pôncio Pilatos. Agora, o povo brasileiro é maravilhoso, porque ele sobrevive a essa elite e assim desenvolve aptidões incríveis, combinando duas dimensões aparentemente incombináveis: é ao mesmo tempo conservador sem abrir mão de nada que sabe, que conhece e tem – mas é, também, extremamente inovador, aberto a qualquer coisa para sobreviver. A figura do popular brasileiro é agente de si própria, uma categoria histórica muito mais próxima do pequeno burguês que do proletário.

A experiência proletária brasileira é muito reduzida, há um pouco em São Paulo, mas, mesmo assim, há apenas três gerações de operários no Brasil. A população está toda na cidade que não tem economia natural, e o cara tem que ganhar dinheiro. Se vira, malandro! Eu acho que é isso que os pais passam para os filhos. Essa estrutura que temos dá ao povo brasileiro uma criatividade brutal, espetacular, uma enorme potencialidade.

Agora, falta qualquer liderança. Como é que ela vai surgir? Eu não sei. Aliás, se soubesse, seria um médium. Não sei de onde ela vem.”

[Lessa nunca foi petista. E ficou com rancor em relação a Lula, desde sua demissão do BNDES, em vez de demitir Henrique Meirelles do Banco Central, a quem criticou pertinentemente. A história do futuro demonstrou: ele tinha razão.]

Brasil em Movimento: História do Futuro em Construção

Maria Borba, Natasha Felizi e João Paulo Reys, no livro “Brasil em movimento - junho de 2013”, entrevistaram Daniel Aarão Reis. Ele não concorda com a ideia de “traços estruturais” mantidos ao longo de tantos séculos. Pode fazer a história parecer congelada, e a história é sempre mudança, variação.

Feita a ressalva, o passado precisa ser considerado, porque há aspectos que, modificando-se, adaptando-se e transformando-se, marcam especificidades. A perspectiva do “saque” [extrativismo], de “sugar tudo possível no mínimo tempo possível”, foi construída no mundo colonial. Mesmo modificada, é uma característica do capitalismo brasileiro estendida por toda a sociedade, tendo implicações nas concepções de “público” e de “privado”.

A noção de hierarquia também vem entranhada desde remotos tempos. Para os “de baixo”, a Lei e o Pau. Para os “de cima”, embargos infringentes. A “aristocratização” de nossas elites dominantes – do mundo dos negócios ao mundo político – é outra expressão atual de um processo histórico com fundamentos coloniais.

A crueldade sobre os “não cidadãos” [párias] – embora já tenha sido consagrada juridicamente a ideia de “todos são iguais perante a lei” – é também outra característica relevante e naturalizada. Basta ver como se tortura, alegremente, nas cadeias deste vasto país. E, pior, como ainda se admite a tortura como “recurso” – uma concepção perpassada por diferentes classes, do topo à base da escala social.

A partir da proclamação da República, e sobretudo desde a ditadura varguista do Estado Novo, estruturou-se também uma tendência de “pacto entre elites” às custas das camadas populares. Ele se desdobra com notável incidência.

Entretanto, seria ilusório imaginar a existência de um quadro rígido e polarizado entre “elites” e “povo”. Ou, como muitos gostam de dizer, entre “elites podres” e “povo bom”. Laços fortes têm sido construídos – também desde os tempos coloniais – entre os de cima e os de baixo – através de brechas, concessões, aproximações, integrações subordinadas.

Foi nesta atmosfera criada e construída uma cultura plural, criativa, onde diferentes estratos sociais aparecem “juntos e misturados”. Uma cultura atraente e fascinante a nós mesmos e aos estrangeiros. Estes laços, verdadeiros nós, apertados, a despeito das estratificações sociais, oferecem um quadro exigente ainda muito estudo para se compreender melhor como se

dão essas interações contraditórias. Elas acabam inviabilizando, amortecendo ou neutralizando explosões violentas de revoltas.

O que são elites e povo no Brasil? Como estes atores sociais e a administração se articulam ao longo da história do país? Como se reconhecem, mutuamente, a população e as instituições? Como essa relação se deu na história e qual foi a origem dela?

Durante muitos séculos, amplas camadas populares ficaram inteiramente excluídas de participação institucional. O que não significa não ter existido um complexo jogo de interações. Ele conferiu legitimidade à ordem constituída.

Com a República, paradoxalmente, pelo menos no quadro da Primeira República, as coisas tenderam a piorar, ao contrário do rezado pelos textos constitucionais. Só depois de 1945 se iniciou um processo lento de participação institucional, mas ainda muito limitado. A ditadura instaurada em 1964 abortou este processo, retomado a partir dos anos 1980.

A “aristocratização” do mundo da política, embora integrando novos segmentos, continua sendo regra. Assim, para muitos, a “grande política” continua algo inalcançável e completamente fora de controle.

Quanto à análise da relação entre militares – incluindo as polícias –, população civil e instituições ao longo da história da República, os militares, ou melhor, a oficialidade das Forças Armadas, se figurou como uma espécie de “anjo tutelar” do processo institucional. Isso se evidenciou nos primeiros anos republicanos e a partir do movimento de 1930. O processo acentuou-se nas duas ditaduras modernizantes pelas quais passou a história do país, a do Estado Novo, entre 1937 e 1945, e a civil-militar, entre 1964 e 1979.

Com a redemocratização do país, desde 1988, houve um aparente recuo, mas as Forças Armadas continuam se comportando como um verdadeiro “Estado dentro do Estado”. Basta ver a firmeza da defesa da pressuposta “revolução democrática” de 1964 e o acobertamento dos atos criminosos cometidos por seus colegas no passado.

Convém recordar: a Constituição de 1988 manteve dispositivos de modo a admitir a intervenção das Forças Armadas para “garantir a Ordem”, caso seja solicitada por um dos poderes constitucionais. De certo modo, permanece o reconhecimento de as Forças Armadas terem um “papel especial”. Os governos civis sucessivos desde 1989, desgraçadamente, não têm tido a necessária coragem política para enfrentar a situação. Conciliam com ela e vão “empurrando com a barriga”. Isso não “contribui para a consolidação do regime democrático brasileiro.

Quanto às Polícias Militares, remontam ao passado escravista. Em uma ordem democrática decente, são uma excrescência. O fato de ainda operarem evidencia bem as limitações e as lacunas da democracia realmente existente no país.

Em relação às instituições do Estado, à política econômica e à política externa, Daniel Aarão Reis enxerga continuidade, não inovação e nem regressão, desde a ditadura militar. Diz ser falso o senso comum de a ditadura instaurada em 1964 ter sido um parêntese na história do Brasil. Há relevantes continuidades entre essa ditadura, o que veio antes e o que viria depois.

Em consequência, o legado da ditadura é pesado, presente e atuante. As concepções nacional-estatistas de desenvolvimento, a centralização do Estado, a presidência imperial, a aristocratização da política, o papel especial das Forças Armadas como anjos tutelares da República, a política externa de afirmação nacional, as estruturas corporativas sindicais, as polícias militares, o recurso à tortura... O legado da ditadura está em toda parte, nos usos e costumes, nas disposições legais, nas instituições e na psicologia coletiva.

Entretanto, é usual a ideia de a ditadura ser um passado já ultrapassado. Trata-se de um ledor engano. Não contribuiu para o fortalecimento do regime democrático. A ditadura ainda nos envolve por todos os lados. Em vez de seus efeitos disruptivos, a ditadura é ponte entre o passado anterior à sua instauração e os dias de hoje.

A democratização registrou avanços consideráveis no processo de inclusão social durante os governos FHC e Lula. Houve melhorias – muito lentas, mas reais – nos serviços públicos, na manutenção do calendário eleitoral, no reconhecimento dos eleitos, na ampliação do acesso de lideranças populares ao campo institucional.

Registrados estes aspectos positivos, cabe ressaltar as lacunas ainda subsistentes:

1. desigualdades sociais;
2. aristocratização do campo político;
3. autonomia das Forças Armadas no contexto de um Estado pretensamente a ser tutelado;
4. polícias militares preparadas e treinadas para bater, ferir e matar;
5. concepções desenvolvimentistas atreladas à cultura política nacional-estatista com forte lógica autoritária;

6. presidencialismo imperial;
7. “estatização” dos partidos políticos;
8. burocratização e autonomização do campo sindical;
9. empresas estatais fora de qualquer controle social, salvo exceções;
10. poder judiciário aristocratizado, emperrado em um cipoal de leis que privilegiam as camadas endinheiradas... a lista poderia ainda crescer.

Urge democratizar a democracia. O debate apenas se inicia...

As Forças Armadas continuam fixadas anacronicamente em concepções legadas pela Guerra Fria. Reproduzem-se como aparelho burocrático distante das demandas democráticas. Muitos militares não se reconhecem como funcionários públicos uniformizados e desejam manter a tradição dos “anjos tutelares”. É necessário se abrir amplo debate público sobre as novas funções das Forças Armadas em uma sociedade moderna e democrática. Estamos longe disso... As lideranças e os partidos políticos evitam cuidadosamente o tema, preferindo adotar a atitude das avestruzes.

Abordagem Comportamental

A Conciliação e Outras Estratégias

Composto de artigos escritos entre 1979 e 1983 (ano de seu lançamento), e entrevistas realizadas entre 1976 e 1979, o livro de Michel Debrun, *A Conciliação e Outras Estratégias* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1983) sugere: “os eixos da política brasileira não mudaram fundamentalmente desde a Independência. Face à grande diversidade das conjunturas, as forças dominantes reagiram lançando mão de um número limitado de estratégias políticas, sempre as mesmas”. Entre essas estratégias avulta a Conciliação. É ela - sua natureza, sua história e as condições necessárias para lhe permitir manter parte de sua eficácia - o foco do livro.

Michel Debrun nasceu em Neully-sur-Seine, França, no dia 21 de setembro de 1921. Radicado no Brasil desde 1956, ministrou cursos de Política no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A partir de 1970, passou a lecionar no Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, inicialmente como professor visitante de Ciência Política, passando depois a professor Titular de Política. Aposentou-se em 1988. Em 1990, o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas outorga-lhe o título de Professor Emérito da Unicamp. Faleceu em 9 de março de 1997, com 75 anos de idade, na cidade de Campinas.

A coexistência no Brasil do *cangaço*, do qual tomou conhecimento quando assistiu, ainda na França, em 1954, o filme *O Cangaceiro* de Lima Barreto, e do *constitucionalismo* o intrigou. Foi quando soube pelo *Le Monde*, em 1955, o general Lott ter dado um *golpe antigolpe*, “para restabelecer os quadros constitucionais vigentes”. De modo geral, o país se afigurava a terra dos contrastes. Ele queria saber, então, se esses paradoxos eram aparentes ou reais. Caso eles ou alguns deles fossem reais, se não haveria por trás *uma unidade secreta*, capaz de dar conta da *multiplicidade* e da *heterogeneidade*.

Tinha um diálogo permanente com os ideólogos concretistas (e *anti* ou *neo*), participantes das controvérsias em torno da poesia concreta, e com os ideólogos isebianos. Estes trabalhavam na elaboração e na difusão da ideologia do “projeto nacional-desenvolvimentista”. Ambos lhe suscitavam a preocupação com a real existência (ou não) de *identidade nacional brasileira*.

De um lado, ele lidava com pensadores ciosos de estimular, tanto no plano estético como no sócio-político, atitudes individuais ou coletivas hiperconscientes, voluntaristas, “construtivistas”. Às vezes ele observava também essas atitudes no homem da rua como, por exemplo, em frases do

tipo “esse Brasil não tem mesmo jeito; não se pode emendar: tem de tudo recomeçar, mudar tudo”. Seriam expressões difíceis de se encontrar na conversa corrente de europeus.

Mas, de outro lado, ele não podia deixar de constatar a famigerada “fisiologia” brasileira, isto é, o senso de compromisso, do favor, do jeitinho, às vezes do “deixa disso” ou até da negociata. Existia mesmo, no Brasil, a ideologia da fisiologia, ou seja, a ideologia da “conciliação”. Pretendia fundamentar, legitimar, certos comportamentos. Ideologia e fisiologia podiam impregnar, de modo alternado, as atitudes das mesmas pessoas ou dos mesmos grupos.

Michel Debrun se perguntava, antes do Renato Russo, líder do grupo de rock Legião Urbana: - “Que país é este?! Que país pode abrigar tais oposições, interindividuais ou intergrupais?” A resposta, provavelmente, devia ser buscada na longa duração dos mecanismos de dominação. Desde as origens, se reproduziam em *feedback*.

Até o final do regime militar, tinha deixado como única opção, aos grupos dominados e às elites dissidentes, a escolha, ou melhor, a contínua oscilação, entre a *acomodação*, daí a fisiologia, à chamada “estrutura brasileira de autoridade”, e a *tentativa de volta por cima* com a quebra radical do “sistema”. Daí a ideologização excessiva e seus repetidos fracassos, pelo menos no plano sócio-político. Uma parte do seu livro é reservada à análise daquela rígida “estrutura de autoridade”.

Tudo isso dificultava a existência ou a constituição da identidade nacional. Esta requer certa coerência e continuidade. Ela tem de ser enunciada pelo próprio possuidor dessa identidade. Os brasileiros, de modo geral, não podiam proferir sobre si mesmo duas coisas contraditórias.

Talvez, a rigor, isso era concebível no plano estético ou lúdico. Quando Mário e Oswald de Andrade, em 1922, ou o Tropicalismo, no final dos 60, procuravam expressar em obras ou comportamentos a mistura “somos, nós brasileiros, ao mesmo tempo, o arcaico e o moderno, a cultura endógena e cultura importada, mutantes, etc.”. Eles pretendiam definir alguma “meta-identidade”.

Entretanto, no plano sócio-político, um indivíduo ou uma coletividade não podem se declarar, a não ser brincando, ao mesmo tempo fisiológicos e ideológicos. Há de escolher. As duas vertentes implicam modalidades de ação incompatíveis entre si.

Daí Michel Debrun chegou a concluir, nesse plano, não haver, ainda, identidade nacional. Houve apenas esboços dela no Brasil urbano do período

populista. Mas eles próprios foram bloqueados, castrados ou artificialmente redirecionado, isto é, colocados a serviço do “Brasil Grande”, durante a ditadura (1964-1985).

Havia outro plano onde a criação da identidade nacional brasileira foi melhor sucedida. A partir dos anos 20 do século XX, determinada identidade cultural de base se tinha desenvolvido através dos “mundos” do samba, do carnaval, do futebol, da culinária e, depois da TV em rede nacional, da telenovela. Não porque todos, ou muitos, gostavam dessas manifestações culturais, mas porque cada um sabia de outros brasileiros gostarem e todos sabiam isso os diferenciavam em relação ao resto do mundo. O espaço (ou “território”) ficaria mais definido, sedimentando essa “esfera pública”. Passou haver adesão maciça a certos valores culturais.

Aqui, a esfera pública culmina na festa, apresentada “ao vivo” pela TV, “em que o saber recíproco se sublima no ver recíproco”. Todos os múltiplos carnavais locais podem se olhar uns aos outros. Todas as tensões individuais em jogos de Copa do Mundo se emanam de todos os pontos do Brasil. Há comunhão em torno dos televisores. Só.

Curiosamente, também membros da classe dominante, com exceção de uns poucos céticos ou cínicos, ficam “envolvidos” pelo futebol, ou seja, pela rede nacional. Inclusive Debrun aponta essa como uma das razões pelas quais a sociedade brasileira não explode, apesar das suas extremas desigualdades e injustiças. Estabelece-se a fraternidade mínima. Mas o futebol não existe apenas para manipular o povo. A comunidade futebolística tem de existir antes, se quiserem tornar possível a manipulação.

A conciliação no âmbito sociocultural serviu para disfarçar o que ocorria no âmbito sócio-político. O comportamento concreto, no Brasil, correspondeu só muito parcialmente às normas democráticas. Ninguém, porém, as queria dispensar. Há sempre oscilação entre valores “proclamados” e valores “reais”. Há a dialética confusa entre a ordem e a desordem se tornando bastante difícil distinguir o lícito do ilícito.

A conciliação (sem aspas) sociocultural revestiu ideologicamente a “conciliação” (com aspas) política, embora esta constituísse mecanismo de *disciplinamento* e aquela manifestação de *relaxamento*.

Primeiro, os atores dominantes praticavam - e praticam - as duas, passando a cada instante do rigor global regente do enquadramento dos grupos subalternos, principalmente no “mundo” do trabalho, para a tolerância em relação a inúmeros aspectos do dia-a-dia. Favorece as confusões quando há reciprocidade desta para aquela.

Segundo, entre o rigor e a tolerância, a distância pode-se tornar aparentemente pequena, facilitando a visão de cooptação política com sendo algum aspecto da mistura sociocultural entre valores heterogêneos.

Terceiro, quando se passa de coesão ideológica para coerção violenta, na cooptação, esta passa a ser percebida sob o prisma do paternalismo autoritário do “pai dos pobres”, do “padrinho político” ou de algum outro Poder Moderador.

No passado, aproveitou-se da organização apenas incipiente das classes subalternas para esmagar os inconformismos ou preveni-los pelo aliciamento de certos “representantes”. Getulismo, ademarismo, janismo, lacerdismo, chaguismo, malufismo, etc. se enquadram, pela direita, em arquétipo vindo de longe na história política brasileira. Essa “conciliação” se destinava a encher os currais eleitorais.

Outra “conciliação”, contrapartida da primeira, envolvia recrutar apadrinhados “confiáveis”. Como era raríssimo encontrar parceiros dotados de igual vocação para independência e submissão, quando prevalecia os pruridos de liberdade, eles levavam de roldão a fidelidade. Logo, achou-se melhor contemplar apenas os adesistas da gema. Estes nunca advogariam a ideologia da autonomia. Por exemplo, os sarneysistas, os quercistas, os lulistas, etc. estiveram presentes na montagem periódica de quem tocava a máquina pública.

No limite, e aqui brota a ideologia propriamente dita, o fosso entre o topo e a base da pirâmide social tende a se esvaír em *clientelismo*. Cede lugar, sobretudo na mente dos mandatários, à ideia de complementaridade harmoniosa entre funções de direção e funções de execução. Para as primeiras estariam predestinados os membros da elite política, inclusive sindical e midiática, “personalidades” ou “celebridades” cuja liderança, ou melhor dito, popularidade, teria o consentimento ativo dos outros, isto é, dos “de fora”, a maioria do povo. Assim, sob o olhar observador do intelectual estrangeiro imigrante, a realidade política de cooptação perdura ao longo dos tempos em terras brasileiras.

O que faz o Brasil, Brasil?

A distância do Brasil a que a longa experiência norte-americana como professor na Universidade de Harvard e da Universidade de Notre Dame lhe conduziu, fez de Roberto DaMatta um observador crítico da sociedade brasileira e seus costumes. Ele se tornou comentador de sua própria sociedade. A partir de seu quarto livro, *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, decidiu retomar o ensaio como

instrumento de interpretação do Brasil. Publicou depois *A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*.

Ficou cada vez mais convencido de a Antropologia Social ser também código literário para se juntar a ousadia temática e a capacidade de observação e articulação, visando tornar acessível e interessante à leitura por leigos. Dado o sucesso literário, iniciou sua experiência na televisão, escrevendo e apresentando a série *Os brasileiros*. Entre aquelas duas obras mais conhecidas, ele publicou pequeno livro *O que faz o Brasil, Brasil?* (Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1984. 122 páginas), onde retoma a *questão da identidade nacional*. De saber quem somos e como somos, além de saber por que somos. Isto nos importa.

O homem tem a capacidade de saber quem ele é. A identidade social é tão importante quanto conhecer-se a si mesmo através dos outros. Passou então a ser investigação antropológicamente orientada. Como se constrói uma identidade social? Como um povo se transforma em Brasil? A pergunta permite descobrir algo muito importante. No meio de múltiplas experiências dadas a todos os homens e sociedades, cada sociedade (e cada ser humano) apenas se utiliza de número limitado de “coisas” (e experiências) para construir-se como algo único.

Sabe-se, então, ser brasileiro e não norte-americano, por exemplo, porque sabe não existir jamais um “não” diante de situações formais. Todas admitem um “jeitinho” pela relação pessoal e pela amizade. Também, porque entende ficar malandramente “em cima do muro” é algo honesto, necessário e prático no caso brasileiro. Além disso, porque sabe existir destino e, no entanto, tem fé no estudo, na instrução e no futuro do Brasil. Antes de tudo, porque é leal a seus amigos e nada nega à sua família. Sabe ter relações pessoais de modo a não lhe deixar caminhando sozinho neste mundo, como fazem os norte-americanos. Eles sempre se veem e existem como indivíduos!

A construção de uma identidade social, então, como a construção de uma sociedade, é feita de afirmativas e de negativas diante de certas questões. Tome uma lista de tudo o considerado importante e com ela se pode saber quem é quem. De acordo com os posicionamentos face a essas questões, se faz um “inventário” de identidades sociais e de sociedades. Isso permitirá descobrir o estilo e o “jeito” de cada sistema, ou seja, a cultura ou ideologia de cada sociedade.

O que faz algum ser humano realizar-se concretamente como brasileiro é a sua disponibilidade de ser assim de acordo com fórmula fornecida pelo próprio Brasil. Existem dois modos básicos de construir a identidade brasileira: *o de fazer o Brasil, Brasil...* Em um deles, utilizando-se de dados

precisos, estatísticas demográficas, sociais e econômicas. Por meio desses dados quantitativos, somos ainda uma sociedade que deixa a desejar. Já por meio de dados sensíveis e qualitativos, nos podemos ver a nós mesmos como algo capaz de valer a pena. Nesse caso, *o que faz o Brasil, Brasil* não é mais aquela antiga vergonha do regime ditatorial e do regime de alta inflação, mas sua comida, música, carnaval, futebol, saudade afetiva, etc.

Na perspectiva desse pequeno livro, a chave para entender a sociedade brasileira é dupla: de um lado, moderna, de outro, tradicional. É típica de nosso modo de vida essa capacidade de misturar e acasalar as coisas como atividade relacional, de ligar e descobrir o ponto central. Conhecemos e convivemos com suas manifestações políticas (a negociação e a conciliação) e econômicas (o livre mercado e a intervenção estatal), mas ainda não se tinha discutido suas implicações sociológicas mais profundas.

Para DaMatta, essas implicações se escondem nesta capacidade relacional do antigo com o moderno, que tipifica e singulariza a sociedade brasileira. Assim, conforme ele tenta mostrar no citado livro, “o que faz o Brasil, Brasil é uma imensa, uma inesgotável criatividade acasaladora”.

Voltando à questão do “jeitinho brasileiro”: o “jeito” é um modo e um estilo de realizar. É um modo simpático, desesperado ou humano de relacionar o impessoal com o pessoal. No caso, é mais permitir juntar um problema pessoal - atraso, falta de dinheiro, confusão normativa, má vontade do servidor público ou do usuário, injustiça legal, etc. - com um problema impessoal. Em geral, o “jeito” é modo pacífico de resolver tais problemas, provocando a junção casuística da lei com a pessoa que a está utilizando. No Brasil, entre o “pode” e o “não pode”, encontramos um “jeito”, isto é, um jeitinho que possa conciliar todos os interesses, criando relação aceitável entre o solicitante, o funcionário-autoridade e a lei universal.

Há de se descobrir um elo em comum. Vale torcer pelo mesmo time, ter um amigo comum, ser primos distantes, ou alguma instituição pela qual ambos passaram, terem nascido no mesmo Estado... Qualquer invocação de relação pessoal ou de fatores externos àquela situação poderá provocar a resolução satisfatória ou menos injusta. Atenção: o jeitinho exige não se apelar para o famoso: - “Sabe com quem está falando?” São dois polos opostos da mesma situação, aquele é o modo harmonioso, este último é o modo conflituoso.

É possível também se recorrer à malandragem: o uso de expedientes”, de “histórias” e de “contos-do-vigário”. Como seu oposto social, temos a figura do despachante. Tal como o padrinho, ele é mediador entre a lei e uma pessoa.

Ao longo deste pequeno ensaio, DaMatta demonstra a sociedade brasileira não poder ser entendida de modo unitário, na base de uma só causa ou de um só princípio social. Todos os domínios estudados se revelaram como que possuídos por lógica comum, chamada de relacional. Na política, aparece com o nome de negociação e conciliação. Na economia, surge na combinação de estatização com iniciativa privada. Na religião, aparece na mistura de catolicismo com religiões afro-populares.

Somos uma pessoa em casa, outra na rua e ainda outra no outro mundo. Mudamos nesses espaços de modo obrigatório porque em cada um deles somos submetidos a valores e visões de mundo diferenciados. Eles permitem leitura especial do Brasil como um todo. A esfera de casa inventa *leitura pessoal*; a da rua, *leitura universal*. Já a visão pelo outro mundo (religioso) é discurso conciliador e fundamentalmente moralista e esperançoso. Entre essas três esferas, colocamos um mundo de relações e situações formais. Há verdadeira obsessão pela ligação, seja em festas, seja na moralidade. É o modo de viver em sociedade tão marcada pela divisão interna.

Nada pode dar certo se a crítica social e política é sempre incompleta. Como se pode corrigir o mundo público brasileiro por meio de leis impessoais, se não se faz simultaneamente séria crítica das redes de amizades e compadrio que permeiam toda a nossa vida política, institucional e jurídica? À crítica prática com o idioma da economia e da política pelo mundo da rua, seria preciso somar a linguagem da casa e da família e, com ela, o idioma dos valores religiosos. Eles também operam e, por isso, determinam grande parte do comportamento profundo do nosso povo. Tudo isso no sentido de somar um pouco mais a casa, a rua e o outro mundo, aproximando um pouco mais essas esferas.

Sabemos, em casa podemos fazer coisas condenadas na rua, como exigir atenção para nossa presença e opinião, querer lugar determinado e permanente na hierarquia da família e requerer espaço, dado um direito inalienável e perpétuo. Em casa, somos todos “supercidadãos”. Mas, na rua, passamos por indivíduos anônimos e desgarrados, maltratados pelas “autoridades”, sem voz, enfim, “subcidadãos”. Por isso, nosso comportamento na rua (e nas coisas públicas) é igualmente negativo, transgressor, depredador, enfim, “tudo que ficar fora de nossa casa é problema do governo”!

Não ocorreu entre nós alguma revolução capaz de harmonizar ou tornar hegemônico apenas um destes eixos em relação aos outros. Vivemos em sociedade onde se tem uma cidadania em casa, outra no centro religioso e outra ainda, extremamente negativa, na rua. O discurso dominante é muito mais o da rua do que da casa. Vindo da rua, ele vem sempre dos seus

componentes legais ou jurídicos. A fala dos subordinados é muito mais o idioma da casa e da família, com apelo aos limites morais da exploração social. Já os sacerdotes produzem sempre leitura renunciatória, ou seja, discurso de “fora do mundo”. Por tudo isso, não é estranho esta sociedade ser tão fortemente motivada pelas relações e pelas possibilidades de inventar pontes entre esses espaços. Esta é a tese central dos ensaios do DaMatta.

Daí, seria importante resgatar como coisa altamente positiva toda essa nossa capacidade de sintetizar, relacionar e conciliar, criando com isso zonas e valores ligados à alegria, ao futuro e à esperança. Face ao mundo individualista, forjado pela globalização dos neoliberais, a capacidade de deslumbrar-se com a própria sociedade brasileira é algo muito positivo. Aqui, podemos sintetizar, de modo criativo e relacional, o indivíduo com as suas exigências e direitos fundamentais, com a sociedade, com a sua ordem, seus valores e necessidades.

Descobrimos: tudo pode ter o seu espaço. Trata-se de não os deixar muito separados entre si, mas sim de fazer síntese positiva. Seria preciso carnavalizar um pouco mais a sociedade como um todo, introduzindo os valores dessa festa relacional em outras esferas de nossa vida social. Nem o primado cego do *individualismo* como valor absoluto, nem tanto o primado igualmente cego da sociedade e do *coletivismo*, que esmaga a criatividade humana, sufoca o conflito real e desestimula as contribuições pessoais. Talvez o melhor seja aqui alcançar algo no meio, de modo a permitir ter um pouco mais da casa na rua e da rua na casa.

Fé em Deus e Pé na Tábua

O antropólogo Roberto DaMatta (PUC-RJ), autor de obras como “Carnavais, Malandros e Heróis” e “A Casa e a Rua”, ambos pela editora Rocco, entrevistou motoristas de automóveis, ônibus e caminhões, além de motociclistas e pedestres. Sua pesquisa resultou no livro “Fé em Deus e Pé na Tábua”, também pela Rocco.

Da pesquisa, ele deduz que o comportamento agressivo do brasileiro no trânsito reflete antigo sistema de relações sociais. Assim, as falhas de sinalização não são apenas negligência estatal e os avanços de sinal não são mera “falta de educação”. O trânsito estressante é o preço a pagar pela implantação, sobre a sociedade brasileira de matriz aristocrática, de modernidade motorizada e organizada segundo preceitos impessoais.

No trânsito brasileiro, todos enxergam os erros dos outros e exigem punições, ao mesmo tempo em que admitem flexibilizar as regras em seu próprio benefício. Para DaMatta, essa curiosidade, que poderia passar por

hipocrisia, manifesta promiscuidade entre o universo da "casa", onde as relações se dão entre pessoas conhecidas, e o universo da "rua", de relações entre indivíduos anônimos.

No entanto, economistas comportamentais sempre assumem, em seus modelos gerais, referentes a como funciona a mente humana na tomada de decisões, alguma forma de irracionalidade específica. Para se orientarem a respeito, esses economistas se debruçam sobre a extensa evidência de experiências compilada por psicólogos cognitivos sobre vieses heurísticos sistemáticos que surgem quando as pessoas formam crenças ou preferências. As seguintes heurísticas de julgamentos são gerais, ou seja, não são exclusivas dos “brasileiros”, como sugere DaMatta.

Excesso de confiança (*overconfidence*): em geral, as pessoas tendem a confiar demasiadamente na própria capacidade de tomar decisões. Há crença otimista de que são capazes de escolher melhor do que a média.

Otimismo e pensamento positivo (*wishful thinking*): a maioria das pessoas superestima suas próprias habilidades, pois se considera acima da média, o que de maneira coletiva não pode ser verdade.

Também há a *falácia do planejamento sistemático*: as pessoas predizem suas metas serem cumpridas mais cedo do que realmente são, mas sistematicamente falham em cumprir o planejado. O otimismo gera menosprezo do risco de obtenção de resultados ruins e ilude a respeito da sensação de controle sobre condições futuras. Absolutamente, não têm nenhuma ingerência determinante do resultado multicausal.

Para Roberto DaMatta, essa “questão brasileira” é sempre reiterada: não obedecer a regra nenhuma. É sinal de superioridade não obedecer e de inferioridade obedecer. No Brasil, a hierarquia retorna travestida com outras vestimentas, mas a sociedade é hierárquica. Somos sociedade de matriz aristocrática, formalmente republicana, de “republicanismo à brasileira”.

Uma das características desse republicanismo é a emergência daquilo que está recalcado: o "sabe com quem está falando?", isto é, a *hierarquia*. Não resistimos a todas as regras, e esse é o ponto teórico fundamental para DaMatta. As regras da lealdade pessoal são seguidas à risca. À regra da família, dos amigos, do compadrio, nós obedecemos rigorosamente. Mas não conseguimos obedecer à *regra impessoal*, que constitui o espaço público, no Brasil e no mundo, e é estruturante no trânsito.

Se não houver separação entre os pedestres, os automóveis e os ciclistas, isto é, faixas, sinais, placas, não há circulação de motores a explosão em qualquer cidade do mundo. Precisa haver sistema cujo

entendimento está acima das motivações pessoais, para que seja coordenado e funcione. Se temos veículos de alta velocidade e grande poder de destruição, como é o caso do motor a explosão, a situação é muito mais complexa, porque não seguir as regras implica uma sanção automática: bater o carro, ser atropelado, cair da bicicleta. Pode-se morrer, matar, ficar ferido.

A contribuição do livro, sob o ponto de vista político e teórico, segundo DaMatta, é esse desrespeito absoluto à regra no Brasil. “Como é que isso se traduz na democracia? Estamos fadados a ter ‘democracia à brasileira’. É preciso correr atrás desse problema para politizar esse nosso dado. Na medida em que politizamos a cultura, damos o primeiro passo para reconhecer nossos obstáculos. No interior da cultura, as tradições também podem ser obstáculos. Na nossa tradição, o espaço sempre foi usado a partir de repartição hierárquica, que expressa o raciocínio: ‘Todo mundo tem de sair da minha frente, sou mais importante’. A matriz aristocrática, hierarquizada, do Brasil não foi politizada o suficiente. É difícil, para nós, internalizar sistema igualitário, de movimentação de pessoas, sobretudo nas grandes metrópoles, que são necessariamente guiadas pela impessoalidade”.

Existe demanda, mesmo difusa, pela *impessoalidade*. Cada cidadão, dependendo de sua visão de mundo, entra no trânsito com “ideia particular da igualdade”. Segundo DaMatta, “você acha que, se está dirigindo e vê alguém tentando atravessar, deve diminuir a marcha e esperar. Outra pessoa pode achar que a relação é automática: quando abre o sinal, acelera e tanto pior para quem esteja atravessando. O Brasil está começando a aceitar que todos se relacionem a partir de uma mesma gramática. Há processo em marcha e ele se reflete também no trânsito. Se queremos trânsito mais organizado e seguro, temos de trazer à tona a igualdade como valor. É a pedagogia para sociedade igualitária”.

Diz DaMatta, em entrevista a Valor (14/01/11): “Pense nas pequenas atitudes que costumamos chamar de egoístas. Na verdade, são aristocráticas. Alguém vai comprar um remédio e estaciona na frente da farmácia ‘porque vai ficar cinco minutinhos’. Na cabeça dessa pessoa, todo mundo vai ficar esperando porque ‘não custa nada esperar cinco minutos por mim’, ideia derivada do ambiente familiar. Em casa isso não é problema, mas em uma avenida com várias pessoas transitando, um minuto faz muita diferença. E você tem o direito de exigir que todo mundo obedeça às regras, inclusive você mesmo. Há demanda por escapar de um sistema perigoso e mortal. (...) Para fazer funcionar coordenadamente esse conjunto gigantesco, basta apertar o pé contra o pedal do acelerador”.

O livro questiona a noção de “falta de educação”, usada para todo comportamento que desagrada. Falta de educação, do ponto de vista

rigoroso, é ausência de civilidade, ignorância. A gente usa "falta de educação" para classificar comportamento que não é igualitário, quando alguém "não pensa nos outros". Em casa, é impossível não pensar no outro. Tudo que um membro da família faz afeta todo mundo. Esse comportamento é diferente na rua; não se deve trazer o comportamento da rua para casa. Dizemos para os filhos: "Aprendeu isso onde"? Não foi em casa, o filho deve ter aprendido na rua com algum amigo. Esse padrão dúplice explica o sistema do Brasil.

Temos comportamento quase oposto em casa e fora. Se você faz ultrapassagem agressiva, depois vê que a pessoa no outro carro é um amigo, você muda radicalmente de comportamento. Se você abre a janela e coloca a mão para fora ou buzina, estabelecendo uma relação pessoal, pedindo um favor, uma deferência, para alguém deixar entrar na frente, a pessoa deixa com um sorriso. O impessoal é o incômodo. Mas impessoal, lamentavelmente, é a marca da modernidade.

A fila tem a ver com outro elemento: a espera. Quanto mais importante for a pessoa, mais ela se fará esperar. O que mais enerva as pessoas no trânsito brasileiro é a espera. Está ficando cada vez maior com os engarrafamentos metropolitanos.

Para DaMatta, pode parecer filigrana sociológica, mas não à toa dissemos "carteira de motorista", enquanto em inglês se diz "licença para dirigir". Uma licença pode ser cassada com muita facilidade, em comparação com um diploma ou uma carteira.

Precisava-se disciplinar o movimento das pessoas, introduzindo ordem. Há autoritarismo superlativo nas regras de trânsito: quando aparece sinal de "Pare", deve-se parar, pura e simplesmente. Não tem alternativa. Isso é algo ainda não aprendido pelo brasileiro em sua vida social, porque a vida social do brasileiro não se dá na base do "sim ou não". O binarismo não chegou à vida social brasileira. Ela se faz no "mais ou menos". Isto é o que se aprende em casa.

O Brasil é bom

O Brasil é meio ruim meio bom. Irrita, mas faz pensar.

Sem informações prévias sobre o livro ou o autor, fui atraído pelo título, pela capa, pelo texto da contracapa. "Usando a ironia como principal arma, e adotando o ponto de vista de seres movidos a preconceito, Sant'anna constrói um verdadeiro livro-bomba. Ao denunciar a pobreza moral da classe média e as tensões raciais e sociais em ebulição no Brasil, estes contos compõem um retrato urgente, atual e necessário do nosso país".

Pensei: necessito conhecer com maior profundidade o ponto de vista da “nova direita”. Por que surgiu essa safra de newcons [novos-conservadores] a assolarem as colunas da “grande” imprensa brasileira? Por que aquela revista de sala-de-espera conseguiu alçar aquele colunista direitista raivoso a babar vociferações contra-governo a ponto da Folha contratá-lo para completar o leque diário de ataques antipetistas?

Junho de 2013 ganhou no imaginário político da “nova direita” o papel que maio de 1968 tem no da “velha esquerda”. A explosão de insatisfações contra a vida metropolitana, na verdade, não encontra eco existencial em quem vive na paz do interior (ou em paz interior) - e não teve nenhuma raiva canalizada para a expiação. Expiação é o ato de expiar, castigo, penitência, preces para aplacar a divindade.

O Dia da Expiação era um ritual para purificação de toda nação de Israel. Para a cerimônia, eram levados dois bodes, onde um deles era sacrificado e o outro, o bode expiatório, era tocado na cabeça, pelo sacerdote, que confessava todos os pecados dos israelitas, e o enviava para o deserto, onde todos os pecados eram aniquilados. Junho de 2013 foi “O Mês da Expiação”, um ritual coletivo para “a purificação de toda nação brasileira”.

Nos 22 contos constituintes do livro “*O Brasil é bom*”, a velha classe média observa (e expressa-se no total domínio de sua verbosidade pelo autor) - apavorada e temerosa - a ascensão da nova classe média. O pânico pela chamada “proletarização da classe média”, devido à ascensão social do status dos incultos “vindos de baixo”, é verbalizado nos dezessete primeiros contos curtos de duas páginas. O consumismo é uma epidemia nociva, o dinheiro é a única coisa a mover os brasileiros e a Igreja explora os fiéis.

“O Brasil é bom. Afinal, a Amazônia não será desmatada, os deputados não são ricos nem corruptos, as obras da Copa não foram superfaturadas e não há milhares de crianças pobres dormindo na rua.”

Escrevendo em permanente tom irônico, André Sant’Anna, mergulha na crítica social da maneira mais mordaz. O problema é seu (ab)uso da ironia virar monotonia. Se usada desenfreadamente, essa figura literária por meio da qual se passa uma mensagem diferente, muitas vezes contrária, à mensagem literal, geralmente com o objetivo de criticar ou promover humor, acaba perdendo a graça.

A ironia se caracteriza pelo emprego inteligente de contrastes. Deve ser usada literariamente para criar ou ressaltar certos efeitos humorísticos, mas não pode totalizar o texto, sob a pena de qualquer comentário sério ser lido como uma afirmação irônica. É necessário controlar o uso de palavra,

expressão ou acepção de caráter sarcástico, senão acaba em pura zombaria. Não provoca o esperado contraste ou a incongruência entre o resultado real de uma sequência de acontecimentos e o que seria o resultado normal ou esperado.

Há claro descompasso entre a situação desenvolvida no drama social brasileiro e as palavras ou atos que a acompanham, os quais são entendidos pela plateia intelectual culta, mas não pelos personagens reais. O autor fica, então, a um passo do esnobismo. Adota a atitude de quem despreza o relacionamento com gente humilde e imita, de maneira afetada, o gosto, o estilo e as maneiras de pessoas de prestígio ou alta posição social, assumindo ares de superioridade a propósito de tudo. Isto está na moda, inclusive a repetição das trivialidades direitistas, entre os jovens intelectuais no País. Há um sentimento de superioridade exacerbado nesse meio.

Sant'anna demonstraria disposição de aprender com os outros brasileiros comuns caso adotasse a postura fingida para interrogar seus leitores, habilmente, fazê-los entrar em contradição e deixar bem evidente o caráter errôneo de suas concepções. Dessa postura socrática resultaria o reconhecimento pelos interlocutores da autêntica ignorância dos interrogados.

O problema é “errar-a-mão” pelo excesso. A metralhadora giratória (e descontrolada) de André Sant'Anna aponta para diversos alvos: em um momento, satiriza o discurso daqueles que se consideram “cidadãos de bem” e nutrem fantasias dignas do tempo da ditadura; em outro, critica as medidas paliativas capazes de transformar a classe C em uma horda de consumidores, dando a eles a ilusão de o país estar melhorando e de terem sido incluídos na sociedade. O resultado é uma visão pessimista e apocalíptica. Expõe os conflitos raciais e sociais do Brasil a explodir no contexto da crise mundial.

Em “*Lodaçal*”, o texto mais longo (52 páginas com longos parágrafos), dois garotos que vivem à margem da sociedade imaginam, em uma narrativa delirante, inúmeros futuros para si - todos interrompidos pela violência. Até por sua dimensão, quebra o ritmo de leitura do livro.

Não dividido, explicitamente, em partes, na “última parte” - A História da Revolução, A História do Rock, A História do Futebol, A História da Alemanha -, André Sant'anna fica a um passo de se perder em “devaneios autobiográficos”, porém foram os contos com os quais tive mais empatia. Ao escrever sobre suas memórias políticas, roqueiras e futebolísticas, no estilo “fluxo-da-consciência”, verifiquei ser ele meu conterrâneo: nasceu em 1964 (13 anos depois do meu nascimento), também na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Todas as muitas referências citadas por ele, nesses âmbitos dos

anos 70, lá, e nos anos 80 no Rio de Janeiro, são muito familiares para mim. Tive essa mesma vivência.

Então, consegui entender o ponto de vista do “*newcon*”. Além de escritor, ele é roteirista, publicitário e músico. Vive atualmente em São Paulo. No entanto, parece sofrer da Síndrome do Regresso (veja os sintomas expressos nos Comentários deste post), depois de viver na moderna Berlim, na Alemanha.

Escreve “antes que se perca de novo” nos devaneios autobiográficos. Mas reconhece: “já estou perdido nas minhas almas, desde que me tornei George Harrison, ainda criancinha”. Sonhou que ia ser um Beatle ou um craque da seleção brasileira, mas o sonho acabou... e a culpa é do Brasil!

George (redator) conheceu Pati (diretora de arte) em uma agência de publicidade no Rio de Janeiro “cheia daquela gente meio yuppie com aquelas roupas pretas abotoadas até o pescoço, falando em vinhozinho não sei das quantas, carrinhos importados, cuja compra o Collor liberaria quando fosse eleito, feriazinhas no Caribe num hotelzinho *the best*”. Pati era uma viajante loura meio hippie, alemã. “Os yuppies muito importantes daquele prédio de vidro fumê achavam essa coisa de hippie muito fora de moda e ficavam fazendo piadas com ela e pessoas que os altos criativos daquele universo esnobe e ignorante consideravam ralé”. Depois do Plano Collor, “aquela gente meio nojenta das feriazinhas no Caribe e dos carrinhos importados sendo colocada no olho da rua: bem feito”.

Todo comovido com essas (más) lembranças do Brasil, mudou-se com Pati para a Alemanha no dia da Reunificação: 3 de outubro de 1990. “De cara, um bêbado xenófobo começou a gritar comigo, me chamando de turco porco. (...) e eu passei algum tempo cabreiro em Berlim, com medo dos *neo nazi*”.

Depois de fazer amizades com a vanguarda artística, “eu fiquei muito emocionado, muito grato por estar ali, naquele momento, naquela noite, na minha Alemanha, naquela cidade que começava a ser a minha Berlim, numa época em que só eu estava conhecendo Berlim entre todos os meus amigos de vanguarda do Brasil, naquela época em que a Europa era basicamente Paris, Londres e Roma, e Barcelona, que naquela época estava entrando na moda, como Berlim está meio que na moda hoje”.

Nesse grupo de vanguarda berlinense, conhece “um brasileiro casado com uma sueca que dizia que a Alemanha era muito melhor do que o Brasil, e hoje eu também acho”. Até que “voltei para o Brasil com o peito sangrando”.

Emigração exige, psicologicamente, reunir *fatores de repulsão* a onde parte - e *fatores de atração* por onde chega. No regresso posterior, o sujeito se depara com a Síndrome: por que abandonei o Primeiro Mundo?!

“O Brasil era, e é até hoje, um lugar onde as pessoas só falam em dinheiro, só pensam em dinheiro e acham que o primeiro mundo é um lugar onde tudo é proibido. E o Brasil é a sexta economia do mundo e é cheio de criança pedindo dinheiro nas ruas, e fica essa impressão de que o Brasil é ‘grandes-merda’ só porque não deve mais dinheiro ao FMI e todo mundo tem carro e sai por aí, atropelando as pessoas, provocando uns acidentes cheios de sangue, construindo uns hotéis/resorts cafonas, emporcalhando tudo onde antes havia aqueles litorais do Dorival Caymmi e do Ari Barroso”.

A cada dia que passa, “acho que a Alemanha se parece cada vez mais com o Brasil que o Glauber Rocha queria”. O Brasil onde haveria a Revolução Eztétyka!

Portanto, *O Brasil É Bom* é “um livro que é meio complicado, meio muito louco experimental transgressor de vanguarda”, mas o que o autor está querendo dizer é: “estou de saco cheio de ser roubado no Brasil, de ser atropelado, de ouvir uns caras à tarde na televisão pedindo que no Brasil tenha pena de morte, essas baboseiras, de ir à praia com minha mulher alemã, gringa, e ficar fugindo de um monte de gente querendo vender coisas idiotas, querendo tirar algum proveito, e esses caras, coitados, nem vou começar a reclamar agora da falta de educação no Brasil, não têm noção de coisa alguma, não têm a menor ideia do que seja a Alemanha. (...) A Alemanha é muito melhor do que o Brasil. Pode crer.”

Sem dúvida. E daí? Se (re)conhecer o atraso histórico do País, uma atitude não individualista é cooperar com outros brasileiros para todos construírem uma Nação mais civilizada. Levará muito tempo. Sem dúvida. Enquanto isso, ficar expressando “o complexo de vira-lata”, fruto da “síndrome-do-regresso”, ajuda na autoestima nacional, isto é, nessa construção? Tenho dúvida...

Gosto mais da frase feita pelo maestro Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim: “Viver no exterior é bom, mas é uma merda. Viver no Brasil é uma merda, mas é bom.”

Quando lhe perguntaram porque sempre volta ao Brasil, quando podia viver sossegado nos Estados Unidos, Tom Jobim respondeu: “Volto para me aporrinhar. Para responder a esse tipo de pergunta. Para ser um dos 5% de brasileiros que pagam imposto de renda. Para perder o apetite ou morrer de indigestão. Volto porque nunca saí daqui.”

Outra de Tom Jobim: “A gente só leva da vida a vida que a gente leva.”

Quem não gosta da vida que leva, que tal mudar a vida em vez de mudar de país?

O Brasil no Mundo

Paulo Francis diz ter terminado de escrever o livro “*O Brasil no Mundo*” (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; 1985) nos últimos dias de Tancredo Neves em 1985. Remeteu os originais ao Rio em uma quinta-feira. O presidente não empossado morreu no domingo.

Ele analisa o nível ideológico das elites dirigentes, todas autoritárias, na sua opinião, apesar da desconversa oferecidas ao público por algumas, em tempos de suposta democracia, como naquele momento.

Vai a D. João Charuto, ao Cabral dos tamancos, à Contrarreforma do catolicismo, no século XVI. Esta é a mãe espiritual de líderes tão diferentes entre si como Garrastazu Médici e Leonel Brizola. Foi a mentalidade, a ideologia da Contrarreforma, a criadora da mística do “homem” todopoderoso, da distância olímpica das elites do resto da sociedade. O assunto era pouquíssimo estudado entre nós. Esperava o livro não ser tedioso para o leitor e chatear muita gente. Era sua única ambição.

Pode parecer “frio” ao leitor, particularmente o jovem, alguém terminar um livro antes de saber do fim do homem cuja promessa era levar o Brasil à prometida Nova República. Bem, ele já tinha votado para presidente em 1950, 1955 e 1960. E não tinha votado em Tancredo, cuja eleição foi indireta. As semelhanças entre as “Repúblicas” brasileiras lhe impressionavam mais em vez das diferenças...

Disse: “as oligarquias brasileiras se sentem ameaçadas por regimes de força ostensiva. Melhor jogar a culpa neles pela desesperança no país. Tancredo provou se poder “dar a volta por cima” com civilidades e promessas, sem conceder nada a quem. De resto, nunca teve nada, mas prefere ser bem tratado da boca para fora. É a história de todos os episódios de conciliação nacional. É a história do Brasil. Roda um ou outro líder. Alguns batalhões são enviados à retaguarda, as posições básicas não mudam.”

Anticomunista, Francis se gabava de morar em Nova York (“*Noviorque*”): “posso me dar a esse ‘luxo’ porque vivo do meu trabalho e não de trambiques e sinecuras do Estado, como tantos de meus inimigos e amigos, que aceitam ‘servir’ a governos, qualquer um que os queira (a esquerda não fichada pelo DOPS começou a reingressar discretamente no aparelho de poder

no governo Médici...), que lhes garanta vida sem risco e privilegiada em uma sociedade que permanece pré-científica e pré-capitalista. São todos, noto, nacionalistas.”

Assumidamente reacionário e neoliberal, Paulo Francis dizia: “Quero distância do Estado. É o inimigo. O único argumento que me seduz em favor da democracia é que possa garantir o indivíduo contra o Estado, seja pela justiça, imprensa, etc. Somos postulantes desse estado de bem-aventurança no Brasil. Conosco, até hoje, com períodos incompletos (1946-1964) de exceção, baixaram ordens do dia. O mal é de origem. A história prova.

O arranjo colonial da Inglaterra nos atuais EUA era essencialmente econômico. Os colonos que se virassem na selva, que se administrassem e que escravizassem e matassem índios por conta própria. Entregues a nós mesmos, decidindo o que fazer para vivermos uns com os outros, é mais fácil encontrarmos o toma-lá-dá do estado de direito, pelo princípio de ‘temei o próximo como a vós mesmos’”.

O colonialismo espanhol, do qual o português foi um arremedo, despachou à América Latina soldados, padres e burocratas da matriz. “Não se dava um peido real sem consultar el-rey. Há aquela história fantástica e verdadeira de que Pizarro presenteou umas esmeraldas à rainha Isabela e exigiu recibo. E da próxima vez mande o número do CPF, da carteira de identidade, título de eleitor, filiação, certificado de nascimento, e não se esqueça de reconhecer tudo em cartório. Vejam em que deu os EUA. Vejam o que demos nós”.

É esta consciência cultural do que somos o tema deste livro. O Estado nos oferecido, seja o realismo capitalista de Roberto Campos ou o realismo socialista de Ferreira Gullar, tem a mesma raiz autoritária, apesar dos rótulos acrescentados ao longo da história a sugerirem ingredientes de outra cultura. O primeiro já nos foi imposto pelas Forças Armadas, em 1964, com o forte argumento de os militares serem armados e os civis são desarmados. É irrespondível. Ninguém respondeu. Os militares só saíram porque a casa estava desabando sobre eles. Preferem, como qualquer um de nós, ver pela televisão.

“O realismo socialista é inédito, mas, ó, tão sonhado, tão renunciado pelo que se vê à nossa volta, que não requer — ainda que receba — propaganda declarada. O povo feio, doente, maltratado, pré-coerente, é tanto e tão visível a ponto de ser capaz de empolgar as fantasias das elites. A juventude de classe média imita o marginal, afetando uma maltrapillice estilizada e um vocabulário telegráfico e pornográfico. O banqueiro, em um

dia, ganha mais do que a população de várias cidades em um ano, à noite chora as desditas e celebra os sucessos de pobretões em novelas de televisão.

Comerciantes, é certo, fazem fortunas explorando esse gosto popular pelo popularesco, mas será mesmo capazes de o controlar, como muitos imaginam? O ‘mundo cão’ da cultura de massa, usada pelas elites para mantê-la onde está, a mim me parece também excitar os manipulados, porque se lhes oferece uma orgia de prestígio e de poder. Em momento algum confere com o real esqualido e miserável. Um dia podem ir além do quebra-quebra ocasional e do pedágio cobrado pelo assaltante da esquina.

Anarquia é a questão. O Estado moderno se sofisticou muito em reprimi-la pela força, ou contê-la pela persuasão adulatória, mas há gente demais solta no mundo sem serem criadas uma economia e uma ordem social capaz de absorvê-la.”

“No Brasil é diferente. Temos muito mais pessoas assim, com muito menos proteínas, e nenhuma tradição cristã ou secular de assistência social. As legiões de migrantes acampadas nas cidades médias e grandes sugerem o “Nordeste” ter mudado para cima de nós. Lampião e companheiros se reproduzem nas ruas.

Baniram a classe média das calçadas. É um estímulo à indústria automobilística, se o carro estiver no seguro. A maioria dessa gente não canta, ao contrário dos baianos na televisão. Dá dó, diminui em proporção à proximidade, aos apelos nos feito e podendo ser outra coisa, à violação imposta ao nosso conceito de humanismo, dado quem são. Em última análise, não há uma linguagem comum entre nós, nada há entre nós, exceto colisões ocasionais e o desconcertamento de um e outro. Ao se olharem, veem refletida de maneira hostil a imagem tida ou desejada de ter de si próprios.

“Nos Brasis nunca se fez o desenvolvimento possível das forças de produção — vulgo capitalismo —, nunca a maior parte da população foi integrada na modernidade urbana, industrial, onde a fartura de bens materiais é o objetivo das elites e onde predomina uma cultura secular, cuja máxima é tirar o máximo nesta vida. Padres falam da outra vida, eterna. Comunistas prometem felicidade às futuras gerações. É o mesmo papo, em essência. A diferença principal entre o caipira de ontem e o de hoje é este ver televisão nas praças públicas. Não se espanta tanto quanto imaginam nossos intelectuais. Tem uma antiga tradição de mágica.

Por que o povo chorou tanto por Tancredo? Ele não fez nada. Em dois meses de presidente eleito dizia coisas como “é preciso combater a inflação e retomar o crescimento econômico”. A maioria das pessoas não sabe o que é inflação e o PIB é aquilo tido no bolso. Tancredo lembrava um agente

funerário apresentando condolências à família do morto. Olhava sempre para o chão. Talvez fosse onde nos visse e se visse.

A presidência de Tancredo foi um arranjo entre as elites vitoriosas de 1964 e as elites derrotadas de 1964. O governo militar se desmilinguia a olhos vistos. Isto quando os militares já tinham contra eles os governos de São Paulo, Rio e Minas, a classe média a perder o amealhado no “milagre” dos anos 70, uma recessão interna insuflada pela internacional, um débito externo impagável, nos dois sentidos da palavra, uma imagem de corrupção governamental sem paralelo na história do país e uma guerra civil ativíssima nas ruas.

“É o aspecto tribal, de casta, da escolha, o meu fascínio. Sempre foi assim na nossa história. Ungidos e iluminados decidem entre eles qual lei deitar em cima de nós no berço esplêndido.

Não importa se é a batina do padre, a farda do soldado, o fraque do oligarca, ou os “três botões” do tecnocrata: *a origem de todos é a mesma*. É o que Deus quer. Padres, os primeiros iluminados, nos vetaram acesso à ciência, à revolução industrial, à ideia de liberdade política, rotineiras na Europa protestante e nos EUA – a prova de o colonialismo em si não ter sido o principal obstáculo – a partir do século XVIII.

O Brasil começou a ter precárias universidades e imprensa só a partir do século XIX. Antes, as trevas impostas, para que ficássemos a salvo da modernidade material e herética, protestante, o pensamento irresponsável capaz de atribuir ao indivíduo o direito de escolha e de organizar a sociedade experimentando e errando, em suma, o caminho da expansão e progresso das nações dominante no mundo até 1945, nenhuma católica, exceto a França, mas à custa de revoluções cataclísmicas, em 1789, 1848 e 1871. Espanha e Portugal murcharam à irrelevância sob o feudalismo forçado da Contra-Reforma católica. Aqui em casa chamamos feudalismo de latifúndio.

É o princípio da organização que conta, nem tanto o que se propõem. O positivista de fraque, o pai do tecnocrata, acreditava em ciência. A religião dele era a ciência, mas que fosse administrada por um clero secular, nada de povo, de contágios democráticos. Os iluminados sabem o que é melhor para os cegos. *Nhonhô manda, caboclo faz.*”

Se Nhonhô desse uns passes, todos comeriam e teriam “bom consumo”, o que é hoje, determinada pela televisão, a imagem mais feita de uma vida boa. Acanhado e passivo, talvez, mas o que é o tipo médio de rua, se não for bandido ou estiver bêbado ou no campo de futebol?

O que chamamos povo não conhece outra vida. Nunca atingiu o estágio de consciência capaz de lhe permitir articular interesses claros. A casta de sacerdotes, a espiritual e a leiga, brilhou na catequese e promoveu da submissão abjeta a expectativas mágicas. É uma espécie de gangorra.

O primeiro registro estatístico do Brasil é de 1600. Assinala, na Bahia e no Recife, cerca de 2 mil brancos e de 4 mil negros e índios convertidos, quer dizer, escravos também. Nada mudou, em essência, em 1985. Aumentaram “negros e índios”, tanto que podem atropelar os brancos se o controle destes fraqueja, ou, quem sabe, tangidos por quem souber ler-lhes o inconsciente cifrado em primitivismo.”

“Elites que reduzem e mantêm povos em uma prisão anímica de aferimento social estão aprontando contra si próprias uma revanche igualmente bárbara.

Democracia, que não é apenas voto popular, manipulado facilmente, mas sim a liberação das forças produtivas da sociedade, partindo do nível que se encontram, que é baixo, quando muito de subsistência, sugere uma saída entre a canga oligárquica atual, fardada ou à paisana, e a anarquia. Não é o pensamento em moda nas elites. Todas têm um plano nacional, imposto de cima para baixo, ‘pelo povo’, *à la* Pedro I, nada para o povo.

Tivemos 20 anos de tecnocracia misturada, aos poucos, ao velho cangaço de elite. A força bruta foi ocultada na nova república. As relações sociais são as mesmas do passado. Os populistas, desalojados da vida política em 1964, propõem que o Estado substitua essas velhas oligarquias. Não percebem, ou não querem ver, o que é mais provável, que trocam apenas a fachada do autoritarismo, mantendo-o absoluto.

Convenhamos, nesses 20 anos de um golpe que se propunha defender a “iniciativa privada” do comunismo, o Estado cresceu à elefantíase. Cinquenta e seis por cento da economia estão sob controle do governo, de governos, em verdade, com orçamento próprio e a autonomia que o mercado, o “tráfego”, permitir.

Em termos ideológicos, a direita de 1964 fez o trabalho prometido pela esquerda que alijou do aparelho de poder. Existe apenas a questão política de quem dirige o Estado. Este se tomou o senhor da sociedade. Disso não há dúvida. E espolia mais do que qualquer multinacional. Afinal nada precisa vender. Não enfrenta folha de pagamento. Deixa essa tarefa ao Tesouro, de que é o dono. É o círculo vicioso perfeito.

Em volta das diversas “brás” as favelas se avolumam. Montar essa estrutura de estatais custou-nos a maior parte de uma dívida externa de 104

bilhões de dólares e uma dívida interna de que se perdeu a conta. Há também a trambicagem que passa tantas vezes por capitalismo. De quando em quando a sede ao pote racha este e um pouco de água suja se esparrama à vista do público. Ninguém vai nunca para a cadeia.

Os desmandos dos estatistas e dos empresários do saque, ambos membros da mesma elite que só diverge no “*modus*” de como se ceva, não são a saída, ao menos disso sabemos, é visível a olho nu.

Um relatório do Estado-Maior das Forças Armadas, EMFA, é comentado por Paulo Francis no livro, “*O Brasil no Mundo*”, é o melhor retrato disponível do Brasil. Começa pela gabolice que de quadragésima nação industrial em 1964 passamos a ser a oitava em 1984. As próprias esquerdas, não participantes dessa jornada, dão crédito a essa sandice, a medida meramente industrial de nos colocar à frente da Suíça, Holanda e Suécia. Só quem não conhece pode imaginar à altura de meio-fio social em que está nosso país.

Vêm as más notícias do relatório. Notamos logo não ter causas específicas. São “atos de Deus”. A inexplicabilidade e a impotência da condição humana, artigos de fé da ideologia da Contra-Reforma, continuam gravadas indelevelmente na frente dos nossos generais, apesar de toda “ilustração” positivista-tecnocrática recebida na Escola Superior de Guerra (ESG).”

“Tivemos uma espécie de democracia de 1946 a 1964. Um presidente se suicidou, dois interinos (Carlos Luz e Café Filho) foram depostos, outro foi empossado pelo exército, um outro renunciou e o último subiu se traindo e ao mandato, recuperou-o e terminou também deposto. O voto direto é em muitas regiões dirigido a *quem nhonhô manda o caboclo votar*, e em qualquer parte a maioria das pessoas não sabe do que estão falando os candidatos (nem estes dizem o que pensam...).

Ainda assim foi um processo educativo. Educação implica tentativa e erro até que se atinja a maturidade. Talvez o Brasil descrito pelo EMFA já esteja tão dilapidado, material e humanamente, que a alternativa seja a anarquia ou o estado de botina permanente na face do povo.

Talvez. Os homens não se criam problemas que não possam resolver. A democracia postiça, meia-confecção, precária pelos assaltos que sofre dos ditatoriais, ao menos permite que se proteste e se proponha formas de vida civilizada. É verdade que quem propõe se arrisca a ser desdenhado pela horda, que quer apenas seguir o líder, ou a ser suprimido pelo próximo – inevitável? – regime de força.

Pode ser também que um número razoável de espíritos livres se faça ouvir acima e à margem da incompetência das oligarquias sentadas sobre o país desde que ganhou identidade. Espíritos livres garantiram os direitos do homem na Revolução Francesa, em 1789. A ideia permanece viva apesar de achincalhada “n” vezes em todo o mundo. Divulgar essa ideia é um princípio.

Nova York, julho de 1985”

Por que o Brasil é um País Atrasado?

Golpe mesmo não aconteceram em 1964 ou 2016, como a esquerda diz. Em 1889, aí sim, cabe usar o termo sem medo de cometer incorreções históricas, diz Luiz Philippe de Orleans e Bragança, trineto da Princesa Isabel, tetraneto do Pedro 2º, pentaneto do 1º e hexaneto de dom João 6º.

“É quando você tem o golpe da República. Foi um retrocesso, aí você tem a ditadura militar”, afirma sobre os primeiros anos do Brasil pós-regime monárquico, sob tutela primeiro do generalíssimo Deodoro da Fonseca, depois do marechal Floriano Peixoto.

Por uns dias, Luiz Philippe virou o “plano B” de outro egresso da carreira militar, Jair Bolsonaro, cuja casta de guerreiros-militares é vista com ressalvas pelo membro da família real.

O presidencialável precisava escolher um vice, e outros nomes cogitados não aceitaram a “queimação do filme”. Casos do pastor conservados Magno Malta, do astronauta financiado pelo setor público para acabar em atividade privada, Marcos Pontes, do general Augusto Heleno, cujo partido recusou, e da jurista-golpista (e escrota) Janaina Paschoal. O jeito foi colocar um general direitista - o general Antônio Hamilton Mourão - como vice. De cara, declarou o problema do Brasil é ter herdado a “indolência” dos indígenas e a “malandragem” dos africanos.

A simpatia em torno de Luiz Philippe, eleito para uma vaga na Câmara dos Deputados pelo PSL de Bolsonaro, se deu em grande parte porque:

- 1) Credenciais conservadoras ele liderou um movimento pelo golpe contra a Presidenta eleita Dilma Rousseff (PT);
- 2) Seria um bom contraponto ao estilo grosso de Bolsonaro. Enquanto o deputado polemiza com frases como “se o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele”, o príncipe é um “lord”. “Meu autêntico é ser formal pra c...”, ele afirma ao jornal para completar o palavrão.

Pelo ativismo político ultraconservador este Orleans e Bragança ganha projeção. Lá pelo fim de 2014, ele ajudou a fundar o Acorda Brasil, um dos movimentos que tomaram as ruas para derrubar a petista Dilma (missão completa dois anos depois).

Um dos bodes-expiatórios, para o monarquista Luiz Philippe, segundo o próprio, é a "burocracia petrificante" no país. Uma síntese desse seu pensamento está em seu *"Por Que o Brasil É um País Atrasado?"* (ed. Novo Conceito, 2017): "Um Estado totalitário buscará dominar todo o ecossistema político. Ele será limitado apenas pela eficácia do governo e da burocracia".

O viés de seu movimento conservador e monarquista, afirma, "é reformista, para reformar o Estado". Em sua opinião estúpida, "precisa meter menos o bedelho tanto na economia quanto na família brasileira".

Ele é ultraliberal quanto a desejar um Estado mínimo, mas zela por valores conservadores, como o repúdio ao aborto ("é infanticídio"). "E o conservador preza pela não intervenção do Estado na família."

Filho de militar, Luiz Philippe nunca foi de esquerda, mas também não era muito engajado. Por anos trabalhou e estudou fora: um mestrado em Ciências Políticas na Universidade Stanford, onde aprendeu que marxismo e nazismo eram "duas ideologias de esquerda" [?!], e depois passagens por dois bancos de investimentos (JP Morgan e Lazard Frere) e um cargo de direção na Time Warner.

Voltou ao Brasil e, em 2005, quis empreender. Gostava de motos desde que um tio lhe ensinou a pilotá-las, ainda na infância. Abriu, então, um negócio de motopeças. Ele já se sentia "asfixiado" pelos entraves burocráticos em seu país natal. A gota d'água foi 2014, quando o governo Dilma Rousseff emplacou a narrativa de que a economia nacional ia bem, obrigada.

"Alguns falando que o Brasil vai crescer, e eu, pequeno empresário, falando 'não está tudo bem, tem uma alta inadimplência [em seu ramo]." Luiz Philippe viu de longe "o sinal da recessão". Dito e feito.

"Decidi agir", ele conta no saguão de seu prédio nos Jardins, bairro nobre de São Paulo. Passados dois anos, no entanto, acha que o ativismo direitista está dando sinais de desgaste. "É perda de tempo e dinheiro."

Daí justifica seu oportunismo uma guinada para a carreira partidária, onde ganhará dinheiro fácil sem trabalhar, só discursando impropérios. O príncipe participou da fundação do Partido Novo, mas não lhe agradava a falta de um posicionamento mais forte sobre questões como o aborto. Pulou para o PSL do candidato boçal.

Ele elogia a dobradinha presidente-vice que vingou em sua nova legenda, Bolsonaro-Mourão. Seria uma "chapa boa para romper com a narrativa" de que os militares são uma chaga nacional. Uma oportunidade de aplicar o "mote progressista de incluir minorias", diz, incluindo "militares e liberais" nesse pacote.

Luiz Philippe pensa um pouco ao ser questionado sobre um tema caro ao clã Bolsonaro, 1964: golpe ou revolução? "Engraçado: qual a ideia aqui, se houve golpe ou não, se foi ditadura ou não? Vai haver um amplo debate." O caso chileno lhe parece mais claro: Salvador Allende foi assassinado, e o general Augusto Pinochet "começa e termina como ditadura de uma pessoa só".

No Brasil, não. "Aqui houve o impeachment do Jango." [Golpe virou *impeachment*?!] E depois disso, continua, "um regime rotativo de presidentes militares". [Ditadura militar virou regime rotativo?!] Para defensores do regime militar, João Goulart foi retirado do cargo de forma legítima, ao contrário do que dizem especialistas.

O que é indiscutível, segundo Luiz Philippe, é o valor da monarquia. Um país regido por apenas três poderes e com foco no presidencialismo, caso do nosso, não tem como dar certo. "O regime monárquico é uma ótima pedida para a sociedade brasileira. Foi fundamental [no passado]. Não reconhecer é dar um tiro na sua própria cidadania."

Em sua opinião, o Brasil perdeu uma bela oportunidade no plebiscito de 1993. Ele tinha feito 24 anos no mês em que os eleitores puderam escolher entre monarquia ou república e parlamentarismo ou presidencialismo. Venceram as segundas opções.

"A história é simples", diz Luiz Philippe. A Globo era a favor do sistema vigente e fez uma campanha pesada para que tudo continuasse como estava. "Colocou na Sessão da Tarde 'Sinhá Moça'", afirma —a reprise da novela de 1986 aconteceu, na verdade, no Vale a Pena Ver de Novo. Para ele, a emissora foi bem-sucedida ao "falsamente vincular o sistema monárquico com a escravidão", tema do folhetim. "Foi a coisa mais covarde e desinformante que eu vi."

Um adendo que o príncipe faz por WhatsApp, no dia seguinte à entrevista: "Vale lembrar que meu pai renunciou aos meus direitos dinásticos antes de eu nascer. Portanto, não tenho qualquer legitimidade de ser rei se por um acaso esse tema ressurgir". Sua Majestade Imperial, nesse caso, seria um tio seu.

Em busca do entendimento da complexidade brasileira também li o livro desse monarquista conservador e parlamentarista, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, “Por que o Brasil é um País Atrasado?”. Ele é oportunista, mas não tão burro como seu candidato. Espelha a diferença de formação entre a casta dos oligarcas dinásticos e a casta dos guerreiros-militares. Resumo abaixo a essência de seu pensamento monarquista.

“No conceito que se tornou clássico no Ocidente, desenvolvido pelo jurista e economista alemão Max Weber (* 1864 - † 1920), um dos criadores da Sociologia, Estado é a instituição que concentra uma sociedade, dentro de um território específico (pátria), e detém os poderes de legislar e reprimir.

O modelo de Estado como o conhecemos necessita ainda que haja um sistema unificado de coleta de impostos e um conjunto de crenças entre os cidadãos - como a de que alguns valores fundamentais os unem, bem como a noção de que existe uma história ou características comuns que os assemelha a seus concidadãos e os separa dos demais. Estado, no caso, se refere a todos os agentes políticos, às instituições públicas, aos seus princípios e leis de regimento sintetizados, na maioria dos casos, em uma Constituição; ele inclui o governo e a burocracia que regem um povo num determinado território.

Tudo isso começou a se estabelecer na Europa com a dinastia dos Tudors, na Inglaterra; com os Habsburgos, na Espanha; e com os Bourbons, na França. Esses foram os governantes que conseguiram estabelecer um controle político, econômico e judicial centralizado acima do poder dos vários duques, além de definirem fronteiras delimitadas. Eles conseguiram, ainda, reduzir o poder de outras instituições, como a Igreja, e de grupos como a nobreza. Posteriormente, com o enfraquecimento do absolutismo - a noção de que o poder do rei seria absoluto, de que ele próprio seria o Estado -, surgiu outro braço fundamental do Estado moderno: a burocracia.

O que é burocracia? O termo remete àquelas chateações sem fim a que somos submetidos em repartições públicas, cartórios e escritórios de despachantes. Porém, burocracia é algo que vai muito além das formalidades com papéis, assinaturas e carimbos. Popularmente, quando falamos em burocracia, hoje em dia, é sempre como sinônimo de coisas que não funcionam ou, quando muito, funcionam mal. O termo é usado para sinalizar que o Estado ou o governo está atrapalhando a vida do cidadão.

Em Sociologia, no entanto, a criação da burocracia é um acontecimento importantíssimo. Ela é a estrutura organizativa caracterizada por regras e procedimentos explícitos e regularizados, por uma divisão de responsabilidades e especialização do trabalho, hierarquia e relações

impessoais. Em suma, é a instância que aplica as regras estabelecidas pelo Estado de acordo com sua Constituição.

A burocracia é constituída de técnicos que administram as diversas áreas do Estado. Esses técnicos, na maioria dos casos, não são eleitos - e, alguns cargos, são nomeados pelo governo para dirigir algumas áreas-chave para implementação de projetos do governo. Os técnicos de carreira profissional não têm mandato e podem perdurar por vários governos.

No entanto, como veremos mais adiante, a burocracia pode exercer um poder igual ou maior que o do governo. Por isso que diversos países optam por uma constituição que dá poderes ao governo de limitar o poder da burocracia, e vice-versa. É um jogo de forças essencial ao equilíbrio de forças públicas que agem dentro do Estado.

Tudors, Habsburgos e Bourbons ajudaram a estabelecer os Estados europeus como os conhecemos hoje, mas você pode ter certeza de que, na era do absolutismo, eles eram avessos à ideia de ter governos de pessoas desassociadas das famílias fundadoras.

Hoje em dia, o termo “governo” se refere ao agente político eleito para administrar as instituições do Estado durante determinado período. Observe que governo é transitório, ao passo que Estado é atemporal. Governos podem afetar a maneira como o Estado se organiza. Eles podem, até mesmo, mudar completamente a visão e certas regras fundamentais do Estado. Este, por sua parte, limita os poderes dos governos assim como determina que tipos de governos podem surgir para sua regência.

Enquanto Estado é uma estrutura mais ou menos permanente - e vale lembrar que o “mais ou menos” é porque nada na história é imutável -, definida pelo conjunto de instituições públicas que representam e organizam a população que habita o seu território, governo é uma composição transitória que o administra. Escolas, hospitais, prisões, Exército e polícia, por exemplo, são instituições de Estado gerenciados pelo governo em exercício naquele período.

Governos são impermanentes, e num país com sistemas democráticos de eleições frequentes, são especialmente transitórios. No Brasil, podem durar apenas quatro anos - às vezes, até menos, a depender do comportamento dos políticos e do anseio popular. Durante a sua vida, você poderá testemunhar governos com propostas completamente diferentes, mas, a priori, o Estado não deveria sofrer muitas alterações.

Para simplificar, governo é aquilo que elegemos a cada quatro anos, que às vezes muda de slogan e de lado. Já Estado é o aparato permanente

que esses governos administram. É importante distinguir isso porque há países com estruturas de Estado que separam nitidamente o que é Estado e o que é governo, que o povo sabe distinguir - e cobrar de acordo.

No entanto, em países presidencialistas como o Brasil, a distinção entre Estado e governo não é clara. Acrescente a isso o fato de que a maioria dos presidentes de países presidencialistas tem todo o interesse de se perpetuarem no poder ou de perpetuarem suas políticas de governo além de seus mandatos. Para tal objetivo trabalham para tornar uma política temporária de governo em uma política permanente de Estado.”

Luiz Philippe de Orleans e Bragança almeja sua dinastia voltar ao comando do Estado brasileiro e dar a palavra-final em matérias governamentais. No fundo, resgata as palavras de seu antecedente D. João VI ao deixar o país e voltar para cuidar dos interesses dinásticos em Portugal, ameaçados por uma insurreição republicana: “Pedro, se o Brasil se separar, antes que seja para ti, que há de me respeitar, que para algum desses aventureiros”. O Brasil era (e é visto) visto como uma propriedade familiar.

O núcleo de seu pensamento monarquista conservador e antipopular está sintetizado no seguinte parágrafo com sua defesa de uma Constituição brasileira “com viés liberal, limitador de interferências de governo e burocracia, como a de 1824 e 1891” [Curiosamente, a primeira sofreu um golpe de D. Pedro I e a de 1891 foi a primeira da República, imposta sob um regime militar.]

“Considerando que a maioria das constituições dos países de Primeiro Mundo foram criadas em circunstâncias de alta instabilidade política, com sociedades em franco despreparo para recebê-las, vale o paradoxo que a mudança para um sistema ‘de baixo para cima’ advém da mudança no atual sistema ‘de cima para baixo’. Essa visão propõe uma alternativa prática e controlável contrária a muitos autores fiéis do argumento de que a transformação cultural deve vir antes.” [Trecho de: Luiz Philippe de Orleans e Bragança. “*Por que o Brasil é um País Atrasado?*”]

Todos Contra Todos: O Ódio Nosso de Cada Dia

Leandro Karnal, no livro “*Todos contra todos: O ódio nosso de cada dia*”, diz ter havido uma regra desde o golpismo instalado após a reeleição da Dilma: “Não apenas me oponho a você, mas você é o obstáculo para o progresso brasileiro.” Ou: “O Brasil seria um bom lugar se você não existisse.” Daí cresce o ódio diante das mazelas políticas, porque se interpreta tudo de ruim a ocorrer no Brasil nascer do outro.

Em determinado momento do processo de golpe contra a Dilma, Karnal disse nas redes sociais e em palestras que ele seria a pessoa mais feliz do momento se acreditasse a corrupção no Brasil estar ligada, exclusivamente, a uma pessoa ou a um partido. Algo tão óbvio poderia ser considerado uma platitude. No entanto, foi atacado por centenas de pessoas, acusando-lhe de ser pró-governo Dilma e um petista.

Caiu o governo do PT, subiu o grupo oposto, e as denúncias de corrupção continuaram. É evidente a corrupção não ter terminado com o rito aparentemente legal do impeachment. Apesar de todos os governos terem casos de corrupção - Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer - Karnal estava dizendo os atos corruptos, denúncias e escândalos não se restringirem a um partido, ainda se, eventualmente, um ou outro partido se destacassem em dado momento.

Mas a corrupção é institucional e endêmica. Portanto, não seria a solução a queda de uma pessoa para resolver o problema da corrupção.

Hoje Karnal gostaria de entrevistar aquelas pessoas acusadoras dele ser pró-governo e perguntar: “Você viu que eu tinha razão? Que a corrupção não estava concentrada num partido?” Provavelmente, porém, essa pessoa responderia “não”, e acusaria ele continuar trabalhando para aquele partido por dizer algo desse gênero. Afinal, não há racionalidade nessa polarização. A discussão política no Brasil de hoje tem o patamar da irrelevância para quem espera uma discussão política verdadeira.

Debater sua posição partidária ou ideológica é como se fosse um corintiano/atleticano/flamenguista/colorado discutindo, respectivamente, com um palmeirense/cruzeirense/pó-de-arroz/gremista, e passassem a tarde dizendo por que seu time é melhor. Quem já ouviu falar de algum torcedor, após ouvir a exposição apaixonada do outro, dizer: “É verdade, eu nunca tinha me dado conta desse ponto de vista. Vou mudar de time...”?

É tão idiota e violenta a discussão política a ponto de não se poder classificá-la como discussão política. É apenas a disputa de um espaço de narciso para a base. O que se discute na rede social não é o golpe ou não golpe, mas é se eu sou mais inteligente que você, se eu sou melhor que você - e se você é idiota. Esse ódio “psicologizante” da base e esse ódio “politizante” do topo, relacionados a poder e subjetividade individual, é um jogo de cartas marcadas com o qual ocorre o debate político.

O problema da polarização é ela não pensar. A polarização adjetiva. No momento da acusação de alguém por ser “petralha” ou “coxinha”, deixa-se de pensá-lo como um ser humano dialético, contraditório, orgânico, em evolução. Para de discutir as suas ideias e apenas o rótulo. A polarização é

burra. Mas ela vem acompanhada de uma coisa ainda pior: a vontade de eliminar o oponente. Ou seja, nem lhe escuta. Nem quer saber o que ele tem a dizer.

“No Brasil não ocorre debate político, e sim troca de insultos, palavrão, incapacidade de ouvir qualquer outra questão. Ninguém ouve ninguém nesse momento. Por isso é possível supor que todo ódio político brasileiro, que começou nessa fase e não terminou, possa ser visto como uma cortina de fumaça contra algo maior. Enquanto as pessoas se matam, eu sigo com meu esquema. Não sei qual é esse esquema na teoria conspiratória, mas é uma cortina de fumaça. Ou seja, discutam o que é secundário.”

A Política é um exercício de distribuição e controle do poder. Para isso, impôs-se, há algum tempo, a necessidade de elaborar o discurso do bem coletivo. “Eu quero me candidatar para fazer o bem para o Brasil.” Não significa que alguns políticos não pensem dessa forma. Alguns políticos podem pensar no bem comum, no interesse público e nos benefícios públicos, mas mesmo esses estão inseridos em um jogo maior. Esse benefício é uma face importante de um jogo de poder.

As redes sociais empoderaram pessoas. Muitos passaram a se achar agentes políticos. Hoje o discurso de politização é maior se comparado ao passado. Mais gente discute política. Mais gente, de fato, pensa politicamente e expressa a sua opinião. As redes sociais são um fato novo. Tudo é divulgado, incluindo coisas verdadeiras e coisas falsas. Muita gente dá opinião, e essa opinião é imediata e forte.

O problema é haver dezenas de milhões de pessoas sentindo uma *proletarização* ameaçadora de produzir uma volta à sua situação anterior. Essas pessoas precisam atribuir sua proletarização a uma força distinta externa a si. Achar um bode-expiatório.

A rede social e a instabilidade econômica produziram um ódio enorme. O problema não é eu ter voado sistematicamente de classe econômica e agora ter direito à executiva ou à primeira classe. O problema é eu ter chegado à executiva e à primeira classe e agora me dar conta de precisar voltar à econômica.

Se há um componente racional dessa crise, parece a crise nos ter tornado mais éticos, porque no início da Era FHC, surgiram os imensos escândalos das privatizações. Hoje, dada a memória curta nacional, as pessoas esqueceram. Da mesma forma como hoje, surgiam os indícios de ter sobrado dinheiro para o político, o empresário e ainda para a ascensão social. A festa era paga para o honesto e o desonesto. Na Era Lula, continuou. Agora, quando não há mais dinheiro, nem para o empresário, nem para o corrupto,

nem para o trabalhador, eu preciso achar alguém para culpar. A disputa fica mais feroz.

Não éramos tão zelosos da ética pública quando houve o escândalo da Coroa Brastel, da poupança Delfim ou das polonetas no regime militar. Até porque não podíamos ser, não sobrevivia quem fosse.

Não éramos tão zelosos da ética pública quando pessoas tradicionais de São Paulo roubavam, como Ademar de Barros. Tinha a fama de ser corrupto, mas produtivo. Fama herdada pelo ex-governador Paulo Maluf. Mas esses episódios e personagens não causavam tanto ódio. É muito curioso. Existem antimalufistas, mas a rede social não é dominada pelo ódio contra os malufistas, ou contra os “ademaristas”. Pelo contrário.

Quando, supostamente, um grupo novo passa a ser culpado pela corrupção - com ou sem razão - e junto vem a crise, a questão incomoda. O moralismo de classe média tem essa base terrível: ser parte resistência social, parte resistência à mudança do padrão do corrupto brasileiro. É um mistério para Karnal alguns governantes, como Maluf, com casos comprovados de corrupção, julgados, não tenham contra si a mesma carga de ódio destinada a outros igualmente acusados, mas sem comprovação ou julgamento.

Todo ódio tem um traço do nosso *narciso infantil*. O mundo deve concordar conosco e, quando discorda, ele está errado. A democracia é boa sempre quando consagra meu candidato e minha visão de mundo, mas é ruim, deformada ou manipulada quando diz o contrário. Acredita-se em dado informado por um instituto de pesquisa de opinião, mas o considera comprado quando diz o contrário.

Não há coerência ou consistência no discurso de ódio. É emocional ou não racional.

Como Conversar Com Um Fascista

Sinais do nosso tempo: o livro de Márcia Tiburi (1970-), “*Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*” (1a . ed. - Rio de Janeiro : Record, 2015) tornou-se um *best-seller*. Seus textos - artigos publicados na revista Cult - têm um propósito filosófico-político: pensar com os leitores sobre questões da cultura política experimentada diariamente, de um modo aberto, sem cair no jargão acadêmico. O jargão assombra muita gente leiga, limitando o alcance público da reflexão.

A Filosofia é feita com a linguagem. Ela é um acontecimento da linguagem. A linguagem disponível é a “língua de todo mundo”, aquela usada diariamente para nos comunicar e nos expressar. Mas existe um jeito de reunir os “jogos de linguagem”, um elemento que constrói o “comum”: *o diálogo*.

Talvez isso que atraia leitores para o livro. Insistir em uma “filosofia em comum” com seus pares: gente do lado, na gana de fazer oposição desenfreada a um governo capaz de alcançar o quarto mandato eleitoral, passou a ter um comportamento fascista. Quando a conversa não é um simples consenso, é necessário muito esforço para obter diálogo.

Porém, a formação da subjetividade para o diálogo é algo importante quando desejamos uma sociedade democrática, quando o autoritarismo cresce e aparece. *Diálogo é a forma específica do ativismo filosófico*. A democracia salvaguarda os direitos e impede a violência. Está ameaçada em todos os espaços da cultura, das instituições e do cotidiano. Não podemos fingir de “nada estar acontecendo”, enquanto muitos descobrem essa verdade na própria pele.

“O pensamento não é neutro: ou ele é confirmação do estado de coisas, ou é crítico e transformador das subjetividades na direção de um pensamento lúcido entrelaçado a práticas lúcidas em tempos obscurantistas.” Em nome disso o livro de Marcia Tiburi, “Como conversar com um fascista”, foi escrito.

Na ótima Apresentação feita por Rubens Casara, ele afirma as diversas manifestações neofascistas e o crescimento de posturas autoritárias indicarem não haver razão para temer “o ovo da serpente”, simplesmente, porque a serpente já existe - e está dentro de cada um de nós. Em outras palavras, há uma tradição autoritária, uma cultura, propícia a colocar cada um na posição de um fascista em potencial.

Esse “fascismo potencial” está presente no psiquismo de cada indivíduo. Faz as práticas fascistas serem facilmente naturalizadas. O fascismo, porém, não necessita de racionalizações, pois, ao contrário, ele se alimenta de preconceitos sem suportar qualquer juízo crítico. Portanto, esses “dados sem argumentos” tornam-se aptos a serem incorporados por todos e, com mais facilidade, pelos mais ignorantes. Não aceitam contra-argumentos, eliminados a priori.

Fascismo, aliás, é uma palavra que precisa ser bem compreendida. Ela se origina de *fascio* (do latim *fascis*), símbolo da autoridade dos antigos magistrados romanos. Utilizavam feixes de varas com o objetivo de abrir espaços para passarem, ou seja, constituía um exercício de poder sobre o corpo do indivíduo a atrapalhar seu caminho. Nada tão expressivo,

recentemente, foi a “condução coercitiva” mandatória do juiz Sérgio Moro para inúmeros “suspeitos”, inclusive gente homônima de “suspeito”! Ficou evidente, para a opinião pública ilustrada, a exposição midiática desse comando sob vara, exercido contra um ex-Presidente da República, como um *ato fascista*.

Desde sua origem, os feixes de varas eram instrumentos a serviço da autoridade. Passaram a ser utilizados como símbolos do aparelho judiciário. Aqui, ele não se coloca sob poder do Estado de Direito ao ficar sujeito ao humor autoritário de um juiz de comarca. Durante o regime fascista italiano, considerado o Fascismo Clássico, essa insígnia foi recuperada com o objetivo de simbolizar a força em torno do Estado.

O fascismo recebeu seu nome na Itália, mas Mussolini não ficou isolado como um caso único. Diversos movimentos semelhantes surgiram no pós-guerra com a mesma receita: uniam *voluntarismo, pouca reflexão e violência contra seus inimigos*.

Hoje, existe(m) fascismo(s) para além do fenômeno italiano. O fascismo é um “patrimônio” de teorias, valores, princípios, estratégias e práticas à disposição dos governantes ou de lideranças de ocasião. Lideranças oposicionistas fascistóides podem ser fabricadas através dos meios de comunicação de massa. “Celebidades” coxinhas estão sendo alçadas ao Poder pela mídia, seja nos *States*, seja em Sampa...

Para seus idealizadores e teóricos, o fascismo era uma ideia política com peso semelhante ao do socialismo ou do liberalismo. O discurso legitimador das práticas fascistas é de sua ideia fundamental, dirigida a essa prática, não ter surgido de abstrações teóricas, mas sim da necessidade de ação e da vontade de conquista do Poder por meios violentos e não democráticos.

Hoje, em regra geral, a pessoa fechada ao diálogo só sabe xingar O Governo (PT, Lula e Dilma), mas não se assume como uma fascista. Os neofascistas se contentam em disseminar o ódio contra o existente (*establishment*) para conquistar o poder e/ou impor suas concepções de mundo, sem maiores preocupações com a formulação de um projeto alternativo viável para o País.

Por vezes, ressalta Casara, apostam em projetos reacionários de retorno a um passado mítico (“a ditadura militar”) marcado por desejos de “ordem” e “pureza”. Na verdade, é uma representação a funcionar como uma “fantasia”, capaz de dar conta e suporte ao desejo fascista de “ordem imposta de cima para baixo”.

O fascismo possui inegavelmente uma ideologia: *uma ideologia de negação*. Nega-se tudo, desde as diferenças individuais, as qualidades de quem se opõe, as conquistas históricas da cidadania, os conflitos de interesses sociais, etc.

Principalmente, salienta Casara, *nega-se o conhecimento*. Em consequência, os neofascistas tupiniquins recusam o diálogo capaz de superar a ausência de saber. Vociferam: “morte à inteligência!” Pautam-se por serem contra o intelectualismo.

O fascismo é maniqueísta, tipo pensamento preto ou branco, não aceita nuances. A ideologia fascista, além de nublar a percepção da realidade, produz efeitos concretos contrários ao projeto constitucional de vida democrática para o País.

Os fascistas, talvez não saibam o que (e quem) querem para governar o Brasil, mas sabem bem o que não suportam. Não suportam a democracia, entendida como concretização dos direitos fundamentais de todos, como processo de educação para a liberdade, de sucessão - e possibilidade de alternância - de governos através de eleições, de limites ao exercício do poder e de substituição da força pela persuasão.

Essa mistura de pouca reflexão e recurso à força como resposta preferencial para os mais variados problemas sociais produz reflexos em toda a sociedade. O fascismo, nesse particular, aproxima-se dos fundamentalismos religiosos. Ambos são marcados pela ode à ignorância. A religião é vista pelas pessoas comuns como verdadeira, pelos inteligentes como falsa, e pelos governantes como útil, disse Sêneca.

No fascismo, há uma tentativa de edificação de um Estado totalitário, no caso brasileiro atual, via Poder Judiciário, isto é, um Estado capaz de se sobrepor ao indivíduo a ponto de anulá-lo. Não por acaso, a intolerância torna-se uma constante, o que leva à repressão da diferença.

Assim, é natural sexistas e homofóbicos identificarem-se com projetos neofascistas. Nega-se, portanto, a alteridade e acentua-se a preocupação com os “inimigos”, todos aqueles críticos e incapazes de acatar as posições dos fascistas.

Outra característica marcante é o fato do fascismo se apresentar como “um fenômeno natural”. O fascismo e as práticas fascistas aparecem para os seus adeptos, principalmente no caso de ex-militares, como consequências necessárias da vida em sociedade. Nessa visão da caserna, esta estabelece, naturalmente (sic), uma relação entre homens dominantes de outros homens através do recurso à violência.

Assim, como toda forma ideologia, o fascismo não é percebido como tal por seus agentes: tem-se, então, a naturalização de práticas fascistas, mesmo em ambientes formalmente democráticos. Mas o fascista desconfia do conhecimento, tem ódio de quem demonstra saber algo possível de afrontar ou se revelar capaz de abalar suas crenças. Veja os notórios casos de hostilidade aos “professores de Universidades públicas”, nas quais a seletividade pelo saber é mais exigente. O despeito é fragrante em relação aos indivíduos com saberes não aprendidos pelo neofascista.

Ignorância e confusão pautam sua postura na sociedade. O recurso a crenças irracionais ou antirracionais, a criação de inimigos imaginários com a transformação do “diferente” em inimigo, a confusão entre acusação e julgamento são sintomas do fascismo. Só poderiam ser superados se o sujeito estivesse aberto ao saber, ao diálogo revelador de diversos saberes.

O acusador – aquele indivíduo com o dedo apontado a atribuir responsabilidade irresponsavelmente – se transforma em juiz e o juiz se torna mero acusador, isto é, o inquisidor pós-moderno. Tudo isso está sendo presenciado, cotidianamente, na atual cena brasileira.

Ao lado do ódio ao saber, o fascista revela também *medo da liberdade*. O fascista desconfia, não sabe como exercê-la - e não admite outros saberem ou tentarem! Esta é a razão pela qual aceita abrir mão da liberdade e quer o fim da liberdade alheia para fundir-se com um movimento, um grupo, ou uma instituição fascista.

Almeja alguém “salvador-da-pátria” a fim de adquirir a força bruta. Acredita ela ser necessária para resolver seus problemas, por exemplo, desemprego por incompetência, e os problemas – reais ou imaginários – vislumbrados na sociedade. Clama então pela volta da ditadura militar!

O fascista apresenta compulsão à submissão e, ao mesmo tempo, à dominação. Ele é um submisso a demonstrar dependência com poderes ou instituições externas, mas, ao mesmo tempo, desejoso de dominar terceiros e eliminar os diferentes. Ele é um masoquista e um sádico. Não hesita em transformar o outro em mero objeto e goza ao vê-lo sofrer.

Diante dos riscos do fascismo, o desafio é confrontar o fascista com aquilo para ele insuportável: o *outro*. O instrumento? O diálogo, na melhor tradição filosófica atribuída a Sócrates. Metaforicamente, isso significa quebrar “o ovo da serpente” capaz de conduzir nossas vidas ao fascismo. Mas também, o que é ainda mais difícil, ajudar o outro, aquele identificado como fascista, a destruir a sua serpente a desovar!

Este é o objetivo do diálogo proposto pela filósofa Marcia Tiburi em suas reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro.

O Quarto Poder: Uma Outra História

Reproduzo abaixo um trecho do livro de Paulo Henrique Amorim “*O Quarto Poder: Uma Outra História*” - um subtítulo muito bem escolhido, pois resume bem seu conteúdo: uma imperdível história da manipulação de informações pela mídia brasileira:

“Este livro dá opinião.

Mas, procura evitar, porque prefere informação a opinião.

Opinião, mesmo, dou em meu blog *Conversa Afiada*.

Este livro trata do PiG, Partido da Imprensa Golpista, expressão que difundi no *Conversa Afiada*.

O PiG é composto de O Globo, Folha, Estadão e seus subprodutos.

A Abril não é propriamente do PiG, porque a “aristocracia” do PiG jamais aceitou os judeus italianos da Abril em seus salões.

A Abril e a Veja se incorporavam ao PiG por interesse. E pelos mesmos interesses eram aceitos, desde que ficassem na “cozinha”.

Outro trecho revelador de Paulo Henrique Amorim está no capítulo do livro “*O Quarto Poder: Uma Outra História*” intitulado *Jornalismo de economia: ralo e falso*.

“O jornalismo brasileiro é tão falso quanto a elite de que pretende fazer parte. Em especial o de Economia.

Fui convidado a escrever sobre o assim chamado “jornalismo de Economia” que se pratica no Brasil, o único país do mundo, segundo o Mino Carta, onde jornalista chama patrão de colega.

Atribui-se a Delfim Netto a mortífera frase “jornalismo de Economia não é um nem outro”.

Claro que ele nega, peremptoriamente, a autoria.

Ainda assim, tome-se o aforismo como ponto de partida.

“Jornalismo” muitas vezes não é.

Porque é mais opinião do que informação.

E o bom jornalismo não mistura Igreja e Estado – não mistura opinião e informação.

Porque fica combinado assim: quem tem opinião é o dono.

Quem paga as contas.

Se o repórter enfia opinião na informação, é porque exerce a atividade de contrabandista: camufla a opinião do patrão – ou a sua, que só pode ser a mesma do patrão, por definição – no meio da informação.

Logo, trata-se de um embuste.

Também não é jornalismo, porque o chamado “jornalismo de Economia” não é escrito para informar o leitor, espectador ou ouvinte.

Mas, para informar os economistas dos bancos, que já sabem tudo o que o jornalista quer lhe dizer.

Essa estranha mutação se dá por dois motivos.

Porque o jornalista de Economia adoraria ser economista de banco.

E porque o jornalista de Economia não tem a menor ideia do que interessa ao leitor.

A ignorância é colossal.

E, mesmo se soubesse, trocava o serviço ao leitor pelo serviço ao banqueiro.

Existe outra aberração, aqui: jornalistas de Economia pensam que são economistas.

E assim se consideram, ao trabalhar.

Como se de um “economista” se exigisse mais do que de um dentista.

Esse desprezo pelo leitor, espectador ou ouvinte se dá por uma deformação genética.

Os jornalistas de Economia, como, de resto, jornalistas brasileiros em geral, nasceram do mesmo ventre: as faculdades de jornalismo.

Faculdades de Jornalismo, na grande maioria, são arapucas que não ensinam.

Como é obrigatório ter diploma para ser jornalista – uma aberração corporativista! – as faculdades de jornalismo são – muitas vezes – *gigolôs do diploma*.

Eu finjo que te ensino, você me paga e eu te arrumo um diploma.

Na verdade, tudo de que alguém precisa para ser jornalista não exige mais do que três meses num laboratório do Senai.

O resto, o resto é ler Machado de Assis.

E aqui se chega a outro ponto capital: a Língua Portuguesa, aquela de Machado e Vieira.

Os jornalistas de economia são transgressores contumazes.

Não sabem escrever.

Tudo isso se deve a uma das excrescências do regime militar.

Como os militares embargaram o noticiário político, e se legitimavam com os feitos na economia, a imprensa ampliou o noticiário da Economia e encolheu o da Política.

Depois, veio a hiperinflação.

Outro motivo para engordar a Economia.

O noticiário da televisão servia menos ao espectador do que ao governo: manter, por exemplo, o congelamento de preços do Plano Cruzado.

A Globo desempenhou papel central nisso.

E se esborrachou com o descongelamento.

A certa altura, o Jornal da Globo, com 24 minutos de produção, tinha três – três! – colunistas de Economia.

Este que escreve, o Joelmir Betting e a Lilian Witte Fibe, precursora da Miriam Leitão.

Sobre a segunda parte do aforismo delfiniano: Economia.

Não escrevem sobre Economia.

Porque dela não entendem patavina.

Divulgam *press releases*.

Praticam o jornalismo do “disse que”: fulano disse isso; beltrano, aquilo...

E reproduzem o Banco Central, ou o que ouvem dos economistas dos bancos, que, por sua vez e, por definição, dizem o que o Banco Central diz.

Isso, quando falam entre aspas.

Porque quando falam “*em off*”, os economistas dos bancos dizem o que querem que aconteça e manipulam os obsequiosos jornalistas de Economia para reproduzir seus pleitos – e de seus bancos.

É o que acontece, por exemplo, com a Selic.

Os jornalistas de economia, como os bancos e seus economistas querem juros.

Juros!

O jornalismo de Economia é a vanguarda terrorista que espalha crises para derrubar governos trabalhistas.

São os novos Velhos do Restelo.

De cada dez palavras de um jornalista de Economia, nove são “crise”.

“Crise” significa dizer ao leitor, espectador: não pense, você não está qualificado para pensar.

Você é um bestalhão!

Isso tudo é muito complicado e você não alcança a “crise” em sua dimensão cósmica.

Deixa que eu penso por você.

Eu e os “especialistas” que eu consulto.

Como disse o senador Requião, esses “especialistas” são “os que nada sabem de tudo”.

Mais importante ainda: além de pensar, eu, jornalista de Economia, quero votar por você.

Como a “ciência” da Economia se transformou na “ciência” dos credores, assim é com o jornalismo de Economia: joga no time dos que tem a receber.

E o devedor – leitor, espectador, ouvinte, o povaréu em geral – que se lixe.

Outro aspecto a conspurcar a pseudociência da Economia é o caráter partidário do jornalismo de Economia.

O jornalismo de Economia é a favor do mais forte – sempre.

Do patrão, do credor, da Casa Grande, da Metrópole.

Esteja o mais forte no PSDB, no PMDB ou no PSB: só o mais forte garante o meu emprego.

E, aí, na fidelidade ao “mais forte”, se dá um fenômeno interessante.

A grande maioria dos jornalistas de Economia só atravessou o Equador para ir à Disney.

Mas, pensa que capta os sentimentos mais profundos da Metrópole, geralmente instalada na City ou em Wall Street.

Provavelmente lá nunca estiveram.

Se estiveram, não entenderam a língua que ali se fala.

Mas, aqui, na versão luso-tropical, procuram reproduzir o que imaginam ser o pensamento metropolitano.

Como aquele argentino que usava guarda-chuva quando lia no *Times* de Londres que a previsão era de chuva fina e fria.

De resto, o jornalismo de economia brasileiro não passa dos cabedais do repórter do *Wall Street Journal* que mereceu um discreto elogio de Paul Volcker, quando este saiu do Banco Central: “você, meu filho, era o único jornalista que eu me dava o trabalho de ler”.

Atônito, respondeu o jovem: “mas, mr. Volcker, tudo o que eu fazia era reproduzir o que o senhor dizia”.

O jornalismo de Economia é tão ralo quanto o jornalismo brasileiro.

E tão falso quanto a elite de que pretende fazer parte.

Em tempo: o autor destas mal traçadas ganhou a vida, por muito tempo, como jornalista de Economia.”

Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas

Não devemos nos iludir com o “discurso competente” de nossa sociedade meritocrática. O “discurso competente” é aquele capaz de ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado, simplesmente, porque quem o profere perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem. Nunca devemos esquecer nossas origens sociais!

O conservadorismo das posições conquistadas, segundo o “discurso da competência”, dependeria da ambição (ou da arrogância) de se acreditar superior aos outros (“por se dizer mais competente, eficaz e sério”), em sociedade de desiguais. A condição para o prestígio e para a eficácia do discurso da competência como *discurso do individualismo* depende da aceitação tácita da incompetência dos homens enquanto sujeitos sociais e políticos por acreditar apenas no mérito próprio e exclusivo.

Esses são alguns ensinamentos obtidos da leitura de “*Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas*”, obra da filósofa e professora de da Universidade de São Paulo (São Paulo, Editora Moderna, 1981, 220 páginas).

O discurso competente se instala e se conserva graças à regra assim resumida: não é qualquer um autorizado a dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar. Com esta regra ele produz sua contra face: *os incompetentes sociais*.

Entre os princípios norteadores da vida democrática, o direito à informação é um dos mais fundamentais. De fato, quando a democracia afirma a igualdade política dos cidadãos, afirma por isso mesmo todos serem igualmente competentes em Política. Ora, essa competência cidadã depende da qualidade da informação, cuja ausência ou parcialidade, como ocorre atualmente no viés partidário da grande imprensa brasileira, nos torna politicamente incompetentes.

Desde os primeiros dias do governo Lula, uma parte da mídia manifestava claro preconceito de classe ao questionar o presidente da República por não ter curso universitário nem saber falar várias línguas. Ele não tinha competência para governar?

Cansando dessa tecla, incapaz de surtir resultado em sociedade de iletrados, passou-se a ironizar e criticar os discursos de Lula e seus improvisos. Não tendo isso também dado resultado, passou-se a falar o *populismo presidencial*, isto é, a forma arcaica do governo.

Como isso também não deu resultado, passou-se a anunciar o país estar à beira da crise. Alguns chegaram a dizer a situação ser parecida com a de março de 1964 e, portanto, às vésperas de algum golpe de Estado!

Como o golpe não veio da forma antiga, ele esteve sob a forma de “golpe branco” do PIG, isto é, do Partido da Imprensa Golpista. Ela sempre amplificou a crises no sentido de apoiar as forças mais conservadoras.

Depois de desenhada a vitória da candidata capaz de dar continuidade ao Governo Lula, a imprensa passou, logo, a falar em crise do futuro governo, “devido às divergências em sua equipe” e/ou em crise do governo Dilma, “por causa das divergências entre os partidos da base governista”. Estávamos vacinados contra esses pretensos “formadores de opinião”?

Marilena Chauí teve seu clássico ensaio “*A ideologia da competência*”, publicado na coletânea intitulada também “*A ideologia da competência*” de *Marilena Chauí* (organizador: André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Escritos de Marilena Chauí: 3). Trata-se de uma versão revista e ampliada do texto originalmente publicado em: *O que é ideologia* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1981). Edito-o em seguida.

A *ideologia* é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) indicadores aos membros de uma sociedade de:

1. o que devem pensar e como devem pensar,
2. o que devem valorizar e como devem valorizar,
3. o que devem sentir e como devem sentir,
4. o que devem fazer e como devem fazer.

Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador. Sua função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção econômica.

Pelo contrário, a função da ideologia é ocultar:

1. a divisão social das classes,
2. a exploração econômica,

3. a dominação política e
4. a exclusão cultural.

Oferece aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, fundada em referenciais identificadores, como a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação. Como salienta Marx, o primeiro a analisar o fenômeno ideológico, a *ideologia* é a difusão para o todo da sociedade das ideias e dos valores da classe dominante como se tais ideias e valores fossem universais e aceitos como tais por todas as classes.

A *ideologia burguesa*, como explica Claude Lefort, era um pensamento e um discurso de caráter legislador, ético e pedagógico. Definia para toda a sociedade o verdadeiro e o falso, o bom e o mau, o lícito e o ilícito, o justo e o injusto, o normal e o patológico, o belo e o feio, a civilização e a barbárie. Punha ordem no mundo ao afirmar o valor positivo e universal de algumas instituições como a família, a pátria, a empresa, a escola e o Estado. Com isso, designava os detentores legítimos do poder e da autoridade: o pai, o patrão, o professor, o cientista, o governante.

A partir dos anos 1930, houve uma mudança no discurso ideológico. Com efeito, o processo social do trabalho sofreu uma modificação. Ela iria espalhar-se por toda a sociedade e pelas relações sociais: o trabalho industrial passou a ser organizado segundo um padrão conhecido como *fordismo*, no qual uma empresa controla desde a produção da matéria-prima (no início da cadeia produtiva) até a distribuição comercial dos produtos (no fim da cadeia produtiva).

Além desse controle total da produção, são introduzidas a linha de montagem, a fabricação em série de produtos padronizados e a ideia de a competição capitalista se realizar em função da qualidade dos produtos. Esta qualidade depende de avanços científicos e tecnológicos. Uma empresa deve também financiar pesquisas e possuir laboratórios. Com o fordismo, é introduzida uma nova prática das relações sociais, conhecida como a Organização.

Analisando a maneira como o modelo da Organização se difunde e se espalha por todas as instituições sociais e por todas as relações sociais, Lefort fala da ideologia contemporânea como *a ideologia invisível*. Enquanto na ideologia burguesa tradicional as ideias eram produzidas e emitidas por determinados agentes sociais - o pai, o patrão, o padre ou pastor, o professor, o sábio -, agora parece não haver agentes produzindo as ideias, porque elas parecem emanar diretamente do funcionamento da Organização e das chamadas “leis do mercado”.

(...)

Se agora reunirmos a Organização (ou a suposta administração racional eficaz do trabalho), a gerência científica e a tecnociência, perceberemos a divisão social das classes estar acrescida de novas divisões. Estas podem ser resumidas em uma só e grande divisão entre:

1. os que possuem poder porque possuem saber e
2. os que não possuem poder porque não possuem saber.

Dessa maneira, em vez de falar em *ideologia invisível*, como propôs Claude Lefort, Marilena Chauí decidiu falar em *ideologia da competência*. Como toda ideologia, oculta a divisão social das classes, mas o faz com a peculiaridade de afirmar a divisão social se realizar entre:

1. *os competentes*: os especialistas possuidores conhecimentos científicos e tecnológicos -, e
2. *os incompetentes*: os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas.

A ideologia da competência realiza a dominação pelo descomunal prestígio e poder do conhecimento científico-tecnológico. Obtém-se reputação profissional pelo prestígio e poder das ideias científicas e tecnológicas.

O *discurso competente* pode ser assim resumido: *não é qualquer um que tem o direito de dizer alguma coisa a qualquer outro em qualquer lugar e em qualquer circunstância*. O discurso competente, portanto, é aquele proferido pelo especialista, ocupante de certa posição ou um lugar determinado na hierarquia organizacional. Haverá tantos discursos competentes quantas organizações e hierarquias houver na sociedade.

Esse discurso opera com duas afirmações contraditórias.

Em uma delas, enquanto discurso da própria *Organização*, afirma ser esta racional e um agente social, político e histórico, de sorte os indivíduos e as classes sociais serem destituídos e despojados da condição de sujeitos sociais, políticos e históricos. Logo, a Organização é competente, enquanto os indivíduos e as classes sociais são incompetentes, objetos sociais conduzidos, dirigidos e manipulados pela Organização.

Na outra afirmação, o discurso competente procura desdizer a afirmação anterior, ou seja, depois de invalidar os indivíduos e as classes

sociais como sujeitos da ação, procura revalidá-los, mas o faz tomando-os como pessoas ou indivíduos privados. Trata-se de *competência privatizada*.

O *discurso da competência privatizada* é aquele capaz de ensinar a cada um de nós, enquanto indivíduos privados, como nos relacionarmos com o mundo e com os outros. Esse ensino é feito por especialistas que nos ensinam a viver.

Assim, cada um de nós aprende:

1. a se relacionar com o desejo pela mediação do discurso da sexologia,
2. a se relacionar com a alimentação pela mediação do discurso da dietética ou nutricionista,
3. a se relacionar com a criança por meio do discurso da pediatria, da psicologia e da pedagogia,
4. a se relacionar com a Natureza pela mediação do discurso ecológico,
5. a se relacionar com os outros pela mediação do discurso da psicologia e da sociologia, e assim por diante.

Somos invalidados como seres competentes. Logo, tudo precisa nos ser ensinado “cientificamente”. Isso explica a proliferação de:

1. os livros de autoajuda,
2. os programas de conselhos pelo rádio e pela televisão, bem como
3. os programas em que especialistas nos ensinam jardinagem, culinária, maternidade, paternidade, sucesso no trabalho e no amor.

Esse discurso competente exige a *interiorização de suas regras e valores*, se não quisermos ser considerados lixo e detrito. Essa modalidade da competência é inteiramente absorvida pela indústria cultural e pela propaganda. Elas passam a vender signos e imagens, graças à invenção de um modelo do ser humano sempre jovem (graças aos cosméticos, por exemplo), saudável (por meio da “malhação”, por exemplo) e feliz (graças às mercadorias que garantem sucesso).

Se reunirmos o discurso competente da Organização e o discurso competente dos especialistas, veremos ambos estarem construídos para assegurar dois aspectos hoje indissociáveis no modo de produção capitalista:

1. o discurso da Organização afirma só existir racionalidade nas leis do mercado;

2. o discurso do especialista afirma só haver felicidade na competição e no sucesso de quem a vence.

Essa ideologia está fundada na desigualdade entre os que possuem e os que não possuem o saber técnico-científico. Logo, este se torna o lugar preferencial da competição entre indivíduos e do sucesso de alguns deles contra os demais.

Isso se manifesta não só na busca do diploma universitário a qualquer custo, mas também na nova forma assumida pela Universidade como organização destinada não só a fornecer diplomas, mas também a realizar suas pesquisas segundo as exigências e demandas das organizações empresariais, isto é, do capital. Dessa maneira, a universidade alimenta a ideologia da competência e despoja-se de suas principais atividades: *a formação crítica e a pesquisa*.

A Tolice da Inteligência Brasileira: como o País se deixa manipular pela elite

O título é um achado em ironia. De fato, a etimologia de “inteligência” vem do latim *intelligentia,ae* “entendimento, conhecimento”. Tem a mesma sinonímia de “perspicácia”. Mas sua antonímia é “desentendimento, desinteligência, estultícia, estupidez, imbecilidade, tolice”. Em outras palavras, o título do livro de Jessé Souza, sociólogo e ex-presidente do IPEA no governo Dilma, alerta para a inépcia dos intelectuais, situados na classe média brasileira. Eles constituem a “tropa de choque” na defesa dos interesses do 1% dos “endinheirados”, isto é, dos possuidores do top da riqueza.

O mundo social não é transparente aos olhos de imediato. Entre os olhos e a realidade há uma venda: *a ideologia*. Venda pode ser vista como faixa de pano com que se cobrem os olhos ou como uma metáfora para a ação de não perceber o que se passa. Venda é também o ato de alguém capaz de se deixar subornar por dinheiro ou vantagem. Não é o caso dos nossos intelectuais midiáticos a serviço da manutenção dos privilégios sociais?

Por que o interesse em “mentir” sobre como o mundo social realmente é? Os ricos e felizes, em todas as épocas e em todos os lugares, não querem apenas ser ricos e felizes. Querem ter a consciência limpa por saber terem o direito exclusivo à riqueza e felicidade. Logo, o privilégio - mesmo o injusto que se transmite por herança - necessita ser “legitimado”, ou seja, aceito mesmo por aqueles excluídos de todos os privilégios.

Essa questão-chave remete ao Paradoxo Fundamental da Política, segundo Steven Pinker: “o amor que pais dedicam a seus filhos torna impossível que uma sociedade seja, ao mesmo tempo, justa, livre e igualitária”.

1. Se é justa, as pessoas que tiverem maior competência, se esforçarem mais, e até mesmo contarem com eventos aleatórios favoráveis, acumularão mais dinheiro e propriedades.
2. Se é livre, elas os transmitirão a seus filhos. Não há amor mais incessante quanto o amor dos pais para com seus filhos e o amor dos filhos para com seus pais.
3. Mas, neste caso, a sociedade deixa de ser igualitária e justa, pois alguns herdarão riquezas pelas quais jamais trabalharam!

Dessa “trindade impossível” surge, então, o dilema entre liberdade, igualdade e paternidade. Diferentemente do lema da Revolução Francesa - “*Liberté, Igualité, Fraternité*” - a paternidade acaba predominando sobre a fraternidade com concidadãos na transmissão da riqueza. Em vez de distribuí-la, após a morte, a quem menos têm, a opção preferencial é doá-la a quem mais ama: este herdeiro filial é quem mais necessita de si, isto é, da herança dos antecedentes responsáveis por ter o colocado no mundo.

Os europeus tendem a ser mais igualitários, enfatizando a igualdade de resultados ao acreditar, em uma sociedade justa, não deve haver grandes diferenças de renda e/ou riqueza. No entanto, em uma sociedade livre e paternalista há a transmissão de herança, logo, a desigualdade de riqueza.

Culturalmente, americanos e chineses colocam mais ênfase na justiça social sob forma de igualdade de oportunidades. Caso as pessoas tenham igualdade de condições básicas para subir na escala social, eles acreditam uma sociedade com grande diferença de renda ou riqueza ainda poder ser justa. Ambos defendem a meritocracia a partir do pressuposto de igualação da “linha-de-partida”, seja por política afirmativa de cotas, seja por implantação de ensino público gratuito para todos sem a exceção de poder cursar escolas privadas de melhor qualidade.

No entanto, Souza argumenta haver um “capital cultural” transmitido de pais para filhos de “classe média”. Esta também é detentora de privilégio, não só no Brasil, mas em todo o mundo. A “classe dos endinheirados” (top 1% constituinte da casta dos comerciantes-financeiros) acima dela (9% da população) acumula capital econômico-financeiro. O privilégio dos membros das castas de guerreiros-atletas e sábios-pregadores-e-artistas se baseia na

apropriação de capital cultural valorizado e indispensável para a reprodução da ordem sob a égide da dupla mercado e Estado.

O *capital cultural* não é formado apenas por títulos escolares ou habilidades militares-esportivas, mas, antes de tudo, pelo aprendizado na socialização familiar desde o nascimento. As disposições para o comportamento competitivo, necessário para o sucesso escolar e profissional, são transmitidos pelos filhos aos pais como uma “herança cultural”. Ensina-se aos filhos a disposição para o autocontrole, a disciplina e o pensamento prospectivo capaz de perceber o futuro como mais importante se comparado ao presente.

Daí “a classe média se acha a tal”. Ela tende a se acreditar como a classe feita por “mérito individual”, conquistado por esforço próprio e não por privilégio de nascimento. Torna-se o baluarte da “meritocracia”, esquecendo/ escondendo todos seus privilégios culturais desde o nascimento.

Só ela, composta de “vencedores”, teria o “direito” a prestígio, reconhecimento social e melhores salários. Culpa as vítimas, isto é, “os perdedores”, em processo intelectual esquecido da desigualdade de oportunidades na “linha-de-partida”. Responsabilizam-nas por sua própria miséria e sofrimento, como elas escolhessem ser pobres e humilhadas.

A reprodução contínua de todos os privilégios injustos depende do “convencimento” imposto por uma “violência simbólica”, perpetrada com o consentimento mudo dos excluídos dos privilégios. Isto depende da permanente atuação de aparelhos ideológicos - jornais, rádios, TVs, editoras, universidades, etc. - e intelectuais orgânicos a serviço da classe dominante.

A tese central deste livro de Jessé Souza, *A Tolice da Inteligência Brasileira* (São Paulo; LeYa; 2015), é: tamanha “violência simbólica” só é possível pelo sequestro da “inteligência brasileira” para o serviço não da imensa maioria da população, mas sim do 1% mais rico. Possibilita a justificação, por exemplo, de os problemas brasileiros não virem da extraordinária concentração de riqueza, mas sim da “corrupção do Estado”, levando a uma falsa oposição entre Estado demonizado e mercado virtuoso.

Não existe fortuna de brasileiro construída de maneira independente de financiamentos, infraestrutura e privilégios concedidos pelo Estado. Daí a corrupção de agentes estatais com a conivência e o estímulo de participantes de O Mercado, especialmente de carteis em licitações públicas.

Souza afirma: “indivíduos e classes sociais têm, efetivamente, ser feitos de ‘tolos’ para a reprodução de privilégios tão flagrantemente injustos ser eternizada. Daí ser fundamental compreender como intelectuais e

especialistas distorcem o mundo para tornar todo tipo de privilégio injusto em privilégio merecido ou, na maior parte dos casos, privilégio invisível enquanto tal”.

O conhecimento do autor sobre Sociologia, logicamente, supera imensamente o meu. Porém, suas hipóteses a respeito da complexidade da sociedade brasileira, creio, seriam melhor elaboradas a partir da *estratificação social por castas*.

Casta, no sistema de estratificação tradicional da Índia, é um grupo social fechado, de caráter hereditário, cujos membros pertencem à mesma etnia, profissão ou religião. Por extensão, designa qualquer grupo social, ou sistema rígido de estratificação social, de caráter hereditário. Portanto, refere-se à camada social que forma uma das partes de uma sociedade que se organiza de maneira hierárquica. Em sentido pejorativo, usa-se a expressão para hostilizar o grupo de cidadãos que se destaca dos demais por seus privilégios, ocupações, costumes e/ou preconceitos.

Pária é o indiano não pertencente a qualquer casta, considerado impuro e desprezível pela tradição cultural hinduísta. Por extensão, designa qualquer pessoa mantida à margem da sociedade ou excluída do convívio social.

O sociólogo Jessé de Souza utiliza-se da expressão “*ralé*” para referir-se ao conjunto de indivíduos pertencentes à camada inferior da sociedade brasileira, ou seja, a arraia-miúda, a plebe, o populacho...

Prefiro usar “*pária*”, inclusive porque seus membros, condenados a exercer os trabalhos mais duros, humilhantes e sujos, serem tão “intocáveis” pelas castas brasileiras quanto ocorre na Índia. A elite brasileira, na vida cotidiana, recusa-se até a “dar-a-mão” para os miseráveis.

Outro exemplo seria reconhecer tanto os sacerdotes quanto os cientistas capazes de assumirem o mesmo papel de pregadores pertencentes à casta dos sábios. Uns são sabidos a favor do enriquecimento pessoal dos pastores evangélicos, outros são sábios.

Não há equívoco maior do que confundir homens inteligentes com sábios. O homem inteligente aprende com seus próprios sofrimentos. O homem sábio aprende com os sofrimentos alheios.

Pessoas inteligentes falam sobre ideias, pessoas normais falam sobre coisas, pessoas mesquinhas falam sobre pessoas. A ironia atinge apenas a inteligência. Inútil desperdiçá-la com os que estão longe do seu alcance.

Contra estes ainda não se conseguiu inventar nenhuma arma, dizia Mário Quintana. A burrice é invencível.

Jessé Souza reconhece a tolice da inteligência brasileira, “Afinal, a ‘Ciência’ - e os cientistas e especialistas que a incorporam - é, atualmente, quem herda o ‘prestígio’ das grandes religiões do passado. Ela diz o que é certo e o que é errado. Não existe notícia em jornal ou TV que não necessite do ‘aval’ de um especialista”.

Trópicos Utópicos: Uma Perspectiva Brasileira da Crise Civilizatória

Após ler os 124 microensaios componentes do livro de autoria de Eduardo Giannetti, “*Trópicos utópicos: Uma perspectiva brasileira da crise civilizatória*”, não fica claro se consegui decifrar sua mensagem principal. A repartição de suas reflexões nas três primeiras partes parece ter sido realizada a posteriori para dar alguma estrutura ao livro.

Seus apontamentos sobre “os três ídolos da modernidade – a ciência, a tecnologia e o crescimento econômico – e os impasses oriundos dos seus cultos” - não se enquadram bem nas respectivas partes. Quanto à quarta parte, ele anuncia ter introduzido a questão nacional e elaborado, de forma explícita, a perspectiva brasileira. Esta orientaria a discussão da crise civilizatória.

Vamos tentar. Quando analisa a fertilidade das utopias, afirma “nada que é humano será perfeito, a começar pelo próprio pensamento utópico. Duas verdades medem forças.

De um lado, está o princípio de realidade: se o sonho ignorar os limites do possível, ele se torna quixotesco (ou pior): um ideal de vida pessoal ou coletivo, seja qual for o seu conteúdo, precisa estar lastreado em uma avaliação realista das circunstâncias e restrições existentes”.

De outro lado...”. Giannetti se esquece da contrapartida.

“Ocorre, porém, que a realidade objetiva não é toda a realidade. A vida dos povos, não menos que a dos indivíduos, é vivida em larga medida na imaginação.

A capacidade de sonho e o desejo de mudar:

1. fertilizam o real,
2. expandem as fronteiras do possível e

3. reembaralham as cartas do provável.

Quando a vontade de mudança e a criação do novo estão em jogo, resignar-se a um covarde e defensivo realismo – “uma aceitação maior de tudo” – é condenar-se ao passado e à repetição medíocre (ou pior). Se o sonho descuidado do real é vazio, o real desprovido de sonho é deserto. No universo das relações humanas, o futuro responde à força e à ousadia do nosso querer. O desejo move”.

Sim, um marxista diria: *a história se move através da luta de classes*. Um pragmático, como eu (Fernando Nogueira da Costa), faz considerações de ordem prática quanto a esse modo de pensar “sonhador”. Por ser prático, realista e objetivo, ele (assim como eu) sacrifica princípios ideológicos para a consecução de objetivos a curto prazo. Mas isso pode se referir a um indivíduo, a um partido político, ou à ação coletiva, isto é, à política.

Relativo ou pertencente a negócios comunitários ou de Estado é concernente à ação coletiva o bom êxito de algum empreendimento. Temos de abordar os fenômenos históricos com uma especial referência a suas causas, antecedentes, condições e consequências. Eu não acredito em “sonho”. Prefiro defender o planejamento indicativo.

Porém, meu conterrâneo (e quase) contemporâneo, no microensaio *Trópicos Utópicos*, diz apenas o seguinte: “no desconcerto plural do mundo civilizado descortinar a pauta, o chamado e o vislumbre de uma utopia brasileira no concerto das nações”.

Entendi ele desejar formular “o sonho brasileiro” *à la* “sonho norte-americano”, afinal, “o que é bom para o *States*, é bom para o *Brazil*”...

Ele, à semelhança de outros pretendentes à Intérpretes do Brasil, intuiu os Estados Unidos e nosso país viverem vidas paralelas. “O Novo Mundo foi palco da mais colossal e ousada experiência de transculturação da história universal. Dois povos situados no extremo ocidente europeu – habitantes de uma península e de uma ilha – assenhorearam-se das terras de ultramar recém-descobertas e se lançaram à aventura da ocupação, desbravamento e exploração do continente.

As biografias paralelas das duas Américas – a ibérica e a anglo-saxônica – guardam semelhanças e contrastes. Nos dois casos a colonização envolveu:

1. a conquista e brutal subjugação – quando não extermínio – dos povos e culturas nativas; bem como

2. a importação em larga escala de milhões de escravos transplantados à força do continente africano para o trabalho cativo nas fazendas e casas senhoriais;
3. tentativas de invasão por parte de nações rivais europeias, especialmente franceses e holandeses, foram rechaçadas com sucesso pelas metrópoles reinantes; e
4. ambas as metades do continente alcançaram a sua independência política entre o final do século XVIII e o início do XIX, enquanto a Europa vivia os traumas e turbulências da “dupla revolução” (industrial e francesa) e das guerras napoleônicas.

Os diversos países que emergiram desse processo conseguiram:

1. preservar a sua soberania formal e
2. criar um forte senso de nacionalidade.

Contudo, as diferenças e contrastes não são menos salientes. Desde os tempos coloniais, as trajetórias econômicas, sociais e culturais das duas Américas distanciaram-se de forma acentuada. As raízes da bifurcação remontam às fantasias e mitos que primeiro animaram a vinda dos imigrantes europeus ao continente, como retrata com mestria Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*:

- “Se os primeiros colonos da América Inglesa vinham movidos pelo afã de construir, vencendo o rigor do deserto e da selva, uma comunidade abençoada, isenta das opressões religiosas e civis por eles padecidas em sua terra de origem, e onde enfim se realizaria o puro ideal evangélico,
- os da América Latina se deixavam atrair pela esperança de achar em suas conquistas um paraíso feito de riqueza mundanal e beatitude celestial, que a eles se ofereceria sem reclamar labor maior, mas sim como um dom gratuito”.

O desenrolar desse enredo na história das duas Américas em larga medida consolidou e amplificou a divergência da origem. A Ibero-América e a Anglo-América são herdeiras de duas variantes distintas da civilização europeia: duas culturas polares e até certo ponto antagônicas que disputaram a supremacia geopolítica e espiritual do mundo a partir dos albores da Renascença e da Era dos Descobrimentos nos séculos XVI e XVII.

Falando em termos gerais, pode-se dizer que as Américas do Sul e do Norte refletem e projetam a seu modo, como em um grande espelho

transatlântico, as diferenças religiosas, culturais e institucionais entre a face ibérica e a face anglo-saxã do Velho Mundo. O contraste não se reduz à dimensão geopolítica e econômica da aventura colonial, mas abrange um nítido e essencial antagonismo no que tange aos valores e às crenças dominantes – às formas de vida e sensibilidade – das metrópoles rivais.

De um lado:

1. a Contrarreforma católica, com forte acento jesuítico, missionário e inquisitorial;
2. o apego à escolástica medieval acoplado à resistência aos ventos, métodos e ideais iluministas;
3. a Coroa absolutista centralizadora e burocrática; e
4. o mercantilismo parasita de uma elite *rentier*.

E, de outro:

1. a Reforma protestante, com forte acento puritano e calvinista (“entre as coisas desta vida, o trabalho é o que mais assemelha o homem a Deus”);
2. a vigorosa adesão ao projeto iluminista da ciência e da tecnologia a serviço do resgate da condição humana por meio do domínio da natureza e da ação racional;
3. a monarquia constitucional; e
4. o primado do mercado competitivo e da livre empresa como instrumentos da eficiência econômica e da acumulação de capital.

O tempo, sabemos, foi cruel com as pretensões do mundo ibérico. Entre os sinais do ocaso peninsular e ascenso britânico, nenhum mais emblemático talvez do que a improvisada fuga da Coroa portuguesa para o Vice-Reino do Brasil, às vésperas da invasão napoleônica em 1808, sob a tutela e escolta da marinha real inglesa”.

Nesse caso de geopolítica e geoeconomia europeia, a análise de Giannetti é muito superficial quanto à comparação entre as condições desiguais da Inglaterra e de Portugal durante as Guerras Napoleônicas. A primeira já tinha passado pela Revolução Parlamentarista no século XVII e a Revolução Industrial no final do século XVIII.

“A história, porém, é trocista [gosta de fazer troças; caçoadora]. No devido tempo a *Pax Britannica* deu lugar à supremacia mundial da sua ex-colônia ultramar, e mais: desde o final da Guerra Fria e do colapso do império soviético, a torrente da globalização originária da expansão colonial europeia na Era dos Descobrimentos passou a fluir assoladoramente no sentido oposto. No século XXI, é o Velho Mundo que luta para sobreviver ao avanço do *American way of life*. (...) Os meios empregados são outros, mas os efeitos se equivalem. O fluxo da transculturação virou e extravasou.”

O diferencial, para Giannetti, parece ser sua crença em *The American Dream*. – “Ao contrário dos países do Velho Mundo e dos povos hispano-americanos com robustas e milenares culturas pré-colombianas, os Estados Unidos foram um credo e um projeto – formalizados pela Declaração de Independência de 1776 e pela Constituição de 1789 – antes de serem propriamente uma Nação. A nascente república estadunidense não se definia por um passado comum ou por raízes compartilhadas, mas pela visão prospectiva de uma sociedade ideal – pelo que aspiravam a ser.

Embora latente desde sempre na cultura americana, a expressão ‘sonho americano’ demorou a nascer. Curiosamente, foi só em 1931 – no início, portanto, da Grande Depressão – que ela veio ao mundo [pelas mãos de um historiador]”.

Falta ao Brasil um “sonho brasileiro”? Um projeto de País? Já lemos e escutamos esse argumento inúmeras vezes. Projetos individualistas de vida abastada há inúmeros, mas projeto coletivo de sociedade, portanto, abraçado consensualmente pela comunidade brasileira, não há. No máximo, eu diria, há Éthos culturais e morais das castas básicas, compostas de mercadores, guerreiros, sábios e trabalhadores. Sem hegemonia clara, oscilante entre alianças, golpes e contragolpes, ao longo do tempo perdido na construção de uma Nação incapaz de conciliação entre os diversos interesses.

Pergunta-se, enfim: “Faz sentido a ideia de uma civilização brasileira? Uma resposta afirmativa não precisa implicar nenhum tipo de arroubo xenófobo ou húbris cultural.

O que ela implica é:

1. a identificação dos nossos valores e
2. uma efetiva adesão a eles.

O que ela implica é a rejeição da crença de que não podemos ser originais – de que devemos nos resignar à condição de imitação desastrada ou cópia canhestra do modelo que nos é inculcido pelo ‘mundo rico’.

A biodiversidade da nossa geografia e a sociodiversidade da nossa história são os principais trunfos brasileiros diante de uma civilização em crise.”

Apela poeticamente: “Que o mal e o pouco do tempo presente não nos deprimam nem iludam ou desanimem. O futuro se redefine sem cessar – ele responde à força e à ousadia do nosso querer. Vem do breu da noite espessa o raiar da manhã.”

Giannetti tenta dar uma resposta à questão não respondida na conhecida fórmula antropofágica: “*Tupi, or not tupi that is the question*”. “*Tupi and not tupi*” – eis a possível resposta sugerida por ele. Ambos os dois, eu diria “no popular”...

Ele busca retratar “a brasilidade” também em seu 12º. livro, “*O Elogio do Vira-Lata*”, promovido pela Companhia das Letras em entrevista no caderno Valor Eu&Fim-de-Semana de 08/06/18). Segundo Giannetti, o ensaio, cujo título dá nome à coletânea, nasceu como resposta à crítica feita pelo economista Pérsio Arida a “*Trópicos Utópicos*”, seu livro anterior aqui a ser resenhado.

“Ele apontou para o fato de que a utopia brasileira não havia sido completamente desenvolvida na obra”, afirma. “Percebi que ele estava absolutamente certo: não fui paciente para aprofundar o tema”, disse Giannetti.

[Qualquer leitor poderia lhe dizer isso, não necessitava apelar para o “argumento de autoridade” para reconhecer essa propaganda enganosa: mais um livro com uma embalagem não correspondente ao conteúdo. A opção pelo jogo de palavras no título seduz mais ao intelectual brasileiro em vez de um pensamento metódico e profundo a respeito do seu conteúdo: *Trópicos Utópicos*. Rima, né?]

Nasceu então o novo livro. O Brasil pode encontrar combinação mais bem resolvida entre a espontaneidade e o nível básico de ordem civilizatória. Essa é a promessa de uma cultura miscigenada como a brasileira, na qual se integrou de maneira única o componente afro-ameríndio com o europeu. “Não há nada errado em ser vira-lata”, diz Giannetti, resumindo a ideia-chave de sua nova obra. “Prefiro ser o vira-lata do que o *poodle* da madame ou o *dobermann* da polícia”.

[Argumento tão engraçadinho quanto dizer “prefiro a solidão da minha Mercedes do que o aperto do *busão*”. O problema é ter gente brasileira com preferência por ser *poodle* ou *dobermann*.]

Bibliografia

AFONSO, José Roberto Rodrigues. *Crise, Estado e Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2011.

AMORIM, Paulo Henrique. *O Quarto Poder: Uma Outra História*. Rio de Janeiro: Hedra; 2015.

BARROS, Alexandre Rands. *Desigualdades Regionais no Brasil: natureza, causas, origens e solução*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BASTOS, Pedro Paulo & FONSECA, Pedro Dutra da. *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade*. São Paulo, Editora da Unesp, 2012.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga & GALÍPOLO, Gabriel. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Editora Contracorrente; 2017.

BETTO, Frei. *A mosca azul*. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2014.

BIANCARELLI, André Martins; CALIXTRE, André Bojikian; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (editores). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília, IPEA, 2014.

BORBA, Maria, FELIZI, Natasha e REYS, João Paulo. *Brasil em movimento - junho de 2013*. Rio de Janeiro: Rocco; 2014.

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil; 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Crise e reinvenção da política no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; 2018.

CARNEIRO, Ricardo, BALTAR, Paulo e SARTI, Fernando (org.). *Para Além da Política Econômica*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Editora Todavia; 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas*. São Paulo, Editora Moderna, 1981.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos Públicos no Brasil*. São Paulo; Editora Perseu Abramo - Coleção FENAE; 2016.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil dos Bancos*. São Paulo; EDUSP; 2012.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*. Campinas: IE-UNICAMP; 2018.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Ensino de Economia na Escola de Campinas - Memórias*. Campinas, Edição do IE-UNICAMP, 2018.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Métodos de Análise Econômica*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

COSTA, Gloria Maria Moraes da; MELO, Hildete Pereira de; e ARAÚJO, Victor Leonardo de. *BNDES: Entre o Desenvolvimentismo e o Neoliberalismo (1982-2004)*". Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF), 2016.

DA MATTA, Roberto. *Fé em Deus e Pé na Tábua: como e porque o trânsito enlouquece no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2010.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1984.

DEBRUN, Michel. *A Conciliação e Outras Estratégias*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983

DIEGUEZ, Consuelo. *Bilhões e Lágrimas: A Economia Brasileira e Seus Atores*. São Paulo: Portfolio-Penguin/Editora Schwarz; 2014.

FRANCIS, Paulo. *O Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; 1985.

GALA, Paulo. *Complexidade Econômica: Uma nova perspectiva para entender a antiga questão da Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto - Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

GASPARI, Elio. *Ditadura Envergonhada / Derrotada / Escancarada / Derrotada / Acabada*. São Paulo; Companhia das Letras; 2002.

GIAMBIAGI, Fábio e SCHWARTSMAN, Alexandre. *Complacência: Entenda por que o Brasil cresce menos do que pode*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus; 2014.

GIAMBIAGI, Fábio. *Brasil, raízes do atraso: paternalismo x produtividade - As dez vacas sagradas que acorrentam o país*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

GIANNETTI, Eduardo. *Trópicos utópicos: Uma perspectiva brasileira da crise civilizatória*. São Paulo: Companhia das Letras; 2016.

KARNAL, Leandro. *Todos contra todos: O ódio nosso de cada dia*. São Paulo: Leya; 2017.

LEITÃO, Mirian. *História do Futuro: o Horizonte do Brasil no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2015

LEO, Sergio. *Ascensão e queda do império X: Eike Batista e as jogadas, as trapaças e os bastidores da história da fortuna de mais de US\$ 34 bilhões que virou pó*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

MUSACCHIO, Aldo e LAZZARINI, Sergio G. *Reinventando o capitalismo de Estado*. São Paulo: Harvard University Press-Portfolio-Penguin-Editora Schwarcz S.A., 2014.

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NICOLAU, Jairo. *Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Editora Zahar; 2017.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia - Razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras; 2013.

ORLEANS E BRAGANÇA, Luiz Philippe de. *Por que o Brasil é um País Atrasado?* Rio de Janeiro: Editora Novo Conceito; 2017.

POCHMANN, Márcio. *Desigualdade Econômica no Brasil*. São Paulo: Ideias & Letras; 2015.

POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média: O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira*. São Paulo: Boitempo; 2012.

PRIGOGINE, Ilya. *As Leis do Caos*. São Paulo; Editora Unesp; 2002.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP; 2ª. Edição Revista e Ampliada; 2005.

ROSSI, Pedro, DWECK, Esther e OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de (org.). *Economia para Poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária; 2018.

ROSSI, Pedro. *Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil: Teoria, Institucionalidade, Papel da Arbitragem e da Especulação*. Rio de Janeiro: FGV Editora; 2016.

SANT'ANNA, Alexandre. *O Brasil é Bom*. São Paulo: Companhia das Letras; 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SAYAD, João. *Dinheiro, Dinheiro*. São Paulo: Portfolio Penguin - Editora Schwarz S.A.; 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras; 2015.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Companhia das Letras; 2012.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: Quem É, Como Vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2009.

SOUZA, Jessé. *A Tolice da Inteligência Brasileira*. São Paulo; LeYa; 2015.

TAVARES, Maria da Conceição (coord.) MELO, Hildete Pereira de; CAPUTO, Ana Claudia; COSTA, Gloria Maria Moraes da; ARAÚJO, Victor Leonardo de. *O papel do BNDE na industrialização do Brasil: Os anos dourados do desenvolvimentismo (1952-1982)*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF), 2010.

TIBURI, Márcia. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. 1ª. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.

SOBRE O AUTOR

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – todos estão com edição esgotada –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018) com edição eletrônica, vários capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com mais de duzentas palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos, etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional, atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Brasil Debate e CartaMaior.

Seu blog Cultura & Cidadania, desde 22/01/2010, recebeu mais de 7,5 milhões visitas.

(<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>)